

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA



VOLUME CXXVII

TOMO I

COIMBRA — 1965

ÍNDICE DOS ARTIGOS

	Págs.
D. Carlos-Rei na perspectiva da História, pelo Prof. Doutor Arnaldo de Miranda Barbosa	1
Três Odes de Horácio em alguns Quinhentistas Portugueses, pelo Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho	15
Em demanda do segredo africano. O mistério do sangue na floresta, pelo Dr. José Pequito Rebello	31
O «achamento» da Ilha dos Amores, pelo Eng. Hugo Pinto de Moraes Sarmiento	59
Dona Fernanda, a gaúcha do <i>Quincas Borba</i> pelo Prof. Doutor Guilhermino César	75
A Fortaleza de Valença: Luís Serrão Pimentel e o Marechal Vauban, pelo Dr. António Luiz Gomes... ..	89
Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda, pela Dr. ^a Mariana A. Machado Santos	99
A viagem de Vasco da Gama e o ideal da expansão, pelo Contra-Almirante Manuel M. Sarmiento Rodrigues ...	175
Dois epigramas de António Ferreira, pela Prof. ^a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira	183
S. Bento, Pai da Europa, por Fr. José Mattoso O. S. B....	187
A obra do Barão de Rio Branco na demarcação das fronteiras meridionais do Brasil, pela Prof. ^a Doutora Gilda M. Correia Mayer Russomano	211
O pensamento político de El-Rei D. Diniz, pelo Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares	229

O INSTITUTO

Composição e impressão das Oficinas
da «Coimbra Editora, Limitada»

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA



VOLUME CXXVII
TOMO I

COIMBRA — 1965

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM	<i>Presidente</i>
GUILHERME BRAGA DA CRUZ	<i>Vice-Presidente</i>
TORQUATO DE SOUSA SOARES	<i>Director da Classe de Ciências Morais e Sociais</i>
JOSÉ BAYOLO PACHECO DE AMORIM	<i>Director da Classe de Ciências Físico-Matemáticas</i>
LUÍS REIS-SANTOS	<i>Director da Classe de Litera- tura, Belas-Letras e Artes</i>
ARNALDO DE MIRANDA BARBOSA	<i>Secretário</i>
JOÃO JOSÉ LOBATO GUIMARÃES	»
JOSÉ BAYOLO PACHECO DE AMORIM	»
JOÃO MANUEL BAIRRÃO OLEIRO	»
FERNANDO BAYOLO PACHECO DE AMORIM	»
JOSÉ CAMPOS DE FIGUEIREDO	<i>Tesoureiro</i>
BELISÁRIO PIMENTA	<i>Director da Biblioteca</i>

D. CARLOS — REI

NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA

Se a púrpura de Augusto foi a toga ensanguentada de César, quer isto dizer que Bruto só pôde matar o corpo de César: o seu espírito sobreviveu para inspirar à grandeza imperial de Roma a força criadora da nossa civilização.

Assim em D. Carlos. Também nele não foi possível senão matar o homem. O espírito do rei, esse ficou, alma vivificadora a chamar à defesa das fronteiras nacionais que ele mesmo definiu.

Ao evocá-lo no centenário do seu nascimento, não vou falar da vida do homem, que morreu, mas do espírito que dominou a acção do rei, e sobrevive. É esse espírito que nos incita a prosseguir na integração das nossas diversas e dispersas raízes nacionais para criar uma grande Nação Portuguesa, ideia geratriz da história de um povo, que animou o ímpeto fulgural do seu reinado.

Como homem e como rei, teve D. Carlos muitas virtudes e algumas imperfeições. Estas, tão diminutas que até lhe sobrou grandeza de ânimo para as reconhecer e confessar, em doura penitência, nas palavras a Mouzinho de Albuquerque quando lhe entregou a educação do príncipe real. Porém, a riquíssima e multifária compleição do homem, mesmo quando se manifesta na sensibilidade do artista ou na paixão do investigador, fica dominada pela garra do estadista. Para medir a estatura do rei não basta a fenomenologia dos acontecimentos em que se envolveu nem a

Conferência realizada na Câmara Municipal de Lisboa, em sessão comemorativa do centenário do nascimento de El-Rei D. Carlos, em 9 de Abril de 1964.

casuística das situações que enfrentou. A sua dimensão autêntica só pode avaliar-se na perspectiva da História e nas três coordenadas do tempo, julgando a personalidade de El-Rei D. Carlos, não só à luz do quadro político-social em que teve de actuar, mas também da tradição pretérita que a impulsionou e do futuro em que se projecta.

Quando D. Carlos subiu ao trono, mais uma vez Portugal ia jogar a sua existência, agora num mundo adverso que sofria uma profunda alteração de estruturas, de horizontes políticos e culturais, só comparável à transformação desordenada a que assistimos hoje, de armas na mão. A situação não era inteiramente nova, mas agora surgia em novo e mais complexo quadro universal, agitado pelas mais desencontradas ambições.

De facto, não era inteiramente nova, porque a existência de Portugal, como nação livre, tem sido, em oito séculos, uma agonia, uma luta continuada.

Visionado pela Infanta-Rainha como reino galaico-português, veio Portugal a definir-se em oposição aos outros territórios do reino leonês, pela vontade do Fundador e dos barões portugueses. Confinado nas fronteiras primitivas, era um Estado frustrado. Assim, as conquistas não foram apenas uma defesa contra os infiéis: responderam à necessidade de criar um país que pudesse resistir à força aglutinadora da madre hispânica donde se destacara. A corrida para o sul, a par de Castela, na conquista, ocupação e colonização de um território mais vasto, foi antecipação da que voltámos a empreender séculos depois, a par das grandes potências europeias, na ocupação dos territórios africanos.

Contudo, nem a definição das fronteiras de Portugal europeu garantiu a nossa sobrevivência. Não admira, por isso, que ainda em tempo do Conquistador se tivesse pensado em pôr pé no norte de África e desde D. Afonso IV germinasse o sonho da expansão no Atlântico. A crise na sucessão de D. Fernando, quando a independência se ficou a dever à milagrosa intuição do Santo Condestável, esclareceu de vez as condições da nossa existência autónoma den-

tro da Hispânia e da Europa. Não foi por acaso que o mesmo rei conquistou Ceuta, chave da expansão africana, trinta anos depois de vencer em Aljubarrota. A grandeza genial do Infante está em ter posto a condição de sobrevivência de um povo ao serviço da cultura ocidental e da fé cristã, isto é, em ter dado à exigência vital de uma nacionalidade a dimensão trans-nacional e humana que é a justificação cultural da Nação Portuguesa, na dispersão dos seus territórios e na diversidade das suas raças.

Quando a nação se abateu com o desastre de Alcácer e nessas areias quentes se enterrou o sonho de um grande império africano, a integração hispânica, até aí contida pelas descobertas e conquistas, consumou-se pela união pessoal de todas as coroas peninsulares.

É na largueza deste horizonte que deve julgar-se, não só a crise desencadeada no reinado de D. Carlos, mas ainda o esforço quase demiúrgico então despendido para a vencer.

Sem o ultramar, não se teria consolidado a feliz Restauração. E, perdido o Brasil com a revolução liberal, que restava a Portugal de autenticamente valioso para justificar e defender a sua existência na Europa? Não se julgue que o perigo era imaginário. Desde que uma arriscada política de alianças matrimoniais culminara no desastre de 1580, nunca, como nos reinados de D. Pedro v e D. Luís, os espíritos se inclinaram tanto para uma atitude de renúncia. Sugestões e tentativas então manifestadas seriam factos sem especial significado, se não pudessem associar-se a um conjunto de sentimentos sobre a unidade peninsular a que aderiram grandes espíritos do tempo e que veio a ter repercussão afectiva em algumas formas da mística revolucionária.

Perdido o Brasil, reduzido quase à impotência o senhorio do Oriente, que nos restava de grande no mundo, se não a África tropical que descobríamos e desde o século xv começáramos a evangelizar e a incorporar na coroa portuguesa? Porém, a ocupação da África era no século XIX muito reduzida. Por muito tempo a construção do Brasil desviara as atenções da África, salvo no que podia contribuir com fer-

mento humano para a gigantesca obra de luso-tropicalismo em terras brasileiras. E, ao frustrarem-se as esperanças de um grande espaço luso-brasileiro como força actuante no mundo contemporâneo, o liberalismo, enfraquecido pela guerra civil e pelas divisões partidárias, não teve logo vagar nem meios para se lançar à empresa africana. Essa obra nasceu de lenta e penosa gestação.

Desde o século xv, Portugal tem vivido na tensão dialéctica de duas oposições: a dos que se voltam para o ultramar como prolongamento vocacional da pátria, e a dos que se voltam para a madre Europa, buscando acima de tudo europeizar Portugal, uns e outros muitas vezes esquecidos de que uma oposição dialéctica só se resolve, não pela eliminação de um dos termos, mas pela conciliação e superação dos contrários. Exemplo dessa política superadora, encontramos-lo em D. João III, a um tempo construtor do Brasil e, pela reforma dos estudos, introdutor do humanismo europeu. Na primeira metade do século XIX, as duas políticas podem simbolizar-se por Mouzinho da Silveira, votado à destruição das estruturas tradicionais do país, interessado em fazê-lo ingressar na órbita moderna da vida europeia, e por Sá da Bandeira, primeiro político liberal a ter verdadeira consciência do futuro promissor do além-mar.

Só depois de dobrada a primeira metade do século, começou o liberalismo a estruturar uma política ultramarina, mas ia já avançado o reinado de D. Luís quando se iniciaram as grandes explorações africanas que deviam preceder a lenta e frouxa ocupação dos territórios, arrastada até ao fim desse reinado.

Entretanto, com a corrida das nações europeias ao continente africano para ali estabelecerem vastos domínios coloniais, a Conferência de Berlim impõe um novo direito em África, pelo qual a invocação de soberania só podia justificar-se com a ocupação efectiva dos territórios.

Perdida então a vastíssima região do Congo, sobre a qual invocávamos direitos históricos que remontavam à descoberta de Diogo Cão, importava concertar uma nova polí-

tica em face do novo direito que os mais fortes impunham. A ideia é logo expressa pelo ministro Barbosa du Bocage: «unir Angola e Moçambique, cortar de um lado ao outro o continente africano foi sonho dos nossos maiores»; «o momento é azado para empreender a realização da sonhada obra»; «é preciso caminhar depressa; não demos tempo a que outros se adiantem e tornem a nossa obra irrealizável». Esta arrojada ideia passou a orientar a política de Barros Gomes no novo ministério progressista de José Luciano de Castro.

Na fácil tarefa de prever o passado, tem-se inúmeras vezes repetido que o sonho desse grande império luso-africano de Angola à contracosta era irrealizável, e tem-se censurado Barros Gomes por descuidar a aliança inglesa, encostando-se ao apoio alemão para o executar. Nesse momento já tardio, talvez fosse irrealizável, mas, uma vez tentado, como poderia apoiar-se no arrimo da Inglaterra, se era contra os interesses ingleses que ele se apresentava?

Foi nesta difícil conjuntura que, em 1889, D. Carlos começou a reinar.

O *memorandum* de 11 de Janeiro do ano seguinte, conhecido por *ultimatum* de Inglaterra, veio sustar o processo de expansão iniciado, na medida em que contrariava o plano inglês de ligação entre o Cabo e o Cairo. Nesse difícil momento, como dois dias depois se afirmou na Câmara dos Pares, «ninguém tinha o direito de arriscar o país a um desastre que podia ser irreparável».

A violência a que nos sujeitaram interesses alheios exaltou o sentimento nacional, despertando-o finalmente para uma grande obra de reconstrução, mas foi também desvairadamente explorada com fins que se não ajustavam à gravidade do momento. Visando o regime e a pessoa do rei, essa exploração lamentável, numa altura em que unidos todos os portugueses não eram demais para salvar Portugal, desencadeou logo no ano seguinte a malograda sedição do Porto e veio a ter o seu epílogo no crime do Terreiro do Paço.

É nessa altura em que a nação deveria unir-se para sobreviver que verdadeiramente se revela o génio político do rei D. Carlos.

Os aporemias que se lhe deparavam podem agrupar-se em três categorias: defesa, ocupação e organização das terras de além-mar; acção diplomática junto das potências europeias que garantisse a possibilidade da empresa; transformação das estruturas políticas e dos métodos de governação que permitisse levá-la a cabo e lhe assegurasse continuidade.

Os dois primeiros pontos eram solidários. O seu cumprimento constitui, não só a glorificação do rei D. Carlos, mas uma das mais extraordinárias empresas que realizámos através da nossa aventureira existência nacional. Ao êxito diplomático e militar da gesta africana devemos o sermos ainda portugueses, tanto fora como dentro da Europa. A realização do terceiro ponto foi o calvário do soberano.

A acção diplomática depois do *ultimatum* logo procurou estabelecer um acordo com a Inglaterra, pois, salvaguardada a passagem do Egipto à África austral, os interesses ingleses coincidiam em muitos pontos com os nossos. Com realismo de verdadeiro estadista, entendeu e manifestou D. Carlos que o caminho era o do estreitamento da aliança. A influência pessoal do rei junto do príncipe Eduardo, o bom senso diplomático de Soveral e o seu prestígio na corte inglesa, um conjunto de circunstâncias hábilmente aproveitadas, tudo isso levou, primeiro, ao acordo de 1891, depois a uma intrincada série de negociações e ajustamentos que culminaram com o chamado tratado de Windsor. Por esta *Declaração secreta anglo-portuguesa* de 1899 renovaram-se os antigos tratados de aliança, designadamente o artigo 1.º do tratado de 1642 e o artigo final do de 1661, e com eles se garantia a defesa dos nossos domínios ultramarinos.

Empírica e realista, a acção diplomática de El-Rei D. Carlos não se confinou ao estreitamento dos laços com a Inglaterra. Estendendo-se à Alemanha, à França, à Espanha, à Itália, ao Brasil, interveio eficazmente na política europeia,

especialmente nas relações entre a Inglaterra e a França. Depois da época da Restauração, nunca se desenvolvera acção diplomática mais intensa, mais fecunda para o prestígio e os interesses do País. E tão positiva que, através de todas as mudanças, nas suas linhas gerais continuou a orientar a política externa portuguesa.

Os contactos pessoais, através das viagens às capitais da Europa e das visitas de soberanos, príncipes, chefes de Estado que promoveu, valorizados pela sua invulgar cultura e pela irradiação da sua personalidade, e ainda a fidelidade dos principais instrumentos dessa política, como Soveral, permitem concluir que o próprio rei foi o centro propulsor dessa obra diplomática, certeza confirmada pela correspondência do soberano.

Para além dos factos que, por tão conhecidos, seria inútil enumerar, importa reflectir nesta lição que ainda hoje nos aproveita: voltado para a Europa, compreendeu D. Carlos que Portugal também era já nesse tempo e mais seria no futuro um país africano; metido na diplomacia europeia, pô-la sempre ao serviço do ultramar português.

Com efeito, essa obra diplomática teve como principal objectivo ocupar, delimitar, organizar, construir Angola e Moçambique.

O que eram essas duas províncias em 1890? Extensas regiões sobre as quais mantínhamos indiscutíveis direitos históricos e onde, séculos atrás, iniciáramos uma importante obra de penetração e evangelização, mas que, por essa altura, se encontravam quase abandonadas de ocupação portuguesa. Quem ler os relatórios de António Ennes e de Mouzinho sobre Moçambique pode fazer ideia da situação deplorável que eles encontraram. E na costa ocidental a situação não era mais brilhante. Aqui, S. Paulo de Luanda, pequena cidade a escorrer lenta e desconfiadamente do morro sobranceiro, feitorias isoladas no litoral, uma insegura linha de penetração de Luanda à Lunda, outra atravessando Benguela. Na costa oriental, a ilha de Moçambique, como velho galeão a guardar a rota da Índia, uma ou outra fei-

toria na costa, uma incipiente fixação na Zambézia, uma cidade a nascer na baía de Lourenço Marques. Esta visão retrospectiva é confirmada por quem percorre aquelas paragens: anterior à última década do século passado, só a pequena cidade velha de Luanda, a maravilhosa ilha de Moçambique, onde se contempla emocionado a estratificação cultural de quatro séculos, e pela costa ou em raros pontos do interior ruínas de velhas fortalezas.

Depois de 1890, como escreveu Mouzinho, «um período novo se abriu — período de perigos, de sustos e de trabalhos — mas período de vida. A cobiça da Europa deu-nos o conhecimento vago do tesouro que ainda possuíamos e a campanha de 95 deu-nos a confiança na força própria com que pudemos debelar as dificuldades».

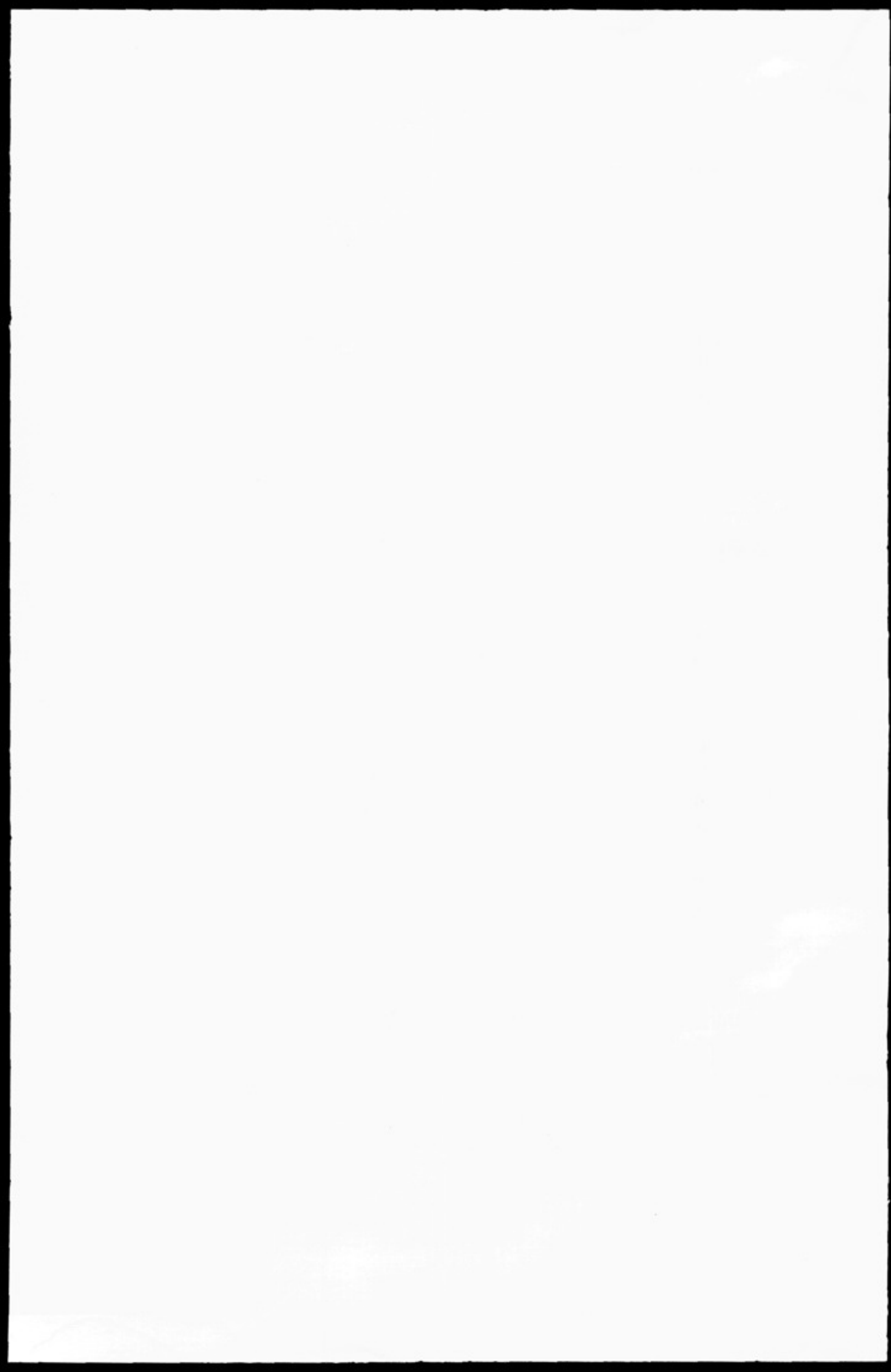
O que foi a gesta admirável das campanhas de ocupação, o brio e a decisão dessa extensa e exemplar teoria dos capitães de África, a firmeza, bravura, dedicação e disciplina dos soldados, qualidades para as quais Mouzinho achava já a palavra *heróica* desbotada e gasta, tudo isso, que para os estrangeiros foi revelação e surpresa e para os portugueses orgulho e renascimento de confiança nas forças militares, tudo isso está tão presente na nossa imaginação e nosso sentimento que não necessita de ser evocado.

A pacificação e ocupação de Moçambique, desde a campanha dos vátuas, terminada na audácia de Chaimite, até às campanhas dos namarraís, de Gaza, da Zambézia, do Cambuamba, do Barué, através de tantas batalhas vencidas, foi uma continuada epopeia que transformou Portugal e os portugueses. Ao referir-se só ao ano de 1895, escreveu António Ennes estas palavras: «Bastara um ano para que esse punhado de europeus, que pareciam entalados entre as vagas profundas do mar e as vagas alterosas dos povos revoltados, dilatasse o próprio senhorio por um território tão vasto como as ambições que lho cobiçavam. Só num ano, a coroa ganhara realmente, ao sul do Save, mais terras e mais súbditos do que em todos os séculos decorridos desde os descobrimentos do Gama. No fim de um ano, já principiara a dizer-se



EL-REI D. CARLOS

(Escultura de Teixeira Lopes)



que fora fábula e fora lenda...». E essa cadeia de sacrifícios e de vitórias continuou-se por mais quinze anos, até 1910.

Simultaneamente se desenvolveram as brilhantes campanhas militares de pacificação na província ocidental. Ocupação do Bié, expedição ao Humbe, campanha dos Dembos, vitória sobre os Cuamatos, ocupação do Cuanhama são alguns dos padrões dessa incrível empresa que, desde 1891, em vinte anos delimitou, submeteu, ocupou, lusitanizou a imensa província de Angola.

Se a África portuguesa é hoje, verdadeiramente, o grande corpo da nação, bem pode dizer-se que no reinado de D. Carlos, pela política do rei, se talharam as nossas fronteiras, e que ele foi, mais do que nenhum outro, o fundador de Portugal maior, o autêntico *Rei Africano*.

A acção pessoal de D. Carlos como impulsionador das campanhas de África está hoje demonstrada. Mas, se alguma dúvida restasse através dos numerosos documentos que a certificam, para afastar a dúvida bastaria lembrar a dedicação que esses heróis lhe votaram. Mouzinho é um símbolo desse vínculo à pessoa do rei, e depois da sua morte, entre os maiores que sobreviveram — Aires de Ornelas, Azevedo Coutinho, Paiva Couceiro, João de Almeida —, encontraram-se os mais fiéis e leais defensores da instituição que D. Carlos incarnara.

Tão estreita era a sua ligação ao ultramar que, para sufocar a revolta dos maratas, mandou seu irmão à Índia como vice-rei, e seu filho — seu companheiro de martírio — foi o primeiro príncipe português a percorrer a África. O significado dessa viagem interpretou-o Aires de Ornelas, ao escrever: «Era justo que o Príncipe Real fosse selar com a sua presença a lealdade à Mãe-Pátria desse ultramar africano que constituía, então como hoje, o melhor penhor da independência nacional».

A organização administrativa acompanhou a empresa guerreira. Sob o governo dos comissários régios António Ennes e Mouzinho de Albuquerque ou de governadores como João de Azevedo Coutinho, em Moçambique, e de Paiva Cou-

ceiro, em Angola, desenvolveu-se um esforço admirável, embora por métodos hoje ultrapassados mas, ao tempo, os únicos adaptáveis à urgência de tão vasta obra civilizadora, e lançaram-se as bases, não de novos brasis, o que seria a destruição de Portugal, mas de uma grande nação euro-africana que começa a ter consciência da sua posição e do seu papel no mundo.

Para a grande obra no ultramar exerceu decisiva influência a viragem política sobre as missões católicas. Expulsa pelo despotismo iluminado a Companhia de Jesus, que fora a chama viva da nossa espiritualidade missionária, extintas as ordens religiosas pelo liberalismo, perdera-se a grande força de evangelização, aculturação, aportuguesamento das populações, e a entrada de missões protestantes, imposta por decisões internacionais, mais anuveava o horizonte. Para reconhecer o perigo, bastaria lembrar algumas páginas de António Ennes e Mouzinho, onde se revela que junto dos chefes sublevados se encontrava geralmente, como conselheiro, ao lado do agente estrangeiro, o missionário protestante. Essa viragem vinha um pouco de trás. Já em 1881 se tinham estabelecido as missões de jesuítas em Moçambique. Poucos anos antes abrira-se Angola às missões do Espírito Santo. Mas a salutar e eficaz reacção só veio a processar-se depois de 1890.

Assim como nem tudo quanto pensamos veio dos gregos, assim também nem tudo quanto somos veio dos Albuquerque e dos Gamas. O Portugal de hoje forjou-se no reinado de D. Carlos. E tanto mais é de espantar quanto mais se reconhece que a política partidária foi o maior obstáculo à política nacional do rei.

D. Carlos nasceu tarde demais para impedir a dissolução das estruturas tradicionais. Morreu cedo demais para ver a reacção vitoriosa.

Cansados do rotativismo sem grandeza, que sacrificava os interesses do país às pequenas questões partidárias e às ambições pessoais dentro dos próprios partidos, muitos espí-

ritos esclarecidos viram na realeza de D. Carlos um motivo de elevada esperança. Muito se falava então de «vida nova» e «política nova», muitos o incitaram logo a romper com a relíquia caricatural do parlamentarismo e a assumir o poder pessoal de soberano. Mas durante dezassete anos D. Carlos não se decidiu a romper com a estrutura do regime. E, conforme os anos iam passando, ia-se caminhando para o extremo de todos os limites. Já não era só a oposição entre os partidos: eram as divisões e as rivalidades pessoais dentro de cada partido, que levavam às dissidências, aos despeitos, às irredutibilidades. Em 1906, escreve a João Franco, ao encarregá-lo de formar ministério: «Há muito a fazer e temos, para bem do País, que seguir por caminho diferente daquele trilhado até hoje». Então ainda hesita, ainda quer governar com o parlamento, mas uma dura experiência de seis meses demonstra que nem a forte personalidade de João Franco consegue governar assim. Decide-se então a uma última batalha aquele que, pouco antes, confessara: «sem luta não há prazer em vencer, e a vitória sem combate e combate sério, nunca é uma vitória duradoira». Manda então João Franco governar em ditadura. Esse último governo, pelas altas figuras que o compunham — além de João Franco, Teixeira de Abreu, Martins de Carvalho, Vasconcelos Porto, Aires de Ornelas, Malheiro Reimão, Luciano Monteiro — e pelos propósitos que o animaram, foi uma grande esperança. Pela fecunda obra administrativa que realizou, uma esperança confirmada. E, no entanto, a exaltação das paixões, a miséria dos despeitados, a hesitação dos responsáveis, mata-ram o rei e o príncipe real.

Como foi possível que um grande rei, que impulsionou tão espantosa restauração nacional, não tivesse podido dominar a agitação interna dos partidos?

O que faltou a D. Carlos foi a possibilidade de realizar uma autêntica renovação doutrinária. A tímida ditadura que, depois de hesitações, impôs a João Franco não passou de uma suspensão das actividades parlamentares, dentro das práticas do regime: pouco antes do regicídio, fora assinado

o decreto para marcar novas eleições e entrar assim na normalidade constitucional.

João Franco foi um sério e inteligente governante. Talvez um pouco autoritário, mas não teve a audácia de um ditador. Razão teve José Luciano em dizer-lhe, com velada ironia, quando lhe anunciou a ditadura: «Mas onde tem V. Ex.^a os ditadores?» Em rigor, o problema não era de homens, como então se pensava: era de um sistema de ideias. Talentosos políticos, hábeis governantes, teve-os D. Carlos, nos partidos que se sucederam no poder. O que não havia era uma doutrina coerente. Na bruma dos sentimentos, ansiava-se por uma novidade. A ideologia que depois subiu ao poder não vingou por ser boa, mas por ser nova, e D. Carlos não pôde então apoiar-se numa nova doutrina que, restaurando ou fortalecendo instituições tradicionais, abrisse novas perspectivas ao futuro. Ele não foi um teorizador, nem então os havia entre nós. Os tratadistas da Contra-Revolução estavam em muitos pontos envelhecidos. Havia, sim, pensamentos isolados, aspirações sinceras, manifestações espontâneas de bom senso, claras afirmações de realismo político. Não havia, porém, um sistema coerente e integral de ideias políticas renovadas.

A morte do rei e do príncipe, as vergonhas da acalmção, o fim do regime, a dissolução nacional que daí resultou permitiram ver, pouco depois, que a monarquia só se teria salvado libertando-se dos quadros poluídos do regime e estruturando-se como monarquia orgânica. Mas, naquele momento, em vez de uma nova teoria das Cortes Gerais, apenas se pensou numa alteração do regimento da Câmara dos Pares. Por falta de perspectiva, não se viu que era impossível restaurar o princípio de autoridade com uma constituição de raiz individualista, que não era possível evitar os malefícios futuros dos partidos, sem alterar a constituição vigente: não houve a coerência de conformar as consequências aos princípios, os princípios aos fins que se visavam. Assim, não admira que João Franco, ao lamentar a catástrofe, tenha dito que «pou-

cas vezes em política os acontecimentos se encadearam com tão rigorosa e implacável lógica ».

Com razão se pensou que, morto o rei, estava morto o regime.

Anos depois, João Franco que, mesmo na amargura das ilusões perdidas, nunca perdera a fé no futuro da pátria e na restauração de instituições prestigiadas, deixou escritas estas palavras de sabor profético: «E não mais da vida de um só homem, por eminente que seja, dependerá a tranquilidade e o bem-estar de uma Nação inteira ».

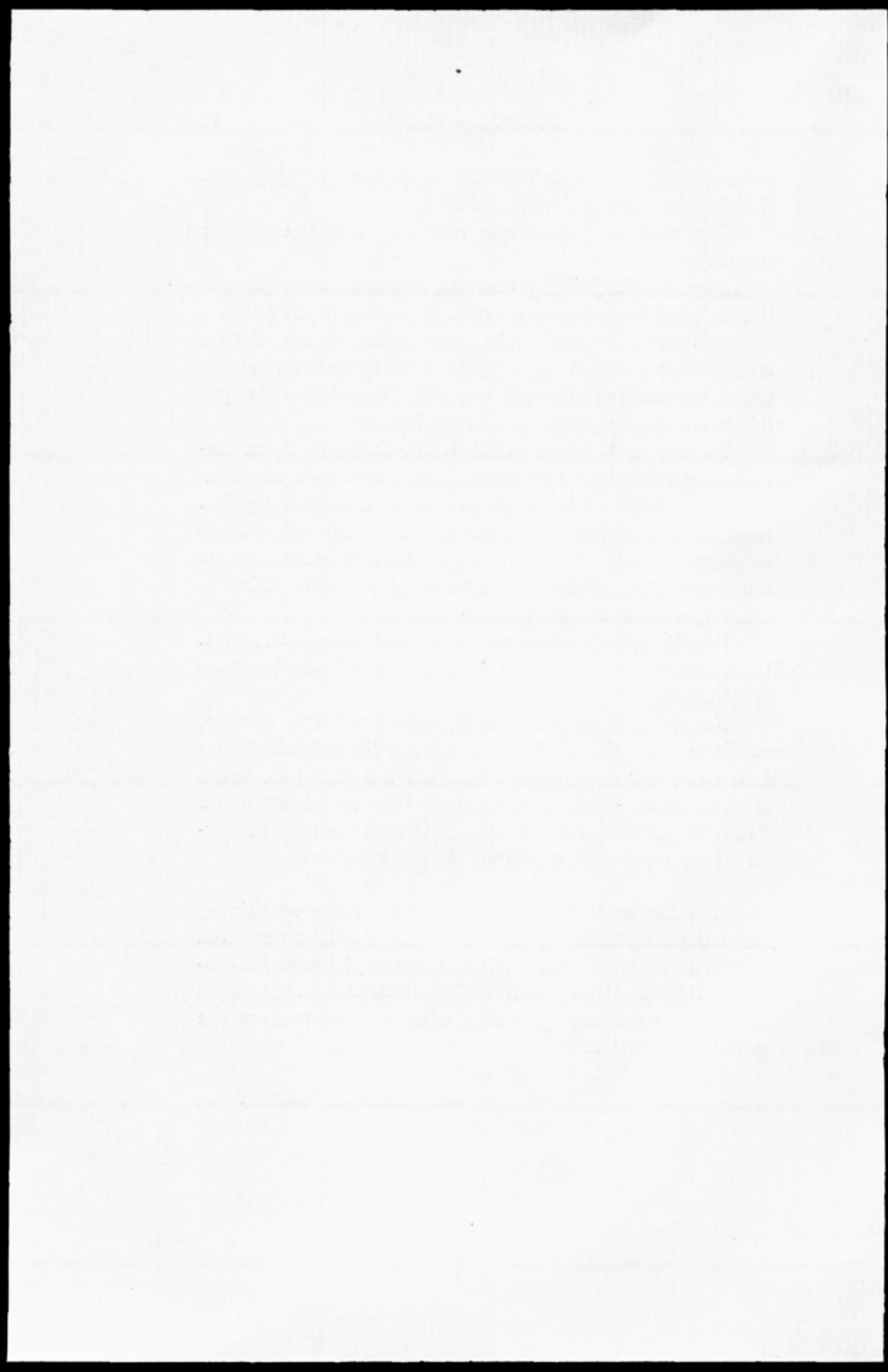
Da vida e da morte de El-Rei D. Carlos ficou, na verdade, a depender o nosso futuro. Da sua vida, a conservação do território nacional; da sua morte, a ruína e depois o ressurgimento espiritual do país. Alguns anos depois, quando se processou a grande renovação doutrinária que faltara no seu tempo, pôde António Sardinha exclamar: «Um Rei como este é que tinha nascido para nós!».

Não foi assim perdida, nem a sua vida, nem a sua morte. Uma e outra foram, acima de tudo, uma lição de firmeza e de coragem.

No princípio do seu reinado, escrevera Moniz Barreto, na *Carta a El-Rei de Portugal sobre a Situação do País e Seus Remédios*: «A púrpura é a pele dos Príncipes. Para despi-la teriam eles de dilacerar o seu ser e descobrir a nudez da sua vergonha». Foi Príncipe até ao fim: mesmo para morrer tingiu a pele com a púrpura do próprio sangue.

À distância de mais de meio século, ainda o sentimos, na imaterialidade do espírito, vivo e forte como na tragédia o espectro de Júlio César. Ainda o vemos, à frente dos bravos capitães de África, na aurora luso-tropical, com seu manto de sangue e púrpura por entre a névoa da esperança e a cacimba dos matos.

A. MIRANDA BARBOSA



TRÊS ODES DE HORÁCIO EM ALGUNS QUINHENTISTAS PORTUGUESES

Horácio preocupou-se com as inclinações variadas dos homens e com as diferentes vias por eles seguidas, para alcançarem a felicidade. Com uma coerência surpreendente, o poeta afirma de maneira concorde as diversas facetas do seu ideal de vida, em odes e epodos, sátiras e epístolas: a moderação nas ambições, a constância de alma na adversidade, a mediania dourada, o contentamento e a glória no cultivo da poesia, etc.

Em algumas odes, as reflexões sobre o destino do homem são associadas à descrição, em traços rápidos mas picturais, de uma paisagem no inverno ou na primavera.

Quadros de inverno encontram-se, por exemplo, nas odes I, ix (*Vides ut alta stet niue*) ou I, xi (*Tu ne quaesieris*) que foram traduzidas e imitadas, frequentemente, do Renascimento até nossos dias (1).

(1) Sobre a tradição horaciana em Portugal, vejam-se os seguintes trabalhos: M. Menéndez Pelayo, *Horacio en España* (Edición Nacional), III, Madrid, 1951, pp. 195-229 e 475-514.

Prof. Doutor F. Rebelo Gonçalves, «Horácio na Poesia Portuguesa do Século XVIII» in *Filologia e Literatura*. São Paulo, 1937, pp. 247-280.

Prof. Doutora M. H. Rocha Pereira, *Reflexos Horacianos nas Odes de Correia Garção e Fernando Pessoa (Ricardo Reis)*. Porto, 1950 (2.ª ed., 1958); «Aspectos Novos do Horacianismo em Correia Garção» in *Humanitas*, IX-X (Coimbra, 1957-58), pp. 37-51; «Alguns Aspectos do Classicismo de António Ferreira» in *Humanitas*, XI-XII (1959-60), pp. 80-111 (Horácio, nas pp. 83-90).

Das chamadas Odes da Primavera são mais conhecidas I,iv e IV,vii. Todavia, a pouco citada IV,xii interessa-nos aqui igualmente. São estas três odes que hão-de constituir a matéria-prima horaciana do presente estudo.

As odes I,iv e IV,vii têm relações estreitas entre si, embora compostas em épocas diferentes. Na edição de Heinze-Kiessling-Burck (²), a segunda é assim apresentada: «Ein Frühlingslied, mit dem gleichfalls epodischen gebauten frühen Gedicht I,iv so nahe verwandt, wie kein anderes Paar horazischer Oden».

Em I,iv, a chegada da Primavera, em seu contraste com o Inverno que acabou, constitui o ponto de partida para as considerações sobre a brevidade da vida e a maneira de aligeirar os cuidados que a vida traz.

Em IV,vii, Horácio coloca a sucessão das idades do homem, melancolicamente a caminho da morte, sobre o plano de fundo das mutações da natureza, para daí tirar um contraste que se presta à reflexão: enquanto a natureza se renova a cada Primavera, o homem caminha irrevogavelmente para o seu fim terreno e para as sombras do Hades.

Quanto a IV,xii, menos original que as outras duas, pois desde a primeira estrofe evidencia relações mais claras com a poesia grega, nomeadamente da *Antologia Palatina*, é uma companheira modesta de I,iv e de IV,vii. Em traços que recordam certo epigrama de Leónidas (³), o poeta descreve as mudanças da natureza, com a chegada da Primavera, e dedica a segunda estância, usando linguagem mitológica, ao aparecimento das andorinhas.

Foi esta segunda estância a aproveitada pelos dois poe-

(²) *Q. Horatius Flaccus Oden und Epoden erklärt von Adolf Kiessling. Zehnte Auflage besorgt von Richard Heinze. Mit einem Nachwort und bibliographischen Nachträgen von Erich Burck.* Weidmannsche Verlagsbuchhandlung, Berlin, 1960.

(³) *A. P.*, X, i, segundo Heinze-Kiessling-Burck, p. 449. Cf. ainda Eduard Fraenkel, *Horace*, Oxford, 1957, p. 418, n. 2.

tas portuguesas que no Renascimento compuseram cada um sua ode, inspirada nos «Frühlingslieder» de Horácio. A presença de IV,xii na ode *Eis nos torna a nascer o ano fermoso*, de António Ferreira, e na de Camões que começa *Fogem as neves frias*, é assinalada, segundo creio, pela primeira vez. Com efeito, desde Menéndez Pelayo (4), pelo menos, que estava averiguado terem sido as odes de Ferreira e Camões sugeridas pelas horacianas I,iv e IV,vii, mas ainda ninguém tinha lembrado — que eu saiba — a inclusão igualmente de IV,xii.

Embora sejam conhecidas, não se destinando o presente trabalho exclusivamente a latinistas, parece-nos conveniente acompanhar de uma tradução em prosa o texto das odes de Horácio, em toda a sua extensão para I,iv e IV,vii, e na parte inicial para IV,xii.

Comecemos, portanto, por I,iv:

Soluitur acris hiems grata uice ueris et Fauoni
 Trahuntque siccas machinae carinas,
 ac neque iam stabulis gaudet pecus aut arator igni,
 nec prata canis albicant pruinis;
 5 iam Cytherea choros ducit Venus imminente luna,
 iunctaeque Nymphis Gratiae decentes
 alterno terram quatiunt pede, dum grauis Cyclopum
 Volcanus ardens uisit officinas.
 Nunc decet aut uiridi nitidum caput impedire myrto,
 10 aut flore, terrae quem ferunt solutae;
 nunc et in umbrosis Fauno decet inmolare lucis,
 seu poscat agna siue malit haedo.
 Pallida Mors aequo pulsat pede pauperum tabernas
 regumque turris. O beate Sesti,

(4) *Opus laud.*, III, p. 481 e p. 489. Em «Menéndez Pelayo e André Falcão de Resende», que publiquei em *Humanitas*, VII-VIII (1955-56), na p. 146 verifiquei a existência de I,iv e IV,vii na camoniana *Fogem as neves frias*, passando-me despercebido que M. Pelayo já assinalara o facto para esta ode e para *Eis nos torna a nascer o ano fermoso* de António Ferreira. Mea culpa!

- 15 uitae summa breuis spem nos uetat incohare longam:
 iam te premet nox fabulaeque Manes
 et domus exilis Plutonia: quo simul mearis,
 nec regna uini sortiere talis
 nec tenerum Lycidam mirabere, quo calet iuuentus
 20 nunc omnis et mox uirgines tepebunt.

Desfaz-se o duro Inverno com o grato retorno da Primavera e do favónio; e as máquinas arrastam as quilhas secas.

E já nem o gado está contente nos estábulos, nem o lavrador ao fogo; e os prados não alvejam de branca geada.

- 5 *Já Vénus Citereia conduz as danças, sob a lua, e as Graças bem-feitas, juntas às Ninfas, batem a terra ora com um pé ora com outro, enquanto Vulcano em fogo visita as oficinas dos Ciclopes.*

- Agora convém cingir a cabeça reluzente, ou da verde murta*
 10 *ou da flor que produzem as terras soltas; agora convém sacrificar a Fauno, nos sombrios bosques, quer ele peça uma cordeira, quer prefira um cabrito.*

- A pálida morte bate com pé igual às choupanas dos pobres e às torres dos reis. Ó feliz Séstio, a breve soma da vida impe-*
 15 *de-nos de dar começo a longas esperanças! Não tarda que pese sobre ti a noite e os Manes, nomes vãos, e a mansão de sombras de Plutão, à qual, quando chegares, nem sortearás com dados a realza do vinho, nem admirarás o adolescente Lícidas por quem agora se entusiasma toda a juventude e em breve sen-*
 20 *tirão calor as moças.*

Em seguida, IV,vii:

Diffugere niues, redeunt iam gramina campis
 arboribusque comae;
 mutat terra uices, et decrescentia ripas
 flumina praetereunt;

- 5 Gratia cum Nymphis geminisque sororibus audet
 ducere nuda choros.

- Immortalia ne speres monet annus et alium
 quae rapit hora diem.
 Frigora mitescunt Zephyris, uer proterit aestas,
 10 interitura simul
 pomifer autumnus fruges effuderit, et mox
 bruma recurrit iners.
 Damna tamen celeres reparant caelestia lunae:
 nos ubi decidimus
 15 quo pater Aeneas, quo diues Tullus et Ancus,
 puluis et umbra sumus.
 Quis scit an adiciant hodiernae crastina summae
 tempora di superi?
 Cuncta manus auidas fugient heredis, amico
 20 quae dederis animo.
 Cum semel occideris et de te splendida Minos
 fecerit arbitria,
 non, Torquate, genus, non te facundia, non te
 restituet pietas;
 25 infernis neque enim tenebris Diana pudicum
 liberat Hippolytum,
 nec Lethaea ualet Theseus abrumpere caro
 uincula Pirithoo.

Foram-se as neves, volta já a relva aos campos e a folhagem às árvores. Muda a terra o seu aspecto e os rios que baixam, seguem ao longo das suas margens.

- 5 *A Graça com as Ninfas e as duas irmãs ousa nua conduzir as danças.*

Não esperes coisas imortais! — aconselham o ano e a hora que arrebatam o dia fecundo.

- 10 *Os frios adoçam com os zéfiros, a Primavera é suplantada pelo Verão que há-de morrer, quando o frugífero Outono espalhar as searas maduras, e em breve retorna o Inverno inactivo.*

- Todavia, as luas velozes reparam os danos causados pelo*
 15 *céu, ao passo que nós, quando descemos onde o pai Eneias, o rico Tulo e Anco desceram, somos pó e sombra.*

Quem sabe se à soma de hoje juntarão os deuses súperos

*o tempo de amanhã? Escapará às mãos ávidas dum herdeiro
20 tudo o que a ti deres, como amigo de ti mesmo.*

*Quando a morte vier e sobre ti Minos pronunciar a sen-
tença esplendente, nem a raça, ó Torquato, nem a facúndia,
nem a piedade te restituirão à vida. Das trevas infernais nem
25 Diana liberta o casto Hipólito, nem Teseu é capaz de romper as
algemas ao querido Pirítoo.*

Finalmente, os catorze versos primeiros de IV, xii:

Iam ueris comites, quae mare temperant,
impellunt animae linthea Thraciae,
iam nec prata rigent, nec fluuii strepunt
hiberna niue turgidi.

5 Nidum ponit, Ityn flebiliter gemens,
infelix auis et Cecropiae domus
aeternum opprobrium, quod male barbaras
regum est ultra libidines.

Dicunt in tenero gramine pinguium
10 custodes ouium carmina fistula
delectantque deum cui pecus et nigri
coles Arcadiae placent.

Adduxere sitim tempora, Vergili:
sed pressum Calibus ducere Liberum
15 si gestis...

.....

*Já as brisas da Trácia, companheiras da Primavera,
acalmando o mar, impelem as velas, já os prados não conser-
vam a dureza, nem os rios se precipitam com fragor, entumeci-
dos pela neve de inverno.*

5 *Faz o seu ninho a que geme em voz de choro por Ítis, ela,
ave infeliz, eterno opróbio da casa de Cécrops, porque vingou
cruelmente bárbaras paixões de reis.*

10 *Sobre a relva tenra, os guardas de nédias ovelhas entoam os seus cantos na flauta e deleitam o deus a quem dão prazer o gado e as negras colinas da Arcádia.*

A estação do ano trouxe a sede, Vergílio, mas se gostas de saborear Liber espremido em Cales...

A segunda estância descreve a chegada da Primavera em termos mitológicos que aludem à história das duas irmãs, Procne e Filomela, filhas de Pandión, rei de Atenas, cidade fundada por Cécrops (daí, a *domus Cecropia*), e às vicissitudes de ambas no palácio de Tereu, rei da Trácia. Procne, casada com Tereu, vingou a desonra de sua irmã Filomela, matando Ítis, seu próprio filho e de Tereu.

As duas irmãs foram metamorfoseadas, segundo a versão original da lenda, Procne em rouxinol e Filomela em andorinha. Os latinos, porém, levados talvez pela falsa etimologia de μέλος > Φιλομήλα, segundo a opinião comum dos anotadores de Horácio, fizeram de Filomela o «rouxinol» e de Procne a «andorinha». Aqui, portanto, a *infelix avis* é Procne, a «andorinha».

Os renascentistas, para quem a mitologia era parte da cultura poética, e que se deliciavam com este género de alusões, não esqueceram o passo, ao mencionar o regresso das andorinhas, como sinal do começo da Primavera. Apenas simplificaram o texto, substituindo a perífrase horaciana pelos nomes de Progne e Filomela:

Eis tira da árvore alta
Ou Progne com seu ninho, ou Filomena
Títiro...

escreve António Ferreira.

E Luís de Camões é ainda mais reminiscente:

Progne triste suspira
E Filomela chora;

Os poetas do século XVI gostavam de interpretar, mesmo quando se propunham traduzir, e tal não é aqui o caso: Ferreira e Camões vão pouco além do aproveitamento dos motivos de Horácio.

Mas um tradutor em verso, como André Falcão de Resende (⁵), não hesita em parafrasear quando lhe convém, e em verter, por exemplo, IV, vii, 5-6:

Gratia cum Nymphis gemisque sororibus audet
ducere nuda choros.

por esta amplificação do original:

Alegre a Graça Aglais, e as irmãs duas,
E mil Ninfas contentes
Em aprazíveis danças andam nuas.

Façamos agora um rápido inquérito aos trechos de António Ferreira e Luís de Camões, nas odes citadas, para nos darmos conta, mais claramente, do que devem aos «Frühlingslieder» do Venusino:

Livro II, ode v (⁶)

A António de Sá de Meneses

Eis nos torna a nascer o ano fermoso,
Zéfiro brando, e doce Primavera,
Eis o campo cheiroso!

HOR., *Odes*,
I, iv, 1
IV, vii, 1-3

(⁵) Sobre Falcão de Resende podem ver-se, do autor do presente artigo: «Breves Notas sobre André Falcão de Resende. A Edição de Coimbra e os Manuscritos» in *Biblos*, XXVII (Coimbra, 1952), pp. 443-454; «O Poeta Quinhentista André Falcão de Resende» in *Humanitas*, IX-X (1957-58), pp. 100-148; «Coimbra do Renascimento. Um texto pouco conhecido» in *Panorama*, n. 15/III série, Lisboa, 1959; e ainda o artigo citado na nota anterior.

(⁶) O texto é o da edição impressa por Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1598 (edição príncipe), com actualização da grafia e da pontuação.

.....	
Já do ar caído gera O cristalino orvalho ervas e flores. As Graças e os Amores, Coroados de alegria, Em doce companhia De Ninfas e Pastores, ao som brando, Doces versos de Amor vão revezando, Após a branda Deusa do terceiro Céu, que triunfando vai de Apolo e Marte.	I, iv, 5-6 IV, vii, 5-6
.....	
.....a neve ao Sol té então dura Se converte em brandura, E de alta e fria serra Caindo, rega a terra Água já clara.....	I, iv, 4; IV, vii, 1 IV, xii, 3-4
.....	
Já deixa o fogo o lavrador, já o gado Da longa prisão solto corre e salta, Roendo o verde prado, Nem água clara, nem verdura falta. Eis tira da árvore alta Ou Progne com seu ninho, ou Filomena	I, iv, 3 IV, vii, 1-2; 3-4 IV, xii, 5-8
.....	
Agora também nós nos coroemos, Ó claro António, de hera, e mirto, e louro	I, iv, 9-10
.....	
Quem sua vida guarda Para outro dia?	IV, vii, 17-18
.....	
Ó meu bom Sá, em quanto nos defende A vida breve longas esperanças, Tu ledó o espirito estende Por honestos prazeres, sãs lembranças, Livres das vãs mudanças, Em que andam os mais em sorte ao vento [postos,	I, iv, 15

Cos inconstantes rostos;
 Lá sempre um, sempre inteiro,
 Seguindo o verdadeiro
 Caminho, que o alto Céu te chama e guia,
 Contento vive o ano, o mês e o dia.

O final da ode é de um poeta cristão, com preocupações de moralista. Horácio recomendava uma forma de «fruição do tempo que passa» (*carpe diem!*) em que as preocupações do fim último eram afastadas por meio do vinho ou do amor. Ferreira, por seu turno, crente na existência de uma vida extra-terrena que impõe obrigações de conduta durante a permanência na terra, preconiza «honestos prazeres, sãs lembranças».

Na ode IX de Camões, a presença das três odes horacia-
 nas da Primavera é ainda mais facilmente reconhecível:

Fogem as neves frias
 dos altos montes, quando reverdecem
 as árvores sombrias;
 as verdes ervas crecem,
 e o prado ameno de mil cores tecem.

HOR., *Odes*,
 IV, vii, 1-3

Zéfiro brando espira;
 suas setas Amor afia agora;
 Progne triste suspira
 e Filomela chora;
 o Céu da fresca terra se namora.

IV, xii, 5-8

Vai Vénus Citareia
 cos coros das Ninfas rodeada;
 a linda Panopeia,
 despida e delicada,
 com as duas irmãs acompanhada.

I, iv, 5-6

IV, vii, 5-6

Enquanto as oficinas
dos Cíclopes Vulcano está queimando (7),
vão colhendo boninas
as Ninfas, e cantando,
a terra co ligeiro pé tocando.

I, iv, 7-8

.....
Assi se vai passando
a verde Primavera e seco Estio;
trás ele vem chegando
despois o Inverno frio,
que também passará por certo fio.

IV, vii, 7-12

Ir-se-á embranquecendo
com a frígida neve o seco monte;

.....
Porque, enfim, tudo passa (8);
não sabe o tempo ter firmeza em nada;
e nossa vida escassa
foge tão apressada
que quando se começa é acabada.

IV, vii, 7

Que foram dos Troianos
Hector temido, Eneas piadoso? (9)

IV, vii, 15

.....
O bem que aqui se alcança
não dura por possante, nem por forte;

(7) Camões tinha diante a lição *urit* ainda mantida hoje na ed. Hachette, de Plessis et Lejay. As edições críticas, mais modernas, de Villeneuve (Les Belles Lettres) e de Kiessling-Heinze-Burck (Weidmann) preferem *uisit* que a primeira justifica no aparato crítico e a segunda em nota.

O texto de Camões é o das *Rimas* (Coimbra, 1953) de Costa Pimpão.

(8) Toda a estância glosa o *Immortalia ne speres* de IV, vii, 7.

(9) No passo horaciano (IV, vii, 15), só figura o *pater Aeneas*.

que a bem-aventurança,
durável de outra sorte,
se há-de alcançar na vida para a morte.

Porque, enfim, nada basta
contra o terrível fim da noite eterna;
nem pode a deusa casta
tornar à luz superna
Hipólito da escura noite Averno.

IV, vii, 23-28

Nem Teseu esforçado,
com manha, nem com força rigorosa,
livrar pode o ousado
Piríto da espantosa
prisão Leteia, escura e tenebrosa.

A ode de Camões é baseada sobretudo em IV, vii, de que aproveita o começo e o fim, terminando da mesma maneira, além de versos intermédios. Outras sugestões vêm de I, iv e de IV, xii.

Tal como Falcão de Resende atrás lembrado, Camões parafraseou IV, vii, 5-6, escrevendo: «a linda Panopeia, / despida e delicada, / com as duas irmãs acompanhada.»

As Graças eram Aglaia, Talia e Eufrosine. Mas Talia é, na *Eneida* (V, 826) de Vergílio, o nome de uma Ninfa, além de ser também, geralmente, o da musa da Comédia e até, em Horácio, o da divindade tutelar da poesia lírica.

Portanto, se Talia que era Graça podia ser Ninfa, também Panopeia que era Nereida não fica mal em Camões como Graça, «despida e delicada», à semelhança afinal da própria Vénus que nasceu da escuma do mar. Basta associar mental e imaginativamente a Vénus do «Nascimento de Vénus» de Sandro Botticelli, inspirada por um poema de Policiano, com as três Graças da «Primavera» do mesmo pintor florentino, para ter uma ideia do mundo de visões

plásticas que se agitava no pensamento de Camões (10). Todavia, os «nus» camonianos estão mais perto da pintura de maior plenitude sensual, saída posteriormente de Veneza. Refiro-me às pinturas verbais de «nu» de *Os Lusíadas*, sobretudo.

Voltemos porém à ode IX do nosso poeta, em que, à semelhança de António Ferreira, Camões revela uma concepção cristã da vida, no tratamento dos motivos de Horácio. Para o romano, porque o destino final é o nada e o vazio (*fabulaeque Manes / et domus exilis Plutonia*) ou a escuridão do Hades (*inferis... tenebris*), é preciso afastar os cuidados desta vida com o vinho.

Os dois poetas portugueses reconhecem a vida eterna do Cristianismo por meta final. Desde modo, versos como

Cuncta manus auidas fugient heredis, amico
quae dederis animo

são substituídos por conselhos sobre a maneira de passar a vida presente sem inquietações desnecessárias, e de alcançar, no fim, a eterna bem-aventurança. Assim, veja-se a estrofe que precede as duas da conclusão da ode de Camões e ocupa nela o mesmo lugar que os versos de Horácio (IV, vii, 19-24) substituídos: «O bem que aqui se alcança...».

(10) Note-se que Vénus e as Graças são frequentemente associadas, e que estas, *Gratiae* ou *Charites* (Χάριτες), são variáveis em número e em nome, como afirmam os tratadistas de Mitologia, antigos e modernos.

Um dos mais consultados no Renascimento foi Boccaccio, autor das *Genealogie...* (Veneza, 1494), que no livro V, cap. xxxv, escreve: «Pasihea & Egyales & Euphrosyne, quae Gratiae seu Charites appellantur, ut placet Lactantio, Iouis et Authonoi fuere filiae. Has dicunt Veneris esse pedisequas...»

Pasitea, com deslocação do acento para a penúltima sílaba, bem podia dar *Pasiteia* e daí a sugestão para *Panopeia*, como traz Hernâni Cidade, em nota ao passo, na edição Sá da Costa.

É curioso notar que também Falcão de Resende vai mais longe nestes passos do que as habituais versões parafrásticas, inevitáveis em quem traduz em verso rimado. Substitui e cristianiza, como já tive ocasião de notar em trabalho anterior (¹¹).

A série de composições do século XVI, inspiradas pelas odes horácianas da Primavera, tem no soneto *O Sol é grande*, de Sá de Miranda, a meu ver, uma das produções mais notáveis.

Nunca li que antes alguém tivesse aproximado o famoso soneto mirandino das odes da Primavera, de Horácio. Muito ao contrário, Menéndez Pelayo escreveu dogmáticamente: «En la lírica no fué horaciano Sá de Miranda, mas sí en las epístolas, que son su mejor título de gloria» (¹²).

Todavia, à parte a situação do tempo trocado, que foi o ponto de partida das considerações melancólicas de Sá de Miranda (¹³), tudo o resto é o eco de atitudes horácianas.

A própria paisagem inicial, com a água que cai e convida ao sono, pertence à tradição bucólica romana (cf. VIRG., *Buc.*, I, 51-55; *Georg.*, II, 468-471) e ocorre em Horácio, na espirituosa paródia do bucolismo burguês, que é o Epodo II:

Labuntur altis interim ripis aquae,
queruntur in siluis aues
frondesque lymphis obstrepunt manantibus,
somnos quod inuitet leues. (¹⁴)

(¹¹) *Cuncta manus avidas fugient heredis, amico | quae dederis animo* (IV, vii, 19-20) é vertido por *Só livras das famintas mãos do herdeiro | Os bens que das aos dinos*. Cf. o artigo citado na nota 4.

(¹²) *Op. laud.*, III, p. 475.

(¹³) Cf. Costa Pimpão, «O Soneto *O Sol é grande...*» in *Biblos*, XIV (1938), pp. 265-312, artigo em que se discute a época da composição do soneto, a sua interpretação, e se fazem observações de crítica textual e de métrica.

(¹⁴) «Deslizam, entretanto, as águas ao longo das margens altas, queixam-se nos bosques as aves, e os ramos soam com as linfas que jorram, convidando a agradável sono» (*Ep.*, II, 25-28).

Sá de Miranda toma a posição oposta da tradicional na poesia latina, que lhe devia ser bem conhecida. Em Vergílio e Horácio, para falar só dos mais lidos então, a água que cai incessantemente ou incessantemente corre, convida ao sono; ao nosso poeta, pelo contrário, despertá-lo-ia, se tivesse adormecido:

esta água que d'alto cai acordar-m'-ia
do sono não, mas de cuidados graves. 4

A interpretação é válida, com ou sem ponto de interrogação no terceiro verso, mas a interrogação não me parece necessária.

O que vem a seguir é uma paisagem de Inverno, em dia excepcionalmente calmoso para a estação, mas dia de Inverno, apesar de tudo. A recordação de outras épocas do ano, ou melhor, de uma época, a Primavera, é sugerida por aquilo que o poeta já viu naquele mesmo local e hoje não vê:

Eu vira já aqui sombras, vira flores,
vi tantas águas, vi tanta verdura, 10
as aves todas cantavam d'amores.

Tudo é seco e mudo;.....

Esta sucessão de estações, implícita na mudança de paisagem, esta deterioração da natureza, paralela do decair progressivo da vida humana, faz lembrar a ode vii do livro IV de Horácio.

O sentimento da transitoriedade da vida é já nosso conhecido, das odes da Primavera, e também ocorre em outros passos que não achei necessário aduzir. Assim, é inegável o espírito horaciano de versos como:

Ó cousas, todas vãs, todas mudaves, 5
qual é o coração qu'em vós confia?
Passam os tempos, vai dia trás dia,
incertos muito mais que ao vento as naves.

Finalmente, o contraste entre a natureza, em que o ano morre para renascer, e a existência dos homens, condenada a fim inelutável, é a própria essência de IV, vii:

Damna tamen celeres reparant caelestia lunae:
 nos ubi decidimus,
 quo pater Aeneas.....
 pulvis et umbra sumus. 16

E é também a essência do soneto de Sá de Miranda:

Tudo é seco e mudo; e, de mestura,
 também mudando-m'eu fiz doutras cores:
 e tudo o mais renova, isto é sem cura! 13

A semelhança entre as duas composições é tal, que comentários sobre a estrutura ideológica de IV, vii, feitos pelo Professor Eduard Fraenkel, no seu *Horace*, se aplicam ao soneto português, como se tivessem sido escritos para ele: «Thus, in an almost imperceptible movement, we have been gliding from the antithesis of winter and spring to the idea of the merciless mutability of all things in the world, and from that idea to the notion of the perishable nature of man. The thought seems to be darkening more and more until the cheerfulness of the beginning has all faded away». (15)

Assim, a ode vii do livro IV de Horácio, que o Professor A. E. Housman, igualmente famoso como poeta e como latinista, considerou «o mais perfeito poema da língua latina» (16), é também a principal fonte de um dos mais belos sonetos da língua portuguesa.

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

(15) *Op. laud.*, p. 420.

(16) Cf. L. P. Wilkinson, *Horace and his lyric poetry*. Cambridge, 1946, p. 40. Gilbert Highet, *The Classical Tradition*, Oxford, 1951, p. 497.

EM DEMANDA DO SEGREDO AFRICANO

O MISTÉRIO DO SANGUE NA FLORESTA

Comprei um burrinho e fiz-me almocreve. Um burrinho com asas — um pequeno avião — não de altos voos, mas paciente para a carga e contentando-se para pastar com campos pequenos. Com ele me fiz almocreve nos atalhos escusos da guerra, a levar abastecimentos urgentes, correio (com o alimento ainda mais saboroso das cartas das mães e das noivas), algum ferido ou doente...

Humilde situação invejável sem peso de responsabilidade a não ser a de não deixar entropicar o burrinho que tem aliás patas bem calçadas e asas seguras.

Mas gozo intensamente o sentimento de me ver desta maneira, embora modesta, associado ao Exército Português a enfrentar talvez a maior ocasião da nossa história; nessas andanças é-me assim proporcionado grandioso espectáculo, pois ao mesmo tempo visiono todo o nosso passado de glórias maravilhosas e abrem-se-me os olhos na ansiedade esperançada de ver como vai corresponder a geração actual à herança opulenta.

I — *Fidelidade a nós mesmos.*

E isto já eu vi com minhas poucas luzes: também no problema da guerra, como nos outros problemas africanos que vimos estudando, a solução está em sermos fieis ao melhor de nós mesmos, em buscarmos no passado os puros modelos para que o Exército Português de hoje encarne o

espírito do exército português de sempre. O melhor de nós mesmos. E temos o direito de aproveitar da história só o puro ouro: nos próprios heróis abstrair do que for sombra.

II — *Missão africana de Portugal.*

E qual é hoje a missão do Exército Português em Angola à luz desse clarão, dessa fogueira de glória, de imperativos, de responsabilidades, que as várias gerações foram acendendo e ateando para nos iluminar os caminhos de agora?

A essa luz, tal missão é bem vasta e transcendente, nem o distraído espírito público tem a noção de toda a complexidade, altura, nobreza dos seus objectivos; sendo aliás bem necessário que o próprio Exército e com ele toda a Nação deles se compenetrem com profundo sentimento e inteligência.

Oferece-se ao nosso Exército um momento altíssimo, talvez o momento supremo da história de Portugal.

Bastaria para justificar a sua presença e a sua acção a finalidade de castigar e suprimir o terrorismo cujas monstruosidades abomináveis clamam por exemplar repressão; e para isso bastaria também o escopo da salvaguarda da nossa soberania, inspirador de energias ardentes, pois basta o pensamento do que seria Portugal mutilado de Angola, para nos dar a lancinante dor quase física de sentirmos mutilado o nosso próprio corpo.

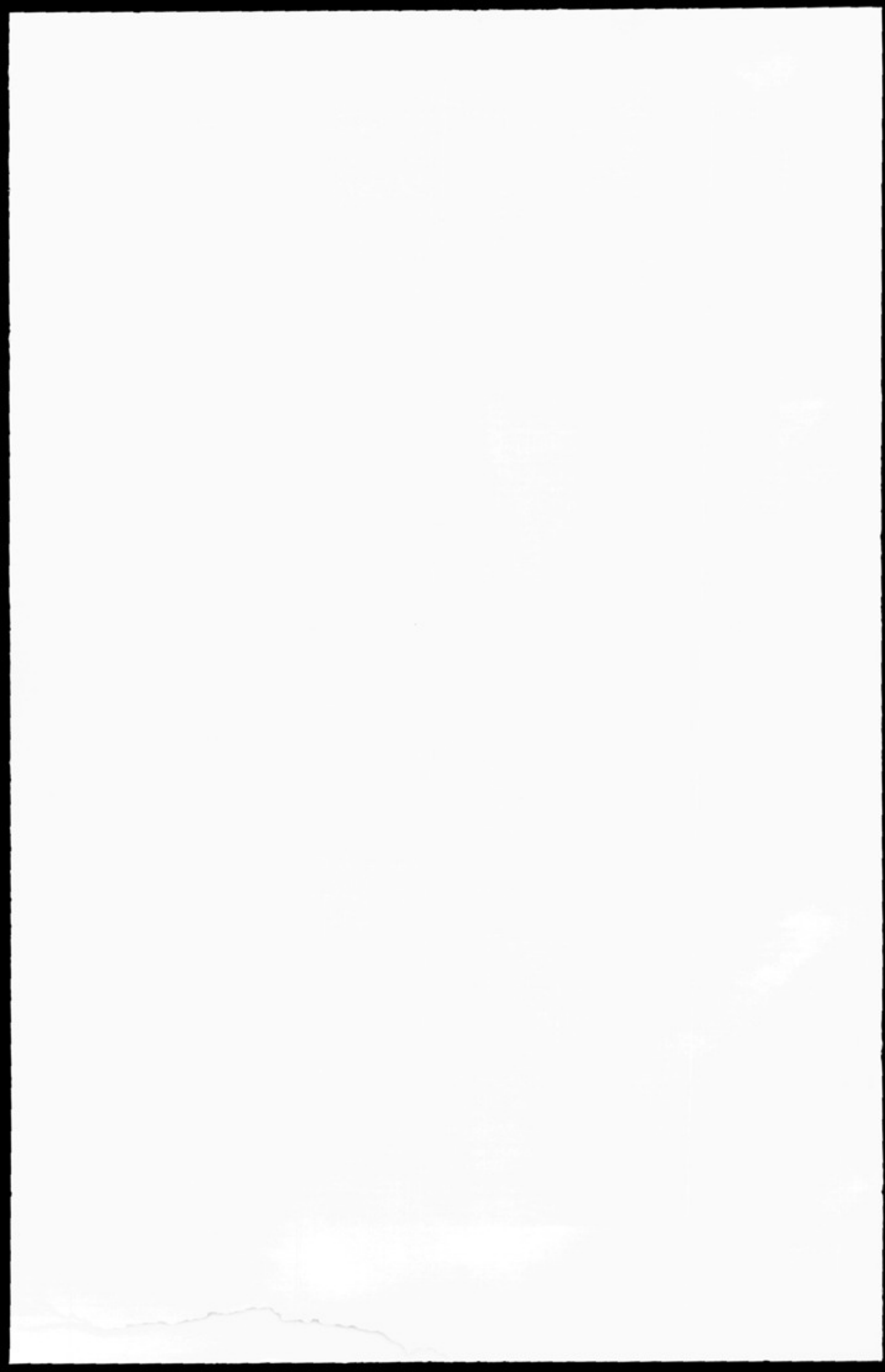
E nunca se poderá esquecer a Índia...

Mas não é tão-sòmente a vida, a honra e a fazenda dos portugueses ou os interesses de Portugal que as Forças Armadas estão defendendo em Angola; elas também aqui representam a barreira da ordem mundial contra o avançar de uma nova barbaria, a trincheira última da defesa da Europa, da raça branca, do Ocidente, do Cristianismo.

Perante a agressão dos neo-imperialismos bárbaros, perante, por exemplo, a bravata de um Ben Bella a ameaçar com a cavalgada dos muçulmanos sobre as ruínas da catedral de Nossa Senhora de Paris, o soldado português



O Dr. Pequito Rebello no Campo de Santa Eulália junto do seu «burrinho aéreo»



em África poderá ter hoje contra os novos turcos função histórica semelhante à dos seus antepassados no Oriente atacando pela retaguarda os invasores da Europa.

E nesse caminho é preciso ir até ao fim: ressurja em nós todo o espírito do antigo Portugal cristão, e para além da defesa da soberania ou da civilização, consideremos acima de tudo, como justificação da nossa presença no Ultramar, o serviço da verdadeira Religião e o seu direito, não só a ser conservada, mas a expandir-se a todo o orbe.

Nos tempos antigos, grande força advinha ao soldado português de sentir-se o campeão da verdadeira Fé; e hoje em dia se queremos vencer temos de novo que tornar bem explícita a ideia de que a nossa guerra é uma cruzada, ideia que aliás já existe em nós, como que em germen, no nosso subconsciente, no nosso sangue, como a maior explicação do paradoxo da persistência da presença portuguesa em África contra tudo e contra todos, perante o abandono, a deserção de todos os outros europeus.

III — *Portugal pacífico, heróico na legítima defesa.*

É o português naturalmente pacífico e a epopeia que lhe é própria é a da legítima defesa contra a ameaça ou a agressão exterior, a da reacção leonina contra o injusto golpe.

Já no passado contra os ventos da história na Reconquista repelimos o invasor infiel, ganhando a glória da precoce libertação do território e dos triunfos exteriores da avançada a Sevilha, das Navas de Tolosa e do Salado. A crise fernandina com a ameaça castelhana quase mortal, deu logo de si a esplêndida floração heróica de D. Nuno, de D. João, dos inclitos infantes, numa superabundância de energia que transbordou para o Mar e o Além-mar até à Índia com o vento de Deus a soprar sobre as velas marcadas com a Cruz.

Descemos ao sepulcro com os Filipes mas, Deus louvado, ao terceiro rei intruso nos levantou um vento de ressurreição.

Depois o vendaval das invasões francesas dos soldados

e das ideias prolongadas em guerra civil e luta de partidos puseram muito doente a pobre Pátria ameaçada nas suas partes de Além-mar pelo imperialismo europeu e pelas insurreições nativas. Mas logo veio a reacção esplêndida das campanhas da Ocupação, tendo sido, aliás, carácter geral das guerras angolanas o da reacção contra traições e matanças pelos indígenas ou contra a agressão dos holandeses.

Por força desta constante da nossa história, o desastre da Índia, os massacres do terrorismo e a ofensiva internacional do «anti-colonialismo», são prenúncio de grande vitória futura: a vitória, contra os ventos da história, do Vento português da história.

O grande vento constante da heróica tradição portuguesa nunca temeu as rajadas efémeras do momento que passa.

IV — *A perfectibilidade das forças armadas.*

Oferecem-se, assim, às nossas Forças Armadas perspectivas muito para além das de uma grande operação de política ou mesmo de uma guerra subversiva, pois se lhes marca o imperativo de estarem prontas e vigilantes para mais altas responsabilidades e de, para isso, irem desde já aumentando a sua preparação num processo de contínuo aperfeiçoamento, para o qual são especialmente aproveitáveis os períodos de inacção desta guerra relativamente parada.

Esta orientação é certamente já — e sê-lo-á cada vez mais — de todos os postos e graus de herarquia militar; mas para o fim em vista parecia conveniente permitir-se que além do termo da comissão pudessem permanecer em serviço todos os elementos que se distinguissem, que assim contribuiriam para se ir aumentando o nível profissional da tropa.

Devemos crer na capacidade dos chefes militares portugueses, capacidade que sempre se desenvolveu e desenvolverá na prática da guerra.

Se é certo que no passado, por vezes, se recorreu à competência de militares estrangeiros, como Schomberg, o Conde de Lippe, Beresford e Wellesley, creio que isso veio

da nossa posição ocidental, longe das encfuzilhadas da Europa, onde maior tensão, mais numerosos conflitos levaram a maior desenvolvimento a arte da guerra, os mestres da qual tivemos por isso alguma vez que recorrer.

Não nos faltaram, aliás, através da história, autênticos génios militares, desde os Afonsinos, por Nuno Álvares e Afonso de Albuquerque, até aos cabos de guerra da Índia, da Restauração, da Ocupação do Ultramar.

E mais teríamos tido ainda se acidentes da história, vicissitudes da política, pressão estrangeira, não tivessem roubado alguns: assim foi inutilizado pelos legistas aquele escol de nobreza militar que Nuno Álvares criaria com as suas doações; assim foram mortos o infante D. Pedro e o seu fiel conde de Avranches práticos de campanhas remotas desses tempos; assim conseguiram os espanhóis que fosse preso o ilustre general europeu D. Duarte de Bragança, para que não pudesse acudir às guerras da Restauração; assim nos falharam para as guerras peninsulares os oficiais levados na chamada Legião Portuguesa que Napoleão incorporou nos seus exércitos; assim vimos cortada pela proclamação da República a carreira de vários dos grandes chefes da Ocupação.

Devemos ter fé na capacidade de Portugal gerar bons chefes militares, de que são ocasiões propícias as guerras, e especialmente agora esta de Angola, desde que haja mecanismo de eleição ou selecção, só dirigida a premiar o verdadeiro valor.

V — *Longos e duros caminhos da vitória.*

Apesar de relativamente parada, esta guerra, ou esta grande operação de polícia, demanda grande esforço e sacrifício.

Inibido o inimigo da possibilidade de sucessos consideráveis, forçado a refugiar-se nos seus valhacoutos perante o dispositivo das forças portuguesas cuja organização e implantação representam, aliás, já por si um êxito grandioso, impõe-se

agora a tarefa de acabar de vez e depressa com as suas emboscadas e armadilhas e toda a sua actividade de banditismo e de traição. Tarefa, aliás, difícil.

Não se julgue que o militar vem passar aqui dois anos de vilegiatura folgada e bem paga, entre aquelas delícias de Cápua, que são as mais perigosas inimigas do potencial guerreiro.

Impõe-se-lhe, pelo contrário aplicar-se deliberadamente a continuados exercícios e operações activas, arrostando com as intempéries e os sofrimentos, o calor ou o frio, a fome, ou a sede, a fadiga extenuante, as distâncias enormes, as dificuldades de orientação e comunicação, através do mato impenetrável, onde se tem de rastejar sob as espinhosas para de repente, do escondido da floresta, deflagrar a mina ou a descarga que traz o ferimento, o aleijão, a morte.

Com tudo isto se continua a tradição da resistência física dos nossos soldados.

Já Camões assim os descrevia:

*Quais rompentes leões e bravos touros,
Dando o corpo a fome e vigílias
A ferro e fogo, a setas e pelouros
A quentes regiões, a plagas frias...
Não cos vários deleites infinitos
Que efeminam os peitos gloriosos...
Engolindo o corrupto mantimento,
Temperado com um árduo sofrimento.*

Porque não é a guerra só a fúria exaltada da refrega; é também o esforço longo, continuado da marcha que parece interminável através dos meses e dos anos.

É da história de todas as guerras esse labirinto dos itinerários sem fim por estradas e por atalhos; quantas vezes à execução da marcha acresce a de ser forçada.

E por saber marchar foi celebrado o português, como quando, na guerra de 1761, fez a marcha de 50 léguas de Pinhel a Codes logo seguida da contra-marcha para Pinhel, quando o Conde Lippe dizia das nossas tropas: «com quem

saiba conduzi-las elas irão a toda a parte e combaterão quem se quiser; marcharão sujeitando-se às maiores fadigas, sem um murmúrio e vivendo apenas de pão e água, com um dente de alho como condimento».

São de lembrar também os percursos enovelados da guerra peninsular quando o inimigo Massena louvava o soldado português de inteligente, sóbrio e infatigável na marcha.

E em África quantos passos não deu o soldado português!

Destacamos só agora a marcha dos portugueses de Cristóvão da Gama nas montanhas da Abissínia por cima de precipícios e alcantis; e em tempos recentes notamos como Couceiro e João de Almeida, ao descreverem as suas leves bagagens de campanha, não se esquecem de mencionar entre os objectos que levavam nas algibeiras o «pedómetro», instrumento que conta os passos de cada dia, e que podemos tomar como símbolo da importância que a marcha tem na arte da guerra. São lições para nunca se esquecer que, se os *jeeps* facilitam as comunicações, a guerra, essa, só pode ser ganha a pé.

VI — *Árduo trabalho antes da glória.*

Além da marcha, outros esforços tem de fazer o soldado, antes do esforço último da refrega. Antes de o sol brilhar ao sol das batalhas, tem o sangue de alimentar dentro das veias e artérias muito trabalho muscular e muita energia nervosa nessas funções subsidiárias, indirectas, preparatórias, que concorrem para o fim último da vitória e às quais deve o militar a mesma devoção que lhe merece a acção de combate.

Não é preciso ir buscar o exemplo dos antigos legionários romanos, construindo pontes, muralhas, estradas; nem dos modernos colonos de Israel, lavrando quase ao mesmo tempo que combatem. Em nossos anais há honrosa memória de guerreiros aplicados, para a erecção de fortalezas na Índia, em trabalhos manuais de carregadores ou pedreiros, dos quais se não escusavam os próprios chefes.

E diz o cronista que aqui mesmo em Angola, no forte de Massangano e sua igreja, foram «os valorosos portugueses os que tinham assistido por suas mãos a fazer as taipas de pilão sendo eles os taipeiros e os que trabalhavam em tudo o mais necessário, estando junto com as armas na mão defendendo-se» e em outro passo diz: «...dando o Governador o exemplo obrando com suas mãos junto com a infantaria o vi entupir as trincheiras e baluartes de terra e faxina...».

E o nosso Exército em África já muito tem afirmado este princípio da sua polivalência, muito tem contribuído com actividades várias, ao mesmo tempo conducentes à vitória e ao progresso geral.

VII — *O inimigo vegetal.*

Importante é o problema das dificuldades naturais, as distâncias enormes, o relevo alteroso e a impenetrável floresta.

Há que combater a natureza antes de combater o homem e seria erro grave não considerar que maior inimigo que o terrorista é a floresta e maior inimigo que a floresta é o seu sub-bosque, o emaranhado máquis de matos e arbustos espinhosos em que quase só de rastos se pode entrar.

Por isso a abertura de aceiros, picadas e estradas, seccionando essa imensa fortaleza inimiga, todos reconhecem que é uma das tais actividades preparatórias da vitória.

Com as suas estradas os romanos dominaram o mundo e muitos resultados obtiveram os franceses na pacificação da Argélia atrás dos *bulldozers* da engenharia militar abrindo pistas.

A importância deste aspecto foi-nos indicado desde o início pelos próprios terroristas ao interromperem as estradas e picadas por meio de valas e abatizes.

E a despesa do trabalho referido será em muito reduzida pelo facto de em parte ser atribuída, como preparatória, à conta da futura rede de estradas ligando fazendas e povoações.

*

É tão importante, entre as realidades desta guerra, a entidade floresta, que importa fazer uma digressão, ainda que longa, para mostrar como ela estava sempre terrivelmente presente nas guerras angolanas do passado.

Basta citar, sem comentário, algumas passagens do historiador Cadornega ⁽¹⁾:

«...os sobas dos Dembos fiados em seus fortes matos e bosques...».

«...numa expedição contra o Dembo Ambuila tivemos dois Dembos como aliados os quais abriram por meio de roça um caminho espaçoso para o nosso exército passar, dizendo que nos podíamos gabar que até então ninguém entrara nos seus matos...».

Sobre a expedição contra o soba Angolomen Acayta e seus empures se escreveu que «o exercício das armas os tinha feito mestres»; e que «por mais que se intentou com valor e resolução não se pôde conseguir entrar em razão de que os que iam a entrar não viam por onde haviam de caminhar, e os de dentro frechavam a nossa gente com pouco risco e atiravam com mosquetes e espingardas...».

Na expedição contra os sobas Dambi Angonga e Quitexi Candami, nota-se «grande resistência à entrada dos seus matos com denodado valor, os caminhos todos atravancados de arvoredos grossos. Vendo o capitão-mor e mais cabos o pouco que se obrava nas entradas daquelas tão bastas silvas, com moradas muito distantes, demo-nos por satisfeitos com o dano pelos arredores, assolando libatas, arimos, lavouras e tomando gente...». «Como pelejavam quase cobertos dos matos nos feriam muita gente nesta

(1) António de Oliveira Cadornega: *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa. Agência Geral das Colónias, 1940-42, 3 vols.

intrincada guerra... cada palmo custava aos portugueses muito sangue... achavam-se as povoações abandonadas, vazias, tudo tinham metido no íntimo dos seus matos e fundeirões... punha-se-lhes o fogo...»; «em tão espesso país a perseguição só podia fazer-se com gente moça e de bom pé e com a guerra preta».

«O Dembo se fiava na fortaleza dos seus matos; e cada povoação era casa por casa uma fortaleza guarnecidas todas de munguenge ou cajazeiro que são árvores mui altas de espinho mui basto e doble que plantam de indústria para seu resguardo deixando só um caminho estreito em torcicolo para sua serventia...». Tem «pedras mui fortes que lhes servem de fortalezas, especialmente espaçosas as de Ambuila...».

«O soba Nambuangongo dispôs muitas emboscadas, a natureza do terreno havia até ali vedado os passos de algum branco...».

*

Estas dificuldades de outrora são as mesmas que hoje encontram os nossos soldados... mas dispomos hoje de instrumentos mais eficazes para superá-las. E vale bem a pena esta luta contra a floresta, tem perspectivas de profundo significado.

A floresta virgem é a expressão da vida selvagem, a fortaleza da barbária, o santuário dos ídolos e feitiços.

Uma cultura primitiva encontra lá o seu mundo, o seu abrigo, alimento, refúgio, educação, imitando-a no seu vegetar de ritmo lento.

A actividade do homem, ali, tende para o mínimo esforço da colheita natural ou para o máximo esforço eventual da luta contra a fera ou o outro homem.

O homem branco, cristão, ao chegar, não tem que destruir a floresta brava mas sòmente ordená-la, civilizá-la, cristianizá-la.

Abri-la com picadas e estradas, dividindo-a em secções, como que em ilhas mais fáceis de abraçar.

Distinguir entre as suas essências as úteis e a ruins, dando a certas plantas e produtos como o café, a borracha e o marfim, que não são de primeira necessidade, uma valorização resultante do estado adiantado de refinamento da sua própria civilização. Trazer de fora árvores e outras plantas de utilidade, como a mandioca, a bananeira, o amendoim e tantas outras que os portugueses introduziram com grande benefício da alimentação nativa.

E a floresta precisa ser desbastada para que o café e outras plantas possam prosperar, para que o sol possa entrar; e que atrás dele entre o sol próprio Cristo desvanecendo as sombras da superstição.

Que na extensão enorme desta floresta, o homem branco e cristão vá implantando as suas moradas em que haja ao mesmo tempo o fortim, a granja e a igreja missionária, as quais, ocupando aquela quota parte da fecundidade da terra que o nativo não pode abraçar na sua actividade económica rudimentar e por isso sem afronta dos seus direitos, possam ir desenvolvendo essa riqueza e ao mesmo tempo atraindo suavemente o nativo a uma vida civilizada e cristã. Esta linha de rumo, este ideal, encontrei-o bem definido no fortim da serra de Cananga, junto a Nova Caipemba, do Corpo de Voluntários de Angola.

Ali, depois de em rijo combate terem conquistado aquela posição, logo abriram por suas mãos uma estrada ou picada serpeando pelos alcantis e por suas mãos também construíram o fortim lá nessa crista da serra donde fazem guarda vigilante e logo iniciaram uma interessante experiência de colonização florestal, por meio de colonos que vão aproveitando as madeiras úteis numa serração que ali mesmo foi montada.

E finalmente, por suas mãos também, ali construíram uma linda capela a Nossa Senhora do Monte, bom símbolo desse espírito missionário que nunca devia deixar de ser considerado o alfa e o ómega da nossa expansão no Além-Mar.

Se no sertão e na floresta entramos como representante de uma civilização superior, esta só será verdadeiramente tal se for integral, se a espiritualidade acompanhar a realização material e técnica e se o próprio progresso e refinamento nos não tiver amolecido e roubado a energia vital.

Com essa condição é legítimo usar da superioridade das nossas armas e máquinas; como outrora foi legítimo impor o nosso domínio civilizador e cristianizador, contra aqueles que receberam com hostilidade o nosso convite de paz, pela nau e pela artilharia; agora nos cabe utilizar o motor, o avião e, neste caso especial, o *bulldozer* com toda a utensilagem moderna que facilita, como nunca antes, o desbravamento da floresta bravia, nosso inimigo n.º 1. Ouvi até preconizar, como de evidente vantagem, que cada unidade da frente de operações dispusesse de um *bulldozer* desflorestador privativo.

VIII — O povoamento como meio de vitória.

Aconselham alguns outro meio indirecto, mas importante, de apressar a vitória: o povoamento intensivo da zona infestada pelo terrorismo, colonização que deveria, pois, que ter em parte carácter militar.

Estamos diante da dramática necessidade de remediar como em improvisação a antiga carência de não se terem, em devido tempo, colocado um milhão de brancos em Angola, para maior garantia dos nossos direitos soberanos, melhor equilíbrio racial da população e maior possibilidade da sua cristianização .

Por ser muito difícil agora a colonização espontânea, visto que os emigrados preferem outros países como a França, pode pensar-se que o material humano dos nossos soldados aqui presente constitui talvez a última possibilidade que nos é dada de um povoamento rápido e em larga escala de Angola, ao menos das suas zonas críticas. Por isso há que louvar a obra dos soldados colonos, mas há quem aconselhe ampliá-la a muito maior escala e situá-la na própria zona de operações,

à vista das unidades de modo que o sucesso e satisfação dos primeiros colonos servissem de estímulo e exemplo a muitos outros.

Colonização com soldados brancos e pretos. Poderiam ser aceites os das populações fugidas que se apresentassem em certo prazo, considerando pelo contrário expropriados das suas terras aqueles que no mesmo prazo não fizessem a sua submissão.

O soldado colono seria ajudado e protegido pelo própria unidade, mas ele próprio trabalhando com a espingarda ao lado continuaria sendo elemento disponível para o combate.

Para o fim da colonização, seriam imediatamente licenciados os que preenchessem as devidas condições e o desajassem, substituídos logo por novos recrutas.

Unidades militares, talvez até especializadas, se aplicariam a trabalhar directamente na agricultura ocupando fazendas ou fundando outras novas, com a assistência de técnicos locais.

Esse trabalho dos soldados, sob disciplina militar, seria o meio de experimentar a sua capacidade de esforço nestes climas e de os iniciar nas práticas culturais da região. Destas unidades mais facilmente assim se destacariam os colonos propriamente ditos para a posse das referidas glebas. Aumentaria, deste modo, o número dos pontos de ocupação e de exploração, apertando a rede em que cada vez menos à vontade se moveriam os terroristas, com o que a colonização exerceria também uma valiosíssima função militar.

A este propósito vamos ainda mais uma vez recorrer à lição do passado na seguinte notícia de Cadornega:

«Foi causa de se sustentar o reino de Angola e as suas conquistas quando Luanda foi ocupada pelos holandeses 7 anos, o ter sido antes distribuída por soldados veteranos a região de Casanze dos arredores da cidade».

Aliás, desde D. Sancho I ficou marcado que a actividade da reconquista tem de ser acompanhada com a do povoamento, considerado este essencial para o próprio sucesso militar.

Também ocorre aduzir que no Vietnam do Sul se confirmou muito recentemente a política das aldeias estratégicas do assassinado Diem; e que, além destas, se procura estabelecer um ponteador de pequenas áreas de base, das quais pouco a pouco irradiará a influência do governo no território vizinho.

Conviria naturalmente reforçar a colonização militar, com todos os recursos disponíveis da colonização civil de Angola, concentrando estes nas zonas estrategicamente convenientes, com o que a colonização civil desempenharia também uma função militar.

Neste campo deve imperar o princípio da concentração que, aliás, domina toda a arte militar.

Concentração no espaço e no tempo. Aplicar na zona crucial e no momento difícil os elementos normalmente dispersos.

Haveira assim que concentrar na zona do terrorismo todos os recursos de povoamento da província de Angola como também todos os meios mecânicos de desflorestação, construção rodoviária, com o que o resto de Angola só seria favorecido, pois o seu maior interesse de momento é que se acabe depressa com o banditismo terrorista e se restabeleçam o equilíbrio das contas e a confiança dos investimentos.

E não só deviam ser lá concentrados todos os recursos de Angola.

Porque são todos os recursos nacionais que se devem a este lugar e momento, porque dele em verdade toda a nação está pendente e dependente.

IX — *Uso sem abuso dos meios técnicos.*

Há que usar criteriosamente os meios técnicos modernos dentro do respeito pela tradição.

Grandes serviços prestam nesta guerra de África, as máquinas, como o *bulldozer* e o avião, o *bulldozer* que pode vencer a floresta e o avião que pode vencer a distância.

Permite nomeadamente o avião, além das gloriosas missões de combate, um mais eficiente exercício de soberania e da defesa militar, com as tropas aero-transportadas que permitem ter os maiores efectivos concentrados no ponto que mais interessa em cada momento sempre com a segurança de poder acudir a outras inesperadas emergências.

Novos meios técnicos da guerra por outro lado se podem desenvolver com invenções que resolvem problemas peculiares do território por meio de um órgão de investigação e experimentação adequados. (Nos Estados Unidos o organismo correspondente tem um efectivo de 40 000 homens).

Com tudo isto, há também que evitar o possível exagero da mecanização: já um escritor atribuiu a decadência militar dos romanos às máquinas de guerra. Nunca o abuso destas deve permitir-se que prejudique o valor humano dos soldados, na sua capacidade de esforço, na sua frugalidade, na limitação dos seus impedimenta.

Bulldozer e avião são máquinas preciosas contra a floresta e a distância, mas não devem arrastar à perigosa ilusão de que distância e floresta deixaram num momento de existir e não foram apenas dominadas e que não há que completar e consolidar esse domínio pelo contínuo marchar e pelejar e pelo adensamento de rede de povoamento que isso sim definitivamente vence os nossos três grandes inimigos: o despovoado, a distância, a floresta, permitindo assim o complemento da nossa obra de civilização e cristianização.

As técnicas modernas também nos dão a vantagem das comunicações fáceis e rápidas com o Governo Central, mas não devem levar ao erro grave de se pensar que a distância se anulou e que da Metrópole pode ser conduzida a guerra em pormenor. Essas facilidades há que aproveitá-las apenas, o que já é que ter sempre, em delegação, no Ultramar, uma autoridade investida da incumbência e responsabilidade de ganhar depressa a guerra e dispondo para isso da necessária liberdade de iniciativa a usar dentro do seu conhecimento directo do lugar e da conjuntura.

X — A Nação com o Exército.

Dentro do vastíssimo âmbito da compenetração da Nação com o Exército em armas, mencionemos primeiro a colaboração militar dos voluntários e dos nativos. Também esta se encontra na tradição das guerras angolanas.

Em tempos antigos muitos dos cidadãos «serviam com armas e cavalos à sua custa com grande gasto da sua fazenda».

São exemplares o caso do Bispo D. Francisco Soveral que na retirada diante dos holandeses, a acompanhou «não pondo diante a sua grande velhice, levando seu arcabuz ao lado para com isso dar o exemplo aos mais»; e o caso de Joana Gomes que com suas filhas e netas no cerco de Muxina tão eficaz auxílio prestou que em prémio lhe foi dada «praça de soldado na fortaleza até morrer».

Por outro lado, também o nosso exército era multiracial, do que foi a maior expressão o comando que exerceu o grande chefe mulato, natural de Angola, Lopes de Sequeira, o vencedor de Ambuila.

E tivemos sempre connosco nativos leais que guerreavam na formação chamada guerra preta ou empacaceiros, com organização e regulamentos próprios e os seus chefes, chamados Tandalas. Avulta entre estes, a figura de António Dias Mussungo o que na batalha de 1635 lançou o seu bastão para as trincheiras inimigas e assim arrastou as suas mangas de guerra preta ao assalto vitorioso. Era personalidade respeitável e teve um filho e neto sacerdotes.

Além disso tivemos sempre por nosso lado, com suas hostes, muitos dos reis, régulos ou sobas (mesmo entre os Dembos).

E bastam estes poucos exemplos, para significar o carácter multiracial e integrado com o povo paisano que tinha a antiga milícia.

Essas características aparecem afinal também na guerra de Angola dos nossos dias.

A colaboração da população civil, que a princípio foi mais que colaboração, porque ela é que teve de suportar

então èpicamente todo o peso da ofensiva facinorosa, em massacres sangrentos e cercos heróicos, está na memória de todos os vivos e ficará na memória imorredoura da história.

Actualmente esta colaboração pode considerar-se representada pelo Corpo de Voluntários, a que já nos referimos, e pela F. A. P., a Força Aérea Voluntária, em que pilotos civis continuam a ter uma acção muito apreciada na zona da guerra.

Também a colaboração do elemento nativo se verificou agora, não só a dos soldados negros integrados nas várias unidades, como a dos trabalhadores que asseguram os serviços agrícolas na zona de operações, com bastante risco de serem atacados e mortos, como muitas vezes o têm sido, podendo dizer-se que está reduzida a um sector étnico muito limitado a parte da população negra revoltada.

*

Esta interpenetração do Exército em armas e da Nação todos sentem que devia ser intensificada ao máximo, não só nos aspectos directos que acabamos de indicar, mas em todas as suas possíveis vastíssimas manifestações.

Com os soldados em acção, devem estar em espírito todos os portugueses, governantes e governados, burocratas e contribuintes, patrões e trabalhadores de todos os sectores da produção; das suas famílias receberão influxos de carinho e estímulos viris ao bom combate, e alargarão esse desvelo familiar organizações como o Movimento Feminino ou a das madrinhas de guerra; o clero lhes dará as sua orações e muitos capelães voluntários para bem das suas almas; na Imprensa e nos livros, os intelectuais darão aos combatentes, a grande consolação de se sentirem compreendidos, e até estimulados pela glorificação dos seus ideais; procurar-se-á, sem prejuízo do segredo militar, que se tornem bem conhecidos os sacrifícios e façanhas de quantos combatem, para que toda a nação lhes possa dar o testemunho da sua gratidão.

XI — *Estrangeiros e traidores.*

Na actual situação de Angola, a história repete-se também quanto à fomentação estrangeira da rebelião nativa.

O que hoje nesse sentido fizeram ou fazem as missões protestantes, os americanos, os russos, os chineses ou os neo-africanos, foi o que fizeram nas guerras antigas os ingleses, os franceses e sobretudo os holandeses.

Assim, por exemplo, no tempo do governador Francisco de Paiva, nos combateu o Conde de Sonho com armas fornecidas por ingleses e franceses; e com estes últimos tivemos dificuldades em Cabinda.

Muito mais grave, tinha sido, porém, a invasão dos holandeses provocando a rebelião geral dos Dembos e o seu afastamento do catolicismo; e os portugueses, entre dois fogos, o do inimigo externo, durante 7 anos em Luanda, e o do gentio em revolta, correram riscos formidáveis, cuja consideração nos deve levar a não desanimarmos perante análogos riscos que hoje nos ameaçam também, por efeito de tenebrosas influências externas.

Outra repetição de um facto antigo nas operações de agora, é a intervenção de portugueses traidores nos acontecimentos, traição de todos os cambiantes, desde o das mais cínica felonias ao da cobardia ou da inconsciência.

Há no passado, só como breves exemplos, o caso de terem sido sabotadas pelos homens de S. Tomé as admiráveis directivas de D. Manuel a Simão da Silva para o Congo; o português que aconselhou o rei de Angola a não receber a paz de Paulo de Novais; o da morte de Lopes de Sequeira por alguns atribuída também a português.

XII — *O rio de sangue da história*

Mas não se resolve o problema da guerra. «sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando» (CAMÕES).

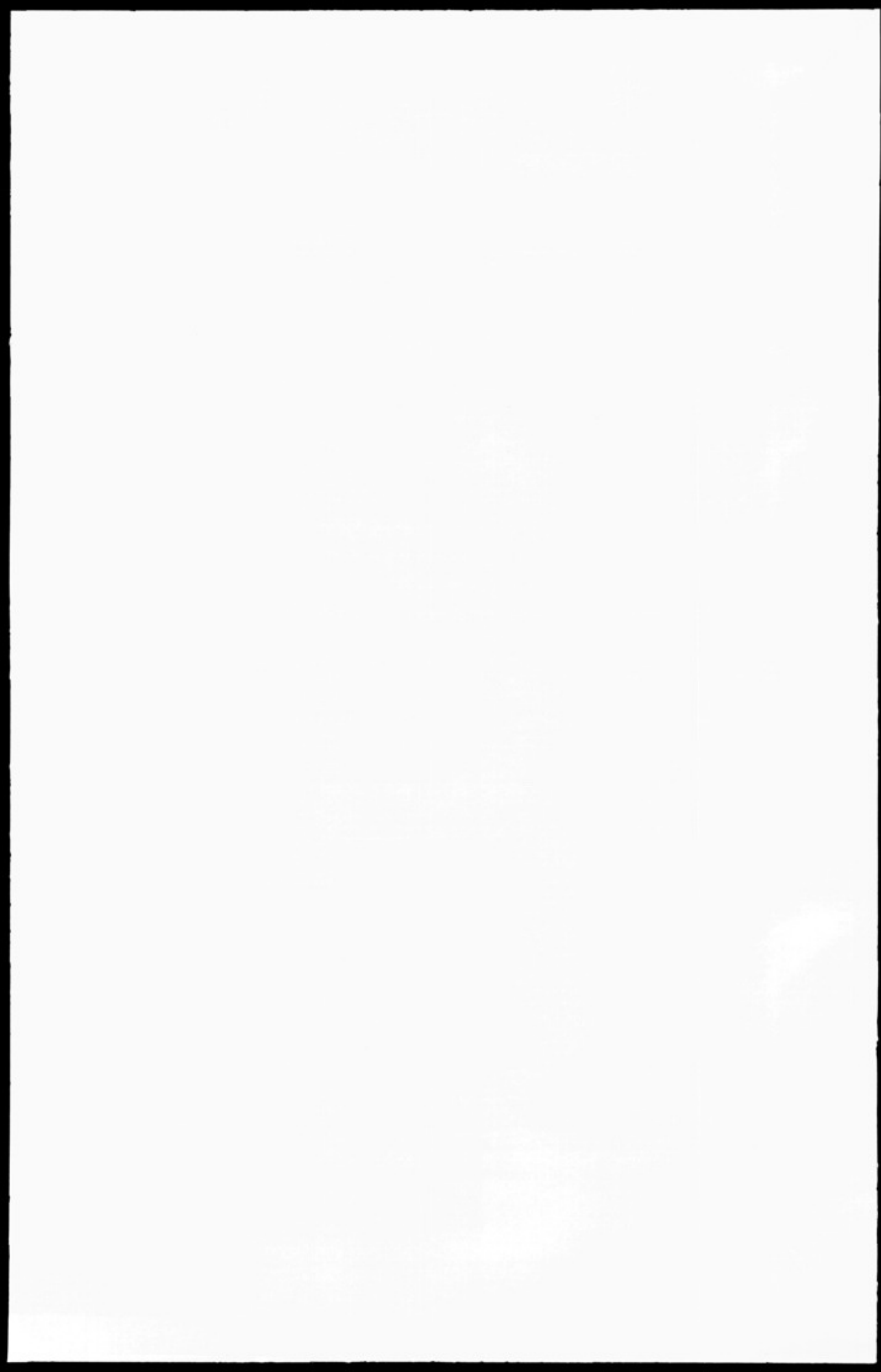
Organizado o exército em toda a sua complexa estrutura



O Autor com o Brigadeiro Oliveira e Souza, Comandante do Sector D
em Muxaluando



Forte dos Voluntários na Serra da Cananga



e desenvolvidas as actividades preparatórias, subsiste o problema último da batalha, que depende de como as mentes e os corações corresponderão aos instantes supremos.

É quando se torna claro que enquanto se não deu tudo, não se deu nada; é quando o sangue corre para com ele se escereverem as páginas eternas.

E nesse campo, o português nada mais tem a fazer do que copiar as melhores páginas de antanho; só dispensado disso, se for para as exceder.

Sempre a regra de ouro: sermos fiéis ao melhor de nós mesmos.

E aqui estamos diante do mistério da guerra.

E Zé Portugal aqui está, patrulhando a floresta, no silêncio da noite.

Ele aqui está como se fosse o Zé Portugal de todos os tempos, diante do mistério da noite, diante do mistério da floresta em que se adivinham rugidos mais ferozes do que os das feras, diante do mistério da montanha como muralha intransponível, do mistério do inimigo traiçoeiro que se esconde, do mistério da mina que pode rebentar sob os pés ou da bala perdida partindo do bastio! O mistério do sangue.

Ainda ontem Zé Portugal aqui viu cair a seu lado um camarada ferido por uma bala traiçoeira da selva: o sangue fresco juntou-se ao sangue antigo de que esta terra dos Dembos está embebida, sangue antigo dos séculos, rio de sangue que é a circulação arterial da história!

Por esta mesma terra combateu João de Almeida tendo no seu efectivo 550 homens, em 3 meses e mais de 1 300 quilómetros de marcha, 18 mortos e 14 feridos, além das baixas por doença ou desastre, e voltando quase todos doentes. A seguir também aqui a coluna do Tenente Pina Guimarães teve em breve tempo vinte por cento de baixas. E antes disso como foi sempre caudaloso aqui o rio de sangue da história!

Não se recorda bastante, quão numerosos combates, quanto sangue nos custou Angola!

E com o sangue, a aflição, o suor, a sede e a fome, quantas vezes a viver-se de frutos silvestres e de uma vez até se comeram gafanhotos em Balacende!

Quantas batalhas, matanças e até derrotas que também sofremos às vezes por emboscadas, descuidos e erros nossos, das quais escapavam dois, um ou mesmo nenhum português, derrotas que mais nos estimulavam para as vitórias definitivas.

À terra quantas vezes tivemos que ir pedir o abrigo das trincheiras e da taipa dos fortins e à floresta o reparo das palissadas e abatizes.

E tudo ficou cimentado e pintado de sangue, o sangue do ferro e do fogo, das azagaias, das lanças e espadas, dos mosquetes e arcabuzes, da artilharia com sua metralha.

E as árvores centenárias de floresta estão a contar ao Zé Portugal estas gestas de tempos idos e a perguntar-lhe se ele é igual aos portugueses de outrora a atrever-se ao mistério do sangue.

E Zé Portugal logo lhes responde que quer ser fiel ao próprio sangue, o mesmo dos pais e avós.

E as árvores acenam com as suas folhas verdes a substituir as folhas secas do Outono, com os seus ramos mortos rodeados de nova viridência.

E entre elas a árvore que se chama quinbaxe e agora é toda uma florescência vermelha, chaga viva com seus laivos irradiantes, mostra-se-lhe como um sangue que breve se derramará ao vento para que venha o outro sangue da nova estação. É como se estivesse a dizer que, por essa fidelidade ao sangue antigo, hoje o sangue se derrama por justiça e testemunha para que possa vir o sangue novo.

E ao espírito simples do soldado é dada esta evidência: o sangue da morte dará o sangue da vida. Ele sente singelamente que na guerra justa o sangue estabelece uma ordem, uma paz, que aumenta o poder do sangue para a vida, que economiza o sangue das lutas fratricidas, os horrores da anarquia.

Já Camões exprimia o objectivo português no Oriente

como o desbarato dos «belacíssimos turcos» após o que pelo Rei «de tudo enfim senhores serão dadas na terra leis melhores».

Esta paz portuguesa, com leis melhores, remédio das guerras intestinas e das tiranias locais é o que continuamos a oferecer à África, a paz comprada com o nosso sangue.

Os fulgurantes actos individuais do sargento Paulo dos Santos e do furriel Nunes Redondo precipitando-se sobre as granadas a explodir e fazendo com suas mortes escudo aos companheiros são o símbolo muito recente do que colectivamente devemos fazer na guerra justa — comprar com o nosso sangue a segurança do sangue.

Foram actos de abnegação total, de supremo holocausto, que se juntaram aos que do fundo da história são a eterna inspiração do soldado português. Martim Moniz entalado na porta de Lisboa, Duarte de Almeida o decepado com o estandarte, o Infante Santo dado por Ceuta, Álvaro Vaz de Almada sacrificando-se à lealdade de cavaleiro, D. Duarte de Menezes morrendo para salvar o Rei. E quantos outros distinguindo-se, sobressaindo. E quantos outros também confundindo-se na massa anónima do heroísmo colectivo: cavaleiros ou homens de pé das hostes afonsinas, peonagem concelhia das Navas de Tolosa ou cavaleiros do Salado, namorados de Aljubarrota, mareantes de Vasco da Gama e bombardeiros de Albuquerque, arcabuzeiros e piqueiros de Alcácer-Quibir, ginetes e mosqueteiros dos terços da Restauração, caçadores do Buçaco, soldados de Mouzinho e de Couceiro.

Parece que de todos e do fundo da história nos chega uma voz imperiosa, imensa como o mar, a compendiar para os soldados de agora, os conselhos e essência da vitória: a obediência ao comando, a diligência no exercício, a celeridade na marcha, a sobriedade no abastecimento, a fraternidade com o companheiro, o desprezo do perigo, a valentia do golpe, o furor da carga, a hábil astúcia, a piedade para o vencido, o desinteresse no despojo, a coragem no ferimento e na morte, o pensamento de Deus!

XIII — *A vigília do chefe.*

No seio da noite, também medita o chefe no seu posto de comando.

O mesmo mistério, mas visto mais profundamente, de mais alto nível.

Amanhã continuará a pequena guerra ou será a grande batalha.

Na hora da decisão e acção estarão em jogo a sua honra, a honra do exército, a honra da Pátria.

Mas esta guerra não se isola de todas as que a precederem, o rio de sangue da história aqui mesmo passará com o seu curso majestoso.

E assim o chefe, ao meditar nas realidades complexas e incertas do comando, sente-se integrado numa tradição viva e dinâmica, sente-se arrastado pelo verdadeiro vento da história que é essa voz de comando dos séculos para a vitória portuguesa.

Na sua cogitação ele vê a imensidade numérica do gentio, e o problema de sempre de com ele estabelecer a própria relação, o problema de, por difícil diplomacia, o atrair, à convivência de paz e até de colaboração militar, mas muitas vezes de o encontrar incerto, versátil e falso ou declarado inimigo, aliado a inimigos externos para a guerrilha do ardil, da emboscada, do armistício de má fé, da retirada ou fuga em verdadeira escamoteação, deixando as aldeias vazias ou largando só o que convém para atrazar a perseguição, e embrenhando-se nas suas florestas, nos despenhadeiros inacessíveis, guerra difícil que tem durado séculos e que convém agora terminar de vez, com o heroísmo antigo e as armas modernas.

Assiste-o nessa meditação a imensa teoria exemplar dos grandes chefes militares da nossa história, os Afonsinos, D. Nuno, Albuquerque, os Restauradores.

Mas já lhe bastam como inspiradores as figuras dos portugueses gloriosos da nossa epopeia africana.

E assim relembra Ceuta e lá vê o moço D. Henrique

armado cavaleiro por suas gentilezas, mas com ele toda a nação, e com esse moço príncipe estava também aquele fidalgo de 90 anos, que lá acorreu voluntário com a sua gente; e logo ocorre o martírio do Infante Santo, preço de Ceuta; e depois as proezas de D. Afonso V, dos Meneses, de D. João II que ainda com 16 anos na tomada de Arzila torceu a espada à força de golpes; e D. Cristóvão da Gama, com os 450 portugueses, que em marchar e batalhar prodigioso salvaram dos turcos, para o Cristianismo, a ingrata Abissínia; e D. Sebastião, desgraçado na guerra, mas que pelo alto ideal e morte de cavaleiro, legou à Nação um tesouro de sentimento que foi o princípio da sua ressurreição, o mesmo D. Sebastião que mandou Francisco de Gouveia a salvar dos jagas o reino do Congo, sucesso importante que não deve esquecer-se no balanço do seu reinado.

E logo relembra Paulo Dias de Novais, a sua vida de nobre ambição e de sacrifício por Portugal e pela Fé, em larga acção de povoador e guerras incessantes, atrás de trincheiras ou muros de fortalezas ou em campo raso repellido o soba Nambuanguo e vencendo o refalsado rei de Angola na batalha de 2 de Fevereiro de 1583. E a seguir repassa breve no espírito a história de Salvador Correia de Sá; a sua determinação audaz de alterando o plano, atacar directamente Luanda e depois o hábil desembarque e tomada dos fortes exteriores, aproveitando a sua artilharia e a primeira investida em 3 frentes contra muros e metralha de que tivemos 1/3 de perdas e logo a rendição dos holandeses intimidados.

E agora na imaginação lhe surge o grande quadro da batalha de Ambuila em que sobre Lopes de Sequeira e o seu quadrado de linhas dobradas se vêem quebrar as vagas sucessivas dos inúmeros inimigos e logo debandaram milhares dos nossos auxiliares negros, mas não nos fraquejaram os chefes, nem o capelão exortando, nem a artilharia, nem a fuzilaria dos «veteranos das batalhas do Alentejo» concentradas metódicamente sobre os comandos inimigos, vindo a morrer o rei do Congo e logo a derrota.

E agora outro quadro, outro tipo de batalha, do mesmo Lopes de Sequeira em Pungo Andongo com paciente cerco à majestosa fortaleza natural das imensas Pedras Negras, fortificados os atacantes que sofreram contra-ataques e sortidas de que os defenderam o eficiente socorro e abastecimento da longínqua rectaguarda até que, sobre a informação dos espiões e acção dos sapadores da terra, se deu o assalto vitorioso na surpresa da modorra matinal.

Já perto de nós, oferecem também o seu exemplo os grandes soldados da ocupação, Mouzinho com a sua lucidez temerária, águia real de voo fulmínio, Couceiro, cavaleiro medieval, mas tão bom cabo de guerra como estadista e ainda João de Almeida.

Foi um dom precioso da Providência a Portugal essa geração de portugueses de ouro com o grande Rei D. Carlos à frente. Mas, desgraçadamente, a plenitude da sua missão se malogrou pelo crime nefando do regicídio, crime contra a Pátria, crime contra Angola.

De todos esses homens, João de Almeida é talvez o mais actual, pela sua acção na região dos Dembos, que hoje tornou a ser o grande teatro. Com grande poder de concepção, improvisação, previsão, foi o homem do reconhecimento audacioso, da eficiente instrução antes da campanha, da acção decidida e oportuna, juntando o estoicismo no sofrimento ao heroísmo na refrega e tornando a vitória perdurável pela construção sistemática de fortes.

Teve também no Sul o triunfo maior de vencer campanhas sem dar um tiro pelo movimento oportuno e diplomacia calma e forte.

Mas nesta hora de meditação o que mais impressiona é vê-lo em certo desfiladeiro a romper através da floresta o cerco das guerrilhas, à frente a guarda avançada varrendo a proteger os sapadores, e os pelotões disparando lateralmente com cordões de atiradores que iam rastejando nos flancos...

*

Nestes pensamentos o chefe se entrega ao impulso do vento heróico de Portugal e com toda a alma se sente prestes para o combate de amanhã; e amanhã será o cavaleiro da guerra justa, a opor o dique da paz de Portugal, da paz de Cristo ao rio de sangue que vem lá do fundo da história, e traz misturado o sangue do criminoso com o do justo.

Este é o mistério do sangue, mas ao sangue do justo o distinguirá pela vitória aquele para quem não há mistérios, Deus, o Senhor dos Exércitos.

XIV — *A espada do espírito.*

O problema missionário é fundamental em Angola, urgindo compensar o longo abandono resultante dos atentados antimissionários e por isso antinacionais de Pombal, de 1834, de 1910.

Mas os missionários não precisam todos de ser sacerdotes. Existe até em Angola uma esperançosa obra de missionários leigos.

E o Exército em Angola deveria considerar-se em certo modo, um exército missionário integrando-se no ideal tradicional do «fazer cristandade» como atitude colectiva da Nação.

Os nossos militares podem ser grandes colaboradores das missões, pela ordem que lhes garantam, pela protecção que lhes prestam, pelo exemplo de uma vida moral e cristã, na isenção de interesses materiais e na resolução de, em nada faltadno aos legítimos direitos da repressão e da defesa, também em nada os exceder, combatendo justamente na guerra justa.

Com isto serão fiéis à melhor tradição, pois lemos que, como prática constante, antes de se empreender uma guerra em Angola «costumavam os governadores pôr em conselho com pessoas doudas e teólogos, Senado da Câmara e prin-

«cipais cidadãos da República» se seria justa a guerra que se propunha...

As ordens do Rei eram no sentido de evitar ou moderar excessos, como quando suprimiu, como molestos para os sobas, os «baculamentos», ou quando ordenou que não se pudesse fazer guerra ofensiva sem ordem sua.

D. João IV, depois da batalha de Ambuila moderou notavelmente as condições da capitulação, oferecendo ao rei vencido «a antiga amizade que os reis de Portugal tiveram com os do Congo». Mas já antes da batalha o governador Vidal de Negreiros recomendara respeito pelos bens e vidas dos subditos do rei inimigo e por sua ordem antes de começarem as hostilidades se teve o escrúpulo de fazer uma devassa provando a sua traição a favor de Castela.

Também depois da vitória de Pungo Andongo o rei de Portugal convidou os nativos a voltar às suas terras onde não seriam molestados, pois os queria «como vassallos e não como cativos».

De outra vez, vencidos os sobas Dembos Ambuila e Nambuangongo, o Governador mandou levantar a guerra, dizendo que sua intenção fora castigá-los e não destruí-los e que a El-Rei não serviam terras desertas, «mas sim povoadas de gente».

Estas notas esclarecedoras da moralidade política do Portugal antigo, vêem em Cardonega, o mesmo historiador ao qual Boxer, em venenoso livro recente, foi buscar o que pudesse interpretar-se aliás com avariado critério, pejorativamente para Portugal, omitindo traços tão sugestivos como os que acabamos de destacar.

Esta atitude moral baseava-se na ideia religiosa, a qual associada à ideia militar, floresceu no maravilhoso espírito da cavalaria. E este não é velharia medieval, mas torna-se mais necessária à medida que se agrava o materialismo dos nossos tempos.

Os seus votos de religião, de pureza, de lealdade, de cortesia, de generosidade para o vencido, de protecção dos fracos, de desinteresse, de zelo pela honra da Ordem, de

desprezo da morte e coragem heróica perante o inimigo, são ainda hoje os mais altos ideais da milícia.

Estes ideais, que desde o princípio se exprimiam nos símbolos do escudo nacional, tiveram em Nuno Álvares a sua perfeita incarnação.

E é do tempo de D. Nuno aquele apelo do município de Lisboa para a reforma religiosa dos costumes como condição de obter a vitória.

Também os mesmos ideais inspiraram a expansão ultramarina que levava como signo a Cruz de Cristo das caravelas e toda a gesta da Restauração, feita sob a égide da Mãe de Deus, proclamada Rainha de Portugal. Do espírito desta última época é testemunha o insigne militar Joane Mendes de Vasconcelos ao acompanhar o seu Plano de Defesa do Alentejo destas palavras: «O que sobretudo é necessário para assegurar tão grande empresa é fazer a Deus propício com rogativas e penitências públicas e secretas e emenda geral da vida e costumes...».

E não faltou também na história de Angola, esta íntima associação de religião e milícia. Rezava-se à vista de todos antes e durante as batalhas; e depois se davam solenemente as graças.

Nossa Senhora de Muxima foi o paládio das primeiras batalhas angolanas.

Na libertação de Luanda, Salvador Correia de Sá trazia «o Arcanjo S. Miguel como guia e alferes».

O espírito religioso se revelava também quando os desastres militares eram atribuídos aos «castigos e pecados que tinha que purgar Angola», dizendo-se a ocupação de Luanda pelos holandeses «castigo que tinha que durar 7 anos»; mas acrescentava-se: «Deus queria castigar e não acabar de todo com o nome português em Angola, nem destituí-la do lume da nossa fé católica».

Mau grado os pecados e os crimes dos homens, o ideal espiritual do Ultramar, sempre existiu no escol autêntico da Igreja e da Nação e especialmente no espírito dos seus Reis; e a sua expressão atingiu a culminância quando

D. Manuel, no Regimento a Simão da Silva enviado junto do Reino do Congo declarava: «Esperamos que naqueles partes se siga muito serviço de Nosso Senhor e acrescentamento da sua fé católica, por que principalmente neste mundo trabalhamos e em navegações de mar tão longe e tanto trabalho nos pomos... posto que vós saibais certo que o nosso intento e lembrança não é de haver proveito de fazenda, sòmente do acrescentamento da fé...». E o reiterou D. Sebastião, quando, vitoriosa a expedição de Francisco de Gouveia que por sua ordem fora salvar o Congo da invasão dos Jagas, não quis aceitar da parte do Rei a oferta da vassalagem, dizendo que só queria a sua aliança pelo desejo de o atrair à Fé Católica.

XV — *A luz no mistério do sangue.*

A pureza de intenção ética e religiosa que tanto enobrecceu as nossas primeira intervenções em Angola, deve ser a mesma que nos oriente neste momento histórico supremo. A verdadeira autodeterminação do nativo está na sua livre aceitação da fé cristã, na escolha do Deus verdadeiro, e tudo o mais lhe será dado por acréscimo.

E nunca será isto uma imposição.

É o próprio nativo, é o próprio banto que sente o vazio espiritual da civilização materialista que lhe ofereceu o colonialismo moderno e aspira a algo mais elevado, que não é decerto a pseudo-religião da democracia, mas sim a luz do Deus vivo.

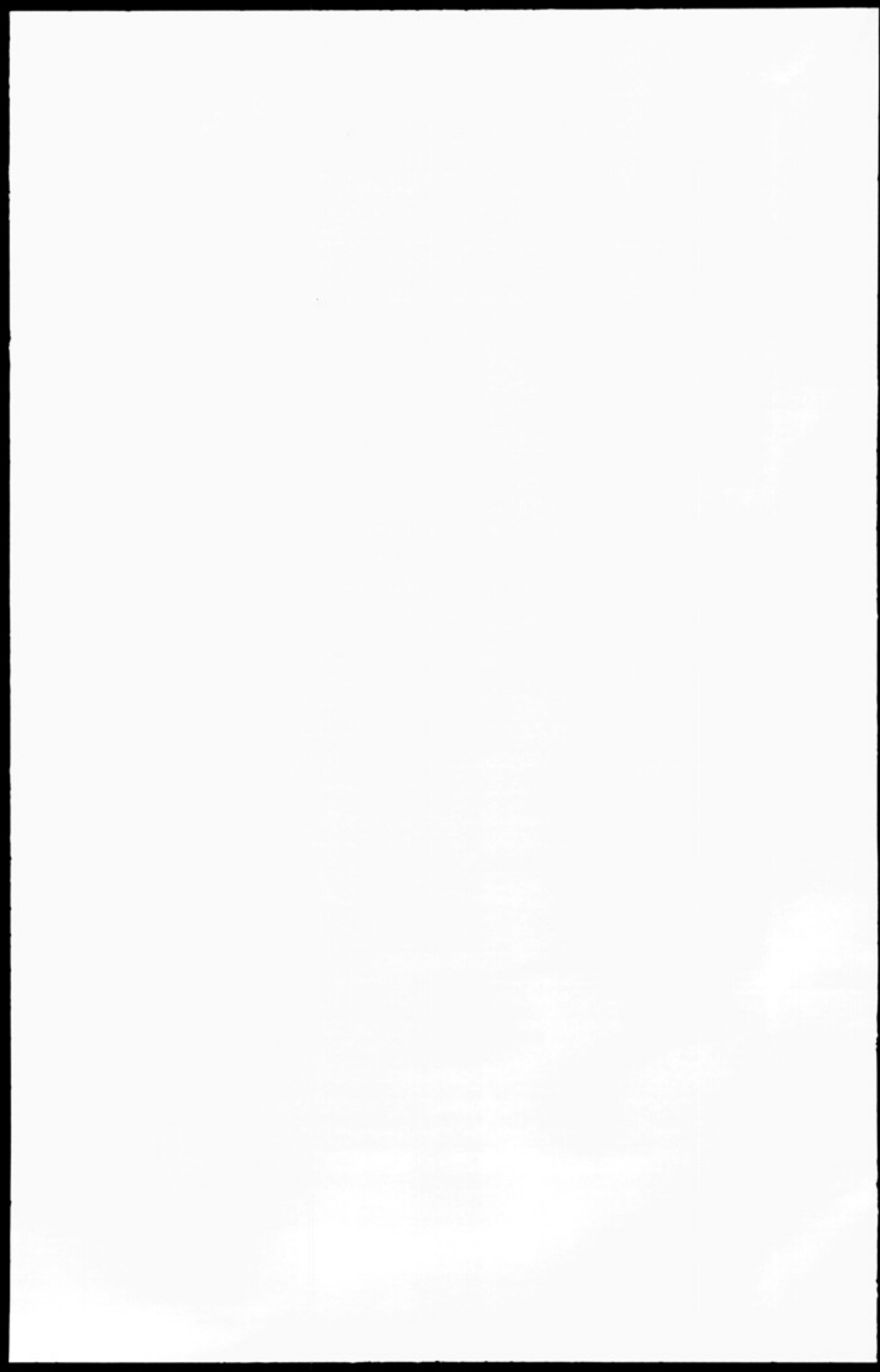
JOSÉ PEQUITO REBELO



Transporte de abastecimentos para o aquartelamento de Zemba



Capela de Nossa Senhora do Monte, junto ao forte de Cananga



O «ACHAMENTO» DA ILHA DOS AMORES

Foi a leitura da obra de Vianna Moog *Bandeirantes e Pioneiros*, que me levantou a suspeita de ter sido a carta de Pero Vaz de Caminha relatando ao rei D. Manuel o encontro da ilha de Vera Cruz, a fonte de inspiração para Camões criar em *Os Lusíadas*, o episódio da Ilha dos Amores, desde que o cronista Diogo do Couto, companheiro do Poeta na viagem de regresso à pátria, registou numa Década que o Poema fôra aperfeiçoado por Camões em Moçambique e ambos, letrados, passando em lenta marcha da nau Santa Clara, bem ao largo da Ilha de Vera Cruz, podiam ter comentado a carta do escrivão de Pedro Álvares Cabral.

Não encontrei provas dessa probabilidade mas a suspeita forçou-me a embrenhar-me na releitura do Canto IX de *Os Lusíadas*, e dos comentários sabiamente feitos pelo Prof. Dr. José Maria Rodrigues na edição nacional, alguns dos quais me pareceram duvidosos e me conduziram ao interesse de investigar a localização da misteriosa ilha.

Efectivamente já Manuel Correia, contemporâneo e amigo íntimo de Luís de Camões, como afirmou na biografia que dele escreveu, declara perentoriamente:

«... muitos tem para si que esta ilha seja de Sta. Helena mas enganaram-se porque foi um fingimento que o poeta aqui fez, como claramente consta da letra.»

Dessa declaração conclue-se que já em vida do Poeta «muitos» estavam interessados em atinar com a localização do eden encantado e, desde as primeiras edições de *Os Lusíadas* até aos nossos dias, profunda erudição e também fantasia de imaginação se têm empenhado na descoberta do ponto em que Camões imaginou firmar a ilha maravilhosa, sem que

sequer se tenha ainda decidido, com provas incontestáveis, se o Poeta a imaginou no oceano Índico ou no Atlântico.

O Dr. José Maria Rodrigues, sem dúvida uma autoridade respeitável, ao fim de meticoloso estudo não nomeia a ilha, mas afirma-a no oceano Índico com segura convicção.

Gomes Monteiro em opúsculo laborioso com carta a Tomás Norton, assegura que a ilha rebuscada é Zanzibar.

O Dr. Luís da Cunha Gonçalves, membro da Academia das Ciências de Lisboa e goense, prefere Bombaim a antiga Bombai, no golfo de Cambaia, ilha da Boa Vida, que assim a chamaram Garcia da Horta e Heitor da Silveira por uma feliz estação que ali gosaram.

Angediva, Ceilão foram outras conjecturas enquanto partidários da localização no oceano Atlântico indicavam as Canárias, como o General Evaristo Leone, outro biógrafo escrupuloso, e Teófilo Braga, açoriano, na sua volumosa biografia do épico, cita dois ilustres terceirenses que encontram a Ilha dos Amores na exuberante vegetação da ilha Terceira.

Outra legião, em tal ambiguidade, decide que a Ilha dos Amores é puramente imaginária, ficção, « fingimento » como Manuel Correia diz ter ouvido ao próprio Camões.

Por tal forma permanece obscura e indecisa a localização da Ilha famosa, sujeita a discussão ainda neste quarto século de estudo do poema universal, que o Dr. Cunha Gonçalves divide os comentadores em realistas e negadores, os índicos e os atlânticos, sem que os mais ilustres conhecedores da língua, portugueses e brasileiros, possam elucidar os professores estrangeiros que se têm dedicado ao estudo da obra-prima de Camões, Storck e Schlegel, Humboldt, Adamson, Cournaud e tantos outros, onde o Poeta imaginou localizar a sua ilha maravilhosa.

Lamentavelmente o desejo de acertar, se bem que louvável, tem conduzido a alterações do original e interpretações forçadas que contradizem a orientação coerente do Poeta genial na composição do episódio, transtornações que aparecem reproduzidas nas mais recentes edições de *Os Lusíadas* e que reclamam a divulgação desta demonstração.

Até mesmo a edição fac-similada de 1943, reprodução da *Revista de Portugal*, admitiu a profanação do original, dessa forma perdendo o seu carácter e valor de simile.

Começaremos por investigar em primeiro lugar em que oceano imaginou o autor situar a Ilha dos Amores e para esse fim impõe-se-nos a análise da rota da viagem de regresso da frota de Vasco da Gama, cujas etapas estão bem indicadas nos Cantos IX e X.

Ancorado em Calecut mas já sem confiança na atitude do Samorim que não correspondia com boa fé às tentativas de estabelecer relações de amizade, o Almirante, sabedor da chegada próxima de uma frota mourisca, deliberou partir de regresso, com a boa nova da descoberta e

..... tornando
Alguns negros, se parte, as velas dando
(IX. 12)

E logo a seguir:

Parte-se costa abaixo...
(IX. 13)

Compreende-se que, diante de uma carta geográfica, Camões descreve a rota de regresso e entra no mar alto pelo Índico:

Apartadas assi da ardente costa
As venturosas naus,
(IX. 16)

rumam para o Cabo da Boa Esperança:

..... levando a prôa
Para onde a Natureza tinha posta
A meta austrina da Esperança boa.
(IX. 16)

A entrada no Mar tenebroso é percebida nos versos:

Outra vez cometendo os duros medos
Do mar incerto, tímidos e ledos
(IX. 16)

A sequência de «tímidos e ledos» não é indiferente, visto que tiveram medo na travessia do mar tenebroso e alegraram-se assim que viraram ao norte em direcção da terra natal.

Essa alegria logo aumenta na marcha para o norte:

O prazer de chegar à pátria cara

 Cada um tem por gosto tam perfeito
 Que o coração para ele é vaso estreito
 (IX. 17)

Entretanto voa Venus, a padroeira pagã dos portugueses, entre cisnes e pombas, para a ilha de Chipre, a pedir ao filho Cupido, que ali entre outros companheiros forja as flechas de amor, ajuda no seu plano; e quando regressam ao encontro dos nautas já os vêem mais ao norte:

Cortanto vão as naus a larga via
 Do mar ingente para a pátria amada
 (IX. 51)

Navegam na grande amplidão do Atlântico, a «larga via», entre a costa ocidental da África e a oriental da América meridional.

Outras confirmações de tratar-se do oceano Atlântico podem ser consideradas, como a seguir se comenta.

Quando a deusa Thetis, com Vasco da Gama no alto do monte da Ilha dos Amores, lhe desvenda a máquina do mundo, olha para um lado e diz:

Eis aqui as novas partes do Oriente
 Que vós outros agora ao Mundo dais,
 Abrindo a porta ao vasto mar patente,
 (X. 138)

A porta que é o sul da África foi aberta do lado já conhecido para dar passagem ao Atlântico — «o vasto mar

patente» — para o lado desconhecido, o Índico e, indicando depois o outro lado, o ocidente, a Deusa apontou o continente americano, o estreito de Magalhães e até o Brasil.

Assim, olhando para um e outro lado, as duas personagens só podiam estar numa ilha do Atlântico, de onde podiam enxergar lugares fronteiros do oriente e do ocidente.

Uma circunstância que parece não ter sido considerada e que é sem dúvida de grande importância e digna de reparo, é a ocorrência do episódio no IX canto do poema, o penúltimo, quando, próximos do termo da viagem de regresso e da chegada à terra-pátria, ao fim dos vaticínios e da facunda alocução ao heroico Almirante, Tétis adverte sempre propícia:

Podeis vos embarcar, que tendes vento
E mar tranquilo, para a pátria amada

(X. 143)

e com brevidade que evidencia a curta distância da Ilha dos Amores a Lisboa, os navegadores logo na estância seguinte

... houveram vista do terreno
Em que nasceram sempre desejado,
Entraram pela foz do Tejo ameno.

(X. 144)

Há ainda aqueles versos

De iguarias suaves e divinas,
.....
Se acumulam os pratos de fulvo ouro,
Trazidos lá do Atlântico tesouro.

(X. 3)

que significariam um serviço penoso do banquete pelo transporte da baixela desde o Atlas para o oceano Índico.

Todas estas provas em sequência lógica e em perfeita concordância, sem desvios de entrecho nem artifícios, reve-

lam que o Poeta obedecia a um plano preconcebido e genialmente architectado para indicar a posição da Ilha dos Amores.

Mas para os incrédulos e para juízos talvez ainda indecisos é a própria Venus que ao filho Cupido faz a afirmação formal e definitiva:

No mesmo mar que sempre temeroso
Lhe foi, quero que sejam repousados,
(IX. 39)

Não podia ser o mar Índico de onde os nautas regressavam pela primeira vez e sim decerto o Atlântico onde os portugueses haviam esbarrado no cabo Não, no cabo Bojador depois, e finalmente no cabo Tormentoso.

Foi no oceano Atlântico que Venus fez «firme e imóvel» a Ilha dos Amores e é no Atlântico que deve ser encontrada.

Há agora portanto a certeza de que a Ilha dos Amores está no Oceano Atlântico e Venus deve tê-la firmado na rota de regresso porque

...Venus pelas ondas lha levava
(Bem como o vento leva a branca vela)
Para onde a forte armada se enxergava.
(IX. 52)

Na primeira estância do X canto de *Os Lusíadas* aparece a palavra exótica — *Temistitão* — a que a lucidez do talentoso poeta recorreu, decerto com intenção. A estância diz:

Já o claro amator da Larisseia
Adultera inclinava os animais
Lá para o grande lago que rodeia
Temistitão.....

O Dr. José Maria Rodrigues, em comentário da edição nacional, ensina que *Temistitão* é a capital do México e logo

a seguir que «o lago Tescôco já hoje não rodeia a cidade», mas outro consciencioso comentador, o general Evaristo Leone, considerou que o grande lago é o Golfo do México. Ora o Golfo do México, se bem que de forma aproximadamente circular, não rodeia a cidade do México.

No artigo «México» esclarece o dicionário Larousse:

«Au moment de l'arrivée de Fernand Cortez (1519), l'ancienne cité de Mexico sous les noms de México, Temitchitan ou Temixtan était bâtie au milieu de lagunes salées, restes d'un ancien lac.»

E W. Oncken na *História Universal* confirma:

«Estes últimos, os aztecas, imigraram em época relativamente moderna, pois que fundaram a cidade do México que chamaram Temistchitan, numa ilha do lago.»

O general Evaristo Leone compreendeu bem a intenção do Poeta na referência a Temistitão, a capital do México, mas admitiu o golfo em vez do lago Tescôco, e seguindo o paralelo de 30° N do Golfo, para oriente, encontrou as Canárias, sem reflectir que a rota de Vasco da Gama no regresso não foi por essas ilhas depois da arribada a São Tiago de Cabo Verde, forçada por temporais e pela grave enfermidade do irmão Paulo da Gama, tão grave que o Almirante fretou uma caravela e levou-o para a ilha Terceira dos Açores onde faleceu e foi enterrado.

Luís de Camões, já familiarizado com cartas geográficas por longas navegações, deve ter encontrado o paralelo do arquipélago de Cabo Verde a 16° N. Percorrendo-o para oriente e para ocidente, somente encontrou para ponto de referência, já conhecido e mais próximo, a capital do México a 19° N, ainda em 1499, ano de regresso de Vasco da Gama, com o nome indígena de Temistitão crismado em cidade do México por Fernando Cortez com a conquista de 1519.

Seguindo para oriente o paralelo da cidade do México,

sòmente o arquipélago de Cabo Verde pode ser encontrado no oceano Atlântico, em cruzamento com a rota de regresso.

Não se limitou o épico genial a essas indicações já convincentes e na dificuldade de tecer com fábula os acontecimentos reais, architectou para a posteridade o complicado enigma da 21.^a célebre estância do IX canto, agravado ainda com o erro métrico do 6.^o endecassílabo, que só tem nove sílabas—*Da primeira co' o terreno seio*—e atribulou tão alucinadamente os comentadores, que se aventuraram a corrigir o verso com alteração estravagante, forçando o sentido, a harmonia e a coerência da obra-prima, ao sabor da interpretação.

Para alcançar a verdadeira intenção do Poeta é necessário dissecar a estância 21.^a que é:

Isto bem revolvido determina
De ter-lhe aparelhada, lá no meio
Das águas, alguma ínsula divina,
Ornada de esmaltado e verde arreio;
Que muitas tem no reino que confina
Da primeira co' o terreno seio
Afora as que possui soberanas
Para dentro das portas Herculanias.

Compreende-se então que Venus ordena que a Ilha dos Amores seja uma das muitas que tem no oceano Atlântico—em vista das conclusões anteriores—e que esteja na faixa do Atlântico confinada entre a «primeira» e o «terreno seio».

Na interpretação destes confins do «reino»—a zona do Atlântico—é que tergiversaram os comentadores até recorrerem a adulteração do Poema e da reputação de sublimidade de engenho que mais se avantajava na composição do episódio da Ilha dos Amores.

Na determinação do confim «o terreno seio», o Dr. José Maria Rodrigues entendeu-o como seio marítimo, apesar de

os seios de mar verdadeiros aparecerem em outras passagens de *Os Lusíadas* definidos por Camões claramente:

Tal, antes que no seio de Cambaia

(X. 34)

É o Golfo de Cambaia.

Onde do mar o seio faz entrada

(X. 106)

O «terreno seio» só pode ser um seio de terra e na rota de regresso de Vasco da Gama são seios de terra o Cabo da Boa Esperança que já haviam ultrapassado, a redonda costa do Senegal e a ocidente o seio bem acentuado da costa de Pernambuco.

O outro confim, a «primeira» é que enliçou os mestres em maranha intrincada e para dela se desembaraçar, o castelhano Benito Caldera, ao que se supõe, inaugurou a correcção do verso curto na tradução editada de 1580, com a forma estravagante — *De la primera madre con el seno* — logo perfilhada por sequiosos de correcção do verso falhado, mesmo com explicação esforçada.

O tradutor italiano Carlo Paggi publicou os versos:

Che nel regno ha pur molte, a cui confina
De la madre primera il terren piano.

Citações funambulescas de clássicos inocentes, a mãe Eva invocada por Venus, a ilha levada pela Deusa — *Bem como o vento leva a branca vela* — arrancada da profundidade do mar, justificavam a adulteração castelhana e logo, lamentavelmente, autores, mestres consagrados na literatura, aderiram à profanação da obra-prima, adoptando a forma — *Da mãe primeira co'o terreno seio* — que desastrosamente transforma por completo a harmoniosa inspiração do Poeta.

Repugnou a alguns conscienciosos aceitarem a alteração suspeita que não é prova de compreensão perfeita do trecho

da nossa própria língua, mas as edições de *Os Lusíadas* mais modernas vêm dando preferência à invenção castelhana.

O confim indicado por Venus, «a primeira» é necessariamente uma das muitas ilhas que Venus tem, não das

..... soberanas
 Para dentro das portas Herculananas
 (IX. 21)

mas a primeira fora de Gibraltar, as portas Herculananas, e essa ilha é a Madeira.

O próprio Luís de Camões a considerara assim nos versos:

Passámos a grande ilha da Madeira
 Que do muito arvoredado assim se chama;
 Das que nós povoamos a primeira,
 (V. 5)

A Ilha da Madeira, a primeira descoberta pelos portugueses, a primeira que povoaram, a primeira a ocidente das portas Herculananas, a Madeira é o confim indicado por Venus, do «reino» que no outro extremo confina com o «terreno seio» que é afinal a costa de Pernambuco, porque na faixa do Atlântico que da Ilha da Madeira vai ao «seio» formado pela costa de Pernambuco encontra-se efectivamente o arquipélago de Cabo Verde.

Estas coincidências, o oceano Atlântico, a arribada de Vasco da Gama à Ilha de Santiago de Cabo Verde, as latitudes de Temistitão e do arquipélago e agora a verificação da posição do arquipélago na zona do Atlântico entre a Ilha da Madeira e a costa de Pernambuco, são suficientes para demonstrar que a imaginação do Poeta visava para a Ilha dos Amores uma ilha no arquipélago de Cabo Verde, as muitas que Venus tem no Atlântico, dessa forma respeitando o roteiro da viagem.

Se é admirável a subtileza engenhosa de Luís de Camões com que, em versos formosos, indicou a latitude do arqui-

pélago de Cabo Verde, mais surpreende que em beleza poética tenha conseguido marcar a longitude do arquipélago.

Na obra de estudo erudito *A carta de Pero Vaz de Caminha*, de Jaime Cortesão, comenta o autor numa das suas notas: «E dadas as dificuldades, insuperáveis até ao século XVIII, para fixar com exactidão a longitude geográfica de um lugar, todas as ilhas foram a princípio mais ou menos *perdidas* na vastidão dos mares».

Pois o Poeta venceu galhardamente a dificuldade pelo cômputo das horas em Temistitão e no arquipélago de Cabo Verde. Para isso descreve ele muito graciosamente a marcha do dia que os venturosos navegantes passaram desde que enxergaram a Ilha dos Amores, de madrugada:

Houveram vista da ilha namorada,
Rompendo pelo céu a mãe formosa
Do Menonio, suave e deleitosa.

(IX. 51)

.....
O que mais passam na manhã e na sesta,
.....

(IX. 83)

.....
A maior parte aqui passam do dia,
.....

(IX. 87)

.....
O dia quasi todo estão passando
.....

(IX. 88)

Na latitude 16° N junto ao equador o dia clareia às seis horas e escurece às dezoito horas e na latitude 19° da cidade do México, a mesma latitude da Ilha dos Amores, já deve anoitecer.

É a essa hora do crepúsculo que os pares amorosos se encaminham para o banquete na Ilha dos Amores:

Quando as formosas ninfas co'os amantes
Pela mão.....
Subiam para os paços radiantes
(X. 2)

Em Temistitão porém é meio dia nos versos:

Já e claro amador da Larisseia
Adúltera, inclinava os animais
Lá para o grande lago que rodeia
Temistitão.....
(X. 1)

A diferença de aproximadamente cinco horas entre o meridiano de Temistitão e o meridiano do arquipélago de Cabo Verde corresponde a 75° geográficos ou 15° por cada hora.

A longitude do meridiano da cidade do México em relação ao observatório de Greenwich é 100° oeste de que, deduzida a diferença de 75°, se obtém a longitude 25° O, que é justamente a do arquipélago de Cabo Verde com referência ao mesmo observatório.

Com esta demonstração consideramos definitivas as seguintes conclusões:

1. Foi no oceano Atlântico que Luís de Camões idealizou a Ilha dos Amores.
2. Para corresponder à verdade histórica, arribada de Vasco da Gama a Santiago de Cabo Verde, situou a Ilha dos Amores na rota do regresso da frota.
3. A latitude da Ilha dos Amores foi indicada pelo paralelo 16° N do arquipélago de Cabo Verde, apenas 3° abaixo do paralelo de Temistitão, a antiga capital do México.
4. A longitude da Ilha dos Amores foi indicada por Camões pelo cômputo da diferença de horas entre o meridiano da capital do México e o meridiano da Ilha dos Amores.

Essa diferença é de 5 horas aproximadamente ou 75° geográficos.

A longitude da capital do México relativa ao observatório de Greenwich é 100° O, a do arquipélago de Cabo Verde é justamente 25° O.

5. Na faixa do Atlântico («reino») que Camões indica entre os confins «primeira» e «terreno seio» está o arquipélago de Cabo Verde e a Ilha dos Amores.

A «primeira» é a Ilha da Madeira e o «terreno seio» é a costa de Pernambuco.

6. A diferença de 3° entre as latitudes da capital do México e do arquipélago de Cabo Verde (apenas $\frac{1}{5}$ hora) é somente devida a não existir outra localidade conhecida no exacto paralelo do arquipélago, além de Temistitão.
7. É condenável a correcção do 6.º dècassílabo da 21.ª estância do canto IX de *Os Lusíadas* pela forma: *Da mãe primeira co'o terreno seio*.

Mais aceitável seria a correcção com a forma: *Dês a primeira co'o terreno seio*, porque no poema se encontra o termo «dês» de pura linguagem e corrente na época de Camões que o empregou.

Que, dês que Adão pecou aos nossos anos
(IV. 70)

Dês que passar a via mais que meia
(X. 141)

Preferível é conservar o verso errado como foi publicado na edição de 1572 e Manuel Correia afirma ter ouvido do próprio Camões.

Seria fatuidade pretender garantir os motivos que impediram o vate insígne de escolher uma das ilhas reais do arquipélago, a Santiago mesmo aonde Vasco da Gama efectivamente arribou, para ser a Ilha dos Amores. Porque velou tão ciosamente até ao amigo íntimo Manuel Correia a situação da ilha imaginária no arquipélago de Cabo Verde?

Porque chegou Luís de Camões ao requinte de encobrir coordenadas geográficas que, sendo apenas aproximadas, podem corresponder a qualquer ponto de mar na área do arquipélago?

Razão forte é sem dúvida a condição da fábula em que todo o poema e particularmente o episódio da Ilha dos Amores foram classicamente desenvolvidos, tornando impossível a consideração de qualquer ilha material.

Dissipada a névoa em que tão subtilmente Luís de Camões envolveu tão ponderadamente a imaginária Ilha dos Amores, é principal objectivo desta demonstração reconduzir ao mais alto grau o génio que com as limitadas noções científicas da geografia, somente em 1522 consolidadas pela circumnavegação de Fernão de Magalhães, conseguiu demarcar com exactidão admirável em versos hábeis o ponto do oceano em que reflectidamente devia situar a ilha divina.

O Professor alemão Dr. W. Storck manifestou o seu assombro pela qualidade e variedade de saber científico de Luís de Camões e pelos vastíssimos conhecimentos sempre aproveitados com perfeita exactidão.

Humboldt observou a brilhante verdade respeitada na epopeia nacional dos portugueses.

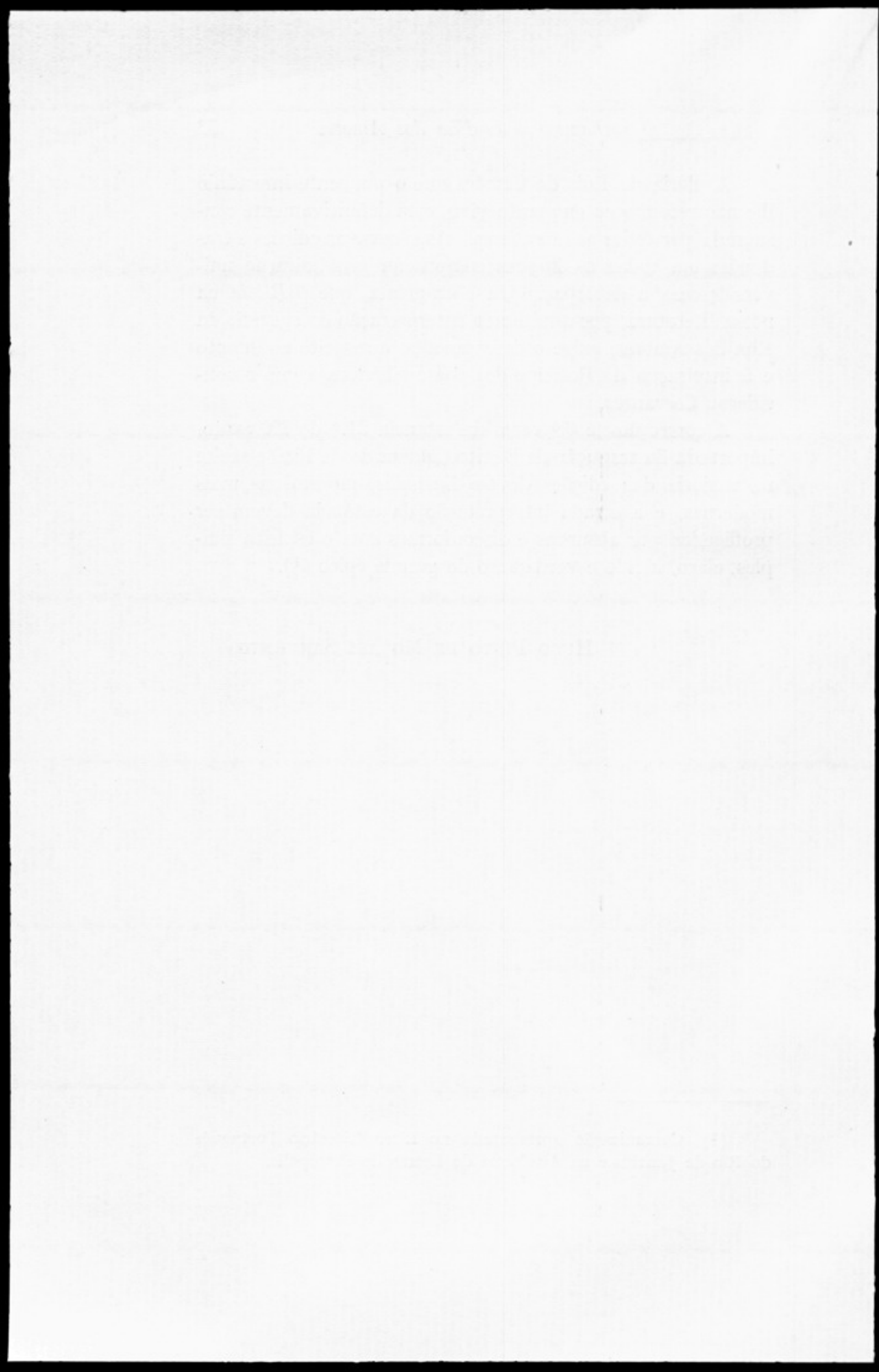
Não é sem razão que K. G. Jayne em *Vasco da Gama and his successors*, Londres, 1910, diz a propósito da estada de Luís de Camões em Coimbra: «A maior parte dos poemas mais tarde escritos, foram compostos longe de bibliotecas, numa época em que os livros eram preciosidades; apesar disso, ele mostra um completo conhecimento da literatura e mitologia clássicas, da história, da geografia, da astronomia e das literaturas de Portugal, Espanha e Itália. A sua familiaridade com dezenove autores gregos e latinos, pelo menos, está demonstrada; e alguns deles devem ter sido lidos no original, por não terem sido nunca traduzidos. Este saber deve ter sido adquirido em Coimbra, e é testemunho não só do seu estudo e da sua memória, mas também da perfeição com que Coimbra realizara os ideais de humanismo».

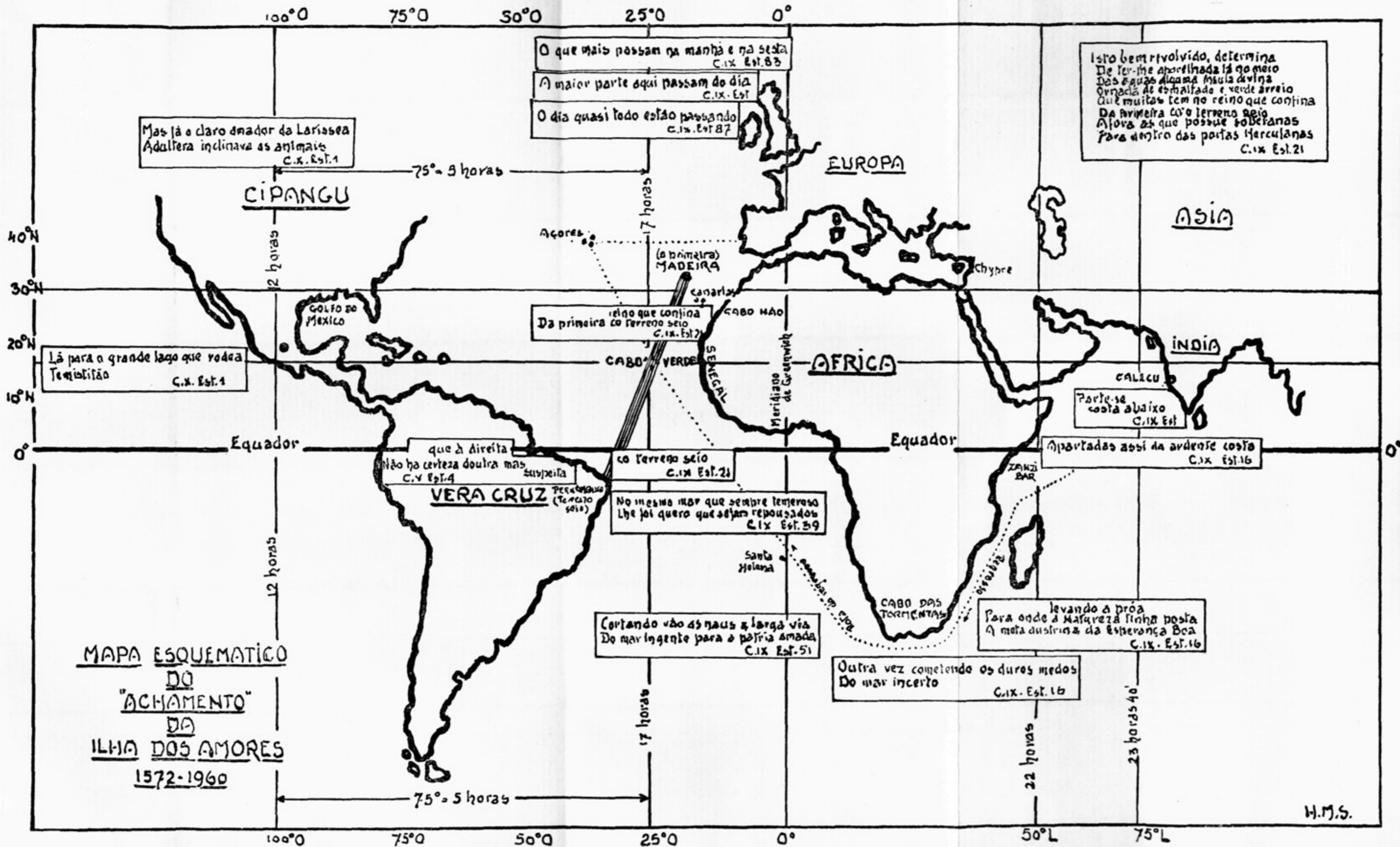
A glória de Luís de Camões que o pungente infortúnio lhe não reconheceu enquanto vivo, está definitivamente consagrada por todas as literaturas. As sucessivas edições e traduções em todas as línguas comprovam a admiração universal; mas a deturpação da obra-prima, que é *Bíblia* na nossa literatura, por adulterada interpretação do episódio da Ilha dos Amores, exige o desenhovalho e respeito ao intento e à inspiração do Príncipe dos poetas ibéricos, como o considerou Cervantes.

A correcção do 6.º verso da estância 21.ª do IX canto, importada da tradução de Benito Caldera desde 1580 e aceite na maioria das edições de *Os Lusíadas*, mesmo nas mais modernas, e a errada interpretação da estância devem ser profligadas por absurdas e disconformes com o espírito simples, claro, lúcido e verdadeiro do grande épico (¹).

HUGO PINTO DE MORAES SARMENTO

(¹) Comunicação apresentada no Liceu Literário Português do Rio de Janeiro e na Academia de Letras de Petropolis.





Mas já o claro dinador da Larisssea
Adaltera inclinava as animais
C.X. Est.1

O que mais passam na manhã e na sesta
C.X. Est.83

A maior parte aqui passam do dia
C.X. Est.

O dia quasi todo estão passando
C.X. Est.87

Isto bem revolido, determina
De ter-me aparelhada lá no mero
Das águas alguma maia divina
Ornaça de esmalhado e verde arreio
Que muitas tem no reino que confina
Da primeira co'o terreno seio
Agora as que possuem soberanas
Para dentro das portas Herculanias
C.X. Est.21

Lá para o grande lago que rodea
Temistilão
C.X. Est.1

Da primeira co' terreno seio
C.X. Est.2

que à direita
Não ha certeza doutra mas
suspeita
C.X. Est.4

co' terreno seio
C.X. Est.21

No mesmo mar que sempre temeroso
Lhe foi quero que sejam repousados
C.X. Est.39

Parte-se abaixo
C.X. Est.

Apartadas assi da ardente costa
C.X. Est.16

levando a proa
Para onde a natureza linha posta
A meta austeriza da Esperança Boa
C.X. Est.16

Cortando vão as naus a larga via
Do mar ingente para a patria amada
C.X. Est.51

Outra vez completando os duros medos
Do mar incerto
C.X. Est.16

MAPA ESQUEMATICO
DO
"ACHAMENTO"
DA
ILHA DOS AMORES
1572-1960

H.M.S.

DONA FERNANDA, A GAÚCHA DO *QUINCAS BORBA*

Uma personagem feminina, no *Quincas Borba*, detém o privilégio de representar a saúde moral nesse livro abafado e opressivo de Machado de Assis.

Ali, onde tudo é luta dissimulada em torno das posições sociais, do poder político e do dinheiro, D. Fernanda constitui uma exceção. Poderíamos acrescentar: na obra de ficção do mestre brasileiro, a presença desta senhora recorta uma enseada tranquila, de águas translúcidas, junto a um mar raivoso de misérias e ambições.

Que Machado de Assis a criou para forrar-se de haver dado vida a tantos seres pequeninos no vício ou na virtude, assim como quem, alojado num porão, saísse para os espaços livres, em busca de ar e de luz, é bem provável. Mas a natureza íntima do artista não se achou bem nesse papel de criador generoso. Diante da sua criatura sem mancha, una e inteiriça, ele sentiu de repente que falseava a condição humana. Haveria mulheres assim? Mas, como ele mesmo, narrador da história, já lhe houvesse dado a forma idealmente perfeita, e não podendo voltar atrás, serve-se de outra personagem, que introduz no final da acção, para o papel de advogado do diabo. E assim, com voluptuosa crueldade, põe fim à presença de D. Fernanda no romance, conforme iremos ver.

O leitor não deixará de perguntar, ao sentir que, naquele meio, até essa personagem correria o perigo de se perder: — Então, meu velho, nem a soberba D. Fernanda escapou ao naufrágio das ilusões? Não bastava desnudares a fútil, a ambiciosa e bela Sofia, o anjo mau do inerme Rubião?

Escrevi acima — soberba D. Fernanda. Fui poupado. O romancista, ao tratar dela, gasta-se em expressões e termos elogiosos. Estende-lhe aos pés um tapete de ridentes epítetos. Não lhe chama soberba, apenas; diz mais: «soberba guasca». E ainda bem, porque está mesmo na hora de sabermos que D. Fernanda era rio-grandense.

No estudo consagrado por Mário Matos ao romancista carioca, por ocasião do centenário do seu nascimento, há uma passagem que muito nos interessa. É a seguinte:

«... Tem-se a impressão de que as figuras do [*Quincas Borba*] foram observadas do mundo real. Uma, pelo menos, sabemos que o foi. É Dona Fernanda.

«Assim nos conta Leal de Souza, por ocasião de uma visita que fez a Machado de Assis, em companhia de Alcides Maya e Fábio de Barros, em 1906. Foram vê-lo ao Cosme Velho. Já estava sozinho no mundo, triste e decadente. [...]

«Alcides Maya fez uma afirmativa:

«— Em sua obra há uma personagem de que o senhor trata com afeto especial. Não é uma criação. É uma pessoa viva.

«Duvidoso, o ancião pensou alto:

«— Viva! Quem?

«Alcides declarou:

«— Fernanda!

«Foi como se lhe dessem uma pancada no coração. Levantando-se num ímpeto, Machado de Assis caminhou até a janela, estendeu a mão indecisa, tocou o ferrôlho, tocou a moldura de um quadro e transfigurado, regressando à cadeira, confessou:

«— Sim... Conheci uma senhora... Sua patricia.» O escritor havia-se traído pela comoção.» ⁽¹⁾

Ainda mesmo que Machado de Assis nunca houvesse

(1) Mario Matos, *Machado de Assis — O Homem e a Obra*. Coleção Brasileira, vol. 153. S. Paulo. Cia Ed. Nacional, 1939, p. 201.

feito esta meia-confissão, a D. Fernanda do *Quincas Borba*, na vivaz espontaneidade de seus traços de carácter, ai está para nos dizer que o seu criador se inspirara num modelo vivo.

De resto, ninguém ignora que o romancista conviveu com muitas pessoas originárias daquela província, principalmente antes do seu casamento com D. Carolina. Miguel Novais, irmão desta, veio a casar com a Condessa de São Mamede, rica e prendada senhora gaúcha. A Artur de Oliveira, o «saco de espantos», também rio-grandense, Machado se ligara por laços da mais fraterna amizade.

Mas foi certamente no solar carioca de São Mamede que o escritor pôde observar mais de perto a gaúcha. Ali deve ter estudado descansadamente o carácter da nobre mulher que lhe deu o figurino para a sua personagem de romance. Amiga de Carolina, desde que a moça portuense chegou ao Rio, a Condessa acompanha o namoro desta com o escritor e termina por ingressar na família Novais. Era um belo exemplar feminino, segundo o depoimento de Oliveira Lima: «A condessa de São Mamede, mãe, casada em segundas núpcias com Miguel Novais, cunhado de Machado de Assis, era uma rio-grandense de braços formosos e de espírito vivo, cuja personalidade revive física e moralmente na sua neta Joana Teixeira. Eu gostava imenso de conversar com ela. A sua inteligência denunciava-se entre outras formas por uma grande prontidão de respostas [...]» (1).

Em poucas linhas, aí temos, como se refletido num espelho, o perfil de D. Fernanda. Será lícito concluir daí que o escritor se inspirou na própria cunhada para pintar a figura física e moral da sua admirável personagem? Ousamos dizer que sim. Mas Oliveira Lima parece ter querido insinuar mais alguma coisa. Naquela referência às prendas físicas da rio-grandense, não quis por acaso segredar-nos que

(1) Manuel de Oliveira Lima, *Memórias*. Rio de Janeiro, Liv. José Olímpio, 1938.

a Condessa teria fornecido involuntariamente a Machado a idéia do conto — *Uns braços* ⁽¹⁾, escrito depois do regresso de Miguel Novais à Europa, quando sua bela mulher era só uma lembrança de mocidade extinta na memória do cunhado?

Não percamos o rumo, fascinados pelos encantos pessoais da Condessa. De um modo ou de outro, temos indubitavelmente em D. Fernanda, personagem *à clé*, um bom exemplo da vivacidade e do desembaraço característicos do falar gaúcho. Quando ela conversa, o tom regional da sua fala nos transmite uma forte impressão de autenticidade. Como raramente ocorre diante dos outros romances de Machado. E tanto mais forte quanto sabemos que as personagens machadianas nunca se exprimem de modo a denunciar tão ostensivamente a sua procedência regional, dado que o romancista não teve a preocupação de registrar as nuances da fala popular desta ou daquela província.

Salvo um ou dois exemplos em contrário, — nos quais basta às vezes uma frase para dar o toque regional, — todas elas empregam a linguagem simples e desafectada da classe média. Através, porém, do que falam, seria possível reconstituir-se a língua-padrão do Brasil durante o Segundo Reinado.

Vejamos, para documentar, ⁽²⁾ este diálogo entre D. Fernanda e seu primo Carlos Maria, que ela quer casar com uma conterrânea sua:

«— Vamos para lá, que lhe arranjarei casamento, disse ela. Conheço uma moça de Pelotas, que é um *bijou*, e só casa com moço da Côte.

«— Comigo, naturalmente?

«— Da Côte e de olhos grandes. Olhe que não estou brincando. É uma guasca de primeira ordem. Tenho aqui o retrato dela.

⁽¹⁾ Figura em *Várias Histórias*, Rio de Janeiro, Garnier, 1896.

⁽²⁾ Machado de Assis, *Quincas Borba*. Ed. Jackson, 1938, p. 262. Nas citações seguintes, indicaremos a página no próprio texto.

«D. Fernanda abriu o álbum e mostrou o retrato da pessoa.

«— Não é feia, concordou ele.

«— Só?

«— Sim, é bonita.

«— Onde é que você bota os seus chinelos velhos, primo?» (Cap. CXVII).

Dialogando com Maria Benedita, D. Fernanda fala de modo ainda mais pitoresco. Denuncia nas expressões, como no desembaraço, uma vivacidade que já no século passado os viajantes surpreenderam, encantados, na mulher gaúcha.

Aliás, os grupos que concorreram para formar a sociedade sul-rio-grandense, aqueles, pelo menos, que mais forte contingente lhe trouxeram, foram os paulistas, os minhotos, os açorianos, os alemães do Sul e os italianos do Norte. Se a este contingente somarmos o índio e o espanhol, com umas raras pingas de sangue negro, estará formado o conjunto. Nele, não há evidentemente perfeita homogeneidade, mas o gaúcho é, no geral, mais alto que baixo, corado, de gestos largos, fala expressiva.

Pelo menos, este é o cliché físico segundo o qual se nos representa idealmente o tipo clássico dessa província. Viajantes do século XIX, de Félix de Azara a Saint-Hilaire, de John Luccock a Avé-Lallemant, testemunham no mesmo sentido. O naturalista francês antes citado, mais observador que os seus companheiros, chega a fazer um paralelo entre a mineira e a gaúcha, para ressaltar nesta um desembaraço que contrasta vivamente com o acanhamento daquela. No pampa, encontrou mulheres esbeltas e activas, francas e cordiais; e mesmo longe da Campanha, na faixa costeira, de Torres a Gravataí. E anota que, sem embargo de pouco instruídas, «é de se admirar que conversem tão bem (1)». Observa igualmente que, no geral, são brancas, coradas, de

(1) Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. de Leonam Pena. Rio de Janeiro, Ariel Editora L.da, 1939, p. 99.

olhos e cabelos negros. Ao visitar Porto Alegre, a Capital, registra a mesma coisa; «As senhoras falam desembaraçadamente com os homens [...]» (1). Em outros capítulos de sua obra, emite juízos análogos sobre a mulher gaúcha do século XIX.

Outros observadores, em nossos dias, igualmente sensíveis à irradiante vitalidade desse tipo feminino, que em todo o País tanto se admira, confirmam o depoimento daqueles viajantes.

A ficção romântica já o havia descoberto. A praiana Maria d'O *Corsário* (1851), de Caldre e Fião, e a Catita d'O *Gaúcho* (1870), de Alencar, ocupam os primeiros lugares na galeria de mulheres bonitas — e despachadas — do nosso romance. Não estranha que o realista Machado de Assis houvesse tido também o bom gosto de cair vencido pela beleza de uma senhora gaúcha, que a sua pena transforma em personagem do *Quincas Borba*. E assim nô-la apresenta:

«... Maria Benedita trabalhou com todas [as senhoras da comissão das Alagoas], mas grangeou em especial a estima de uma delas, esposa de um deputado. D. Fernanda tinha pouco mais de trinta anos, era jovial, expansiva, corada e robusta; nascera em Porto-Alegre [...]».

Carlos Maria, personagem da obra, afina pelo mesmo diapasão do narrador. Acha a prima bonita e sedutora. Indo de visita ao casal, quando da chegada dos primos:

«Achou-a mais formosa ainda que em 1865, último ano em que a vira, e talvez fosse verdade; concluiu que o ar do Sul era feito para enrijar as pessoas, duplicando-lhes as graças, e prometeu ir lá acabar os seus dias» (pág. 259).

O primo estava enfeitiçado. Durante a visita (diz Machado), «Carlos Maria sorriu e olhou para as borlas caídas do cordão de sêda que ela trazia à cintura, atado por um laço frouxo; ou para ver as borlas, ou para notar a gentileza do corpo. Viu bem, ainda uma vez, que a prima era

(1) *Id., ib.,* p. 42.

uma bela criatura. A plástica levou-lhe os olhos; o respeito os desviou [...] pág. 261.

À beleza física, junta D. Fernanda a beleza moral. Quem o diz, mais de uma vez, é o romancista, contrariamente ao seu modo dubitativo de contar em claro-escuro, ou seja: mostrando o *sim* e o *não* das coisas e dos seres. A insistência no elogio, aqui, parece indicar, da parte do narrador, o propósito de estabelecer um nítido contraste: ao lado de Sofia, a mulher do Palha, — frívola, honesta por cálculo e ambição, — faz viver D. Fernanda, o seu oposto.

Várias passagens do romance lhe exaltam, assim, a retidão de carácter e a limpeza de coração. Um exemplo: «A simpatia universal, que era a alma desta senhora»... etc. (pág. 400).

Ou este outro, mais expressivo:

«Entretanto, as relações de D. Fernanda e Maria Benedita iam-se estreitando. Esta, além de acanhada, andava triste, por aquele tempo; foi justamente a disparidade de carácter e de situação que as prendeu uma à outra. D. Fernanda possuía, em larga escala, a qualidade da simpatia; amava os fracos e os tristes, pela necessidade de os fazer ledos e corajosos. Contavam-se dela muitos actos de piedade e dedicação» (pág. 262).

D. Fernanda vê, um dia, em casa do Palha, que Maria Benedita rói em segrêdo o pão das solteironas. Não tem panos quentes — vai logo à intimidade da môça, desnuda-lhe a alma. Para quê? A boa senhora queria arranjar-lhe um noivo:

«— Você precisa casar, Maria Benedita, disse-lhe daí a dous dias, de manhã, na chácara, em Mata-cavalos; Maria Benedita tinha ido ao teatro com ela, e passara lá a noite. — Não quero estremecimentos; precisa casar e há-de casar... Desde ante-ontem que estou para lhe dizer isto, mas estas coisas conversadas em sala ou na rua não têm fôrça. Aqui na chácara é diferente. E se você tem ânimo de trepar comigo um pedaço de morro, então é que ficaremos bem. Vamos?»

«— Está fazendo calor...

«— É mais poético, menina. Ah! carioca sem sangue! Vocês só têm água nas veias. Pois fiquemos aqui neste banco. Sente-se; assim, eu fico aqui ao pé, armada para tudo. Casa ou morre. Não me replique. Você não é feliz — continuou mudando o tom; por mais que faça eu vejo que você passa a vida sem gosto. Venha cá, diga-me com franqueza, tem inclinação a alguém? Se tem, confesse, que eu mando procurar a pessoa.

«— Não tenho.

«— Não? Pois é justamente o que nos serve. Não precisa pôr escritos no coração; conheço um bem inquilino...

(...)

«— Bem, disse D. Fernanda, quando a amiga se calou de todo. Vamos ao essencial, que é não ficar penando à tôa. Não, queridinha, isto de adorar um homem que não faz caso da gente, é poesia. Deixe-se de poesia. Olhe que você perde no negócio, porque ele casa com outra, os anos passam, a paixão monta na garupa deles, e um dia, quando você menos pensar, acorda sem amor nem marido. E quem é esse bárbaro?» (266).

Os enredos da casamenteira atingem finalmente o alvo matrimonial. Carlos Maria e Maria Benedita casam e vão para a Europa. Ao despedir-se da amiga, D. Fernanda toma a palavra:

«— Você vai contente? perguntou a Maria Benedita, pela última vez, junto à amurada do paquete.

«— Oh! muito!

«A alma de D. Fernanda debruçou-se-lhe dos olhos, fresca, ingénua, cantando um trecho italiano, — porque a soberba guasca preferia a música italiana, — talvez esta ária da *Lúcia*: *Ó bell'alma innamorata*. Ou êste pedaço do *Barbeiro*:

«Ecco ridente en cielo

«Spunta la bella aurora.»

Também em casa do Palha vem a gaúcha a conhecer o Rubião. Quando ele enlouquece, D. Fernanda, ao ter disso notícia, interpela os presentes:

«— Por que não o tratam? perguntou uma noite D. Fernanda, que ali o conhecera no ano anterior; pode ser que se cure» (pág. 336).

A esse vago conhecido, o delirante Rubião, a gaúcha dispensa uma piedade que se renova a cada passo; Sofia chega a sentir uma ponta de ciúme. A esta é que Rubião amava. Pedira-lhe uma vez que contemplasse o Cruzeiro, aquele mesmo que, no fim do romance, está «assaz distante para discernir os risos e as lágrimas dos homens». Pois bem. Enquanto a amada de Rubião se desinteressa de sua sorte, a outra, D. Fernanda, se desvela. Nada melhor que transcrever esta passagem:

«Um só incidente affligiu Sofia naquele dia puro e brilhante — foi um encontro com Rubião [...]

«Dias depois, indo a entrar em casa de D. Fernanda, deu com ele no saguão. Cuidou que subisse, e dispôs-se a subir também, ainda que receosa; mas Rubião descia, apertaram-se as mãos familiarmente, e despediram-se até à tarde.

«Ele vem aqui muitas vezes? perguntou Sofia a D. Fernanda, depois de lhe contar o encontro no saguão.

«— Esta é a quarta vez, quarta ou quinta; mas só da segunda vez appareceu delirando. Das outras é como viu agora, sossegado, e até conversador. Há nele sempre alguma coisa que mostra não estar completamente bom. Creia, D. Sofia; aquele homem pode sarar. Porque não faz com que seu marido tome isto a peito?

«— Cristiano tem projecto de o mandar examinar e tratar; mas deixe estar, que eu o apresso.

«— Pois sim. Ele parece ser muito amigo da senhora e do Sr. Palha.

«Ter-lhe-á dito alguma inconveniência no delírio, a meu respeito? pensou Sofia. Convirá revelar-lhe a verdade?»

«Concluiu que não; o próprio mal de Rubião explicaria as inconveniências. Prometeu que apressaria o marido, e nessa mesma tarde expôs o negócio ao Palha. «É uma grande amolação», redarguiu êste. E perguntou que interesse tinha D. Fernanda em tornar àquele negócio. Que o tratasse ela mesma!» (págs. 346/8).

E linhas adiante:

«A compaixão de D. Fernanda tinha-a impressionado muito; achou-lhe um quê distinto e nobre, e advertiu que se a outra, sem relações estreitas nem antigas com Rubião, assim se mostrava interessada, era de bom tom não ser menos generosa» (pág. 349).

As coisas estão neste pé quando Rubião, inteiramente transtornado, é metido pelo Palha numa casinha da Rua do Príncipe. D. Fernanda pede ao Dr. Falcão, «deputado e médico, amigo da casa, varão sabedor, céptico e frio», que examine o homem, e pergunta-lhe, após, como o encontrara, se ficaria bom, etc. O dr. Falcão sugere um especialista. E depois:

«— ... Mas não quer saber a minha interessante descoberta?

«— Qual é?

«— Talvez tenha parte na molestia uma pessoa sua conhecida, respondeu ele sorrindo.

«— Quem?

«— D. Sofia» (pág. 353).

D. Fernanda não quer acreditar. Como Falcão insiste, ela corta rápido: «— Oh! não!» E acrescenta o narrador:

«D. Fernanda não olhava para ele, vexada de lhe vir aquela suposição; evitava discuti-la pelo melindre do assunto. Achava a suspeita sem fundamento, absurda, inverossímil; não chegaria a crer naquele amor espúrio, ainda que o ouvisse ao próprio Rubião. Um desvairado, em suma. Quando o não fôsse, é ainda provável que lhe não desse fé. Sim, não lhe daria fé. Não podia crer que Sofia houvesse amado aquele homem, não por ele, mas por ela, tão correcta e pura. Era impossível. Quis defendê-la; mas, apesar da

intimidade do Dr. Falcão, recuou segunda vez do assunto, e repetiu a pergunta de há pouco:

«— Parece-lhe então que ele pode ficar bom? » (pág. 354).

As transcrições foram um pouco extensas, mas era necessário expor miudamente as preliminares do caso; o que se vai seguir é curioso. No afã — digamos — de virar pelo avêso as suas personagens, muito próprio do seu processo, o grande escritor, que até aqui nos apresentara uma D. Fernanda generosa, pura e discreta, — ora a falar dela, ora a referir-lhe as acções, — faz que esse Dr. Falcão não a veja exactamente tal como é. O médico, depois de surpreender na confusão mental de Rubião traços de amor por Sofia, lançará sobre D. Fernanda uma suspeita absurda.

Como vimos, não há o menor indício de que ela tenha a mais leve inclinação sentimental pelo desvairado Rubião. Interessou-se por ele, como o faria diante de qualquer necesitado, num impulso de bondade inata. Enquanto Sofia e o marido viam com indiferença progredir a loucura do amigo e comensal, D. Fernanda, que com ele não mantinha relações estreitas, foi quem moveu a amiga e o marido em favor do enfêrmo. Pois bem, é sobre a conduta desta piedosa intercessora que o Dr. Falcão vai babujar suas maliciosas suspeitas. Vejamos:

« Pouco depois, saindo à rua, Falcão sorria da resistência de D. Fernanda em aceitar a sua hipótese [de uns amores entre Sofia e Rubião]. « Com certeza, houve alguma coisa, dizia ele consigo; boa cara, e, se não é um petimetre, é apessoado, e tem fogo nos olhos. Com certeza... » E repetia algumas frases de Rubião, evocava o gesto e a modulação terna da voz, e cada vez mais se lhe ia agravando a suspeita. « Com certeza... » Era impossível que se não tivessem amado; a oposição de D. Fernanda parecia-lhe ingénua — se não era antes um recurso para desconversar e não tocar na matéria. Havia de ser isso... »

« Neste ponto, sem querer, o deputado estacou. Uma suspeita nova assaltara-lhe o espírito. Após alguns instantes rápidos, abanou a cabeça voluntariamente, como a desmen-

tir-se, como a achar-se absurdo, e foi andando. Mas a suspeita era teimosa, e a que ocupa deveras o interior do homem não faz caso da cabeça nem dos seus gestos. «Quem sabe se D. Fernanda não suspirou também por ele? Essa dedicação não seria um prolongamento de amor, etc.? E assim foram nascendo perguntas, que achavam no íntimo do Dr. Falcão resposta afirmativa. [O requinte do escritor vai-se apurando cada vez mais]. Resistiu ainda, era amigo da casa, tinha respeito a D. Fernanda, conhecia-a honesta; mas — ia pensando — bem podia ser que um sentimento oculto, recatado — quem sabe até [Veja-se a sucessão de dúvidas que conduz ao *quem sabe?* final — fórmula suprema de malignidade] se provocado pela mesma paixão da outra...? Há dessas tentações. O contágio da lepra corrompe o mais puro sangue; um triste bacilo destói o mais robusto organismo.

«Pouco a pouco, as veleidades de resistência foram cedendo à noção da possibilidade e da certeza. Em verdade, tinha notícia de algumas obras de caridade de D. Fernanda; mas aquele caso era novo. Essa dedicação especial a hum homem que não era familiar da casa, nem velho amigo, nem parente, aderente, colega do marido, qualquer coisa que o fizesse partícipe da vida doméstica, pelas relações, pelo sangue ou pelo costume não era explicável sem algum motivo secreto. Amor, seguramente; curiosidade de mulher honesta, que pode descambar no vício e no remorso. Aquele teria recuado a tempo, ficou-lhe a simpatia mórbida... E daí, quem sabe?» (págs. 335/6).

Eis o Dr. Falcão, personagem de Machado de Assis, a contradizer Machado de Assis (narrador na terceira pessoa). A contradizer? Não, a completar-lhe a curiosa personalidade de céptico, de frio espectador da miséria humana.

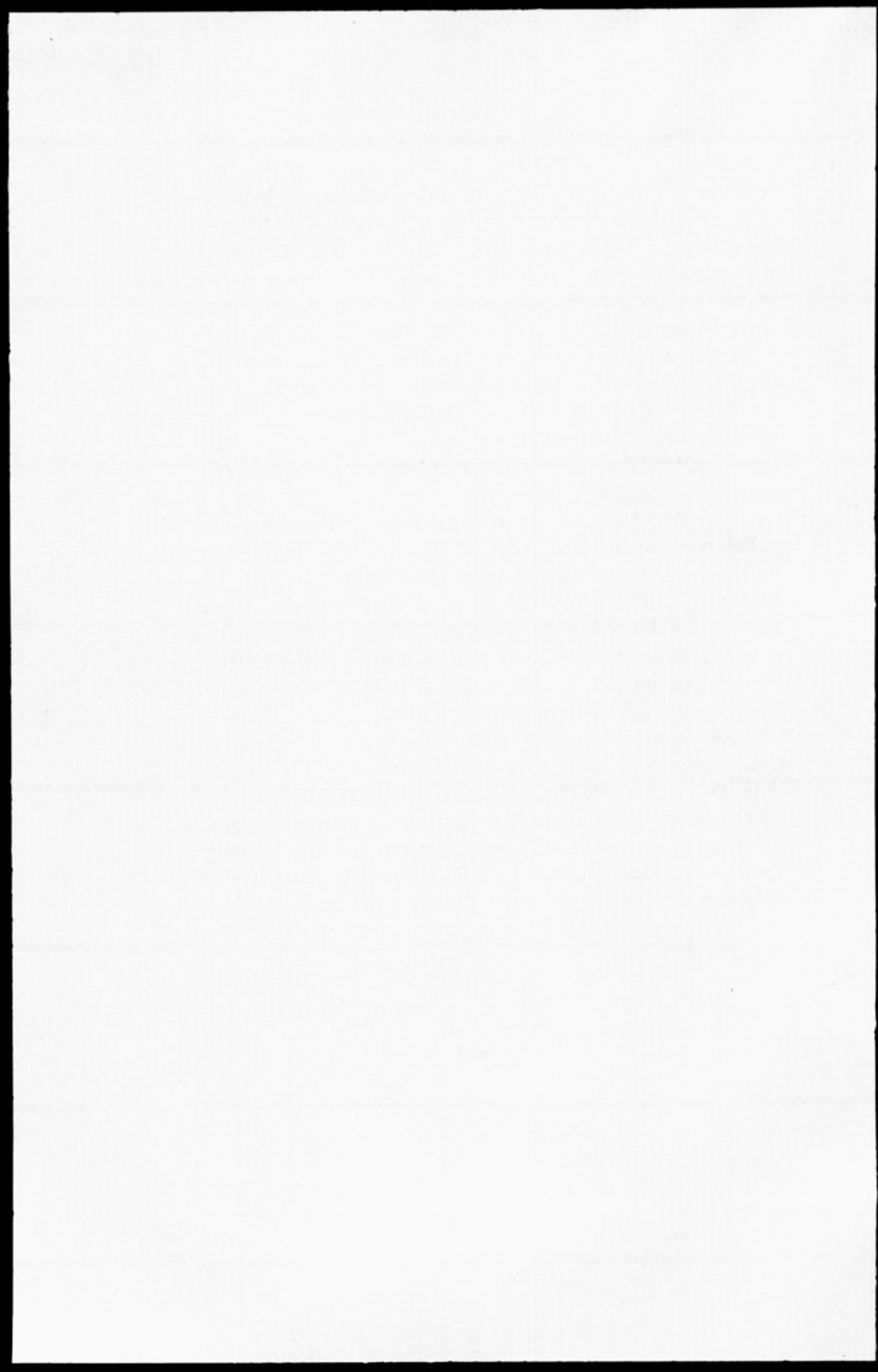
Como se o trecho acima não bastasse, vem a última tentativa para impor uma hipótese gratuita, quase vil; o escritor abre um nova capítulo, curto como os punhais, e dá o último golpe:

«E daí, quem sabe? repetiu o Dr. Falcão na manhã

seguinte. A noite não apagara a desconfiança do homem. [Veja-se o desprezo que se concentra neste fim de frase — do homem]. E daí, quem sabe? Sim, não seria só simpatia mórbida. Sem conhecer Shakespeare, ele emendou Hamlet: «Há entre o céu e a terra, Horácio, muitas coisas mais do que sonha a vossa vã filantropia.» [Referência terrivelmente maldosa à «generosidade natural» de D. Fernanda, decantada nos capítulos anteriores]. Ali andou dedo de amor. E não chasqueava nem lastimava nada. Já disse que era céptico [Justifica-se, agora, o narrador]; mas, como era também discreto, não transmitiu a ninguém a sua conclusão» (pág. 356).

Esse Dr. Falcão só aparece nas cenas que aponte: seu papel no romance é diminuto. Parece que Machado o inventou para que não houvesse absoluta unanimidade de julgamento sobre a inteireza moral de D. Fernanda. Esta personagem lhe saíra da pena tão bela de corpo como de alma, segundo um molde que não é permitido pela congenial imperfeição humana. Vem o Dr. Falcão e, «emendando Shakespeare», quase destrói a figura ideal.

Não estará por acaso aí, no *Quincas Borba*, um pintor apaixonado pelos quadros morais equívocos? Eis a grandeza do escritor Machado de Assis: — os mais leves movimentos psicológicos, os matizes delicados do temperamento, as frinchas menos visíveis do carácter, tudo ele descobre com o seu olhar malicioso. É fácil, por isto, imaginar os instantes de prazer, de efusão criadora, que terá sentido o artista, ao compor tais páginas, isto é, ao apreender a vida de modo tão completo.



A FORTALEZA DE VALENÇA

LUÍS SERRÃO PIMENTEL E O MARECHAL VAUBAN

Verdadeiramente, como sucedeu nas terras muito antigas não é possível definir com exactidão a origem de Valença. Não deve, porém, merecer dúvida de aí existir, desde remotas eras, um núcleo populacional valorizado no tempo dos romanos, de por aí passar a estrada de Braga a Astorga, de ter sido objecto da campanha de povoamento do reino de D. Sancho e de ter recebido foral de D. Afonso II em 1217.

É Contrasta o seu primeiro nome e foi o sábio Rei-renovador D. Afonso III que o mudou para este belo nome de Valença, belo e sugestivo.

A este Rei deve Valença a sua reedificação e a cercadura de fortes muralhas em dupla cinta, com muralha e barbacã, à moda da época, devendo atribuir-se a D. Dinis o melhoramento e complemento desta cinta, que se apresenta de traçado poligonal, todo ameiado e com as quadrelas flanqueadas, consoante o sistema de então, por cavaleiros e torres.

Esta descrição não é ao acaso nem por dedução, pois se confirma no exame dos desenhos insertos no *Magnificis Codice*, da Torre do Tombo, do debuxador Duarte das Armas.

Mereceu a D. João I ser elevada a marquesado em favor de seu filho D. Afonso, o primeiro Duque de Bragança, mas nem sempre os donatários que lhe sucederam acudiram às depredações e ruínas do tempo, ou quando o fizeram foi com tanta lentidão que não beneficiava nem sustinha os estragos.

No entanto, esta cinta medieval da fortificação de Valença lá se foi mantendo melhor ou pior, até que as necessidades e os perigos da Guerra da Restauração impuseram que se lhe

dedicasse maior atenção. Esta e as outras fortificações fronteiriças, mormente as do Alentejo — sempre a porta natural da invasão — receberam importantes obras de modernização. Valença não podia deixar de ser aperfeiçoada, mas foi-o mais lentamente porque os maiores cuidados fixaram-se nas praças de Almeida — defesa da Beira Baixa — e de Elvas — do Alentejo —, muito mais expostas.

Surge desta modernização e necessidades de defesa o magnífico conjunto que contemplamos ainda hoje com veneração e encanto, constituindo uma praça de guerra de primeira classe, como tal classificada, governada por um coronel ou general, e presídio de guarnição militar.

Foram séculos de vigência e de domínio do elemento militar de Valença. Valença era a sua praça de guerra; nela encontrou a principal razão de existir, apoio e condições de vida. Desclassificada a Praça, retirada a sua guarnição militar, Valença sente que lhe falta algo de si própria, e sofre duramente na sua vida económica e social.

As novas fortificações em que Valença está incluída, ficaram das mais perfeitas e completas do sistema abaluartado, sistema que se espalhou por toda a parte, a partir do século XVI, através das Escolas de Fortificação italiana e francesa. A Escola francesa, de que foram expoentes máximos os célebres engenheiros Conde de Pagan e Marechal Vauban, influenciou profundamente a organização defensiva do nosso País após 1640, mas não é de esquecer a intervenção dos nossos engenheiros militares sob a orientação de Luís Serrão Pimentel, que foi cosmógrafo-mor e notabilíssimo professor da Aula de Fortificação e Architectura Militar, criada por D. João IV a suas instâncias, e o primeiro Engenheiro-Mor do Reino e Tenente General, com exercício em todas as províncias do Reino.

O seu «Método Lusitânico» de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, provavelmente o principal texto das suas lições, foi precioso guia de trabalho para os oficiais engenheiros que essa «Aula deitava para poderem servir com satisfação e fazer diminuir o recurso

a estrangeiros mercenários que, se alguns serviram bem o País, os outros acabaram de o trair».

Foi, certamente, dentro dos princípios do sistema abaluartado, que atingiu a máxima perfeição com Vauban, que se modernizaram as velhas cintas muralhadas de Valença, modernização que, quer na sua contextura quer na habilidosa adaptação ao terreno, constitui um bom e completo modelo de fortificação abaluartada.

Parece-me vir a propósito encerrar estas notas sobre a arquitectura militar de Valença, com a sua descrição completa que me facultou o General de Engenharia D. Luís de Sousa Macedo (Mesquitela), que foi distintíssimo professor de Fortificação na Escola Militar:

a) Um recinto abaluartado com sete baluartes que atam na muralha anterior, à qual nalguns tramos se substituíram novas cortinas, e que são designados por baluartes da Lapa, da Esperança, do Faro, de S. Francisco, do Socorro, do Carmo e de S. João.

Nalguns descortinam-se, como obras interiores, entrincheiramentos designados por cavaleiros; e pelo exterior do recinto construíram-se os indispensáveis revelins, lunetas e tenalhas, cobrindo as portas e outros pontos sensíveis, e permitindo bater com maior eficácia o terreno circundante e sobretudo o que desce para o rio Minho.

b) Um grande exterior de tipo clássico, chamado a Obra Coroada, cobrindo a porta do meio e o lado mais fraco da fortificação, e compreendendo três baluartes—de Sant'Ana, S. Jerónimo e Santa Bárbara—e dois meios baluartes—S. José e S. António.

Não precisarei de dizer que toda a praça é circundada por fossos em cuja contra-escarpa se lançou o indispensável *Caminho* ou *Estrada coberta*, com as necessárias e adequadas praças de armas.

Reconhece-se, ao percorrê-la, que os seus construtores possuíam o sentido da linha e da silhueta, com o sentimento dos *valores* e das *massas*. Eram verdadeiros artistas.

A obra tem beleza na sua harmonia, disposição e solidez.

*

* *

Luís Serrão Pimentel e o Marechal Vauban, nomes famosos na engenharia militar de todos os tempos, estão tècnica-mente ligados para sempre à fortificação de Valença, onde deixaram a marca do seu valor. Merecem ser recordados com admiração e reconhecimento, e alguns traços das suas fortes e notáveis personalidades.

O seu talento e a sua dedicação à Pátria tornaram-nos credores da gratidão de todos os patriotas. A vida de cada um deles — vidas edificantes e exemplares — tem entre si, profissionalmente e moralmente, muitos pontos de contacto.

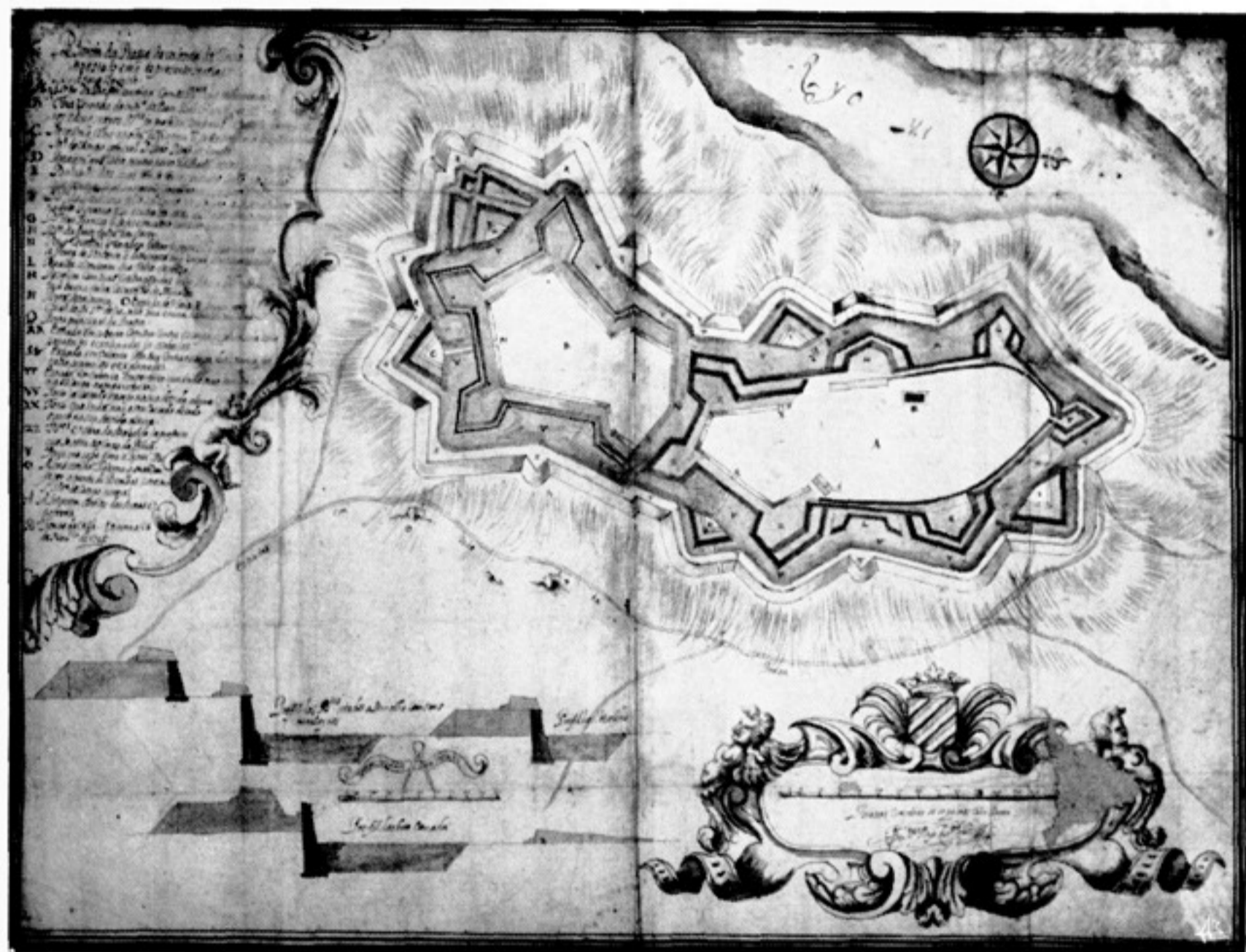
Notáveis pela inteligência e poder de aplicação de conhecimentos, dedicaram-se abnegadamente ao serviço do País em que foram sábios, prudentes e probos conselheiros — um de D. João IV e o outro de Luís XIV — e realizaram grandes feitos com a naturalidade e a timidez de quem cumpre simplesmente o seu dever.

Luís Serrão Pimentel mostrou tanta perícia como valor no cerco de Badajoz, no desenho da maior parte das trincheiras com que se cobriu o nosso exército, no recontro sobre a ribeira de Degebe, na memorável batalha de Ameixial e ainda na restauração da cidade de Évora e na reforma que foi mandada fazer das fortificações das praças do Reino.

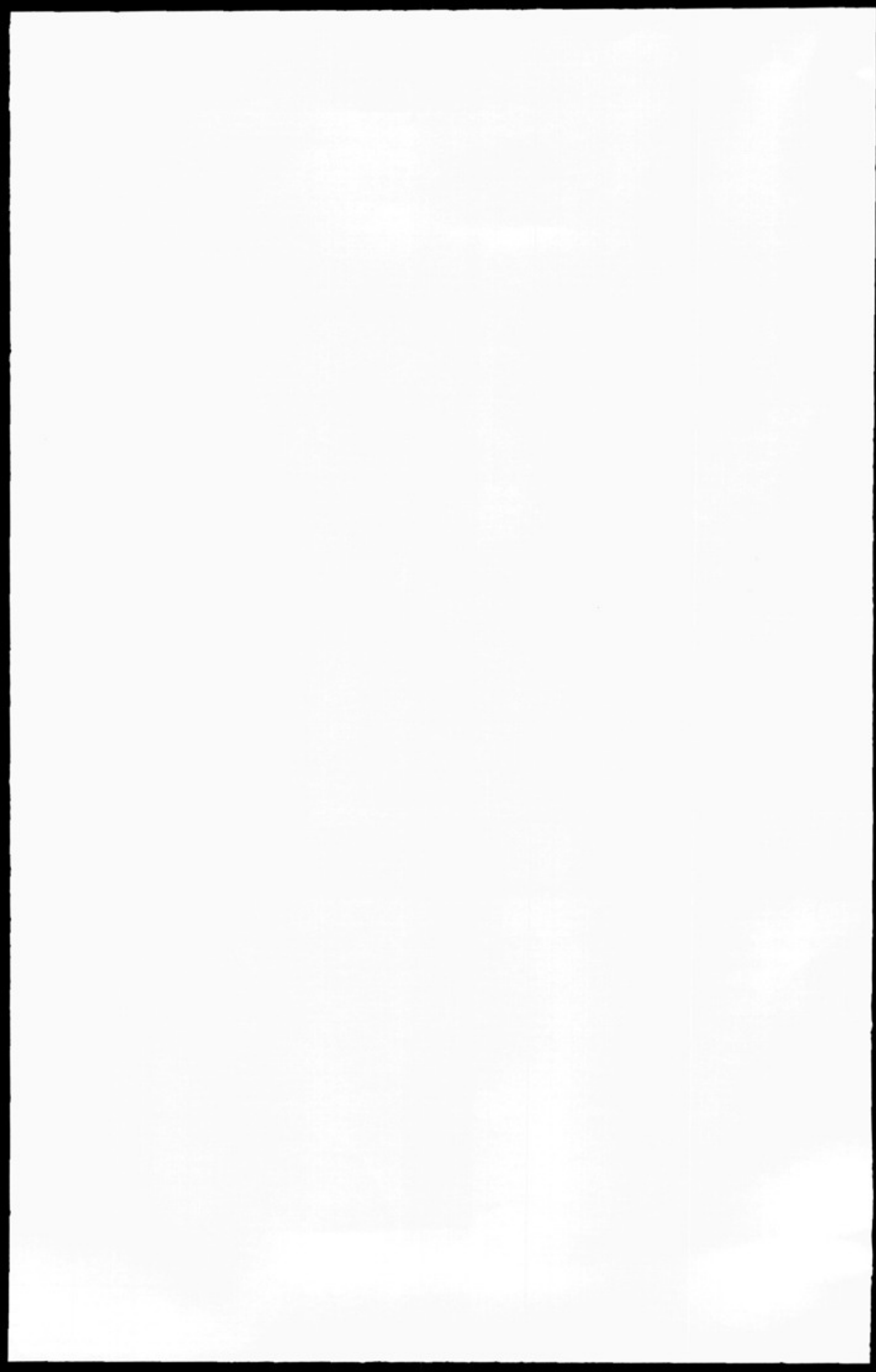
Como o sistema de fortificação do Conde de Pagan corria com grande acolhimento em toda a Europa, fez um resumo de todo ele com *uma censura* sobre as faltas que lhe encontrou.

Teve convivência e recebeu tanta mercê de Cosme III de Médicis, Grão-Duque da Toscana, que este tendo-lhe ele pedido um livro que não tinha, mandou-lhe uma livraria.

Personalidade de raro valor intelectual, de elevado sentido prático e de grande projecção, não pode ser esquecido, e merece ser apontado o seu exemplo, que representa um padrão de civismo.



Planta da Praça de Valença do Minho desenhada por Manuel Pinto de Villas Lobo
(1715)



Vauban é uma personalidade tal que viveu e vive ainda em todos os corações franceses.

Toda a sua vida foi ocupada nos trabalhos de paz e nas preocupações da guerra. Infatigável a sua actividade, um prodígio de resistência e de movimento, percorria a cada passo a França de um extremo ao outro. Aparecia no momento próprio, quando era necessário, como se fosse dotado de uma faculdade divinatória.

Dele se pode dizer que consumiu freneticamente o seu duplo vigor físico e intelectual, animado pela chama do patriotismo e devoção a Luís XIV, que nunca se extinguiu no seu peito. Engenheiro, architecto, topógrafo, geólogo, abalizado economista, construtor naval, higienista, financeiro, jurista, filósofo, inventor, florestal, arqueólogo, sapador-mineiro, psicólogo, físico, teórico e executor em alta medida, foi um reformador e inovador verdadeiramente extraordinário em todas as facetas da sua personalidade superior.

Com a sua atenção sempre esperta e aguda a todas as coisas e a todas as pessoas, nunca desaproveitou a menos inesperada ocasião de dizer, de escrever e de fazer tudo que lhe parecesse possível de alcançar — como se não contasse com os acasos da fortuna e a resistência dos homens.

Especialmente interessado em não ferir jamais nenhum subalterno, em os defender quando tinham razão, e em proteger o soldado e o aldeão, foi amado por todos num movimento unânime, se bem que para ser obedecido teve de empregar a tenacidade e firmeza do comando.

Trezentas praças antigas que modernizou e trinta e três fortalezas novas que concebeu para proteger as fronteiras da Pátria dão um activo espantoso da sua carreira. Mas ainda, como homem de combate, dirigiu quarenta e oito cercos, empenhou-se em cento e trinta e oito acções militares em que tomou acção preponderante e foi ferido oito vezes, mas sem quebrar um osso.

Via tudo nas suas constantes inspecções, a pé, a cavalo, de carro, de liteira, e decidia justamente,

A esta actividade febril correspondia um grande amor pela sua função.

O peso das enormes responsabilidades em que estava investido, parecia-lhe sempre leve, para o seu dever de patriota e para as atribuições que necessariamente lhe foram confiadas. E ainda tinha tempo para escrever as suas «Ociosidades» e os «Pensamentos diversos de um homem que não tinha grande coisa a fazer».

Que subtil e humilde ironia!

Era um homem recto e sensível, e como tal está biografado no seu livro «O Décimo Reino». Foi realmente grande, o grande Vauban, assim o chamaram Corneille, o grande Condé, o grande Pascal, Descartes e Puget.

Durante vinte anos — de 1668 a 1688 — a segurança da França repousou inteiramente nas suas mãos. Responsabilidade sem igual, que esmagava ao ser definida, mas que Vauban aceitou como se fosse a coisa mais simples.

Homem notável, bem digno do século de Luís XIV. À sua disposição uma máquina, nacional e maravilhosa, e que funcionava por milagre, e ele um chefe em toda a acepção forte e complexa da palavra, cheio de responsabilidades e com um poder completo, por ordem e com a confiança do Rei, o Senhor mais absoluto.

Possuia realmente um poder excepcional de concepção e por isso lhe foi possível desenhar em seis semanas a defesa de Tureme, Verrine e Veecail e de vinte e duas praças holandesas. Não sabia o que era descansar! Ocupa o seu repouso a preparar as praças de Picardia e Champagne; constrói as fortalezas de Besançon, Dôle e as cidades de Flandres, que lhe dão o triunfo. Recebe então o grau de Marechal de Campo. Toma a praça de Valenciennes e Luís XIV cumprimenta-o de viva voz.

Domina Dunquerque, e como prémio é nomeado Comissário Geral das Fortificações.

Toma a seu cuidado as cidades e portos de França, continuando a escrever e desenhar em viagem para não perder um momento. Tinha sob as suas ordens trezentos engenheiros,

É especialista de tudo e professor de todos — resumo e expressão do seu saber e autoridade.

É General do Exército aos 55 anos; depois de tantos triunfos, obras e serviços. As suas vitórias eram fundamentalmente obra do homem de ciência.

Tudo presente, tudo preparado, era o lema da sua acção.

De uma grande curiosidade, interrogava os homens de todas as cidades, e de todas as profissões, de todas as classes, sobre o valor e cultivo da terra, sobre os salários, sobre as subsistências. Cerebral e humano ao mesmo tempo. Exalta-o e define-o o conceito de Voltaire ao chamar-lhe o introdutor da verdade e com grande coragem. Dotado de um zelo que nada fazia esmorecer, talento natural para as ciências abstractas, operativo no trabalho, tinha raro golpe de vista baseado nos conhecimentos, e rápido poder de aplicação.

A figura de Vauban cresce com as proporções da estatura cuja sombra se estende sobre uma obra que aumenta ela também e se afirma sempre. Tudo se engrandece entre as suas mãos.

Foi, na realidade, o organizador da vitória e o homem que serviu todos os franceses e tentou salvá-los de todos os perigos.

«O escudo da França», chamou-lhe Michelet.

Incansável defensor dos humildes e desafortunados e das pessoas mal julgadas, inimigo de tudo o que é falso, crapuloso, desleal e injusto.

Nem a arte da guerra, que serviu apaixonadamente, o privava de ser o paladino dos mais nobres sentimentos do coração.

Era este Senhor da Terra e dos Mares para a Defesa das Costas e Marquês de Vauban — nobres títulos e altas funções a esmaltar uma pessoa simples, sem tradições heráldicas de família, e trabalhador incansável. Alma altiva, esfomeada de justiça, de todo confiante na força que residia nele: acima de tudo — *um homem*, muito simplesmente.

Amava os homens e a sociedade; não fazia diferença

entre as classes; dominava-o a sua consciência. Por isso não compreendia que não bastasse ter razão para ser seguido.

O seu espírito arguto e curioso não o deixava abandonar qualquer problema, mesmo suscitado por acaso, sem o estudar e aprofundar. E o espírito, a sensibilidade, o amor da justiça faziam-no inclinar-se enternecidamente sobre os problemas da terra, a terra sua geradora, e fazer dele um doutrinário — o homem mais claro e mais lógico da França.

No seu eu conservava a obstinação da gente da sua terra e herdara toda a alma silvestre do pai, aquele pai que não podia ver um campo maltratado, sem se oferecer para o cultivar a preceito e colocar cada coisa no seu lugar. Feitio de socorrista, na linguagem de hoje, que o filho manteve e exercitou deliberadamente toda a vida.

Construtor emérito da defesa na guerra, era por vocação um sincero e constante utilizador da paz e fomentador do desenvolvimento económico do País.

Personalidade indivisível no moral e no material, mereceu logicamente aquela ordem célebre de Luís XIV:

«Todos, incluindo o Rei-*Todo-Poderoso*, obedecerão a Vauban.

Ele correspondeu, salvando a França da destruição, tomando para ele próprio o papel modesto de sapador, e fazendo rondas e inspecções.

As honras com que o Rei o cumulou não o retiraram da sua actividade.

Pôde dizer ambiciosamente: «Encarreguei-me dos acontecimentos e tomei tudo sobre mim...».

Também ninguém como ele teve tanto a confiança absoluta de um Rei absoluto. Diante dele tudo se curva, tudo obedece, tudo cede.

Impõe-se pelo poder de organização, a perfeição dos preparativos, a lógica das suas concepções. Um digno ditador da defesa das costas da França e o Comandante único na terra e no mar.

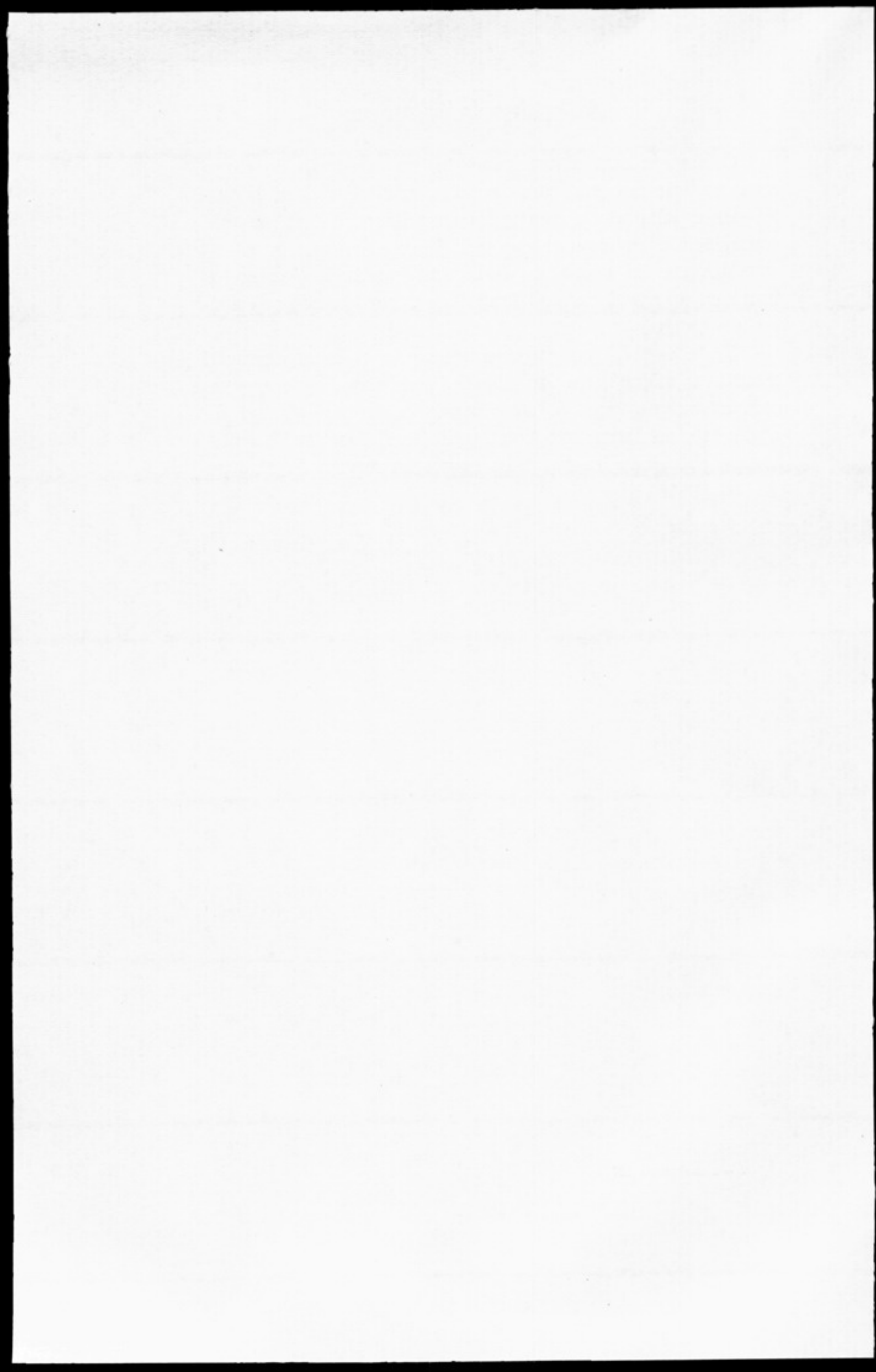
Situação tão excepcional que só aceitou por honra, sem soldo.

O homem está aí inteiramente, na aceitação do cargo e na condição imposta, com toda a imensidade da sua modéstia sem espalhafato, a estatura e a invulnerabilidade de uma consciência e amoroso enlevo pela França.

Mas ele foi acima de tudo um construtivo, como os franceses do *grande século*. Trabalhava coordenando os esforços de todos.

Neste notável poder de coordenação e de organização assentava a confiança que nascia resoluto e esperançosa, com a sua presença. Sábio e poderoso, tenente-general do Exército e da Marinha e Comissário Geral das Fortificações, honrou sobremaneira tão altos cargos ao serviço da França.

A. LUIZ GOMES



ALEXANDRE HERCULANO E A BIBLIOTECA DA AJUDA

À GUIA DE PREFÁCIO

De há muito está em aberto uma dívida para com um dos maiores pensadores e trabalhadores da nossa Pátria, que chefiou e orientou durante trinta e oito anos a «Real Biblioteca de Sua Magestade» e a ajudou a organizar-se, arrumar e — como hoje soi dizer-se — a tornar-se funcional e útil aos estudiosos e investigadores.

Sabemos que, pelo menos, dois directores que lhe sucederam na gerência — referimo-nos a Ramalho Ortigão e a Jordão de Freitas — tentaram investigar e encontraram algum material, mas não tanto que lhes parecesse suficiente para escrever sobre qualquer período da História da «Biblioteca do Paço d'Ajuda». Iniciamos nós esse trabalho — que o saibamos pela primeira vez — tentando dar a conhecer o papel desempenhado por Alexandre Herculano, de 1 de Agosto de 1839 a 13 de Setembro de 1877, como Bibliotecário-Mor de Sua Magestade El-Rei, como se designava em vários officios que compul-sámos.

Não foi fácil, porém, reunir a documentação que apresentamos a seguir, e talvez por isso é que se tenha retardado tanto a relatar-se o que foi para a história da biblioteconomia portuguesa essa figura sempre austera e digna.

Não estamos porém convencidos de ter esgotado o filão (apesar de termos levado quase uma década a reunir material), pois aguardamos sempre que mais alguma coisa venha a surgir, em novas e persistentes pesquisas.

I—A REAL BIBLIOTECA, E A ENTRADA
DE ALEXANDRE HERCULANO PARA A SUA
GERÊNCIA

Publicou Jordão Apolinário de Freitas no *Diário de Notícias* de 30 de Março de 1909, o ofício de 1 de Agosto de 1839 em que o guarda-joias Paulo Martins de Almeida comunicou a Alexandre Herculano a resolução da Rainha D. Maria II de o encarregar da Real Biblioteca «durante o impedimento do padre António Nunes» (1).

O País atravessara um período confuso de competições partidárias, e em todos os sectores se reflectia o eco dos triunfos e desaires de um e outro partido.

A Biblioteca estava em mísero estado: depreende-se dos pedidos constantes de funcionários, que não tinha (2), de estantes, de arranjo nos telhados e paredes, etc., etc.

A Patriarcal e o próprio Paço Velho caíam de podres (3).

O P.^e António Nunes começara por solicitar a retirada de muitos livros depositados: (4) os do Duque da

(1) Doc. 1. O P.^e António Nunes fôra nomeado Encarregado da Real Livraria do Paço da Ajuda em 11-V-1837, ficando a suceder ao Conselheiro Doutor António Nunes de Carvalho, que ali estivera menos de um ano: desde 2-VIII-1836.

(2) Of.^o de 7-XII-1838 e outros.

(3) Há ofícios de 15-II-1840, 12-XI-1844 (Doc. 13), 24-II-1845 (Doc. 15), etc. sobre reparações nos telhados da Biblioteca, e de 1852 e 1853, que aludem a chuva que entrava no Gabinete de Física. O ofício de 8-II-1862, refere que abateu o corredor deste Gabinete.

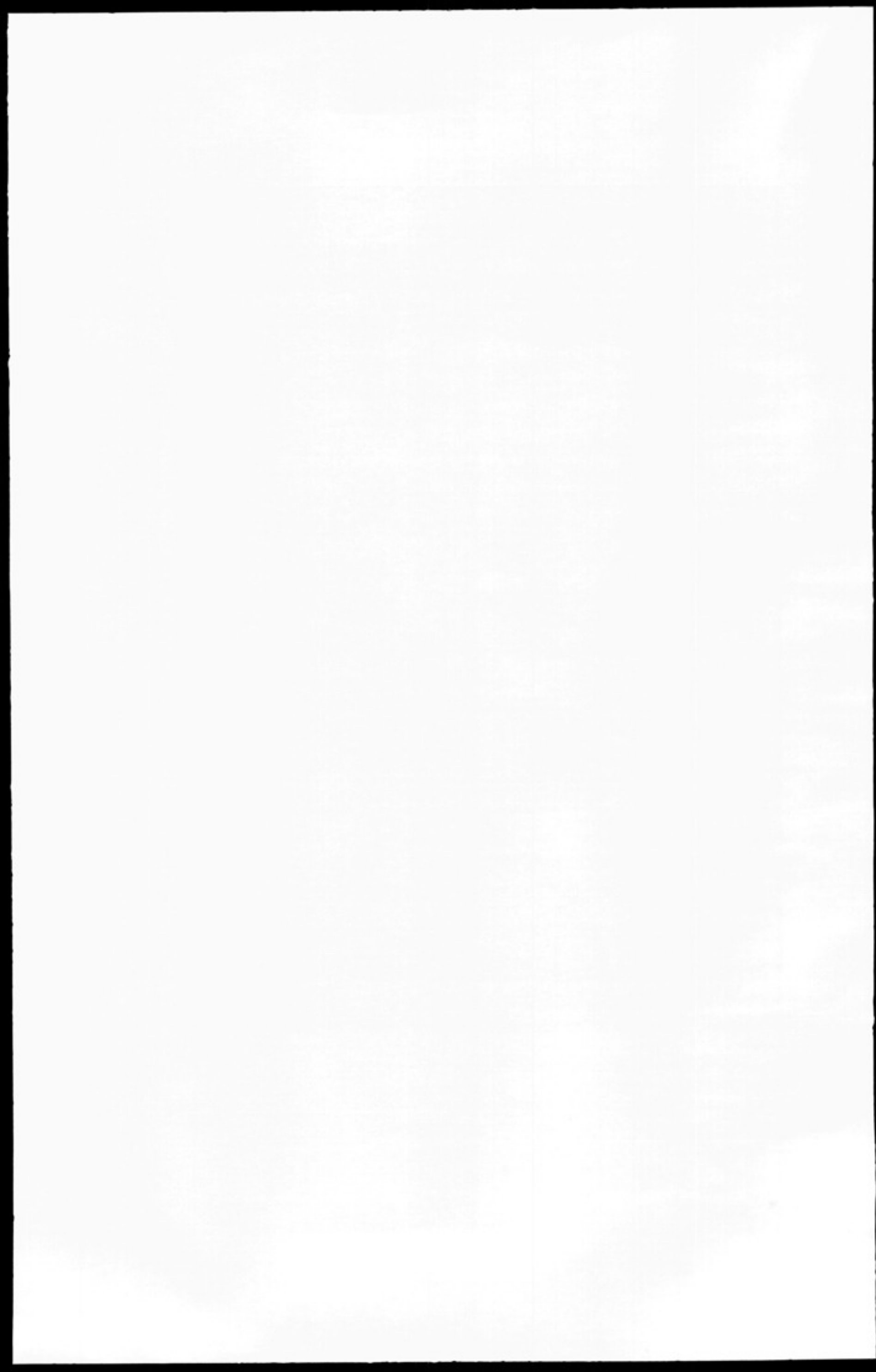
Em 1843 (Of.^o de 28-III) a Patriarcal estava em ruínas e, em Julho desse ano, foi roubada por gatunos. Um ofício do Ministério do Reino, de 29-VIII-1843, fala na demolição da Patriarcal: outro ofício, de 16-VIII-1844, diz que não seriam demolidas as casas ao pé da Patriarcal, por não ameaçarem ruína.

(4) Of.^o de 15-V-1839.



ALEXANDRE HERCULANO em 1852

(Miniatura de Francisco de Almeida Furtado, existente no Museu Nacional de Arte Antiga)



Terceira (1), os dos Marquesses de Sampaio e de Ponte de Lima, dos Condes de Linhares e de Óbidos e do Visconde de Laborim (2), que impediam a boa arrumação da «*Livraria Real*», dizia ele. Estes depósitos tinham resultado da acção do «*Fisco, no tempo da usurpação*».

D. Maria II mandou restituir os livros aos liberais, seus antigos possuidores. Como não deveria ser assim, se eram eles que detinham o poder?

Mas, destas contínuas entradas e saídas, destas sucessivas mudanças de governo, resultavam dúvidas quanto aos fundos da Biblioteca Real. A Duquesa de Bragança pedia que se lhe dissesse se os livros do Conselheiro José Monteiro da Rocha, que tinham sido deixados em testamento ao Duque D. Pedro (3), continuavam ou não na Biblioteca do Paço da Ajuda (Of.º de 29-XI-1837), e do Paço das Necessidades também desejavam saber «*Se nas Bibliothecas annexas aos Paços Reaes existem livrarias pertencentes a Conventos extinctos*» e se lá continuavam também «*os Livros do Collégio dos Nobres*» (Of.º de 11-V-1839) (4).

Conservam-se ainda hoje várias listas de livros que faltavam nos fundos depositados, e o padre António Nunes, que acumulava o cargo de Capelão do Paço das Necessidades com o de encarregado das Livrarias Reais da Ajuda e da «*Bibliotheca Congregationis Oratorii apud Regiam Domum B. M. Virginis de Necessitatibus*», estava adoentado (5) e devia sentir-se embaraçado perante tanta confusão!

Nos próprios *Encarregados* (6) das Bibliotecas Reais se

(1) Na entrega faltaram 14 livros.

(2) Nestes últimos, retirados em 11-IX-1839, faltaram 4 livros.

(3) D. Pedro I, Imperador do Brasil.

(4) Em 1831 tinham entrado 10 000 vols. do Colégio de Nobres (Of.º de José Fortes Saraiva, de 3-I-1835).

(5) Pediu a exoneração destes cargos talvez nos começos de Novembro de 1839, e nesta data a Rainha «*concedeu-lhe a honra dos referidos empregos sem vencimento algum*» (Of.º de 15-XI-1839).

(6) Esta designação é a da época.

fazia sentir a instabilidade dos governos, por sucessivas demissões.

Era necessário um homem de pulso e de prestígio, conhecedor e recto, que fosse capaz de se impor àquele estado caótico. É então que a Rainha chama Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo ⁽¹⁾. Dá-lhe casa no Largo da Ajuda (Portaria de 23-VI-1839) ⁽²⁾ e Herculano *recomeça* ⁽³⁾ a tarefa de pôr ordem onde parecia não haver nenhuma.

Herculano era então Cavaleiro da Torre e Espada (Dec. de 1-III-1839) e o principal redactor da revista «*Panorama*» — a melhor revista literária que se publicava no nosso País. Era um dos «*Bravos do Mindelo*»; era liberal; entrava com grande prestígio político; maior, só mais tarde o iria ter como homem de letras.

(1) Certamente por indicação do marido, D. Fernando, pois, em carta ao Duque de Saldanha de 22-III-1848, Herculano diz: «*Há porém, uma única pessoa cujas opiniões não sou obrigado a seguir, mas cujas susceptibilidades a gratidão me constrange a respeitar: É S. M. El-Rei. Se posso deixar na terra alguns vestígios da minha passagem, devo-o em grande parte a elle*». E adiante esclarece: «*Acceitei da mão delle um cargo na sua casa, que espontaneamente me conferiu*». (Cartas, I, II, 4.^a ed., p. 7).

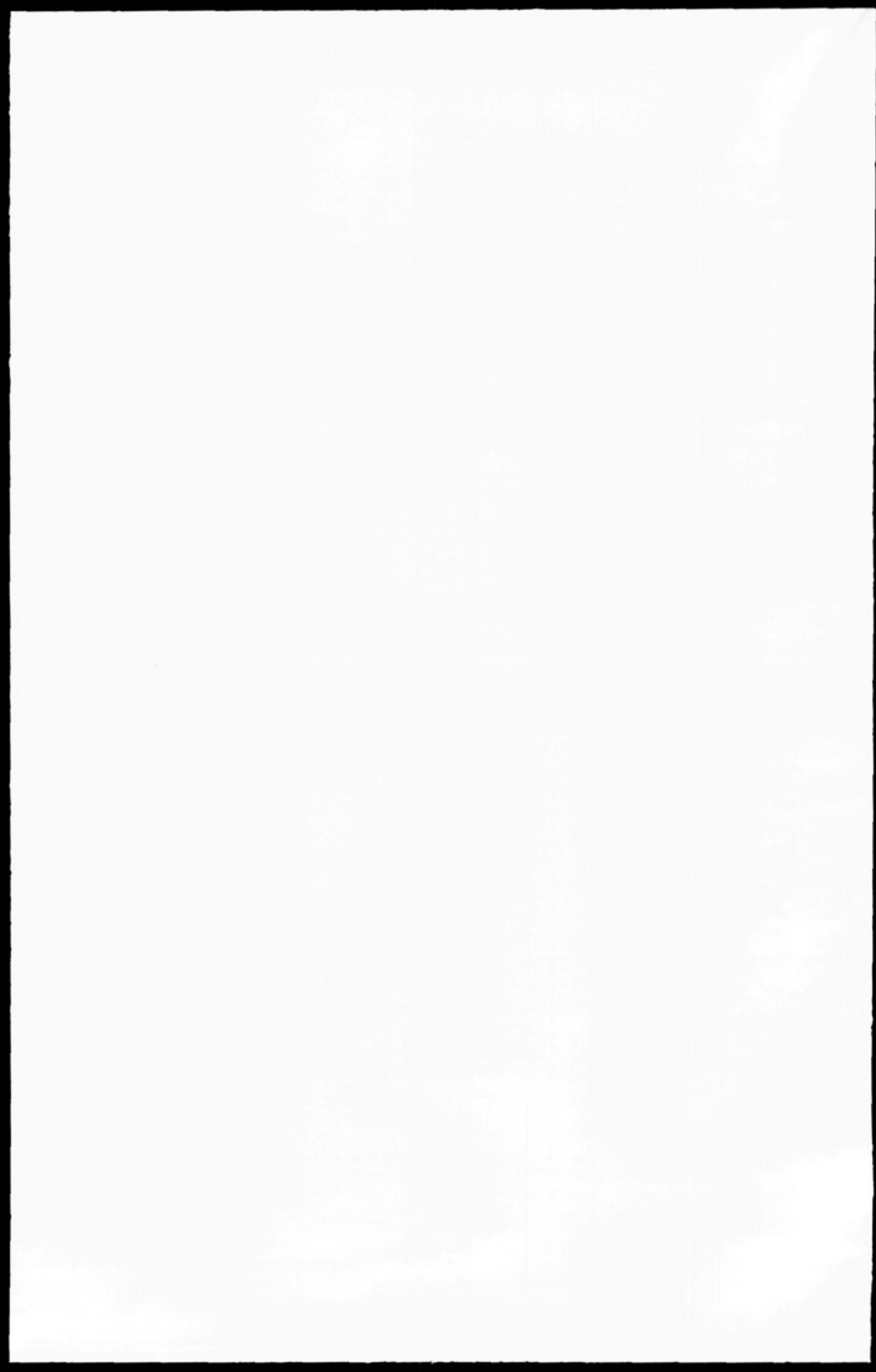
(2) Na «*Relação dos bens urbanos pertencentes ao Domínio da Coroa e dependentes do Almojarifado do Real Palácio d' Ajuda*», feita em papel selado, vem em primeiro lugar no: «*Largo da Ajuda. Real Paço e Casa da antiga Bibliotheca onde residia Alexandre Herculano, tendo uma casa ao centro do quintal.*» (1839); e no recenseamento dos prédios do Domínio da Coroa, de Maio de 1876, figura, na lista dos prédios urbanos: — «*No Largo da Ajuda: Livraria com casa de habitação dada a Alexandre Herculano, tendo um grande quintal com serventia pela rua do Mirante*».

(3) Dizemos *recomeça* porque outros *Encarregados* tinham já começado a ordenar os livros do Rei; mas, por motivos diversos, todo o trabalho se prejudicara: com a ida de D. João VI para o Brasil, com as mudanças de regime político, com a entrada e saída de núcleos de vária proveniência, com a instabilidade e insuficiência da instalação, com a adaptação de certas salas a outras finalidades, etc.



A RAINHA D. MARIA II

(B. N. L., Secção de Estampas, 69-V)



Tinha apenas vinte e nove anos ⁽¹⁾; já estivera como bibliotecário no Porto; de ora avante, até ao fim da vida, conservaria a função de *Bibliotecário-Mor de Sua Magestade*.

O lugar para que Alexandre Herculano foi nomeado não era o de um bibliotecário, nem o de um director na vulgar acepção do termo: era o de uma espécie de superintendente, como que inspector, das bibliotecas dos Paços Reais da Ajuda e Necessidades e do Real Gabinete de Física, anexo à Biblioteca da Ajuda. Mais do que um simples bibliotecário, orientava, dirigia, informava as licenças pedidas (mesmo as do director do Real Gabinete de Física) e tinha às suas ordens funcionários (*Oficiais bibliógrafos e Moços da biblioteca*) para os diversos serviços.

II — OS COLABORADORES DE HERCULANO

Já lá se fôra o tempo em que a Livraria Real chegara a ter quinze funcionários no quadro! Isto sucedera no tempo do padre José Manuel de Abreu e Lima, «*Bibliotecário-Maior das Reais Bibliotecas*», em 1832. Logo a seguir, tudo decaíra, e, em 1835, ficaram apenas dois funcionários: o então Encarregado: José Fortes Saraiva e o Moço da Livraria, além do Fiel do Gabinete anexo de Física: Manuel Mendes.

Alexandre Herculano, quando entrou em 1839, também veio encontrar o seguinte quadro bem reduzido em número, — número esse que nunca se modificaria no seu tempo:

Um *Primeiro Oficial bibliógrafo*: — o P.^e VICENTE FERREIRA DE SOUSA BRANDÃO, seu ajudante, que ganhava 12.000 réis por mês (Portaria de 15-III-1839) e era também o Encarregado do Real Gabinete de Física ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Nasceu no Pátio do Gil, à rua de S. Bento, em Lisboa, a 28-III-1810.

⁽²⁾ Teve casa no Largo da Ajuda, por ordem da Repartição do Guarda-Jóias. Por Portaria de 31-IX-1839, foi nomeado Encar-

Um *Segundo Oficial bibliógrafo*: — MANUEL VICENTE DE ALMEIDA ⁽¹⁾ que iniciou a carreira brilhante dos Vicentes de Almeida ⁽²⁾; vencia pelo «Bolsinho Particular de El-Rei».

O Moço da Livraria:—LOURENÇO DE ANDRADE ⁽³⁾ que ganhava 7.200 réis por mês.

Além destes, havia, no Real Gabinete de Física, o *Fiel*: —MANUEL MENDES ⁽⁴⁾, que ganhava 12.000 réis por mês e não sabia escrever; limpava, varria e trabalhava directamente sob as ordens do P.^o Sousa Brandão.

O Real Gabinete de Física, anexo à Livraria, ficava no local que ficou conhecido por *Pátio da Física* e tinha

regado do Real Gabinete de Física, sem vencimento. A Portaria de 1-II-1840 nomeou-o Ajudante do Bibliotecário do Paço das Necessidades, com o vencimento de 240 000 reis por ano. Serviu de Director da R. Biblioteca em 28-II-1841, certamente por impedimento de A. Herculano. Foi dispensado do R. Gabinete de Física, por Portaria de 1-IV-1843, mas continuou como bibliógrafo.

Pediu exoneração de Oficial bibliógrafo em 30-VIII-1847, dizendo-se envelhecido (Doc. apenso 22), que lhe foi concedida a 21-IX-1847 (Of.^o do Vedor). Faleceu a 3-VI-1869.

⁽¹⁾ Começou por ser Porteiro da R. B. Ajuda (Port.^a de 15-III-1839) com 10\$000 réis mensais. Em 1-III-1841 era Amanuense bibliógrafo, com 12\$000 réis por mês. A Portaria de 1-VII-1848, derivada da Reforma do Pessoal da Casa Real, nomeou o 2.^o Oficial bibliógrafo, com 16\$000 por mês. Em Jan.^o 1857 era 1.^o Oficial bibliógrafo com 20\$000 por mês. O *Diário do Governo*, n.^o 149, de 1858, conferiu-lhe o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

⁽²⁾ Pai de Rodrigo e de José Vicente de Almeida, avô de Guilherme Augusto de Almeida e Silva (este, quando já não existia A. H.: a partir de 15-III-1899) e bisavô de Horácio Augusto d'Almeida e Silva, que entrou a 31-VIII-1931: todos foram bons funcionários da Biblioteca da Ajuda.

⁽³⁾ Desde 10-IV-1837. (Port.^a de 15-III-1837). Foi mais tarde, a 28-II-1841, designado Porteiro da Biblioteca. O Decreto de 1-VII-1848, confirmou-lhe o lugar de Moço de Livraria, com o mesmo ordenado (86\$400 por ano).

Faleceu em 26-IV-1849.

⁽⁴⁾ Nomeado por Portaria de 6-V-1834. Faleceu em 9-II-1855.

por finalidade servir como espécie de sala de estudo dos príncipes, dispondo de Encarregado próprio. Em 9-I-1843 (Doc. 4 apenso) Herculano diz que o P.^e Vicente Ferreira «*é inteiramente independente de mim naquele mistér*»; mas, a partir de Abril de 1843, verifica-se que Herculano passou a exercer também autoridade neste Gabinete (Doc. 10 apenso) e nenhuma licença é concedida sem que ele dê o seu parecer.

Herculano teve depois outros colaboradores.

Assim, nomeado por Decreto de 14-III-1840, encontramos JOSÉ EUSÉBIO DE SEIXAS, como oficial bibliógrafo na Livraria das Necessidades, e em 5-V-1854 na Ajuda. Mas a 9-V-1854 já está «*dispensado do exercicio da Real Bibliotheca enquanto durar o inventário de móveis do Real Palácio*» (Of.^o do Vêdor da Casa Real) ⁽¹⁾.

Em 19-XII-1847:—ANDRÉ DUARTE, natural de Sousel, pediu o lugar de Fiel do Gabinete de Física, que pertencera a Manuel Mendes—lugar que aquele desempenhara, *sem remuneração*, durante oito ou nove anos, aguardando a vaga ⁽²⁾.

—RODRIGO VICENTE DE ALMEIDA entrou, por proposta do pai, Manuel Vicente de Almeida, como Moço da Real Bibliotheca, em 15-IV-1849, vencendo 7.200 réis por mês e tendo de servir cumulativamente este lugar e o das Necessidades. Veio para o lugar de Lourenço de Andrade. Esta nomeação foi rescindida por Portaria de 23-II-1865, pois que a Portaria de 21 de Março desse mesmo ano o colocou como Moço do Real Palácio. Rodrigo foi porém um dos melhores funcionários da Ajuda. Tendo por mestre o grande Herculano, esteve mais de cinquenta anos na Bibliotheca; chegou a ficar como que director-interino por

(1) Tinha residência na Casa das Obras dos Reais Paços da Ajuda, em 1862. Faleceu a 26-IX-1867.

(2) A Portaria de 12-XI-1849 nomeou-o, depois, Moço do Tezouro, a contar de 4-XI-1849.

mais de uma vez, e sempre cumprindo e desempenhando o seu lugar com brio e competência. Por Portaria de 4-XI-1875 voltou como *Encarregado* de fiscalizar o serviço dos Moços da Livraria ⁽¹⁾ com a gratificação anual de 10.000 réis por mês; e a Portaria de 20-IX-1877 nomeou-o Oficial bibliógrafo da Real Biblioteca da Ajuda, logo a seguir à morte de Herculano ⁽²⁾.

— CAETANO DE ALMEIDA GAMBOA foi, pelo officio de 23-VII-1861, apresentado ao P.^e Vicente «*para o coadjuvar no serviço de depósito de livros do Palácio da Ajuda, porque já não pode ser fiscal dos Arcais do Alfeite*». Veio velho, pouco podia fazer ⁽³⁾.

— BERNARDO AUGUSTO PROENÇA foi Moço da Livraria, por Portaria de 23-II-1865, com o vencimento anual de 144.000 réis. Passou à inactividade, como pensionista, por Portaria de 4-XI-1875. Faleceu em 14-I-1889.

— JOSÉ VICENTE DE ALMEIDA, irmão de Rodrigo, entrou também como Moço de Livraria, por Portaria de 10-XI-1874, com 12.000 mensais ⁽⁴⁾.

— Finalmente MANUEL DA CRUZ SILVA veio como Moço da Real Biblioteca, desde 1-XI-1875 (Port.^a de 4 do mesmo mês e ano), também com 12.000 réis mensais. Era Porteiro

⁽¹⁾ Eram então dois: o irmão dele—José Vicente de Almeida—e Manuel da Cruz Silva.

⁽²⁾ Rodrigo teve várias occupaões no Palácio da Ajuda. Em 1864, por exemplo, criava bichos de seda e recebia ordenado por isso. Em 1878, tinha 300.000 réis por ano (Port.^a de 20-IX), cessando os outros vencimentos que recebia. Teve também habitação, concedida pela Casa Real (Port.^a de 5-V-1891); mas, antes, em 1887, recebia um *auxílio* para a renda da casa e a Portaria de 18-I-1892 deu-lhe uma gratificação de 22\$500 «*pela confecção dum catálogo de todos os manuscritos existentes na Biblioteca*».

Em 1849 (Port.^a de 4-IV-1894) o ordenado foi-lhe elevado para 600 000 réis anuais, a partir do dia um desse mesmo mês. Faleceu a 13-I-1902.

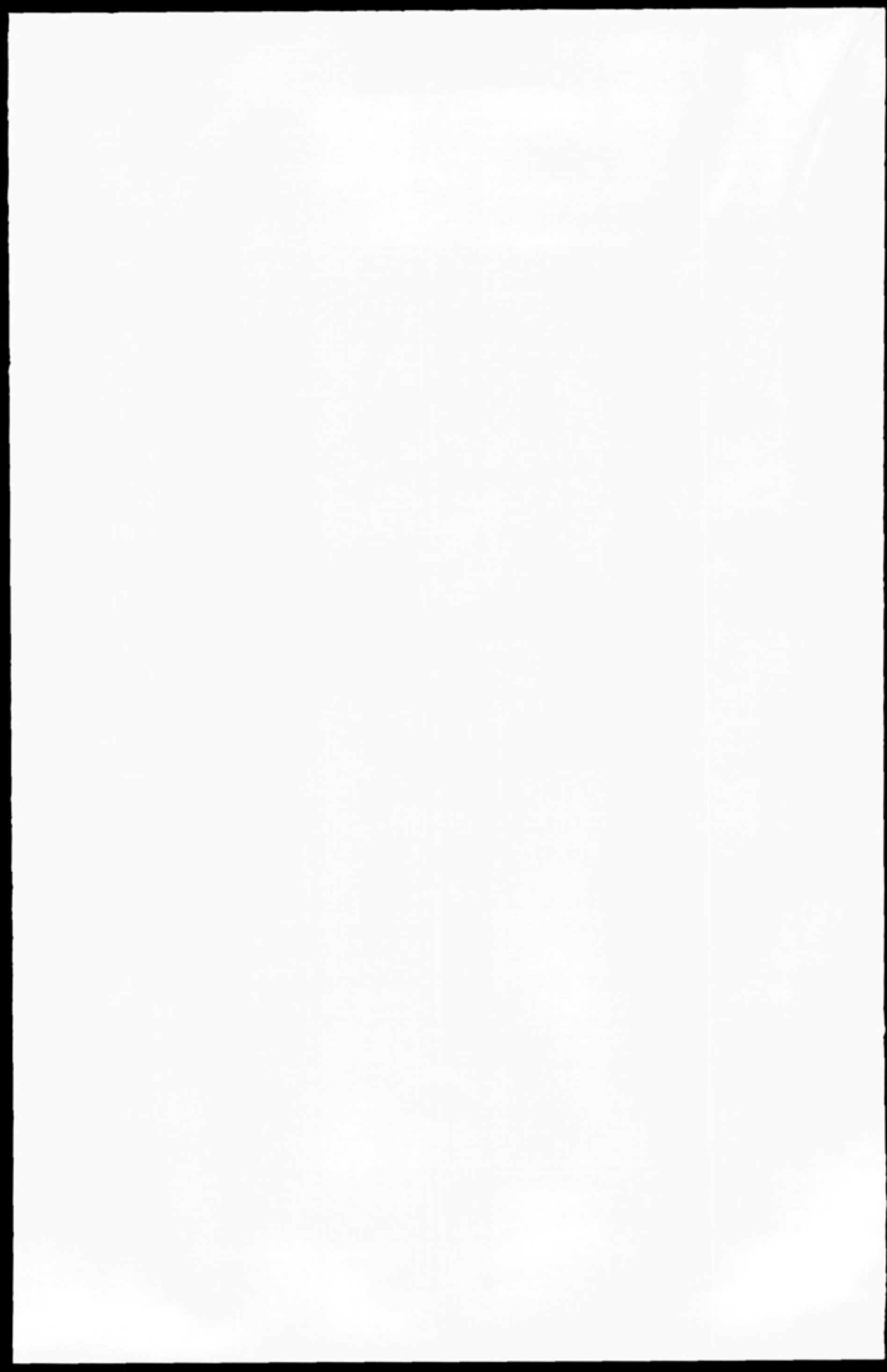
⁽³⁾ Morreu a 20-II-1871 (Of.^o de 24-II-1871).

⁽⁴⁾ Faleceu a 21-VI-1892.



O melhor discípulo de Alexandre Herculano, em biblioteconomia

(Fotografia existente na Biblioteca da Ajuda)



em 1-IV-1880 e Moço de Sala em 1883 (Port.^a de 17-III-1883), com 300.000 réis anuais (1).

Nunca encontramos, porém, qualquer recibo ou apontamento por onde se podesse saber se Herculano recebia ou não honorários.

Apenas pela carta atrás mencionada, que a 22-III-1849 dirigiu ao Duque de Saldanha (2), se depreende que o seu cargo era remunerado, pois, referindo-se a El-Rei D. Fernando, dizia:

«Acceitei da mão delle um cargo na sua casa, que espontaneamente me conferiu. Aceitei-o porque sou pobre; porque preciso de ganhar o pão com o meu trabalho. Durante nove annos que tenho servido El-Rei...». «Devo, pois, a S. M. o pão e a defesa da minha dignidade moral. Mais do que isto não pode um homem dever a outro homem» (3).

Os pagamentos eram feitos pela Vedoria da Casa Real (Dec.^o de 21-XI-1837). O P.^e António Nunes, antecessor de Herculano, não recebeu ordenado por ter estado encarregado da Biblioteca das Necessidades e sim pela Biblioteca da Ajuda (4) 15.000 réis mensais (5). O P.^e Vicente Ferreira de Sousa Brandão, que por Portaria de 30-IX-1839 foi nomeado Encarregado da organização do Real Gabinete de Física, também *«serviu sem recompensa alguma»* este cargo, como se diz no ofício do Vedor D. Manuel de Portugal e Castro, de 21-IX-1847, que lhe transmite a exoneração; só ganhava como bibliotecário. E Magalhães Coutinho, que sucedeu a Alexandre Herculano, teve a gratificação anual de 300.000 réis como bibliotecário (Port.^a de 30-XI-1877).

(1) Passou depois para Cascais.

(2) A pág. 78, nota 1.

(3) *In: «Cartas de A. Herculano», Tomo II, 4.^a ed., p. 7.*

(4) As duas bibliotecas dos Paços Reais tinham um chefe comum.

(5) Folha de vencimentos de Abril de 1838.

III — A LIVRARIA DO PAÇO VELHO DA AJUDA

A *Livraria do Paço d' Ajuda* viera sucessivamente aumentando, desde que um carro de livros salvos do incêndio do Paço da Ribeira, por alturas do terramoto de 1755, foi arrecadado numa dependência do que viria a designar-se por Paço Velho, ali perto do sítio onde ficou a Patriarcal da Ajuda. Mas a instalação era precária, e tanto as ofertas e compras, como os espólios das confiscações políticas (que as houve bastantes), ou as doações mecenárias, não eram simultâneamente acompanhadas do trabalho de organização biblioteconómica que se requeriria para que se pudesse usufruir o proveito que esses espólios bibliacos poderiam proporcionar. Andavam muitos livros amontoados, por falta de estantes, por carência de espaço, de salas, de atenção condigna, em suma.

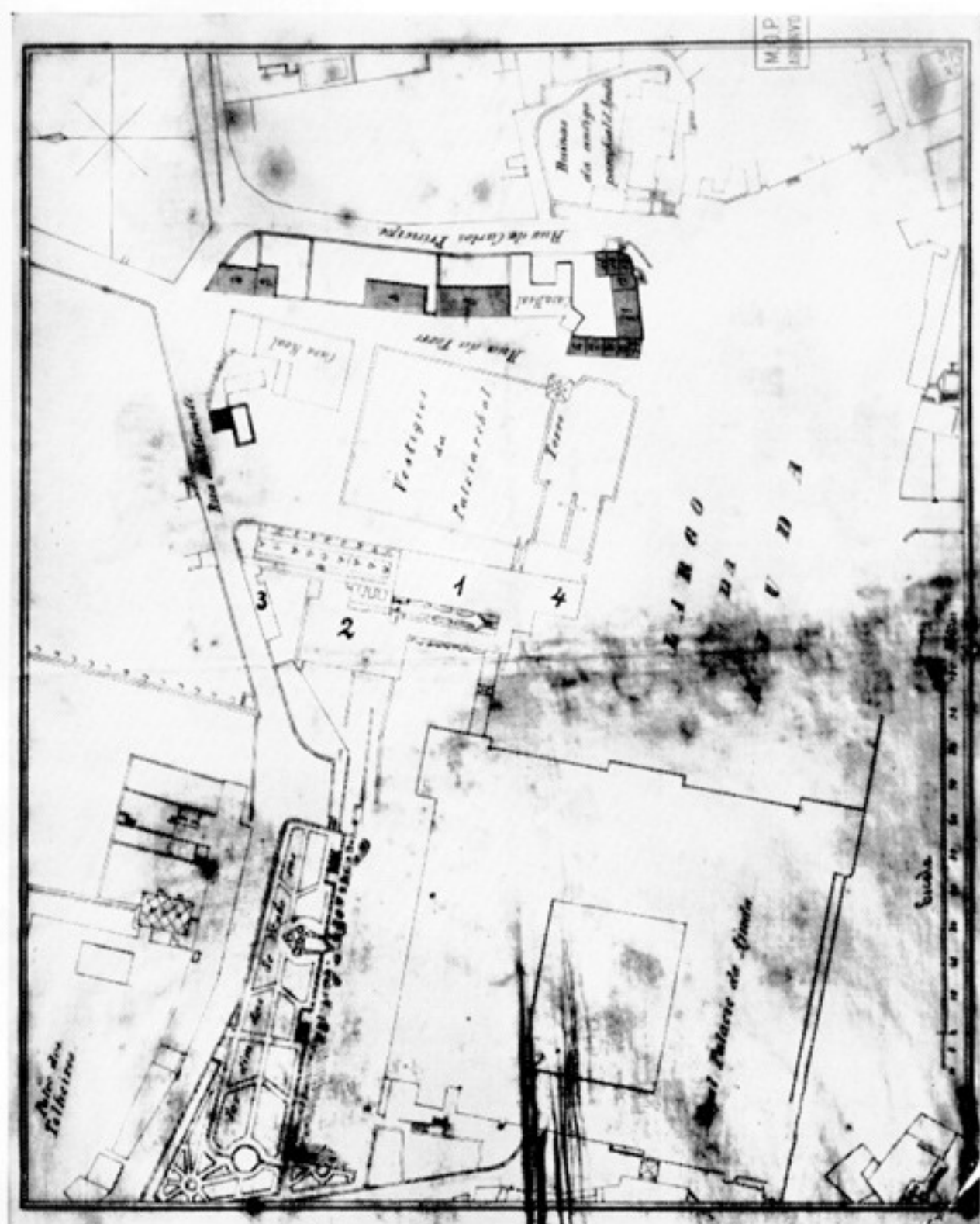
É verdade que se podia apontar uma notabilíssima excepção nesta *pouca-atenção* para com aquela sombra do que fora outrora a rica Biblioteca Real; essa excepção dizíamos, começou a vincar-se no final do reinado de D. João VI, e seria pela mão do P.^e José Manuel de Abreu Lima levada ao mais alto nível.

Porém, este Bibliotecário-Mor, na melhor acepção do termo, teve uma saída infeliz ⁽¹⁾, e a Biblioteca do Paço da Ajuda começou a decair com os Encarregados que se lhe seguiram.

Encontrámos algumas plantas topográficas antigas do local onde esteve instalada a primitiva *Biblioteca de Sua Alteza Imperial e Real* ⁽²⁾. Em apêndice, apresentamos aquelas

⁽¹⁾ Foi demitido em 1834 por miguelista, e, em Agosto de 1835, foi acometido de doença do coração, em casa dos Condes de Redondo, onde se encontrava em funções eclesiásticas, e faleceu.

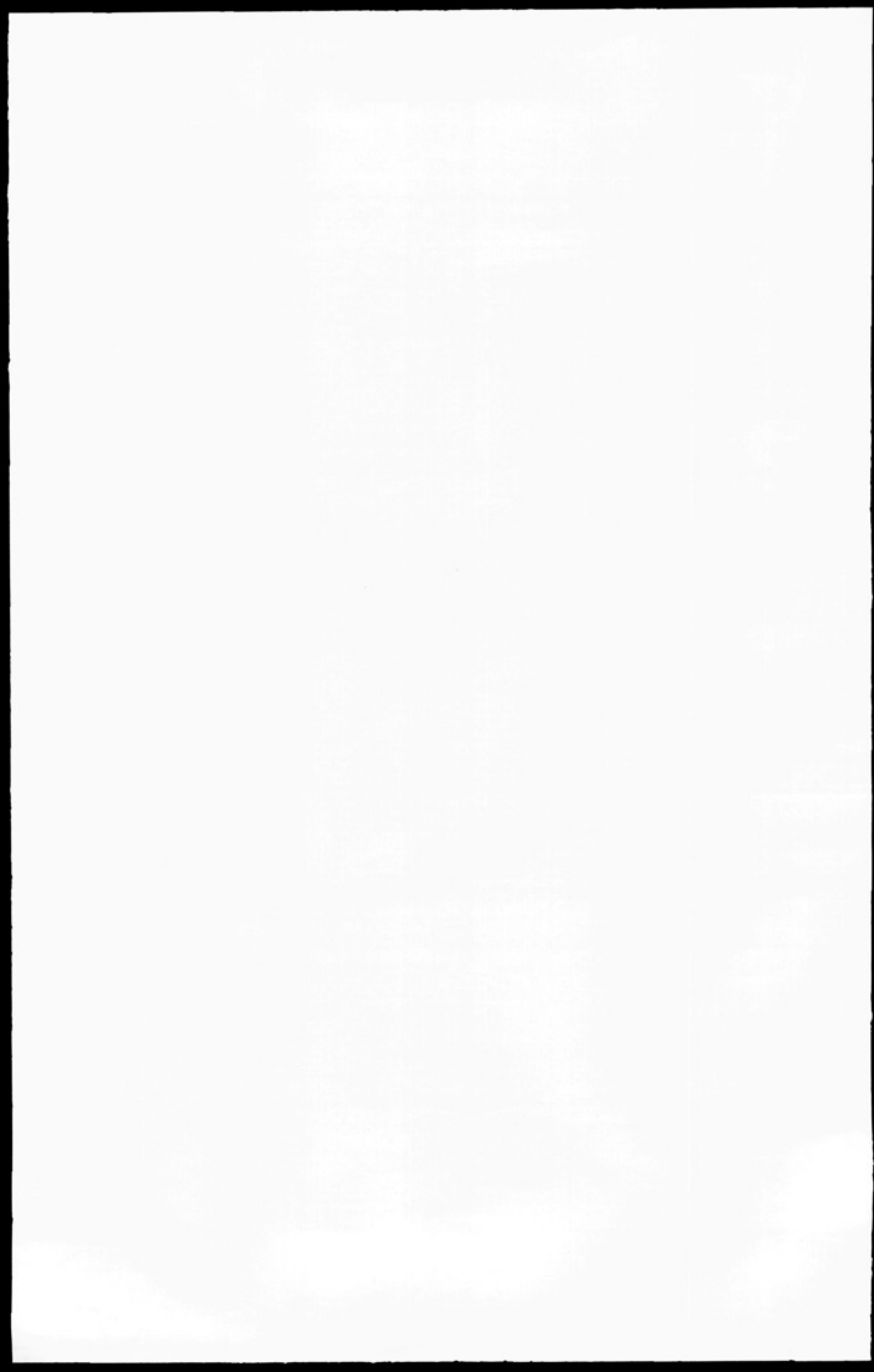
⁽²⁾ Tal era a designação que se lhe deu no tempo de D. João VI e de D. Pedro IV.



Planta topográfica das imediações do Paço da Ajuda em 1862

(Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas)

- 1, 2 e 3 — A Biblioteca Real.
 4 — Residência de Alexandre Herculano



duas, que melhor nos parecem marcar o local onde, no tempo de Alexandre Herculano, se arrecadavam os volumes que, em 1875, ele computava em sessenta mil. (Doc. 45).

As plantas são de 1817 e de 1862 ⁽¹⁾, e nelas se vê, em esboço, o actual Palácio Novo, e, na mais recente, a Patriarcal com a torre, as primitivas instalações da Biblioteca Real, o passadiço que ficou durante algum tempo a ligá-la ao actual Palácio, percebendo-se nitidamente o corredor que ligava a habitação de Herculano (habitação que ainda hoje existe), às salas da Biblioteca velha, sem que ele necessitasse de sair à rua, e os jardins *interiores*, que a iluminavam. No entanto, a topografia da Biblioteca Velha está mais nítida na planta de 1817.

Alexandre Herculano trabalhou *muito* naquelas salas, e sublinhámos *muito* porque temos ouvido a muitas pessoas dizer que a Herculano, como historiador, não lhe devia importar o arranjo duma biblioteca; que ele era apenas investigador e homem de letras, e não um bibliotecário de carreira, e que, por isso, aquele cargo só lhe devia ter servido como *meio*, para melhor poder penetrar na intimidade dos recheios livrescos de valia, e permitir-lhe escrever a História de Portugal e reunir os *Portugaliae Monumenta Historica* ⁽²⁾.

Está certo que o cargo de Bibliotecário-Mor o favorecesse nesses «desiderata»; mas não foi apenas essa finalidade que ele quis atingir. Como homem laborioso, como pensador, coerente e digno, ele trabalhou bem e deixou vinculada

(¹) A segunda existe no Arquivo e Biblioteca do M. O. P. Foi-nos concedida autorização para se obter uma cópia para a Biblioteca da Ajuda pelo Ministério das Obras Públicas.

(²) De início, apareceram no *Panorama* alguns artigos seus, baseados em manuscritos da Biblioteca. Veja-se o n.º 122, de 31-VIII-1834.

Em 6-VI-1853, A. H. foi visitar os arquivos da Beira, para colher elementos para os *Port. Mon. Hist.*, e, em 1854, foi às bibliotecas e arquivos do Minho (Notas de Jordão de Freitas).

à Real Biblioteca da Ajuda a marca do seu saber e o brilho da sua rectidão de espírito.

Encontrámos *bilhetes* ⁽¹⁾ do punho dele. São de papel azulado e de letra miudinha, muito certa; analisam manuscritos, na maioria da colecção «*Rerum Lusitanicarum*». Os officios e cartas, porém, que conseguimos encontrar, mais do que esses *bilhetes*, dão-nos a medida do homem superior que ele foi.

Da Biblioteca Velha (chamemos assim à primitiva *Livraria d' Ajuda*), pouco se sabe.

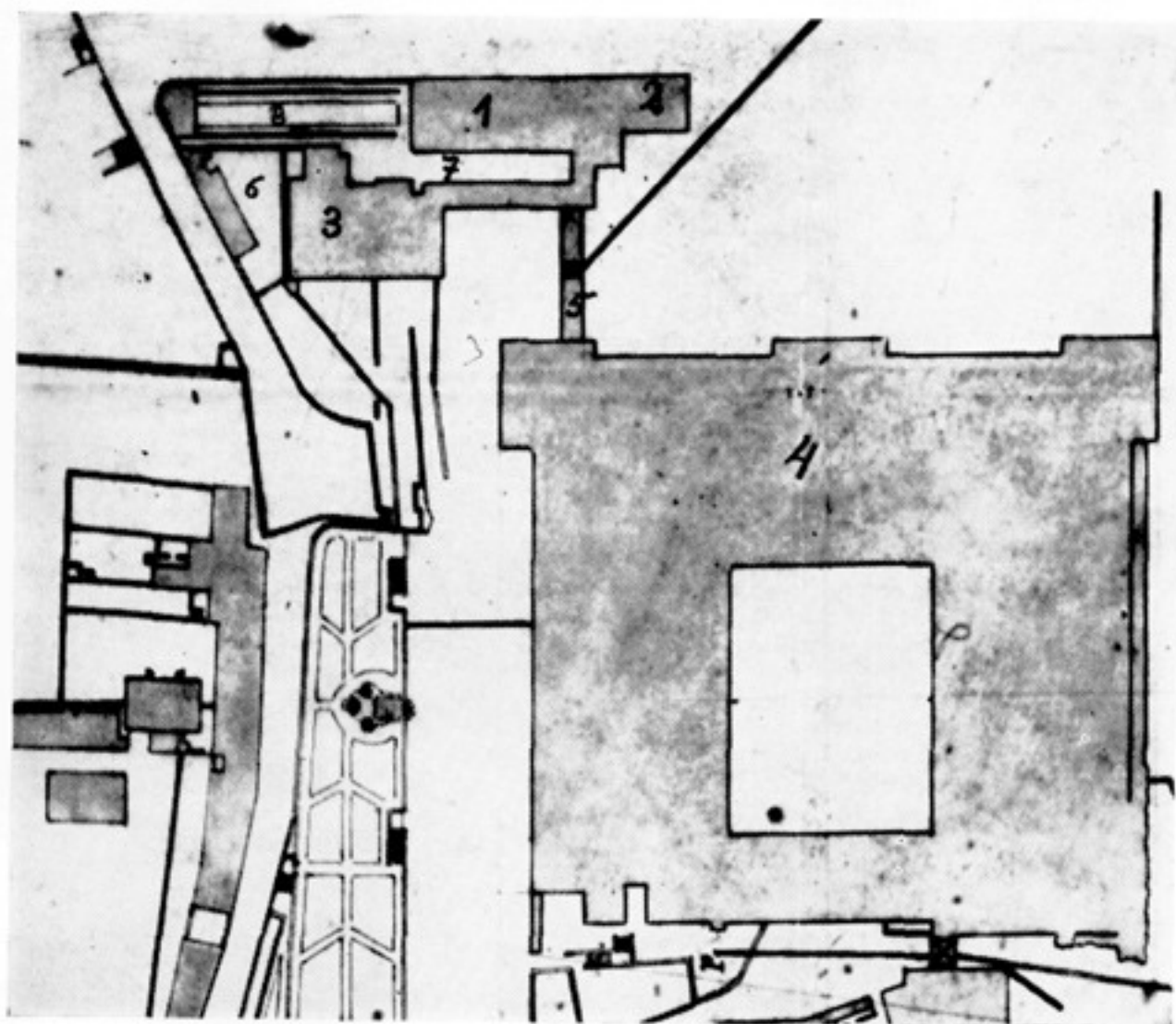
As plantas topográficas que temos encontrado (e são muitas), mesmo a mais antiga — a de 1817 —, de que reproduzimos apenas um trecho, (e é anterior à entrada de Herculano para a gerência da Biblioteca), se é verdade que nos elucidam quanto ao traçado topográfico do corpo que ela ocupava, não nos marcam a divisão das salas, nem a disposição das estantes. Reconhece-se todavia que a casa de habitação de Herculano estava integrada absolutamente no corpo da Livraria Real, pois não se faz distinção entre uma coisa e outra.

Porém nós encontramos uma pista preciosa no officio de 30-IX-1857, do padre oratoriano Vicente Ferreira de Sousa Brandão, dirigido ao Vedor da Casa Real ⁽²⁾.

Diz-nos o P.^e Sousa Brandão, nas *Reflexões* que faz,

(1) Era assim que se chamava na época aos verbetes.

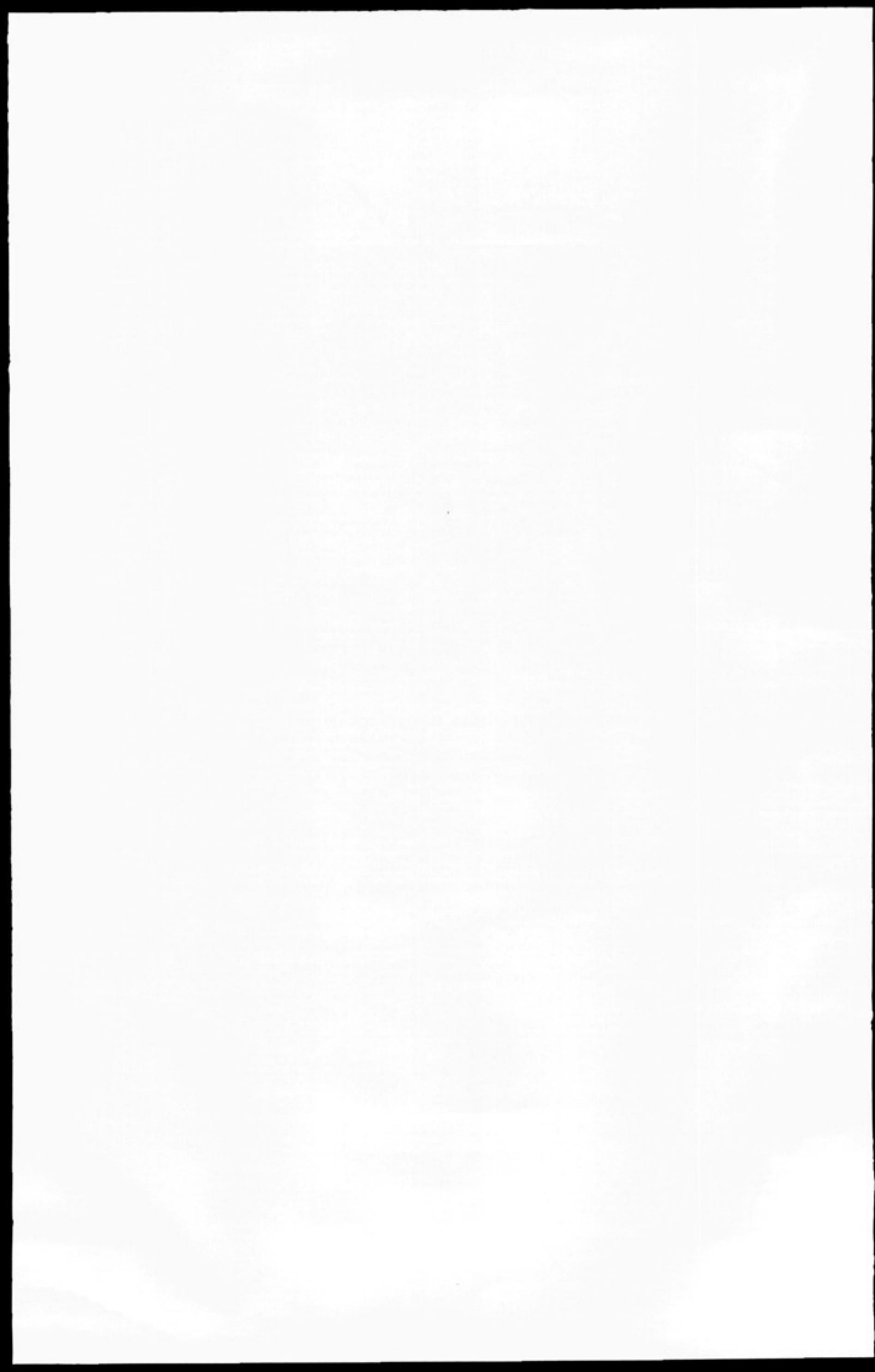
(2) Veja o Documento 34 apenso. Todos os officios e cartas do P.^e Vicente, são de muito interesse para a História da Biblioteca da Ajuda. Ele era bastante prolixo e dá sempre indicações óptimas, ou sobre os recheios livrescos, ou sobre as transferências de livros, ou sobre trabalho realizado quanto a catalogação e arrumação, necessidades da casa, e sugere, alvitra remédios para os males que enfermavam as Livrarias do Paço. Herculano encomendava-lhe muitas vezes as respostas sobre assuntos da Livraria, e o P.^e Vicente redigia minutas, que Herculano adoptava, modificando aqui e ali, ao seu modo de dizer, o rascunho do Padre, que era bem inteligente e culto.



Trecho de uma planta topográfica de 1817

*(Coleção do Tombo dos Bens da Coroa
— Caixa A, Proc. 118, Doc. 99)*

- 1 — A Biblioteca velha.
- 2 — Residência de A. Hercuiano.
- 3 — Sala dos Serenins da Rainha D. Maria I.
- 4 — Palácio Novo da Ajuda.
- 5 — O passadiço.
- 6 — Pátio da Física.
- 7 e 8 — Recintos ajardinados.



numa exposição sobre os arranjos que se projectavam para melhoria da Biblioteca da Ajuda, e para que nela se pudessem vir a incorporar convenientemente os livros do Colégio das Necessidades, que tinham estado entregues aos padres neris, da Congregação do Oratório de Lisboa, dizia ele na Reflexão 5.^a, da 1.^a Parte, referindo o que era então a Biblioteca do Paço Velho da Ajuda: «3 Salas se achão guarnecidas de Estantes, e varandas, ao gosto antigo sim, porém bem arranjadas, e bem pintadas e invernisadas, e por isso decentes e aproveitáveis...», «seguem-se os Gabinetes igualmente aproveitáveis p.^a Manuscritos, e Livros raros, mudando-se-lhes as janelas, q̃ por m.^{to} máo gosto se fiserão de abrir p.^a fora.» e, na Reflexão 7.^a: «He certo que a Livraria actual não tem entrada decente (...): hum estreito e sujo corredor, (de inverno sempre alagado) conduz à porta principal, aberta a qual, huns poucos de degraus conduzem a hum pequeno patamar com o tecto sobre a cabeça de quem entra na Livraria; e desta mesma dimensão he a porta principal, que dá entrada p.^a a 1.^a Sala, que he algum tanto escura, e he a mais pequena das tres.»

Quere dizer: a biblioteca possuia três salas com galerias e alguns gabinetes: não sabemos quantos. Mas eles eram insuficientes para admitir a incorporação de talvez 20 000 volumes, que proviriam das Necessidades, e, enquanto o P.^e Vicente opinava timidamente pela instalação da biblioteca nas salas do palácio novo em construção, Alexandre Herculano, sem desejar desalojar os livros do local primitivo, talvez por dedicação àquelas salas onde trabalhava havia dezoito anos, era de opinião, e preferia que se adaptassem outras salas do Paço Velho e se ampliasse a biblioteca com a Sala de Música e dependências contíguas.

Diz assim o P.^e Vicente na Reflexão 3.^a: «A fusão dita pode fazer-se ou nas Salas do Palacio [Novo], ou na contiguidade da Livraria alli existente: nas Salas do Palácio podia na verdade, fazer-se hum lindo Estabelecim.^{to} litterario do genero em questão: ellas tem bom pé direito, bonitos tectos, portas e janellas magestosas; mas era preciso fazer-se todo o arranjo de estantes e varandas de novo (...) e as varandas

deverião ser todas novas (...) tendo também contra si a falta de huma entrada pública que me parece não dever convir para isso a Sala dos Arquivos, por não ficar devassada tanto esta Sala, como a escada principal do Palácio: a isto se pode objectar com a reserva do Estabelecim.¹⁰ mas esta reserva de q̄ se não pode admittir em Estabelecim.^{10s} desta natureza, que quanto mais ricos e abundantes, mais se costumão facilitar aos estudiosos de todos os países: e não he de crer, que Sua Mag.^e tão amante da litteratura, e tão amigo de a generalisar, quisesse esconde-la neste seu estabelecimento». E, conclue na Reflexão 4.^a: «Estas, são, talvez as principais razões que levaõ o Sñr Herculano a rejeitar o arbitrio, ou antes, a lembrança da nova Livraria nas Salas do Palacio da parte Norte.»

Continua o P.^o Vicente, na Reflexão 7.^a: «O Sñr. Herculano, constituindo a entrada principal da Livraria no Pateo da Física, que tem hum portão capaz de dar entrada a huma carroagem: segue-se hum pateo, q̄ podia ser embelezado com arvores, ou arbustos vistosos, e mesmo ajardinar-se com flores: para esse pateo tem a 1.^a Sala chamada da Muzica, huma boa porta: esta Sala tem lindo tecto, he magestosa, bem pintada, e com o chão de embutidos (o q̄ convinha tirar, por não ser fixo). Nesta 1.^a Sala se podia collocar aquelle ramo das sciencias, que de ordinario tem as encadernações mais apparatusas. Seguem-se 2 Salas, que se podião fazer de egual grandesa, e elevar os tectos p.^a condiserem, pelo menos na altura, com a 1.^a: (...) ao Poente há um extenso corredor, que podia accomodar huma boa porção de livros de menos interesse, e menos vistosos. No fim destas 3 Salas ha huma pequena Casa, que dá sahida p.^a o quintal, e fica fronteira ao Gabinete da antiga Livraria, que tambem dá sahida p.^a o quintal. Entre esta dita Casa e o Gabinete formava o Sñr. Herculano hum paçadisso coberto, e claro para servir de comunicação entre a parte nova da Livraria, e a parte antiga, q̄ he a actualmen.¹⁶ existente: devendo per baixo deste paçadisso dar-se saida p.^a as duas p.^{tes} do seu Quintal.» e concluia esta primeira parte com a 8.^a Reflexão: «A este respeito nada posso diser, se não q̄ me parece bem delineada a obra: aproveitava-se

o q̃ está, dava-se à Livraria entrada, nobre: offercia-se logo huma sala de lindo aspecto: não eraõ más as q̃ se seguião: e por fim vinha-se aos Gabinetes, q̃ interessavaõ pelo conteudo, e afinal dava-se com as 3 q̃ hoje existem, q̃ tambem não envergonhaõ.»

Aqui está a melhor descrição que existe da Biblioteca Velha da Ajuda.

Prevaleceu, de momento, a opinião de Alexandre Herculano. Aquelas Salas do antigo Paço de D. Maria I, iriam abrigar os livros que ampliaram para cerca de sessenta mil o número de volumes da Biblioteca Real.

D. Pedro V ⁽¹⁾, que subira ao trono em 16-IX-1855, mandara fazer obras no Palácio das Necessidades em 1857. Quis então instalar, no local ocupado pela Livraria que estivera entregue aos Oratorianos ⁽²⁾, um museu, e ordenou a fusão dos milhares de livros dessa importante biblioteca com os da Livraria do Paço da Ajuda.

O modo como foi feita essa transferência vem bem descrito noutra officio do P.^e Vicente Ferreira de Sousa Brandão, de 1863, e também na «Declaração» de 11-VII-1854 do mesmo Padre (Veja os Doc. 32, 33, 34, 37, 41 e 45), assim como aí se relata e lastima o destino irrequieto e caprichoso da Biblioteca das Necessidades.

As salas que Herculano preferia não tinham capacidade para conter tantos livros, que ficaram amontoados «em completa desordem» ⁽³⁾ no chão das Casas da Física e de Música, a apodrecer e a ser chamariz de ratos, bolor e baratas. O P.^e Vicente afligia-se com o que sucedia e não podia remediar.

Alexandre Herculano dispensa então o primeiro andar da

(1) Nasceu a 16-IX-1837, no Paço das Necessidades. Em 15-XI-1853 morre D. Maria II, com 34 anos. D. Fernando, o rei viúvo, foi logo proclamado Regente na menoridade de D. Pedro que tinha 16 anos. Aos dezoito anos, porém, D. Pedro V assumiu a chefia da Nação. O seu reinado durou pouco mais de seis anos, pois morreu a 11-VI-1861.

(2) A lei da extinção das Ordens Religiosas saiu a 6-VIII-1834.

(3) Di-lo o próprio Herculano. (Doc.^o 45, de 1875).

sua habitação para acomodar alguns livros, mas os livros, empilhados «em 3 Salas e 2 quartos do Palácio» não iriam continuar daquela forma. Depois de muita insistência, vieram estantes. A acomodação dizia-se provisória, é certo, mas... a transferência das Necessidades para a Ajuda fora em 1857 e, em 1875, ainda continuavam sem arrumação adequada, entregues à *polilha*, — como diz Herculano —, e aos vermes... porque nem empregados havia para os limpar.

Um rascunho de «Roteiro», que encontrámos feito, quer-nos parecer, pelo próprio punho do P.^e Vicente, para distribuição dos livros na parte ampliada em 1875 (?), elucida-nos quanto à arrumação feita nessas improvisadas estantes.

A selagem antiga dos livros era, na Real Biblioteca da Ajuda, iniciada pelas letras maiúsculas do alfabeto (referência às estantes ou núcleos, e são 16 os que aparecem); depois vinha, em números, a indicação da tabela; a terceira e última indicação, era a do lugar ocupado pelo livro na estante, também notada em numerais ⁽¹⁾.

Por este precioso rascunho de roteiro, ficamos a saber que havia uma *Sala Verde* (onde estavam os livros de núcleos A, B, J, rente às paredes, e C a meio da casa); havia um *Quarto de Dentro* onde ficavam restos do núcleo C ao centro, e os D, E, F, G, H nas quatro paredes; uma *Sala de Entrada*, ao lado da Sala Verde, onde ficaram os núcleos K e L à volta dela; e, numa *Sala Preta*, o resto do K, parte do M (a meio da casa e junto às janelas), e N, O, P; seguia-se-lhe um 2.^o *Quarto Interior Grande*, onde ficou o restante do M, O, P e o Q, com os manuscritos e vários impressos, e ainda um «*Outro Quarto*», em que havia uma porta fechada e que arrecadava o restante do núcleo N.

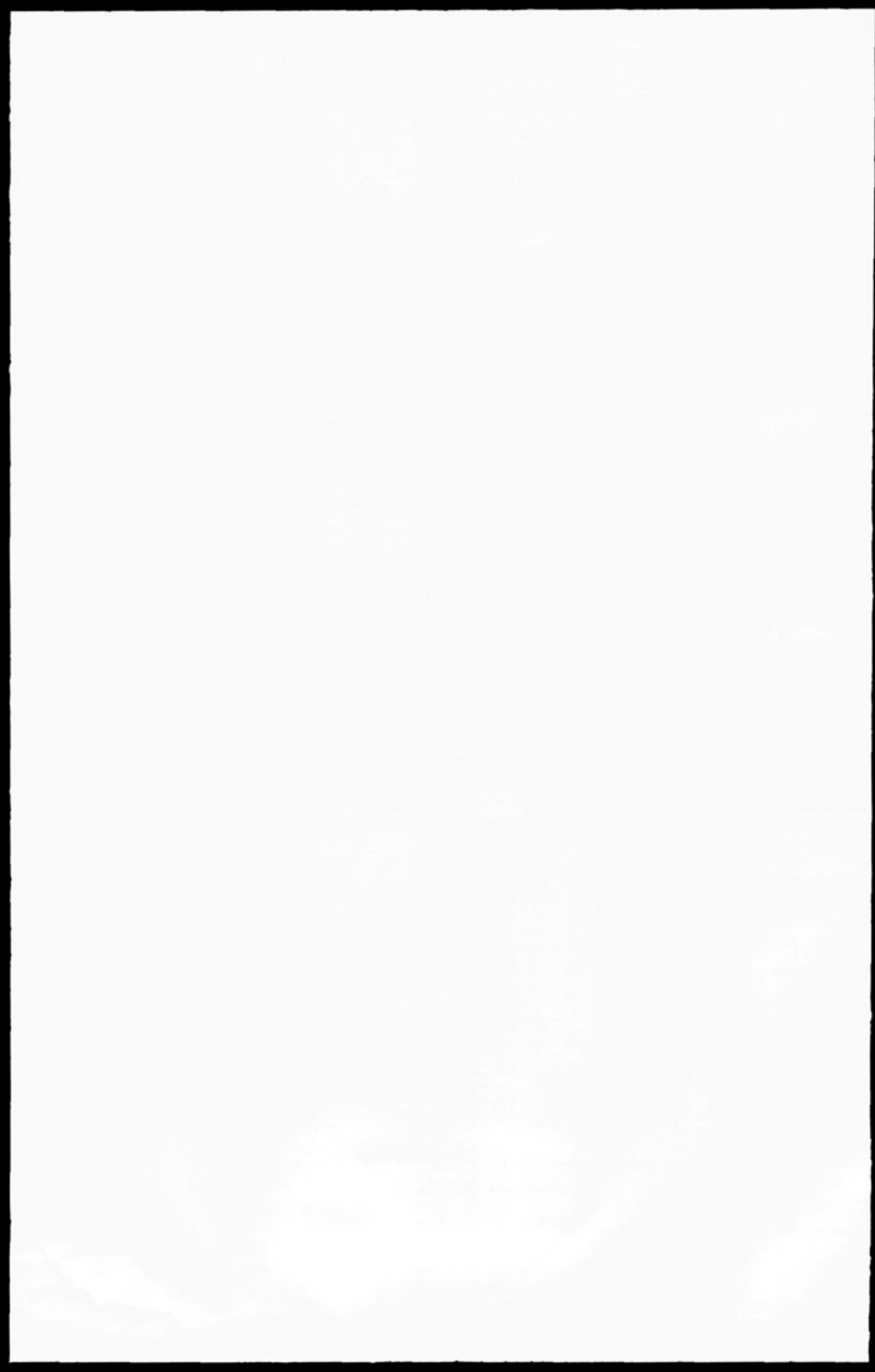
Portanto, os livros das Necessidades ocupavam aqui seis salas ao todo.

A iluminação directa provinha das janelas das Salas: Verde, Preta e de Entrada. Sabe-se que existiam recin-

(¹) Por exemplo: E, 4. 35.



Tecto e porta de entrada da «Sala dos Serenins da Rainha»,
do Paço Velho da Ajuda



tos ajardinados (pelo menos dois) ⁽¹⁾ e... é tudo quanto até agora se pôde apurar.

A *Casa da Física* ficava-lhe anexa, como já dissemos atrás, e era, crêmo-lo, aquele corpo que corre ao longo da rua do Mirante. Um dos pequenos jardins seria na actual entrada do Pátio da Física; e o outro, era o próprio quintal da casa de habitação de Herculano, que lhe ficava atrás, pois que a *Sala Verde* seria uma das designações da lindíssima Sala dos Serenins da Rainha, antiga Sala do Conselho de Estado, e a única que resta do antigo Paço de D. Maria I.

Ilustramos esta descrição com algumas fotografias das ricas estantes de Música da época — hoje na actual Biblioteca da Ajuda —, do mais puro estilo «Dona Maria», e dos mesmos tons verde-azul e ouro, que se encontram nas pinturas da *Sala dos Serenins*.

Conservam-se também ainda muitas das placas douradas, tendo cada uma delas o nome de um escritor notável português, que encimavam as estantes, e punham uma nota de beleza e de luxo na biblioteca palaciana.

Dispondo da faustosíssima Sala dos Serenins, hexagonal, de solo de «parquet», iluminada por duas enormes janelas douradas, e de tecto pintado a fresco, em alegoria às Artes Liberais — pintura que, pela perspectiva ainda lhe dá mais altura e grandeza — com aquelas estantes douradas, de fundo marfim e azul-verde, e livros com encadernações lindíssimas (porque os encadernadores portugueses dos séculos XVIII e XIX foram fantásticos na decoração, e deixaram maravilhas), Alexandre Herculano — mesmo que tivesse Salas interiores pouco iluminadas — não deveria sentir-se muito mal a trabalhar em tão requintado ambiente.

Saía de casa, pelo lado oposto ao Largo da Ajuda, caminhava em frente, sem ter de ir à rua, e, descendo uns pequenos degraus (que se distinguem na planta topográfica

⁽¹⁾ Veja-se o Doc.º 29 e também as duas plantas topográficas que apresentamos.

de 1862), podia penetrar na Biblioteca Real, e trabalhar sem que nada o incomodasse.

A casa de Herculano, por estar afastada do centro de Lisboa, ficou conhecida, na época, pela designação de *Eremitério* ⁽¹⁾. Mas Herculano, não estava isolado, porque a sua casa era o ponto de reunião do escol das Letras portuguesas da época.

IV — PAPEL DE HERCULANO, COMO BIBLIOTECÁRIO-MOR, EM ESPECIAL DA AJUDA

A D. Maria II ficaram as bibliotecas portuguesas algo a dever. Ela (já referimos que por indicação do marido) teve uma resolução feliz ao entregar a orientação das bibliotecas dos Paços Reais ao homem que em 1843 (Of.º de 20-XII) iria convidar, também, para fazer parte da Comissão do Tombo dos Bens da Corôa, com a designação de «sábio» ⁽²⁾ e de «*uma das maiores illustrações do paiz*» ⁽³⁾.

Não iremos, nem podemos aqui, descrever tudo quanto Herculano fez e mandou executar durante os trinta e oito anos que orientou e dirigiu a Real Biblioteca da Ajuda, porque ele foi Bibliotecário-Mor até morrer, atravessando nessa situação o reinado de D. Maria II, a regência de D. Fernando II, e ainda os reinados de D. Pedro V e de D. Luís.

Escolheremos alguns dos factos, que nos pareceram mais dignos de menção e mais curiosos, da sua vida de trabalhador infatigável, persistente e combativo, que soube defender-se sempre com altivez e honra, e saía a terreiro quando a sua

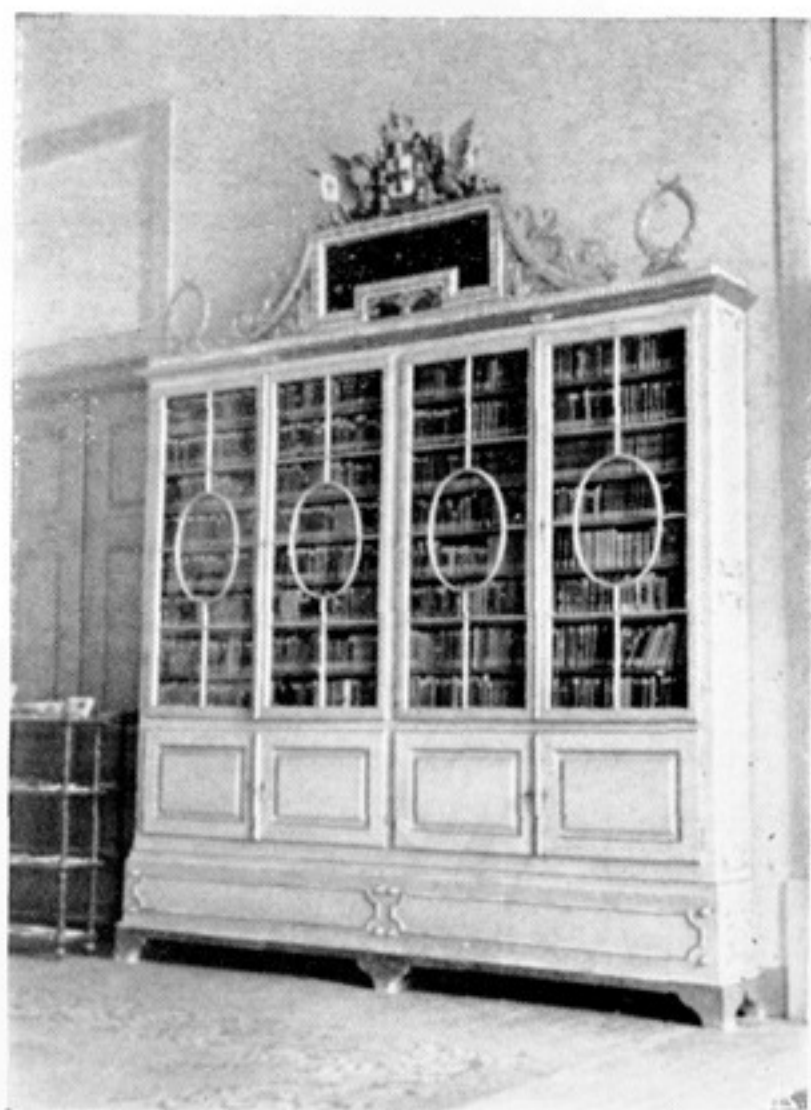
(1) Veja as «*Memórias de Bulhão Pato*», Tomo I, 1894, Lisboa, p. 190 e o *Discurso* de Alves Mendes, pronunciado em 28-VI-1888, quando da trasladação das cinzas de A. H. para Belém.

(2) Veja os docs. 11 e 12.

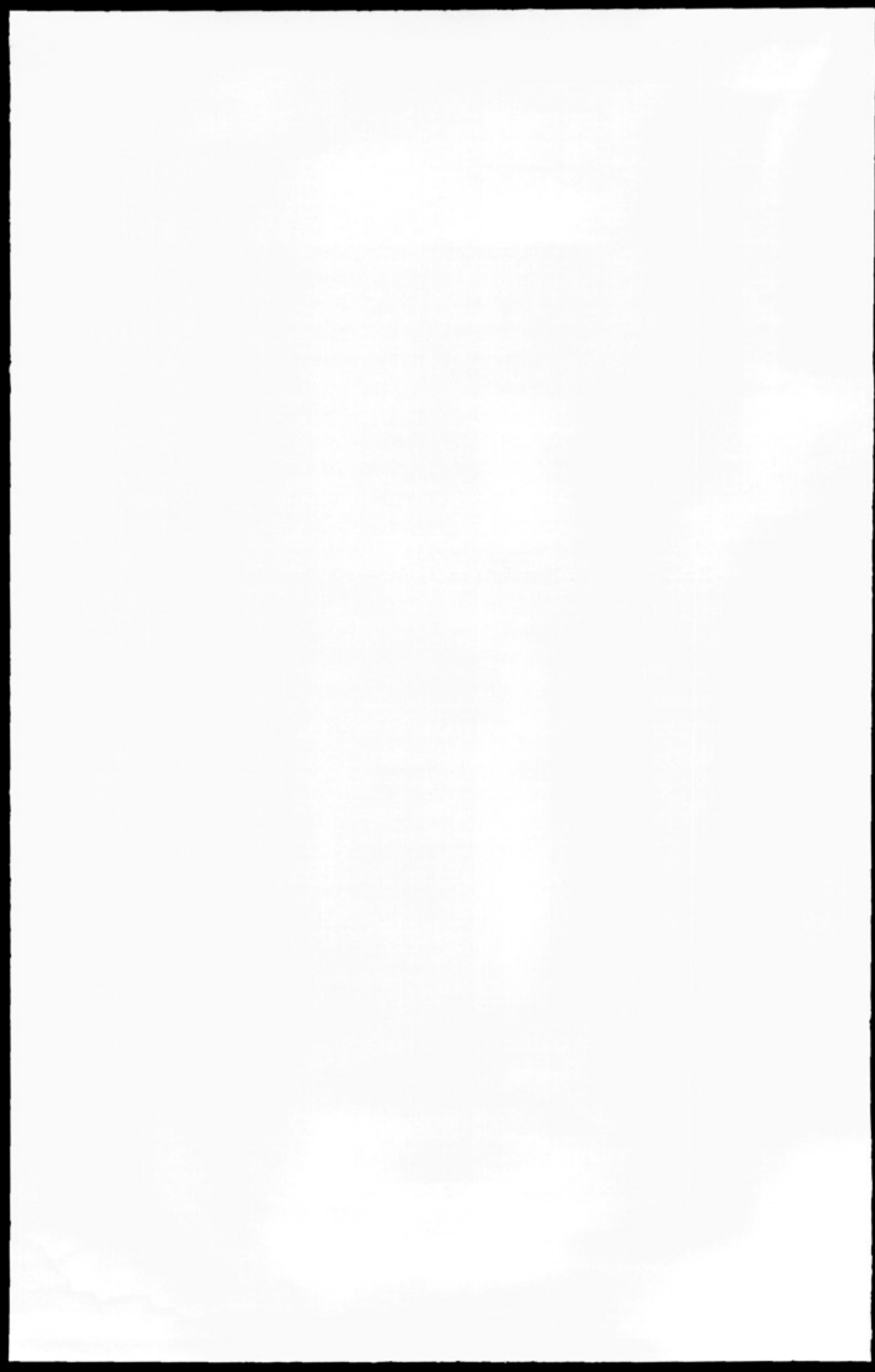
(3) Herculano aceitou e ficou com o lugar de *relator* (Of.º de 5-I-1844 do Secretário da Comissão para o presidente José António d'Abreu).



Residência de A. Herculano na Ajuda: — «O Eremitério»



Armários da antiga «Livraria do Paço Real»



consciência o ilibava de ser culpado da menor suspeita ou da mais vil intriga.

Mas não antecipemos...

a) *Recolha de elementos dispersos:*

Da Biblioteca da Ajuda saíam *emprestados*, com ou sem ordem d'El-Rei, livros, mapas, documentos, etc. para uso de pessoas estranhas aos seus serviços, e Herculano começou por fazer recolher à Biblioteca o que andava disperso. Há officios e minutas várias do punho dele, nos quais se pede a recolha de ferros de encadernador, de utensílios de limpeza, de livros e lentes (1) etc. Dentre estes officios, os mais interessantes são os que se referem ao *Cancioneiro da Ajuda* (2).

Herculano soube que na Biblioteca Nacional de Évora se encontravam folhas arrancadas ao então designado por *Cancioneiro dos Nobres* (3), e, em officio de 4-III-1843, pediu a restituição dessas folhas: as «*de um dos mais preciosos manuscritos da Corôa*». Após várias consultas, a sua petição foi aprovada em 17 do mesmo mês e ano, e a 26-VI-1843 entravam as onze folhas que, talvez para melhor estudo de algum estudioso, tinham sido apartadas do conjunto inestimável do mais valioso e mais antigo códice que existe em português arcaico, como é o «*Cancioneiro da Ajuda*».

Também reclamou a reversão dos 44 volumes do *Dicionário Geográfico de Portugal*, do P.^e Luís Cardoso, dicionário que fora retirado pelo antigo director da Real Biblioteca — o Conselheiro Doutor António Nunes de Carvalho — para o Depósito geral das Livrarias, que existiu no Convento de

(1) Doc. 3.

(2) Veja os Doc. n.ºs 5 e 8.

(3) O Cancioneiro, de pergaminho, que é do séc. XIII, em galaico-português, tinha pertencido ao Colégio de Nobres, (daqui a sua designação) e ficou incompleto nas iluminuras e falho da música para a qual tem reservado o espaço.

São Francisco, e dali tinha transitado para a Torre do Tombo; mas esta sua pretensão foi indeferida (1).

No entanto, foi-lhe solicitada opinião sobre esta recusa, e Herculano respondeu com o Offício de 5-VII-1843 que vai apenso. (Doc. 8).

Estas medidas de emergência para reaver livros deslocados ou extraviados (2) permitiram-lhe conseguir alguns dos que faltavam numa e noutra Livrarias. Alguns andavam emprestados; como a «*Fábrica que falece à cidade de Lisboa*», de Francisco de Holanda, e certos volumes da «*Symmicta Lusitanica*», e outros que jaziam esquecidos em casas de particulares, como a de Joaquim José da Costa de Macedo, guarda-mor da Torre do Tombo, com quem Herculano se incompatibilizou devido a isto, em 1857, só voltando a frequentar este arquivo depois da aposentação daquele funcionário.

Requeriu ainda Herculano o «*Bulario de Clemente XIV*», levado das Necessidades para casa do esmoler-mor Marcos Pinto Soares Vaz Preto (3) e aqueles que o falecido José Eusébio de Seixas levara para casa, para trabalhar, e os herdeiros ainda não se tinham lembrado de restituir à Biblioteca Real (4).

A Francisco António Martins Basto (1864) e a Veríssimo de Almeida também reclamou os livros que lhes tinham sido emprestados por ordem régia, obtendo-os imediatamente (5).

Por este movimento de recuperação e ainda pela opinião expendida pelo P.^e Vicente, na importante exposição

(1) Offício de 6-VI-1843 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino António da Costa Cabral para o Vêdor da Casa Real.

(2) Veja-se a Declaração de Sousa Brandão, de 11-VII-1854. (Doc. apenso 32).

(3) Em 28-IV-1852. Veja o doc. 30.

(4) Documento apenso 38, de 1867.

(5) O P.^e Vicente Ferreira de Sousa Brandão muito o coadjuvou nesta empresa, porque tinha experiência como bibliotecário. Este padre refere que a biblioteca dos Oratorianos, quando ainda estava nas Necessidades, tinha um livro de registo de entradas e saídas de obras emprestadas. Veja o Documento apenso 32.

escrita de 30-IX-1857 ⁽¹⁾, a que já nos temos referido, verifica-se que a biblioteca real portuguesa não era uma biblioteca fechada a estranhos. Pelo contrário, os livros do Rei foram sempre facultados às pessoas que deles precisaram embora não pertencessem à família real.

De facto, a Real Biblioteca, pertença particular de El-Rei, estava à disposição de quem dela precisasse; bastava, tal como hoje, tocar à campainha da porta ⁽²⁾.

b) *Permutas, venda e aquisição de espécies:*

Herculano também propôs a troca (Of.º de 3-V-1843) e a venda dos duplicados — que os havia muitos, porque a entrada de livros por confiscação ⁽³⁾ ou alienação de várias proveniências dava aquele resultado —, e enviou listas (que existem) desses duplicados, sugerindo a avaliação por peritos e a aquisição de outros livros modernos que lhe parecia fazerem muita falta na Biblioteca. A Rainha D. Maria II aprovou, no Paço das Necessidades, em 15 de Maio de 1843, esta proposta, recomendando «*as convenientes precauções*» ⁽⁴⁾; o avaliador foi Francisco José de Carvalho, «*Mestre Examinado no Officio de Livreiro e Avaliador de Livros*».

A primeira venda foi feita em 6 de Junho de 1843, à Real Biblioteca de Munique, que pagou 237\$480 réis por 278 volumes. Serviu de intermediário o Dr. Kunstmann, capelão da Duquesa de Bragança, que assinou o documento. Com êste dinheiro, Herculano adquiriu, em 14 do mesmo mês de

⁽¹⁾ Veja o Documento apenso 34, 1.ª parte, reflexão 3.ª

⁽²⁾ Isto, que viemos a constatar, afirma-o também José Sarmiento, no artigo que escreveu em 1911 na «*Ilustração Portuguesa*», de 11 de Fevereiro, sobre a Biblioteca da Ajuda no tempo de D. Carlos, entregue à direcção de Ramalho Ortigão.

⁽³⁾ Foram confiscadas as bibliotecas dos Duques de Aveiro, dos Távora, etc.

⁽⁴⁾ Veja o Doc. 7.

Junho, na Viúva Bertrand & Filhos, 136 vols. por 202\$920 réis ⁽¹⁾, e encomendou para França as seguintes obras:

Conde: *Historia de la dominacion de los Arabes* (custou 1\$800 réis).

Rosseeuw Saint-Hilaire: *Histoire d'Espagne*.

Viardot: *Institutions de l'Espagne*.

Viardot: *Essai sur la domination des Arabes en Espagne*.

Mercier: *Theoria de las Cortes*.

E, como havia um saldo de 25\$275, comprou também várias coisas miúdas para as bibliotecas que dirigia, por 9\$285 réis ⁽²⁾, e de tudo deu conta e assinou relatório em 12-VII-1843, enviando-o com o officio de 13 de Julho, que vai apenso (Doc. 9), porque, dizia, «*ainda que eu deseje enriquecer de modo possivel o estabelecimento a meu cargo, não desejo menos faze-lo com toda a justa economia da fazenda real*».

É curioso notar que alguns dos livros adquiridos no tempo de Alexandre Herculano eram tão recentes que, por vezes, estavam ainda em publicação.

Dos mesmos duplicados em língua portuguesa, espanhola e latina, ficou a Biblioteca Real de Berlim, em 8-III-1844 com 130 livros no valor de 118\$640 réis. Foi a segunda venda. Tratou então directamente com o bibliotecário do rei da Prússia — o Conselheiro Henri Pertz. Estes livros, trocados por 99 outros, que vieram brochados, por economia, foram encadernados em Lisboa por Manuel de Jesus

(¹) Em 27-I-1846, comprar-lhe-ia mais 4\$740 réis de livros.

(²) Foi o seguinte:

« Seis escovas para limpar os livros	2\$400
Meio cento de penas d'escrever	\$200
Uma duzia de lapis	\$300
Uma groza de pennas de ferro	\$480
Dous cabos para as dictas.	\$040
Esponja para lavar as mesas, mesas estantes	\$665
Bacia e jarro para a Livraria da Ajuda . . .	\$800
Papel de peso, almasso ordinario	4\$400
	9\$285 réis. »

Barros, por 25\$760 réis (Veja o Doc. 20 apenso, de 31-XII-1845).

A terceira venda foi de 87 volumes, por 51\$560 réis; a quarta, de 98 volumes por 65\$880 réis; a quinta, foi de 20 volumes por 15\$840 réis; e a sexta venda foi feita ao Núncio Apostólico: 166 volumes por 90\$920 réis, de que há recibo.

Da sétima venda, sabemos apenas, por uns apontamentos do punho de Rodrigo Vicente de Almeida, que incluía 55 volumes.

Mais tarde Herculano, realizaria outras vendas, como por exemplo em 22-V-1866, 74 volumes por 180\$000 réis ao livreiro J. Demichelis, de Paris, a quem comprou 9 volumes dos «*Monumenta Germaniae Historica*» e outros livros; e, em Dezembro do mesmo ano, 58 volumes a António Rodrigues, por 88\$750 réis.

c) *Catálogo de fundos:*

Mas, Alexandre Herculano não cuidava só de aumentar a Livraria Real, por substituição dos duplicados por outros necessários e inexistentes. Preocupava-o também o estado do edifício e a acomodação dos livros.

Pede, por isso, com insistência frequente ⁽¹⁾, obras nos telhados e pede estantes ⁽²⁾.

Vai também pedindo uma dotação anual fixa «*de uma moeda a moeda e meia*», ou seja 7\$200 réis, «*por causa do muito papel que necessariamente se consome na extracção de bilhetes para o catalogo de Mss. da Bibliotheca da Ajuda*» ⁽³⁾.

Mais tarde, em 1875, ele próprio diria ao Administrador-Geral da Casa Real, Sebastião do Canto e Castro Masca-

⁽¹⁾ Docs. 13 e 14, Of.^{os} de 12-XI-1844 e 13-I-1845, etc.

⁽²⁾ Em 1-VIII-1849, mandaram-lhas arranjar.

⁽³⁾ Veja o Doc. 19, de 6-II-1846. Prometeram dar-lhe o que precisasse, mas recusaram a dotação fixa.

renhas, que a Biblioteca, no reinado de D. Maria II, «foi, nos annos de 1840 a 1850 ordenada e colocada methodicamente» e que foi então feito o catálogo dela «em bilhetes, não se tendo reduzido a catalogo definitivo por falta de recursos materiaes e pessoas» (1).

A Biblioteca da Ajuda não era então um corpo imutável. Sucessivas entradas e saídas de núcleos bibliográficos, ora depositados, ora restituídos aos donos antigos, aquisições modernas por compra, doação ou oferta, mudanças sucessivas de umas para outras salas, obrigavam a constantes readaptações e ampliações no imóvel, e também a verificações amiudadas. Por tudo isto é fácil entrever o trabalho atuado que era necessário para não se inutilizar o já realizado e evitar a perda de espécies por deslocação não-localizada (2).

Depois, os empregados da Biblioteca, como se viu atrás, também tinham às vezes de servir, cumulativamente, em dois locais diversos: nas Necessidades e na Ajuda, e isto prejudicava o bom andamento dos serviços.

Em 1 de Julho de 1848 houve uma reforma que fixou os vencimentos: por exemplo ao Moço da Biblioteca foi atribuído o de 86\$400 réis por ano.

Herculano, sempre defendeu com calor os interesses dos seus subordinados. (Veja por exemplo o Doc. 31, de 10?-V-1854).

A Administração-Geral da Fazenda tinha um plano de «economia e redução das despesas», e pretendia suprimir todos os lugares que fossem vagando, «se não fosse reconhecida a necessidade de serem preenchidos». Foi consultado Alexandre Herculano. A resposta dele é por demais significativa da amargura e desgosto que o invadiam, por não ver a Real

(1) Veja o Doc. 45 apenso. Nós reconhecemos esses «bilhetes» do punho de A. Herculano, porque os há. (Reproduzimos alguns em apêndice).

(2) Veja Doc. 28, de 2-IV-1850.

$\frac{42}{8}$ 46.VIII.15.

Observações Medicas do Sr. João Bernar-
nades.

Fol. peg. e maior
p.º em claro.

O Conde de Redondo diz, que conservava
em summa veneração esta obra informe,
por ser de este grande homem, e de sua letra.
Veja-se a nota no principio.

Ma
Regimento (Atenção que
se fez no) que se deu ao Bispo
D. Pedro de Castilho. - Sem lugar
nem anno - 1 Ms. fol. de 2 pag.
Bibl. J.º J.º Ms. fol. 2 tom. exp. do pag.º 1º.
Regimentos e Instruccões de
Governadores... ~~folh.~~ 78 v.
(copia)

51-VII-44.

Regimento das forças por onde
os Boticários hão de vender suas medi-
cinas feito por mandado de S. Magestade
esta cidade de Lisboa, em junta que fez o
Doutor e Autosuio de Castro medico da Cama-
ra: pessoa Real de S. Magestade, e seu Fisi-
co-Mór, com os Medicos, e Boticários para es-
so deputados, por ser acabado o tempo dos
tres annos em que se costuma fazer.
Lisboa 17 de Maio de 1656. ~~ff. de 4 pag.~~
Lisboa na offic. de Henrique Valente de
Oliveira 1656. Folia de 12 pag.

Bibl. Nat. M. J. fol. 2 vol. cap. de
perg. - Notu. - Regimento, e Instrucção
de Governadores, ... etc. fol. 531 de Tom. 1.
51-VII-43i

Biblioteca tão cuidada e progressiva como ele gostaria e achava que deveria estar. (Veja o Doc. 26, de 8-V-1849).

E após a morte de D. Maria II, a biblioteca decairia ainda mais...

d) *Incorporações:*

O aumento em espécies, pela entrada dos livros do Oratório das Necessidades, em 1857, não a fez imediatamente progredir. Pelo contrário, veio causar enorme perturbação que não teve logo resolução adequada, e Herculano entristeceu-se e perdeu o entusiasmo.

A Rainha morrera. D. Pedro V, era muito amigo de Herculano. Vinha ali, ao *Eremitério* do Mestre, conversar, entrando inesperadamente pela casa dentro. A ideia de fazer reunir na Ajuda todos os livros das duas bibliotecas do Paço, se bem que tivesse sido provocada pela instalação de um museu nalgumas salas das Necessidades, talvez fosse também influenciada pela simpatia e admiração que D. Pedro V tributava a Herculano.

Porém, o rei, que veio expressamente observar as exíguas instalações da Biblioteca da Ajuda não resolveu imediatamente, ou não teve oportunidade de resolver o problema da acomodação conveniente; e, porque a duração do seu reinado foi efémera, iria ser o irmão, D. Luís I, quem resolveria tomando uma decisão que iria ainda mais chocar a susceptibilidade, tão abalada por contrariedades e desilusões.

Calcula-se em cerca de vinte mil o número de volumes que vieram das Necessidades. Vieram acompanhados de catálogos, mas em completa desordem, como o P.^o Vicente nos diz ⁽¹⁾.

Além desta grande incorporação — a maior de todas as que se fizeram — houve outras menores, no período que vimos

⁽¹⁾ Sobre a Biblioteca das Necessidades veja os Documentos apensos n.^{os} 32, 33 e 37.

tratando, como, por exemplo a de Queluz, que incluiu os códices manuscritos, autógrafos, do músico da Capela Real Marcos António Portugal, entrados em 28 de Julho de 1845 ⁽¹⁾.

A Real Biblioteca da Ajuda, já arrecadava outros códices musicais manuscritos, porque a Casa da Ópera — ou seja o teatro que existia perto do Paço Velho, era muito rica em manuscritos musicais, alguns deles escritos expressamente para festejar os anos do rei ou da rainha, ou mesmo dos príncipes, e ainda para as solenidades do Natal, Páscoa, e outras. A orquestra privativa da corte, mantida pelo «Bolsinho Particular de El-Rei», incluía não só músicos portugueses, como estrangeiros de nomeada, que compunham expressamente para determinadas ocasiões. E todas estas peças musicais, eram pertença dos reis de Portugal, que muito apreciavam a música ⁽²⁾.

A Sala dos Serenins de D. Maria I, ali no Pátio da Física, foi construída com a finalidade de recrear a Família Real e oferecer à Corte o bel-prazer de concertos de câmara, que ficaram famosos.

Estas músicas estão ainda hoje, na sua maioria, na Biblioteca da Ajuda. Têm encadernações lindíssimas algumas partituras, e a maioria é autógrafa.

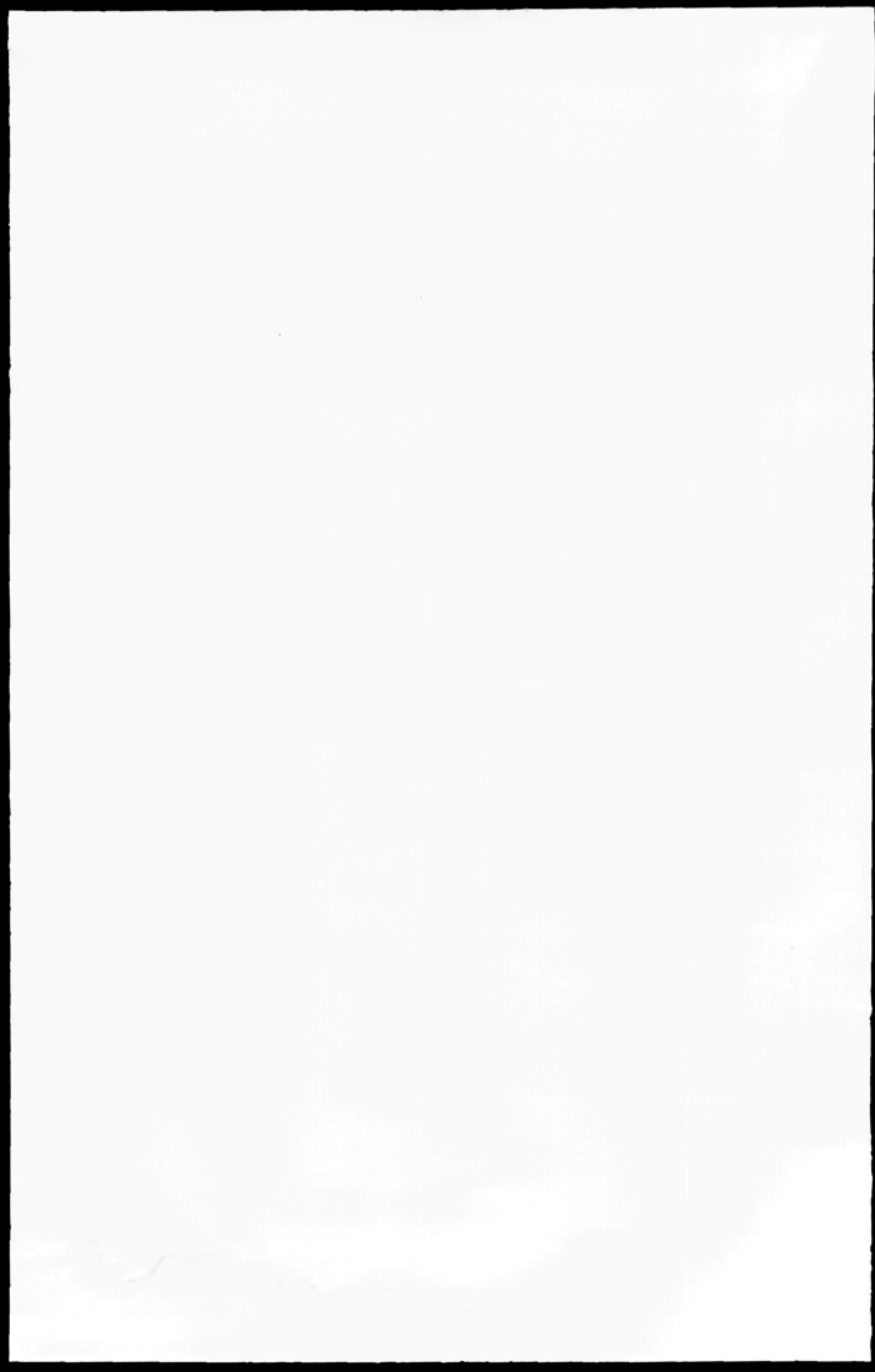
Não sabemos, mas presumimos que também o cartório de música sacra do Real Palácio da Bemposta entrou na Biblioteca durante a gerência de Herculano. Pelo menos o então organista da Capela das Necessidades, Policarpo Procópio das Neves, pediu, em ofício de 4-IX-1840, para aquelas músicas irem para a Real Capela das Necessidades, porque na Bemposta já não eram executadas; e é natural que a Rainha tivesse concordado.

(1) Veja os Documentos apensos n.ºs 16, 17 e 18.

(2) Alguns foram compositores, como D. João IV, D. João VI, D. Luis, etc.



A FAMÍLIA REAL em 1858: a Rainha D. Estefânia, El-Rei D. Pedro V, D. Antónia, El-Rei D. Fernando II, D. Maria Ana, D. Augusto, D. Fernando, D. João e D. Luís



V—HERCULANO ABANDONA A RESIDÊNCIA
DA AJUDA.
D. LUÍS INAUGURA A NOVA SEDE DA BIBLIOTECA

Não nos é possível, no emaranhado dos apontamentos que tomámos, pela variedade dos assuntos e temas focados, e pelas lacunas e hiatos ainda não preenchidos, escrever sem recorrências, a eito e sem olhar para trás, ao que se já disse, sobre a gerência de Herculano na Real Biblioteca da Ajuda — a mais longa gerência, desde que ela é biblioteca.

Há factos que estão à margem da sua História, mas que ajudam a compreender o que nela resultou por reflexo. Desprezá-los, redundaria em incompreensão e criar-se-ia uma lenda, em vez de uma reconstituição histórica. Na Biblioteca da Ajuda, precisamente porque ela pertencia ao Rei, ao chefe da Nação, ecoavam mais fortes os acontecimentos políticos ou sociais que se davam no País.

Não foram factos indiferentes para a Biblioteca, por exemplo, que a rainha, que nomeara Herculano, tivesse morrido em 1853 ⁽¹⁾; que assumisse a regência D. Fernando: um rei artista e culto, que desatou a mandar vir, dos mais variados pontos da Europa e até do Brasil, pacotes com livros e cartas geográficas, para os filhos estudarem: e vieram em navios, pela Alfândega Grande de Lisboa, livros de Gibraltar (1850), de Génova, de Hamburgo (1851), do Havre (1852), do Rio de Janeiro, de Southampton (1854), de Rouen (1856), de Nantes, de Cadiz (1857), etc., etc., por fim já com a indicação expressa de que eram «*para sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V*» ⁽²⁾.

(¹) No tempo de D. Maria II, fazia-se o catálogo de manuscritos e procurou dar-se melhor organização aos fundos bibliográficos. Já dissemos atrás, que a morte da rainha prejudicou o bom andamento dos serviços da biblioteca.

(²) Os officios de 18-XII-1850 e 6-X-1851, dizem que entraram «*pela Alfandega Grande de Lisboa*» pacotes com livros, e o Offício de 17-XII-1853, já trata D. Pedro V como rei, durante a regência, de D. Fernando, portanto antes de ter assumido o poder.

E D. Pedro V, depois de aclamado em 1855, também continuou a mandar vir livros. Dir-se-ia que o tomava um crescendo de curiosidade intelectual.

Este facto e a admiração — quase-veneração — que D. Pedro V tinha pelo escritor, a ponto de só desejar ser-lhe agradável, devem ter contribuído para que lhe ocorresse remodelar as instalações antigas, ao gosto de Alexandre Herculano.

Herculano, por seu lado, correspondia à afeição de D. Pedro V. Dir-se-ia que ambos tinham os mesmos ideais de cultura. «*Era uma amizade desinteressada, como nunca teve rei nenhum, como nunca ninguém achou em rei*» (1). Por isso teve um enorme desgosto quando D. Pedro V morreu (2).

A peste e o tifo grassavam desabaladamente no país. D. Fernando II tinha concedido algumas casas do Paço Velho, como a Casa do Largo da Ajuda, n.º 18, para Casa de Asilo da Infância Desvalida (3). Montara-se um hospital improvisado; mas a morte não respeitara nem os príncipes. D. Luís escapou (talvez porque andava embarcado), e chegara a bordo do «Oneida», sem saber ainda que o irmão: D. Pedro V, já tinha morrido.

Quanto a Herculano, além dos desgostos que tinha sofrido, começava a sentir-se cansado.

Depois de entrar para a direcção das bibliotecas, resolvera pôr de parte a política. Ele o diz na carta já citada,

(1) No mesmo ano (1861) em que os outros príncipes D. Fernando e D. João morreram também.

(2) Veja nas «Cartas de Herculano» Vol. I, 4.ª ed., Lisboa, Bertrand, p. 203 na Carta a Monsenhor Pinto de Campos, onde êle diz: «*Se eu tivesse um filho e me morresse não me custava mais a morte delle do que me custou a daquelle pobre rapaz. Era commigo, aqui, neste mesmo humilde aposento onde escrevo a V. S.ª que aquelle martyr, que esta terra não comprehendia nem merecia, vinha muitas vezes buscar lenitivo...*»

(3) A 6-II-1857.

de 22-III-1848, ao escrever ao Duque de Saldanha (1). Mais tarde diria também a Fernando de los Rios: «*Nunca fui ambicioso (...) se, porventura, sacrifiquei a alguma das vaidades do mundo, foi à da gloria litteraria*» (2). E esta glória o feria também!

Em 1846 tinha publicado o primeiro volume da História de Portugal. Porque não pudera concordar com o episódio de Ourique, na versão geralmente admitida, levantou-se contra ele a montanha gigantesca do clero. O rumor foi alastrando cada vez mais, até que explodiu, mais forte, mesmo ao pé da casa dele, ali no púlpito da Patriarcal. No sermão (3), o padre atrevera-se a chamar-lhe publicamente *hereje e ignorante*.

Ao saber (4), Alexandre Herculano, que recebera calmamente os outros ataques inimigos, não pôde conter-se perante o que ele achou ser o cúmulo do desplante e da afronta: insultarem-no publicamente junto da própria residência. E, em carta dirigida ao Patriarca de Lisboa, procurou desagrar-se.

Estava lançada a guerra no papel.

Nesta altura, o Palácio Velho da Ajuda, pelo estado de ruína em que há muito se encontrava, já não estava habitado pela família real (5).

(1) «*Ha sete anos que me separei da vida publica. Desde essa epocha até hoje, não tenho escripto uma unica linha em nenhum jornal politico. Sejam quaes forem as minhas opiniões àcerca dos homens ou das cousas, limito-me a expendê-las no circulo dos meus amigos. Ahi mesmo poucas vezes, porque todos sabem quanto vivo retirado.*»

(2) In «*Cartas de A. Herculano*», 4.^a ed., Lisboa; Bertrand. Tomo II, p. 41.

(3) Em Junho de 1850. Cfr. *Memórias*, de Bulhão Pato, tomo I (Lisboa, 1894), p. 190.

(4) José Eusébio de Seixas, funcionário da Biblioteca da Ajuda, e mais dois amigos deram-lhe, receosos, a notícia. (Id., p. 191).

(5) Sabe-se que em 1859, só lá estiveram açafatas e alguns criados. e que, em 21-V-1861, sofreu um incêndio.

Herculano, desgostoso e desiludido, ia-se cada vez mais refugiando na admiração da Natureza. Ele também era poeta.

Já em tempos, em 7-X-1847, tinha arrendado à Duquesa da Terceira, uma horta na Calçada do Galvão. Teve-a até 26-II-1864⁽¹⁾.

Herculano gostava de cultivar a terra.

Depois arrendou outra quinta.

Em 1859 comprou Val-de-Lobos⁽²⁾: «*um quintalório nas proximidades de Santarém*»⁽³⁾: diz, e, em 1862, já de saúde abalada, mas regalado, escreveria de lá: «*Estou-me fartando d'ar e de agua e de ignorancia das cousas publicas*»⁽⁴⁾.

Herculano não tinha forte constituição física. Bulhão Pato diz-nos que «*tivera sempre os pulmões fracos*»⁽⁵⁾. A poeira dos livros, o ar fechado dos gabinetes cheios de papéis velhos, e as arrelias políticas, de mistura com a injustiça e incompreensão humanas, contribuíram certamente bastante para lhe abalar a saúde débil.

Teve, por necessidade moral e física, de ir retemperar-se no seu *quintalório*: «*Aqui estou varado em terra do mar de poeira em que ia naufragando*»⁽⁶⁾.

É curioso que Alexandre Herculano, que várias vezes afirmou detestar o género epistolar, nos tenha deixado tantas e tantas cartas, e algumas tão valiosas, que são imprescindíveis para a reconstituição histórica da sua biografia.

Por elas ficamos a saber que, depois do falecimento de D. Pedro V, cada vez foi ampliando mais as suas fugas da Ajuda. — «*As minhas 3 grandes faias dão-me mais prazer*

(1) Por curiosa coincidência, quem a tomou de renda em 3-I-1870, foi o mesmo Conselheiro Magalhães Coutinho, que lhe sucederia na gerência da Biblioteca da Ajuda.

(2) Veja Bulhão Pato, *ob. cit.*, Vol. I, p. 222.

(3) Cartas de A. Herculano, *cit.*, 4.^a ed., Tomo I, p. 225.

(4) Veja «*Cartas inéditas de Herculano*», comentadas por Luís Silveira, 1946, Lisboa, p. 99.

(5) Veja Bulhão Pato, *ob. cit.*, Vol. I, p. 237.

(6) Veja a Carta a Joaquim Filipe de Soure, de 24-VIII-1862, publicada por Luís Silveira, *ob. cit.*, p. 99.

ao ve-las que todos os museus, monumentos, praças, teatros, bibliothecas da Europa» — confessava em 1869 (1).

D. Luís (2), que andava entretido com as traduções de Shakespeare, também se interessava muito pelas coisas do espírito (3).

Resolveu ouvir opiniões sobre o que conviria melhor fazer, a favor da Biblioteca do Paço, tão deficientemente instalada.

Consultou, entre outros, a Inocência Francisco da Silva (4). Herculano é que não gostou, e pediu a demissão.

A carta de Alexandre Herculano para o pai de D. Luís: D. Fernando II, é um primor de composição, e achamo-la tão interessante, tão cheia de cunho pessoal, que a reproduzimos em seguida, esclarecendo que, quando Herculano escreve V. [Vossa] M. [agestade], se refere a D. Fernando; e quando escreve S. [ua] M. [agestade] é D. Luís que menciona (5).

Ei-la:

«A opinião obriga. Em matérias d'honra é ella que determina a força e o sentido dos factos. Como o jury, as suas decisões tanto valem quando erra, como quando acerta. Posso entender, por exemplo, que o duello é bárbaro, anti-christão, absurdo; mas hei-de acceitar o duello nos casos em

(1) *Idem*, p. 137.

(2) Tinha sido aclamado em 14-XI-1861.

(3) Além de admirador da Literatura, D. Luís foi músico e discípulo de Manuel Inocência Liberato dos Santos. Deixou mesmo composições suas, que existem na Biblioteca da Ajuda.

(4) Autor do conhecidíssimo «Dicionário Bibliográfico Português»; liberal, da simpatia do rei de Portugal. N. 28-IX-1810 e m. 27-VI-1876.

(5) Reproduz-se também em *fac-simile* o autógrafo existente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, onde tem a indicação errada de ter sido dirigida a D. Luís (Inventário do *Cartório da extinta Casa Real*, maço 19, doc. 409). Infelizmente a carta não está completa, faltando-lhe o princípio (talvez duas páginas), como supõe o Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares,

que a opinião o reputa forçoso, sob pena de deshonra. Eis o que torna o meu procedimento nesta conjuntura fatalmente necessário.

S. M. não me offendeu com a incumbencia que deu a Innocencio: não me offenderia mesmo quando a minha situação fosse a que geralmente se crê ser. Cada qual serve-se com quem mais lhe agrada ou melhor pode desempenhar o mister que lhe é incumbido. Seria absurdo que o rei não podesse governar a sua casa como qualquer outro cidadão. S. M. tinha-me falado por mais de uma vez neste negócio da organização de uma Bibliotheca real com os elementos que para ella há; tinha-me para isso chamado. Achou provàvelmente más as minhas ideas a este respeito, boas as d'Innocencio. Preferiu-as e preferiu-o. Fez bem. Usou de um direito que não chega a ser de rei, porque é simplesmente de dono de casa.

V. M. vê bem que não é essa a questão.

O que eu lamento, e não o lamento por mim é que o facto, pela coincidencia e pela publicidade, tomasse um carácter politico, que, porventura, não era da intenção de S. M. dar-lhe mas cujos effeitos, como questão pública, se tornaram completamente irremediáveis.

V. M. conhece o principio de philosophia juridica, de que a cada direito corresponde uma obrigação. Ao direito d'El-Rei corresponde uma obrigação minha. É a de me retirar.

Mas, desde que o facto tomou, por aquellas duas circumstâncias da coincidencia e da publicidade, uma significação de ordem politica em relação a mim, nasce tambem para mim o direito de manter illesa a propria dignidade.

Peço a V. M. que me deixe salvar este direito e cumprir aquella obrigação. Conceda-me V. M. uma licença illimitada, uma aposentação ou reforma, uma simples demissão; aquillo, em summa, que V. M. achar mais conveniente e razoável. Na última hypóthese, a minha gratidão para com V. M. não diminuirá um só ápice. Que me importa, de feito, um futuro que já não pode ser

A opinião obriga. Em matemas d' honra é ella que determina a força e o sentido dos factos. Como o jury, as suas decisões tanto valem quando erra como quando acerta. Pôssio entender, por exemplo, que o duello é bárbaro, anti-christão, e absurdo: mas hee-de aceitar o duello nos casos em que a opinião é reputada forçosa, sob pena de deshonra. Eis o que torna o meu procedimento nesta conjunctura fatalmente necessario.

S. M. não me offendeu com a encumbencia que deu a Trancencia; não me offenderia mimso quando a minha situação fosse a que geralmente se crê ser. Cada qual serve-se com quem mais lhe agrada ou melhor pôda desempenhar o mister que lhe é incumbido. Não á absurdo qm. o rei não pôde governar a sua casa como qualquer outro cidadão. S. M. tinha-me falado por mais de uma vez neste negocio da organisação de uma Bibliotheca real com os elementos que para ella ha; tinha-me para isto chamado. Não provavelmente mais as minhas ideias a este respeito, boas as d' Trancencia. Preferiu rar e preferia-o. Ser. Sem. Não de um direito que não chega a ser de rei, porque é simplesmente de dono de casa.

S. M. vê, bem que não é esta a questão.

O que eu lamento, e não o lamento por mim é que o facto, pela coincidência e pela publicidade, tomou-se um caracter politico, que, porventura, não era da intencão de S. M. dar-lhe, mas cujos effeitos, como questões publicas, se tornaram completamente irremediaveis.

S. M. conhece o principio de philoiphia jurídica, de que a cada direito corresponde uma obrigação. Ao direito d' Ellei corresponde uma obrigação

111. *membr.* E'a de me retirar.

Mas desde que o facto tomou, por aquellas, duas circumstancias da coincidência e da publicidade, um significação de ordem politica em relação a mim, nasce tambem para mim o direito de manter illud a propria dignidade. Peço a V. M. que me deixe salvar este direito e cumprir aquella obrigação. Conceda-me V. M. uma licença illimitada, uma aposentação ou reforma, uma simples demissão; aquillo, em summa, que V. M. achar mais conveniente e maisavel. Na ultima hypothese, a minha gratidão para com V. M. não diminuirá um so apice. Deu-me importa, de facto, um futuro que já não pode ser demorado longe, de conservar a officina de V. M., e para officina minha descontinuar durante vinte e quatro annos, e até mandada vivas de uma vez a custa de serios deigoitos? Peço, em minha esquecer-me de que o que valho e sou, se valho e sou alguma cousa, o devo a V. M. que me criou, na obscuridade e quasi na obscuridade, uma situação tranquiillada em que pude ser útil a mim e não ver de des letras e ao país? Isto que digo aqui já o disse no seu livro que talvez viva mais do que eu; mas apesar disso, hei-de repeti-lo sempre perto ou longe de V. M.

Quando o Senhor D. Pedro V fallou me pedi a V. M. que me deixasse ir para um canto afastado d'ago. Em vinte e quatro annos de tanta benevolencia e amoral só pude ir a V. M. Parece-me que não afusii muito. Conceda-me V. M. agora. Seria um espirito que manungiria de continuo se, devendo inevitavelmente abandonar a minha actual posição, porque o pundonor o exige, não obtivesse para o meu

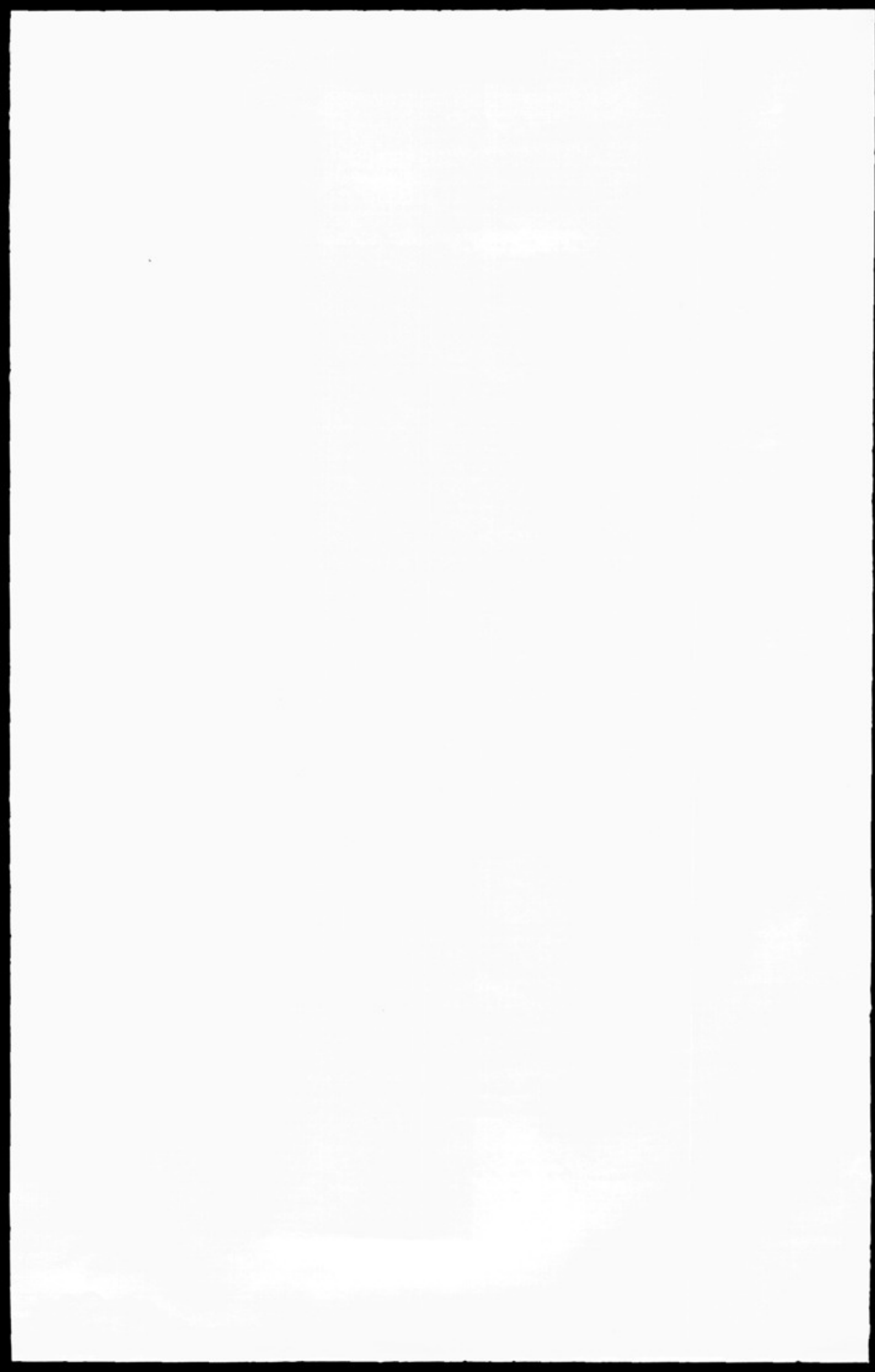
proceder a innocencia de V. M.

V. M. conhece-me bem para saber que esta carta não é, não pode ser, resultado de um desses arroubos artificios de que a ambição turbulenta e a cubria involente costumam usar com prospero exito nesta terra classica de mudrosos, e é simplesmente inspirada pela consciencia de que tenho a cumprir um dever moral para comigo. Não espero nem deujo fazer ruido. O ruido é proprio dos grandes concursos do mercado, e eu não estou no mercado. Ao pôr do sol, a sombra da arvore vai-se alongando e umorecendo até se devanecer de todo, e ninguém reparava em: que elle desapparece. Procurarei imitar a sombra da arvore, e a ultima prova de indulgencia que peço a V. M. me consentir que insensivel desapparecer.

Pela merecê que supplico e com que desde já conto, beijo a mão de V. M.

Ajuda 31 de dezembro de 1862

A. Hercutano



demasiado longo, se conservar a affeição de V. M. essa affeição nunca desmentida durante vinte e quatro anos, e até mantida mais de uma vez à custa de sérios desgostos? Posso eu nunca esquecer-me de que o que valho e sou, se valho e sou alguma cousa, o devo a V. M. que me creou, na mocidade e quasi na obscuridade, uma situação tranquillã em que pude ser útil a mim e não sei se ás letras e ao paiz? Isto que digo aqui já o disse n'um livro que talvez viva mais do que eu; mas apesar disso, hei-de repeti-lo sempre perto ou longe de V. M.

Quando o Senhor D. Pedro V falleceu pedi a V. M. que me deixasse ir para um canto affastado daqui. Em vinte e quatro annos de tanta benevolência e amizade só pedi isto a V. M. Parece-me que não abusei muito. Conceda-mo V. M. agora. Seria um espinho que me punteria de continuo se, devendo inevitavelmente abandonar a minha actual posição, porque o pundonor o exige, não obtivesse para o meu proceder a annuencia de V. M.

V. M. conhece-me bem para saber que esta carta não é, não pode ser resultado de um desses amúos artísticos de que a ambição turbulenta e a cubiça insolente costumam usar com prospero exito nesta terra classica de medrosos, e que é simplesmente inspirada pela consciencia de que tenho a cumprir um dever moral para comigo. Não espero, nem desejo fazer ruído. O ruído é próprio dos grandes concursos do mercado, e eu não estou no mercado. Ao pôr do sol, a sombra da arvore vai-se alongando e esmorecendo até se desvanecer de todo, e ninguem repara em que ella desapareceu. Procurarei imitar a sombra da arvore, se a ultima prova de indulgencia que peço a V. M. me consentir esse insensível desaparecer.

Pela mercê que supplico e com que desde já conto, beijo a mão de V. M. ».

Ajuda 31 de dezembro de 1862.

A. Herculano.

Porém, Herculano nunca foi demitido. E D. Luís quis mesmo agracia-lo com a grã-cruz de Santiago, que Herculano recusou.

Entretanto o Rei decidiu o que lhe pareceu melhor. Mandou preparar salas no palácio novo, em construção, para instalar a Real Biblioteca, e com isto contrariou o parecer do Bibliotecário-Mor sobre a adaptação das antigas instalações e sua ampliação com as Casas de Música e da Física. Mas nem por isso deixou de atender à ordenação das espécies apresentada por ele. Um officio de Ramalho Ortigão, para D. Fernando Eduardo de Serpa, de Julho de 1908, diz, que: «*Segundo disposição do bibliothecario Alexandre Herculano, as salas, pelo que diz respeito à ordem de matérias de que tratam os livros que nellas se acham, estão devididas do seguinte modo: Sala 1.^a e correspondente galeria (A), Theologia; Sala 2.^a e respectiva galeria (B), Historia e Jurisprudencia*» etc., exactamente tal como ficaram até hoje.

Herculano, porém, deixou de vez de habitar a casa do Largo da Ajuda ⁽¹⁾, mas não se creia que foi dispensado de gerir a Biblioteca Real, por se tornar «*o lavrador de Valle de Lobos*» ⁽²⁾. Continuou a dar ordens aos funcionários da Biblioteca, mesmo de lá ⁽³⁾; e no último officio — de 25-VII-1877, para o Administrador da Casa Real, António José Duarte Nazaré, escrito pouco mais de um mês antes de

⁽¹⁾ Em 1 de Maio de 1867, casou com Mariana Hermínia de Meira.

Num cartão de Rodrigo Vicente de Almeida de Outubro de 1875, está escrito: «*O Ex.^{mo} Snr. Alexandre Herculano está na Rua direita de S. Francisco de Paula, n.º 47*» (era a residência dos Meiras, da família de sua mulher), e, no Doc. 47 — officio do próprio A. Herculano, de 1-XI-1875, para o Administrador da Casa Real — refere-se à sua «*antiga residência da Ajuda*».

⁽²⁾ Veja a Carta de A. H. a D. Pedro II, imperador do Brasil, in «*Portugal Contemporâneo*» de Oliveira Martins, 6.^a ed. 1925, Lisboa. Tomo II, p. 458.

⁽³⁾ Veja os Documentos apensos n.ºs 31, 32 e 42.

Carta de Alexandre Herculano para o Administrador da Casa Real

M. do Sr. L. do

16 de July - carta mta - Herculano
procurador de Lousada
de Lousada

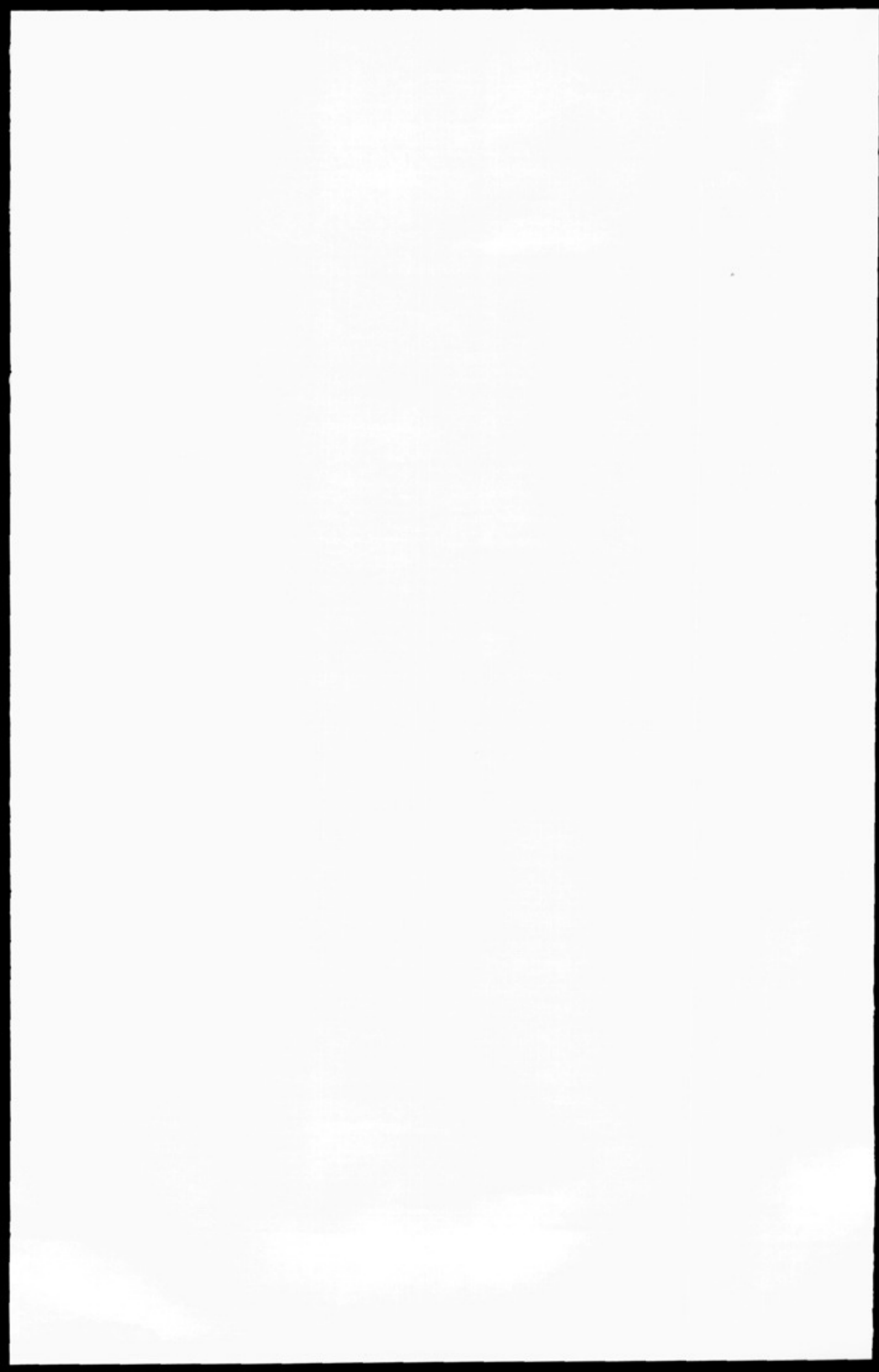
Recuso a negação do officio de 4 de July de 21 de corrente mes.
Hão sido dadas as providencias para que a intertada demor-
ção do professor e mais appunctos arquivados, que communica-
ção o pulacio de ajuda com a bibliotheca real, não emon-
tra obstaculo nas intencões da conservação e reparo da mes-
ma bibliotheca.

Não me sendo pessoal acompanhar com a mesma pre-
sencia o proprio da demorção, encargo de me representar
o Sr. Rodrigo Vicente de Almeida, que receberá as ordens
de 4 de July e lhe respecta e sustentará depeza Administr-
ação quanto seja necessario para se fazer convenientemen-
te a demorção indicada por 4 de July

Deus guarde a 4 de July. Val-da-Lobos 25 de julho de 1877

M. do Sr. Sr. Antonio José Duarte Rodalves
Administrador da Casa Real

O bibliothecario de S. M. M. do Sr. Fernando
Encargado da bibliotheca da Ajuda
A Herculano



morrer⁽¹⁾, com a letra tremida já e miudinha⁽²⁾ — ainda se subscreve «*O bibliothecario de S. M. El-Rei D. Fernando, Encarregado da Bibliotheca da Ajuda*».

«*Por não lhe ser possível acompanhar com a sua presença*» o processo de demolição do corredor e do passadiço que ligava o palácio novo à velha biblioteca, conforme desejo de D. Luís, faz-se substituir por Rodrigo Vicente de Almeida.

E não assistirá, mesmo, à inauguração das actuais instalações, porque morre antes.

O retrato de Herculano ficou a figurar no tecto da Sala B da Biblioteca, ao lado dos de Camões e de João de Barros; e, D. Luís escolheu o Médico da Casa Real — que já era seu seu secretário particular em 1864, e lhe catalogava os livros da sua sala de estudo — para o lugar de Herculano⁽³⁾.

E foi assim que a 10 de Junho de 1880, por ocasião das comemorações do tricentenário de Camões, o Dr. José Eduardo de Magalhães Coutinho, sucessor de Herculano, foi inaugurar a sede actual da Biblioteca da Ajuda, sem que tivesse tido grande trabalho nela...⁽⁴⁾.

Lisboa, 19 de Março de 1965.

MARIANA A. MACHADO SANTOS

(1) Herculano m. 13-IX-1877, com 67 anos de idade.

(2) Publicamo-la em fac-simile.

(3) «*Havendo Sua Magestade El Rey, por Alvará de desenhove de Setembro ultimo, expedi do pela Mordomia Mór, nomeado o Conselheiro José Eduardo de Magalhães Coutinho, para o lugar de Bibliotheca rio da Real bibliotheca do Paço d' Ajuda. Foi o mesmo Senhor servido conceder-lhe a gratificação de tresentos mil reis por anno, que receberá por folha especial processada nesta repartição.*»

Administração da Fazenda da Casa Real em trinta de Novembro de mil oitocentos setenta e sete.

António José Duarte Nazareth.»

(4) Dirigiu-a até 13-I-1895, data em que faleceu.

DOCUMENTO N.º I

Sua Magestade Fidelissima a Rainha minha Augusta Ama Hé Servida encarregar a V. S.^a da Real Bibliotheca do Paço d'Ajuda, durante o impedimento do P.^o Antonio Nunes; ficando na intelligencia que nesta dáta, se expedio o aviso, para o P.^o Vicente Ferreira de Sousa Brandão, lhe fazer entrega da referida Bibliotheca: O que lhe comunico para seu conhecimento.

Deus Guarde a V. S.^a

Paço de Cintra em o 1.º d'Agosto de 1839.

a) *Paulo Martins d'Almeida.*

Ill.^{mo} Sñr Alexandre Herculano d'Almeida (¹).

DOCUMENTO N.º 2

Ex.^{mo} Sñr.

Tornando-se urgentissima a necessidade de se obterem os objectos contheudos na relação inclusa, parte para poderem continuar os trabalhos da organização e arranjo desta Real Bibliotheca, parte para se haver de se conservar a limpeza e boa ordem no serviço do mesmo Estabelecimento, rogo instantemente a V. Ex.^a queira dar as suas ordens para esses objectos serem fornecidos à referida Bibliotheca.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Real Bibliotheca d'Ajuda 11 de Novembro de 1839.

Ex.^{mo} Sñr. Paulo Martins d'Almeida

Guarda-Joias da Casa Real.

a) *A. Herculano* (²).

DOCUMENTO N.º 3

Fazendo-se necess^o o recolher para esta Real Bibliotheca de que sou Director os ferros pertencentes á officina da Livraria assim como 2 lentes p^a se des-

(¹) *Doc. autêntico na Bibliotheca da Ajuda.*

(²) *Idem.*

cobrirem as inscripções das medalhas, cujos objectos paraõ em poder de V. S.^a rogo tenha a bond.^o de os remetter, podendo-os entregar ao portador dito F. Fiel desta Real Bibliotheca, cujo encarreguei da recepção dos ditos objectos.

Deus Guarde a Vossa Senhoria.

Real Bibliotsca em [19] de Maio de 1842 (¹).

DOCUMENTO N.^o 4

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr:

Manda-me V. Ex.^a informe o requerimento de Andre Duarte, Guarda do Real Gabinete de Physica, em que pede licença a Sua Magestade para ser dispensado durante mez e meio do exercicio do seu emprego. Houve, sem dúvida, engano na direcção dada ao officio de V. Ex.^a, porquanto a pessoa preposta á conservação do dicto Gabinete é o Padre Vicente Ferreira, empregado das Bibliothecas Reaes mas inteiramente independente de mim naquelle mister. Entendi eu, todavia, que, sendo o essencial neste objecto fazer chegar á presença de V. Ex.^a a pedida informação, devia tomar sobre mim o obte-la e transmitti-la a V. Ex.^a, o que faço, juntando-a a este e ao requerimento do Supplicante.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Real Bibliotheca da Ajuda 9 de Janeiro de 1843.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr D. Manuel de Portugal e Castro.

a) *A. Herculano* (²).

DOCUMENTO N.^o 5

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr:

Sendo geralmente sabido que a grande collecção de apontamentos e memorias para o Diccionario Geographico de Portugal pelo P.^o Luis Cardozo da Congregação do Oratorio, Diccionario de que apenas se publicaram os dous primeiros volumes, ficava por morte do dicto P.^o pertencendo à Bibliotheca do Real Paço das Necessidades, naquella epocha administrada pelos individuos da mesma Congregação que nesse Palacio residiam; e sendo também certo que a referida Bibliotheca pertence hoje ao apanagio da Coroa, aconteceu que esta collecção de memorias composta de quarenta e quatro volumes de folio como se vê e prova dos catalogos da Real Bibliotheca fosse levada segundo consta, pelo D.^{or} António Nunes de Carvalho para o Deposito geral das Livrarias no extinto convento de S. Francisco da cidade, e d'alli para o Real Archivo

(¹) *Rascunho autógrafo de A. Herculano, existente na Bibl. Ajuda.*

(²) *Pela fotocópia, existente na Bibl. da Ajuda.*

da Torre do Tombo, onde actualmente se acha: entendo eu que é do serviço de S. Magestade fazer que um manuscripto tão importante e que incontavelmente pertence à Coroa, seja restituído à Bibliotheca Real, exigindo-se a sua entrega pelo Ministério do Reino a conveniencia do que melhor V. Ex.^a avaliará.

Consta-me também por via segurissima que na Bibliotheca Nacional da cidade d'Evora acabam de aparecer algumas folhas avulsas do celebre e antiquissimo Cancioneiro chamado do Collegio dos Nobres, codice que apesar de truncado é um dos mais preciosos manuscriptos da Coroa. Estas folhas, que assim avulsas são inuteis onde se acham devem vir, senão completar, ao menos enriquecer o codice a que pertencem, e de que foram arrancadas por mãos ignorantes em tempos remotos. Parece-me portanto que S. Mag.^o as mandará restituír igualmente a esta Bibliotheca se V. Ex.^a entender que é conveniente reclama-las tambem pelo Ministerio do Reino.

Achando-se quazi concluido o catalogo dos Livros pertencentes à Real Bibliotheca das Necessidades, que por ocasião da extinção das ordens regulares se achavam em poder dos congregados da Casa do Espirito Santo, e que d'involta com a livraria da dicta Caza foram levados para o Deposito Geral, terei brevemente a honra de pôr na presença de V. Ex.^a o mencionado catalogo para que V. Ex.^a possa uma vez que o julgue a proposito, communicarlo àquelle Ministerio, afim de que se haja de averiguar se existem naquelle deposito e voltem à Bibliotheca de Sua Magestade.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Real Bibliotheca da Ajuda 4 de Março de 1843.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr D. Manuel de Portugal e Castro.

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 6

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Quando, encarregado por Sua Magestade de ordenar a Real Bibliotheca da Ajuda, que se achava em completa desordem, passei a organizar e classificar a referida Bibliotheca, achei, durante o progresso deste trabalho, um avultado numero de livros dobrados, triplicados e até quadruplicados, que me pareceu

(1) *Doc. autógrafa do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças* (= A. H. M. F.): Expediente da Administração da Fazenda da Casa Real, Caixa da 2.^a série, n.º 131, Proc. 149, doc. 1.

Já publicado por Jordão de Freitas no número comemorativo do Centenário de Alexandre Herculano, do «Bol. da Real Assoc. dos Archeologos Portugueses», 1910, Lisboa, p. 11.

dever separar do corpo das respectivas classes, collocando-os em logar distincto para a qualquer tempo se lhe dar o destino, que fosse julgado conveniente.

Entre esses livros, como é facil de suppor, ha muitos de pouquissima valia, mas ha outros que teem preço no commercio. Entendia eu, e ainda entendo, que estes duplicados poderiam ser de utilidade fazendo delles, no todo ou em parte, trocas reciprocamente vantajosas com os estabelecimentos analogos dentro ou fóra do paiz. Todavia, esta idea não foi até hoje realisada.

Aconteceu, porem, que, visitando esta Bibliotheca o Dr. Kunstmann, capellão de S. M. I. a Senhora Duquesa de Bragança, examinasse a dicta collecção de duplicados. Por essa occasião me declarou estar comissionado pela Bibliotheca Real de Munich para lhe adquirir um certo numero d'escriptos portuguezes e castelhanos, que na dicta Bibliotheca se não acham. Pedi-lhe uma nota daquelles escriptos, e confrontando-a com os livros dobrados desta Livraria, extrahi a relação inclusa que contem as obras apontadas naquelle catalogo ou nota, que se encontram entre os duplicados da Ajuda.

À vista desta relação V. Ex.^a julgará se convem propor á S. M. a cessão dos mesmos livros, para com o seu producto se obterem algumas obras importantes, principalmente modernas, em que não só esta, mas tambem as outras Livrarias Reaes, são quasi absolutamente falhas.

No caso que Sua Magestade assim o resolvesse, fora conveniente, ou antes necessario chamar um perito para proceder à avaliação dos dictos livros, visto que estes, como outra qualquer mercadoria, variam muitas vezes de preço, segundo se tornam mais ou menos raros, e eu, devendo saber a sua estimação bibliographica, não sou competente para determinar com exacção o seu valor commercial.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Real Bibliotheca da Ajuda 3 de maio de 1843.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manuel de Portugal e Castro.

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 7

Ill.^{mo} Sñr:

Dignando-se Sua Magestade a Rainha Approvar por seu Despacho de 15 do corrente a sua proposta de 3 do mesmo mez, para a venda das obras impressas de que tracta a relação inclusa, pelas razões que Vossa Senhoria expõe, e para que o seu producto seja applicado á acquisição de obras modernas de que está absolutamente falha essa Real Livraria: É V. S.^a authorisado

(1) *Autógrafo do A.H.M.F. Caixa 132, Proc. 251, doc. 1. Existe parte do rascunho desta carta na Bibl. da Ajuda.*

para realizar as referidas operações procedendo a necessaria avaliação por peritos que fará convocar; dando em seguida conta do resultado da venda e emprego que tiver feito dos fundos assim postos á disposição de V. S.^a, para tudo ser levado ao conhecimento de Sua Magestade a Rainha.

Convindo dar todo o desenvolvimento a esta transacção de reconhecida utilidade, V. S.^a se servirá enviar-me uma relação das obras que tem separado e estão no caso de trocar ou vender, como V. S.^a refere no seu citado officio, notando em cada uma das obras, os exemplares de que se póde dispôr, e o valor aproximado que podem obter no commercio; afim de que á vista d'estes esclarecimentos e das informações de V. S.^a se possa resolver como for mais acertado em materia de tanto interesse.

Deus Guarde a V. S.^a

Vedoria da Casa Real. Em 16 de Maio de 1843.

a) *D. Manoel de Portugal e Castro.*

Ill.^{mo} Sñr Alexandre Herculano de Carvalho (').

DOCUMENTO N.º 8

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Mandando entregar nesta Real Bibliotheca d'Ajuda as onze folhas do Cancioneiro chamado do Collegio dos Nobres, as quaes se achavam na Bibliotheca Publica da Cidade d'Evora, remette-me V. Ex.^a copia do Officio do Ministerio do Reino em que se nega o direito que a Bibliotheca Real tem a re-haver do Archivo Nacional a collecção Manuscrita dos apontamentos e noticias colligidas pelo Padre Cardoso para a feitura de um Diccionario Geographico de Portugal, collecção que por um motu-proprio do D.^{or} Antonio Nunes de Carvalho foi tirada d'entre outros livros pertencentes à Bibliotheca Real, os quaes já em parte lhe foram restituídos, e ordena-me conjuntamente V. Ex.^a de dar o meu parecer sobre as razões do chefe interino do Archivo Nacional e do Procurador Geral da Coroa em que a Secretaria d'Estado se estribou para recusar a entrega do dito manuscrito. É o que passo a fazer, resumindo-me o mais que for possível.

Do theor do Officio que V. Ex.^a me remette por copia vejo eu que os dignos informantes se esquecerão dos factos asseverados pelo proprio Cardoso no prologo do seu Diccionario, no 1.^o volume impresso. Por esse prologo se vê que não só se encontram na collecção de que se tracta apontamentos obtidos por intervenção do Governo, mas tambem outros alcançados de *Amigos do Author, e de pessoas bem instruidas*; e, que os mesmos que vieram pela Secretaria d'Estado foram exigidos a pedido de Cardoso, e dados segundo os mode-

(') *Autógrafo na Bibl. da Ajuda.*

los delineados por elle. Se o Governo houvera ideado a obra, colligido os documentos, e depois disso encarregado aquelle escriptor de redigir o dictionario poder-se-hia dizer que esses documentos eram fructo de uma diligencia de serviço publico; mas do modo que este negocio passou é evidente que nada mais houve que um auxilio dado pelo Senhor D. João 5.^o a uma empresa litteraria particular e que a diligencia de serviço publico foi instrumento, e não origem de semelhante compilação.

Se assim não é, porque se conservaram tantos annos em poder dos Congregados esses documentos, alias importantes para a estadistica, e por consequencia para a administração do paiz, deixando-os ficar por um seculo fora dos archivos publicos?

Mas accite-se tudo o que se quizer sobre a natureza primitiva daquelles papeis: em todas as hypotheses elles pertencem hoje à Bibliotheca Real.

Quando por um decreto se determinou e especificou o sentido da disposição do artigo 85 da Carta Constitucional entraram no apanagio de S. Magestade os palacios reaes com todas as suas pertenças de raiz e moveis. Assim os adereços, trastes, utensilios, e mais objectos conservados nos ditos palacios passaram para a Casa Real, assim as joias da coroa; assim as tres bibliothecas d'Ajuda, Necessidades, e Mafra. Desde esse momento o artigo 85 estava cumprido e fixado. A perpetuidade que elle estabelece não podia ser alterada pelo executivo, e ainda pelas mesmas Camaras, salvo sendo constituintes, e auctorizadas para mudar as disposições do Pacto Social.

Se esta doutrina é verdadeira, como me parece que é, teria um simples empregado do Governo auctoridade de remover um objecto pertencente ao apanagio da Coroa para uma repartição publica? Se tinha, outro qualquer a terá para vir buscar este ou aquelle Movel da Casa Real, e até empolsar a fazenda publica dos bens de raiz pertencentes a Sua Magestade.

É a esta questão geral que a negativa do Ministério do Reino em semelhante negocio nos ha-de forçosamente levar, se quisermos ter logica; e é por esse motivo que eu julgo não poder V. Ex.^a concordar com a opinião exarada no officio e daquelle Ministerio.

V. Ex.^a, todavia, resolverá o que for mais acertado.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Bibliotheca Real em 5 de Julho de 1843.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

D. Manoel de Portugal e Castro.

a) *A. Herculano* (1).

(1) *Doc. do A.H.M.F. Caixa 131, Proc. 149, doc. 7. Só a assinatura é autógrafa.*

Já publicada por Jordão de Freitas no número comemorativo do Centenário de Alexandre Herculano, do «Bol. da Real Assoc. dos Archeologos Portugueses». 1910, Lisboa, pp. 11-12.

DOCUMENTO N.º 9

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr

Havendo sido auctorisado por officio de V. Ex.^a de 16 de Maio p.p. para vender uma porção de livros duplicados da R. Bibliotheca da Ajuda, e para converter o seu producto em novas obras de que a mesma Bibliotheca se achava falha, tenho a honra de remetter a V. Ex.^a a conta documentada da transacção que fiz, e da applicação que fiz do seu producto, ficando na minha mão o saldo que da dicta conta se vê restar, e que deve ser applicado ao pagamento das obras encomendadas para França de que se faz menção na nota final do documento n.º 2, as quaes approximadamente custaraõ a importancia daquelle saldo.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Lisboa 13 de Julho de 1843.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manuel de Portugal e Castro.a) *A. Herculano* (¹).

DOCUMENTO N.º 10

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Sendo-me preciso aproveitar na Villa d'Arruda doze dias uteis entre os dias 3 e 18 do seguinte Mez de Agosto, V. Ex.^a faria especial graça, e favor se me concedesse a competente licença, ou se dignasse authorisar para esse fim o meu Digno Chefe o Sñr. Alexandre Herculano, visto que os actuaes trabalhos não são da maior urgencia.

Deus Guarde a V. Ex.^a por dilatados annos como ha mister este que tem a honra de se assignar.

Real Bibliotheca do Palacio d'Ajuda 27 de Julho de 1843.

De V. Ex.^a Capellão e Servo o mais att.^o v.^{or} e obrigd.^{mo}a) *Vicente Ferreira de Sousa Brandão*.

Encarregado do Gabinete de Physica.

A pretensão do S. Vicente Ferreira de Sousa Brandão não envolve difficuldade de serviço, por não haver agora trabalhos extraordinarios e urgentes a concluir, e por ser assas limitada a interrupção do trabalho ordinário de que está incumbido.

Ajuda 28 de Julho de 1843.

O Bibliothecario

a) *A. Herculano* (²).

(¹) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 132, Proc. 211, doc. 4.*

(²) *Doc. autêntico do A. H. M. F. Caixa 132, Proc. 388, doc. 1.*

DOCUMENTO N.º 11

Ill.^{mo} Sñr:

Em cumprimento do Despacho de Sua Magestade A Rainha Minha Augusta Ama, exarada na minha Consulta de 15 do corrente, pelo qual A Mesma Augusta Senhora Foi Servida Annuir á proposta d'essa Commissão, e trata o Officio de 11 do Actual; n'esta data dirigi ao Bibliothecario de Sua Magestade El-Rey, Alexandre Herculano de Carvalho, a necessaria communicacão, rogando-lhe de tomar parte nos trabalhos da Commissão a que V. S. preside, coadjuvando-a nas materias em que for consultado, e só aquellas, que pela especialidade dos seus estudos historicos devam ser da exclusiva competencia d'este sabio. O que tenho satisfacão de participar a V. S.^a para os devidos effeitos.

Deus Guarde a V. S.^a

Vedoria da Casa Real, em 20 de Dezembro de 1843.

a) *D. Manoel de Portugal e Castro.*

Ill.^{mo} Sñr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva (1).

DOCUMENTO N.º 12

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Accusando a recepção do officio de V. Ex.^a com a data de 20 do corrente, em que V. Ex.^a me participa a Resolução e Consentimento de SS. Magestades sobre a Consulta de V. Ex.^a para eu ficar adjunto á Commissão encarregada do Tombo das Propriedades da Coroa; não posso deixar de agradecer a V. Ex.^a a prova de bom conceito que por semelhante modo recebo, e de rogar a V. Ex.^a queira em meu nome beijar as Mãos a SS. Magestades por este novo testemunho da confiança que em mim põe, e de Lhes assegurar que nisto, como em tudo, trabalharei sempre por não desmentir essa mesma confiança.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Ajuda 22 de Dezembro de 1843.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manuel de Portugal e Castro.

a) *A. Herculano* (2).

(1) *Doc. autêntico do A. H. M. F. Collecção do Tombo. Caixa N, Proc. 5.*

(2) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 133, Proc. 482.*

DOCUMENTO N.º 13

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

É do meu dever participar a V. Ex.^a que na 1.^a e 2.^a Sallas da Bibliotheca Real da Ajuda, não obstante a visita feita aos telhados em 1842, tem cahido agua em diversas partes este inverno, por terem sido os concertos feitos naquelle anno tão limitados que nem occorreram bem à maior urgencia. Receio que as remoções feitas dos livros e Manuscrito de uma para outra parte, alem da desordem que causa na classificação não baste a salva-los da humidade, porque caindo a agua nos forros dos tectos são diversas as direcções que toma, segundo a quantidade della. Como actualmente um partido das obras publicas trabalha no Palacio, occorre-me que será facil acudir a este estabelecimento por meio daquelle partido. V. Ex.^a fará o que entender que é mais do serviço de S. Magestade.

Deus guarde a V. Ex.^a

Bibliotheca Real da Ajuda 12 de Novembro de 1844.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manuel de Portugal e Castro Vedor da Casa Real.

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 14

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Em conformidade da auctorização que me foi concedida por officio de V. Ex.^a de 16 de Maio de 1843 passei a tractar de uma nova troca de livros dobrados com a Bibliotheca Real de Berlin, segundo participei a V. Ex.^a em Março do anno proximo passado. Então remetti a essa Vedoria a avaliação authentica dos livros portuguezes e castelhanos objecto da dita troca, bem como agora remetto a dos latinos sobre os quaes ainda naquella epocha não havia recebido resolução defenitiva do Bibliothecario de S. M. El Rei de Prussia, Henrique Pertz. Uns e outros foram enviados a Berlin no valor de Reis 170\$200 a que montavam as duas listas. Uma remessa d'igual valor me foi feita pelo dicto Bibliothecario como V. Ex.^a verá da declaração especificada que pelo secretariado da Bibliotheca Real de Berlin me foi expedida. As despesas do transporte tirei-as do saldo que restava da pequena somma que ficara em minha mão da venda para Munich, deduzidas as despesas miudas das duas bibliothecas d'Ajuda e Necessidades restando um saldo a meu favor de 4\$746 reis como V. Ex.^a tambem verá da conta a este officio juncta.

Dos livros encomendados à casa da Viuva Bertrand e Filhos faltam só o 5.º volume da Casa Rustica do seculo 19 o qual acaba agora de ser publi-

(1) *Idem. Caixa 153, Proc. 375, L.º 2.º, doc. 1.*

cado, e a continuação da *Historia d'Hespanha* de Rossew-S. Hilaire, bem como da de Lavallée. Desejo que V. Ex.^a me auctorise para completar estas obras accitando as dictas continuações quando chegarem, se assim aprover a S. Magestade.

Igual pergunta se me faz ácerca das obras remetidas de Berlin, algumas das quaes são tão recentes que ainda não estavam completamente publicadas na occasião da remessa, e que o conselheiro Pertz tomou sobre si remetter assim mesmo, pelo seu merito e importancia litteraria, avisando-me de que iria guardando as continuações até receber resposta minha, a qual não posso dar, negativa ou affirmativa, sem resolução de S. Mag.^o.

Vieram em papel, para evitar direitos, a maior parte dos livros mandados de Berlin e apenas alguns brochados. Estes podem conservar-se assim mesmo; porem aquelloutros ficarão inutilizados em quanto se não mandarem encadernar. Bastará fazer-lhes meias encadernações, e isto é uma despesa tão diminuta, que espero ser para ella auctorisado.

Aproveito esta occasião para recordar a V. Ex.^a o requerimento dos empregados desta Bibliotheca dirigido a S. Mag.^o no mez de Março do anno passado, requerimento cuja bem fundada justiça então ponderei e que V. Ex.^a reconheceu, rogando agora de novo a V. Ex.^a queira protege-lo com o peso da sua opinião favorável perante S. Mag.^o.

Tem decorrido já alguns dias de tempo estio, e ainda até hoje não appareceu ninguem das Obras Publicas para fazerz o concerto dos telhados da Bibliotheca da Ajuda, ao passo que andam operarios nos telhados do Palacio, e até nos da casa da guarda em frente delle. Cumpro a minha obrigação avisando V. Ex.^a desta occorrença, para que não seja attribuido a descuido meu qualquer damno que possa ocorrer na dicta Bibliotheca.

Deos Guarde à V. Ex.^a

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr D. Manoel de Portugal e Castro.

Real Bibliotheca 13 de Janeiro de 1845.

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 15

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Não tendo V. Ex.^a resolvido a minha requisição de 14 de Novembro do anno passado a respeito dos concertos de que carece o telhado do Edificio no sitio da Ajuda — aonde se acha a Real Livraria —; e sendo novamente ponderada a necessidade destes reparos, pelo respectivo Bibliothecario, em seu officio de 13 de Janeiro; não posso dispensar-me de chamar outra vez a attenção de V. Ex.^a sobre este particular e sollicitar que pela Repartição de V. Ex.^a,

(1) *Doc. do A. H. M. F. Caixa 132, Proc. 251, doc. 10.*

sejaõ expeditas as convenientes providencias, afim de se evitar os estragos, e prejuizos que esta ommissão mais tarde pode causar nos Livros, e preciosos manuscriptos que naquelle estabelecimento se achaõ arrecadados. — Repitirei aqui o que já disse a V. Ex.^a no meu citado officio. — Naquelle local, achaõ-se diversos partidos de obras Publicas occupados em varios concertos. Parece-me com vantagem para a Fazenda Publica que uma parte de tal gente, se poderá empregar neste serviço, que as circumstâncias ponderadas tão urgentemente reclamam.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Paço em 24 de Fevereiro de 1845.

Ministerio do Reino ⁽¹⁾.

DOCUMENTO N.º 16

«Ill.^{mo} S.^a.

Existindo no Real Palacio de Queluz diversas peças de musica de cappella da composição do muito acreditado author Marcos Antonio Portugal; e sendo mais conveniente que ellas recolham à Real Livraria d'Ajuda que V. S.^a tão dignamente dirige, afim de se juntarem a outras que ja ahi existem; n'esta data officiei ao respectivo Almojarife para fazer remessa das ditas peças de musica a V. S.^a O que lhe comunico para sua intelligencia e satisfação.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Vedoria da Casa Real, em 28 de Julho de 1845.

Ill.^{mo} S.^a A. Herculano ⁽²⁾.

DOCUMENTO N.º 17

Ill.^{mo} Sñr.

Por determinação do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manoel de Portugal e Castro Vedor da Casa Real, remetto á presença de V. S.^a a inclusa relação dos 19 volumes de Musica de Capella que se achavaõ neste Palacio, dos quaes V. S.^a mandará tomar conta para serem guardados conjuntamente com outros que existem na Real Bibliotheca d'Ajuda, a cargo de V. S.^a; tendo a bondade de passar o competente recibo.

Deus Guarde a V. S.^a

Queluz 25 d'Agosto de 1845.

Ill.^{mo} Sñr. Alexandre Herculano

Bibliothecario da Real Bibliotheca d'Ajuda.

a) *José Maria dos Anjos* ⁽³⁾.

⁽¹⁾ *Rascunho do Vèdor, existente no A. H. M. F. Caixa 113, Proc. 375, doc. 3.*

⁽²⁾ *Idem. Caixa 171, Proc. 271, doc. 3.*

⁽³⁾ *Doc. autêntico existente na Bibl. da Ajuda.*

DOCUMENTO N.º 18

Recebi do Ill.^{mo} Sr. José Maria dos Anjos, Almojarife do Real Palacio de Queluz os seguintes livros de Musica, mandados recolher nesta Bibliotheca por ordem da Vedoria da Casa Real.

- 1 Volume do Credo composto em Lisboa em 1810.
 - 1 Dito de Symphonia e outras peças.
 - 1 D.º de grande Missa festiva composta no Rio de Janeiro em 1817.
 - 1 D.º das Matinas do Natal em 1811.
 - 1 D.º de Missa em 1814.
 - 3 D.ºs do 1.º 2.º e 3.º Nocturnos das Matinas da Epiphania em 1812.
 - 1 D.º das Matinas de S. Sebastião em 1814.
 - 1 D.º de Te Deum em 1813.
 - 4 D.ºs. do 1.º 2.º e 3.º Nocturnos e Miserere em Quinta feira Santa de 1813.
 - 1 D.º de Credo em 1817.
 - 1 D.º de Te Deum.
 - 1 D.º: In Virtute tua Domine em 1813.
 - 1 D.º da Sequencia Pascal em 1813.
 - 1 D.º da dita de Pentecostes em 1812.
- Real Bibliotheca 26 d' Agosto de 1845.
- a) *A. Herculano* (¹).

DOCUMENTO N.º 19

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sñr.

Tendo sido authorisado por V. Ex.^a em officio de 24 de fevereiro do anno proximo preterito para mandar proceder à enquadernação de muitos volumes remettidos de Alemanha em troca de outros que para lá foram enviados; e isto em consequencia de terem vindo em papel para maior facilidade de conducção, tenho a honra de pôr na presença de V. Ex.^a a conta do enquadernador, para, na forma do officio de 24 de fevereiro proximo passado poder ser paga esta quantia (*Docum, n.º 1*).

No supracitado officio me authorisou igualmente V. Ex.^a para mandar vir as continuções de varias obras recentissimas cujos 1.ºs volumes se tinham obtido nas transacções anteriormente apuradas. Da primeira verba do Documento n.º 2 verá V. Ex.^a que a despesa até agora feita com este objecto não passa de 900 reis pelo 3.º tomo da Historia d'Hespanha de S-Hilaire. A que pode occorrer de futuro tambem não deve ser grande porque se limitará a poucas obras francesas como a continução do *Annuaire Historique*, do *Journal des*

(¹) *Doc. do A. H. M. F. Caixa 171, Proc, 271, doc. 5. Só a assinatura é autógrafa.*

connaissances utiles, &c. Quanto ás obras allemans espero obter essas continuações a troco de novas negociações de livros dobrados, de que darei conta opportunamente, evitando-se assim a despesa pecuniaria; porque ainda que eu deseje enriquecer do modo possivel o estabelecimento a meu cargo, não desejo menos faze-lo com toda a justa economia da fazenda real.

Tendo-me S. M. ElRei ordenado lhe remetteste um Dicionario Hespanhol para outra lingua, e não o havendo nesta Bibliotheca nem na das Necessidades, senão um muito antigo e pessimo, e que lhe seria quasi inutil, tomei sobre minha responsabilidade o fazer a aquisição do melhor dicionario Hespanhol-francez que hoje se conhece, e que passei às mãos do conselheiro Dietz para o apresentar a Sua Magestade. O custo deste livro consta da 2.^a verba do Documento n.º 2.

Por esta occasião eu pediria a V. Ex.^a possesse à minha disposição uma pequena somma para despesas miudas, como tinta, papel, pennas, escovas para os livros etc. de que as Bibliothecas carecem, evitando assim a renovação frequente de reclamações a essa Vedoria, limitando-se tudo a uma conta annual, e bastando talvez para esse decurso de tempo, por um calculo approximado, de uma moeda a moeda e meia, e ainda tanto por causa do muito papel que necessariamente se consomme na extracção de bilhetes para o catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca da Ajuda. Manuscriptos que pela sua naturêsa, mais de collecções de documentos, que de codices, exigem um catalogo extenso e volumoso.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Ajuda 9 de fevereiro de 1846.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. Manuel de Portugal e Castro.

a) *A. Herculano* ⁽¹⁾.

DOCUMENTO N.º 20

A Bibliotheca Real

a Manuel de Jesus Ramos Deve

Pelas Encadernações de 71 livros de 8.º grande	240	17:040
» Ditas de 20-D. ^{to} de 12 grande	160	3.200
Pelas Encadernações de 6-D. ^{to} de fol. grande	800	4.800
» Ditas de 2-D. ^{to} de 4 grande	360	720
		25.760

Lisboa, 31 de Dezembro de 1845.

a) *Manuel de Jesus Barros* ⁽²⁾.

⁽¹⁾ *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 132, Proc. 251, doc. 15.*

⁽²⁾ *Idem, Doc. 15 a.*

DOCUMENTO N.º 21

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Tenho a honra de pôr na presença de V. Ex.^a a conta das despesas miudas que desde a minha ultima conta sobre este objecto, foi indispensável fazer para o serviço das Reaes Bibliothecas da Ajuda e Necessidades.

Deus guarde a V. Ex.^a

Ajuda 18 de Março de 1846.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manuel de Portugal e Castro.

a) *A. Herculano.*

«Conta das despesas miudas das Bibliothecas Reaes pertencente ao 1.º trimestre de 1846.

Uma resma de papel almasso ordinario para bilhetes & ^a	1\$600
Meia dicta de papel de peso para copias, officios, &c ^a	\$850
Um maço de pennas	\$120
Tinta d'escrever (por duas vezes)	\$400
Obreas	\$040
	<hr/>
	3\$010

O Bibliothecario *A. Herculano* (¹).

DOCUMENTO N.º 22

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Accuso a recepção de hum Officio de V. Ex.^a com data de 19 do corrente mez de Agosto, em que me manda informar sobre a pertença de Andre Duarte tendo em vista as sabias considerações no mesmo officio expendidas: como porem a minha resposta devia ser diffusa algum tanto, e o meu estado de saude me não permittisse applicação, esse o motivo por que não fui tão prompto como devia, e eu desejava em cumprir as respeitaveis Ordens de V. Ex.^a a quem vou expôr com toda a franquesa a minha opinião sobre tal objecto.

Antes de 1833 havia nas Salas contiguas a esta Livraria hum Gabinete de Phisica regularmente organizado tanto no material, como no pessoal: depois

(¹) *Doc. autêntico do A. H. M. F. Caixa 187, Proc. 109, Doc. n.º 1 e 1 a.*

da dita epocha padecceu o Gabinete hum desarranjo total, sendo removido daqui quase todo o trem de machinas e instrumentos, ficando apenas o Fiel Manoel Marques, que servia havia perto de 40 annos, para cuidar na limpeza das Salas, e os restos que ficaraõ; entregou-se tudo á vigilancia e direcção do Almozarife do Palacio, como pertença do mesmo; e se deu ao dito Fiel como addido, e para o substituir *post mortem* o Suplicante Andre Duarte, não vencendo ordenado em quanto se não verificasse a mencionada substituição.

Em 1839 o Ex.^{mo} Guarda Joias, lembrando-se de fazer reunir neste local todos os objectos do antigo Gabinete, que suppunha dispersos pelos diversos Palacios me encarregou desta reorganisação material por huma Portaria sua de 30 de Setembro do dito anno (sem gratificação nem vencimento algum) com tenção talvez de reorganisar o pessoal do Gabinete, se se verificasse a organisação material, de maneira que podesse trabalhar quando os Serenissimos Principes se quisessem applicar a esse estudo: mas infelizmente ficou tudo em desejos; porque os objectos do antigo Gabinete se achavaõ totalmente extraviados, e apenas, accresceraõ aos objectos incompletos e deteriorados, que aqui ficaraõ, huns restos ainda mais estragados do velho Gabinete das Necessidades, ficando por esse motivo sem effeito a minha commissão.

Acaba ha pouco de fallecer o Empregado unico, que restava do pessoal do antigo Gabinete, e fiquei eu só á testa de hum simulacro, direi antes, de huma cousa, que erradamente appellaõ Gabinete de Physica; e que não tendo nada de Mechanica, Statica, Hydraulica, Optica, e mais ramos desta importante sciencia, só serve para entretenimento de pessoas ignorantes na materia; sendo vergonha mostrar-se na qualidade de Gabinete de Physica a pessoas inteligentes: eu não quero dizer, que não existem alli objectos dignos de se conservar, e aproveitaveis para hum Gabinete: existem bons estudos de Fortificação e Nautica, huma sofrível Electrica, e Pneumatica; mas esta em desarranjo, e ambas sem o competente trem; ha hum Telescopio Catoptrico menos mau mas carecendo de arranjo, e mais alguns objectos, que concertados podem ter exercicio: não he porem só isto o que constitue hum Gabinete de Physica.

Parece-me portanto muito justo e digno da rectidão de V. E.^a tomar na devida consideração a Supplica de Andre Duarte p.^a lhe remunerar hum serviço de 8 para 9 annos, que elle tem prestado gratuitamente na expectativa da promettida substituição, trasendo sempre muito limpos os metaes dos objectos, alli depositados, o que demanda hum trabalho sempre aturado: attendendo porem a que não existe Gabinete, mas tão somente hum deposito de moveis, não vejo rasão para continuar a considerar-se o dito Deposito como Officina independente, maxime não o permittindo as circumstancias; e como não teve effeito o fim da minha nomeação, justo era que se me desse a minha commissão por acabada de direito, visto não se ter verificado de facto; podendo reverter hum tal Deposito para a vigilancia do Almozarife como se praticou desde o anno de 1833 até 1839 mandando este faser a limpeza de Salas e moveis pelos Criados que tem á sua disposição; e me parece que tal medida se torna coherente com o arbitrio por V. Ex.^a lembrado; pois he incon-

cebível a existencia de huma Officina independente com Chefe sem subordinado algum á sua disposição, e seria esse hum augmento para se insistir contra o sabido e prudente arbitrio, e resolução por V. Ex.^a tomada a beneficio da Real Administração.

Eis aqui Ex.^{mo} Sñr. o que se o me offerece diser sobre o Requerimento de Andre Duarte debaixo das Considerações declaradas no Officio, que me foi dirigido; V. Ex.^a determinará o que melhor for servido.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Real Bibliotheca do Palacio d'Ajuda 30 de Agosto de 1847.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manoel de Portugal e Castro, Vedor da Casa Real.

a) *Vicente Ferreira de Sousa Brandão*, Encarregado da Organização do Real Gabinete de Physica (1).

DOCUMENTO N.º 23

«Sua Magestade a Rainha attendendo á supplica do Padre Vicente Ferreira de Sousa Brandão encarregado da direcção do Real Gabinete de Physica por Portaria de trinta de Setembro de mil oitocentos trinta e nove, e razões por elle expostas na sua informação de trinta do mez passado: Ha por bem exonerar-o d'esta commissão que servio sem recompensa alguma.

Paço das Necessidades em vinte e um de Setembro de mil oitocentos quarenta e sete.

a) *D. Manoel de Portugal e Castro*. Vedor da Casa Real (2).

DOCUMENTO N.º 24

«Senhora

Alexandre Herculano, constando-lhe que Jacintho da Silva Mengo, rendeiro de uma pequena propriedade, sita na calçada do Galvão e pertencente á Casa de V. Magestade requerera a rescisão do seu contracto pelo excessivo da renda, e constando-lhe igualmente que pela avaliação de louvados a que se procedeu se achou fundada a petição do dicto rendeiro, e que, emfim, a renda justa do predio não póde exceder a somma de 76\$800 reis, pertende substituir-se ao mesmo rendeiro debaixo das seguintes condições que julga vantajosas para si e ao mesmo tempo para a Casa de V. Magestade.

1.º Conceder-se-lhe o usufructo da dicta propriedade pelo espaço de trinta, ou, ao menos, vinte cinco annos.

(1) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 206, Proc. 84, doc. 3.*

(2) *Doc. do A. H. M. F. Caixa 202, Proc. 267, doc. 1. Só a assinatura é autógrafa.*

2.º Pagar de renda annual a somma que se achou ser o justo preço na recente avaliação, metade em dinheiro, e metade em bemfeitorias.

3.º Obrigar-se para satisfazer a anterior condição a reedificar as porções inteiramente arruinadas do muro, e a reparar o resto; porque todo ele precisa de maiores ou menores reparos para impedir novas ruínas que não tardarão a realizar-se, sobre tudo pela falta d'emboços-exteiores, devendo o Supplicante deixar annualmente promptas, ao menos, quatro braças d'extensão até o concerto total.

4.º Renovar a nóra cujas peças reaes se acham pela maior parte podres; conservar e reparar umas barracas que existem dentro da mesma propriedade; concertar as portas exteiores quando preciso, e fazer todas as mais obras que successivamente forem necessarias, e que costumam ficar a cargo do senhorio.

5.º Plantar annualmente vinte arvores, e cem bacellos ou parreiras, em quanto durar o arrendamento, ou não estiverem cubertos dous terços do terreno da propriedade.

Para se conhecer que a execução destas condições exige o dispendio de sommas mais avultadas que as equivalentes a metade da renda, não é necessario particularisar aqui o calculo desse dispendio. O excesso é demasiadamente obvio.

Offerecendo para este contracto condições que crê vantajosas, o Supplicante tem por escusado recordar que os seus serviços não tem sido inteiramente inuteis á Administração da Casa de V. Magestade. Se todavia essa consideração poder influir n'um despacho favoravel, o Supplicante a depõe respeitosa-mente aos Pés de Vossa Magestade.

E R. Mercê.

Lisboa, 2 de Setembro de 1847.

a) *A. Herculano.*

A mesma súplica tem à margem o seguinte despacho: «Sua Magestade a Rainha em attenção ao exposto pelo Supplicante: Manda que se lhe dê de arrendamento a horta de que trata, por nove annos, com as condições de pagamento por elle propostas, e renovação do contracto por nove annos, e successivamente por outros nove se este terceiro contracto convir aos interesses da administração da Minha Casa, e o Supplicante tiver preenchido as condições a que for obrigado por escriptura publica.

Paço em 7 de Outubro de 1847.

a) *Portugal* (1).

(1) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 206, Proc. 268, doc. 1.*

DOCUMENTO N.º 25

Ill.^{mo} Sr.

Tendo fallecido o moço dessa Real Bibliotheca — Lourenço d'Andrade, e fazendo parte do meu plano de economia, para a redução das despesas desta administração, a supressão de todos aquelles lugares, que forem vagando, e não fôr reconhecida a necessidade de serem preenchidos: rogo a V. Ex. de me dizer, se este, actualmente vago pelo obito do dito creado, poderá deixar de ser provido sem inconveniente; sendo desempenhadas as obrigações que exercia o mesmo creado, pelos moços desse Real Palacio, ou por algum outro modo, que a V. Ex.^a possa suscitar o conhecimento especial do serviço da Bibliotheca.

Pode esta occasião envio a V. Ex.^a o requerimento de Manoel Vicente d'Almeida Official da Real Bibliotheca, pedindo que o seu filho, por nome Rodrigo Vicente d'Almeida seja nomeado para o lugar em questão; a fim de que V. Ex.^a tendo conhecimento desta pretensão, tenha tambem a bondade de informar sobre as qualidades do proposto; para ser tida em consideração esta supplica, se por ventura fôr demonstrada a conveniencia de um moço privativo da Real Bibliotheca e elle estiver no caso de ser attendido.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Vedoria da Casa Real em o 1.º de Maio de 1849.

Ill.^{mo} Sr. Alexandre Herculano (1).

DOCUMENTO N.º 26

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Por occasião do obito do servente da Real Bibliotheca de Ajuda, Lourenço de Andrade, manda-me V. Ex.^a que informa se o logar que em virtude daquella occorrença se acha vago póde ser escusado sem inconveniente, e se, na hypothese contraria, as obrigações a elle annexas poderão ser desempenhadas por algum dos moços do Real Palacio: Conjunctamente me ordena V. Ex.^a que, no presupposto de dever prover-se o logar eu informe sobre a idoneidade de Rodrigo Vicente de Almeida, que seu pae, official desta Bibliotheca, pede, em requerimento annexo ao officio de V. Ex.^a seja admittido a substituir o emprego do fallecido.

Numa Bibliotheca de certa extensão, ainda inferior á do Real Palacio de Ajuda, o serviço de um moço effectivo é indispensavel. A conservação de grande numero de livros accumulados n'um local depende de uma continua limpeza. Sem os arejar e sacudir frequentemente, a polilha não tarda a produzir estragos que gradualmente vão diminuindo o valor da collecção, e não

(1) *Minuta do A. H. M. F. Caixa 248, Proc. 152, doc. 2.*

raro chegam a inutilizar muitas das obras de que se compõe. Um servente forte e activo occupado constantemente em sacudir e arejar os livros pode talvez fazer o serviço de uma bibliotheca igual duas vezes á de Ajuda; por que as outras obrigações que lhe incumbem pouco tempo demandam, e são de facil execução; mas um velho, ou uma pessoa debil e morosa pode, até, não bastar a uma livraria como ésta, quando a limpeza dos livros se queira fazer de modo conveniente. Assim eu, affirmando que é de absoluta necessidade um servente, como sabem tôdos os que tem tido a seu cargo estabelecimentos desta espécie, não estou habilitado para dizer com certeza se algum dos moços do Palacio se acha no caso de desempenhar este encargo. Tudo depende da sua actividade, forças, e desembaraço, que não posso avaliar, porque os não conheço.

Ha tambem as considerações de moralidade. Numa bibliotheca dividida em diversas salas, onde muitas vezes o servente trabalha isolado, é necessario que elle dê garantias de probidade, por que nada é tão facil como distrahirem-se livros de uma vasta collecção, sobre tudo as de pequeno formato. Os moços do Palacio de Ajuda creio que são honradissimos, como devo suppor todos os criados de Sua Magestade; mas de certo cometteria pelo menos uma imprudência, se aqui me encarregasse de os declarar habilitados, por este lado, eu que ignoro a sua vida e os seus habitos, e que não posso averigua-o sem saber sobre quem recahiria a escôlha.

Pelo que respeita ao requerimento entendo que a fazer da pretensão militar boas razões, Manoel Vicente de Almeida é o mais antigo empregado da Bibliotheca Real, tem servido com assiduidade e honra, e dada a igualdade de circumstancias é de justiça que a prover-se o logar, visto ser necessario, seu filho seja preferido. Accresce que este é um mancebo robusto e agil, de vinte e tantos annos, e que o servente da Real Bibliotheca das Necessidades, homem de outenta e cinco, pouca duração promette. A admittir-se o filho do pretendente poder-se-lhe-hia impor desde logo a obrigação de servir nos dous estabelecimentos, na falta do actual servente das Necessidades. Seria uma economia para o futuro, futuro que não pôde ser remoto. Quanto ás considerações de moralidade, as informações que tenho são todas favoráveis ao individuo mencionado no requerimento. Vigial-o e dirigil-o no bom caminho interessa, alem disso, a seu pae, a quem se pôde, e entendo que deve, impor a responsabilidade do proceder ulterior d'elle, e tanto mais que requer no proprio nome a admissão do dito seu filho. Esta circumstancia parece-me offerecer uma garantia difficil de encontrar n'outro qualquer sujeito.

Para a alta comprehensão de V. Ex.^a julgo escusadas outras considerações. Deus Guarde a V. Ex.^a

Real Bibliotheca 8 de Maio de 1849.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manoel de Portugal e Castro.

a) *A. Herculano* (1).

(1) *Idem, doc. n.º 3. Letra de Manuel Vicente de Almeida. Assinatura de A. Herculano.*

DOCUMENTO N.º 27

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Tenho a honra de remetter incluzo a requisição do Almojarife do Real Paço das Necessidades, para V. Ex.^a decidir o que melhor convier.

Está o partido dos pedreiros occupado com as limpezas das minas d'Ajuda conforme as ordens de V. Ex.^a os carpinteiros e pintor continuão com os arranjos para o quarto destinado para a biblioteca de Sua Magestade El Rey, bem como os marceneiros com a limpeza e concertos de estantes para livros.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Real Caza das Obras dos Paços Reaes em 4 de Dezembro de 1849.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^a D. Manoel de Portugal e Castro.

a) *Joaquim Possidonio Narcizo da Silva*. O Architecto da Casa Real. (*À margem:*» Resp.^o em 4 de Dez. 49.)⁽¹⁾.

DOCUMENTO N.º 28

«Ill.^{mo} Sñr.

Previno a V. Ex.^a que Sua Magestade a Rainha me ordenou de fazer transferir para outra Salla neste Edificio — os livros que se achão na 1.^a Salla desta Real Bibliotheca—afim de que na mesma se estabeleça o Museu de Suas Altezas. — O que lhe communico para sua intelligencia.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Paço aos 8 de Março de 1850.

Ill.^{mo} S.^a A. Herculano⁽²⁾.

DOCUMENTO N.º 29

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Existindo na extremidade do quintal contiguo á Bibliotheca da Ajuda um barracão a que serve de frontaria para o sul uma parede de frontal, os barrotes interiores tem apodrecido com o decurso do tempo, por tal modo, que é impossivel sustentar a dicta parede por mais annos o tecto. Assim eu peço a V. Ex.^a que mandando examinar o estado do mesmo barracão, hoje sem destino, ou se sirva ordenar a reconstrucção daquella parede, ou a demolição daquella casa inutil, ou finalmente auctorizar-me para a desfazer á minha custa,

(¹) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 249, Proc. 450.*

(²) *Rascunho do A. H. M. F. Caixa 266, Proc. 50, doc. 1.*

no que interesse, porque se a dicta casa caisse faria grande estrago no quintal da Bibliotheca, o qual serve de logradouro á minha residencia.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Ajuda 1 de Abril de 1850.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. D. Manuel de Portugal e Castro, D.^{mo} Vedor da Casa Real.

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 30

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Devendo existir no espolio do fallecido Esmoler-Mor Marcos Pinto Soares Vaz Preto o Bullario de Clemente XIV em quatro volumes de folio, que lhe foram emprestados da Real Livraria das Necessidades, rogo a V. Ex.^a queira dar as providencias para que os mesmos livros sejam restituídos áquella Livraria, visto não se ter aqui verificado a devida restituição.

Deus Guarde V. Ex.^a 28 de Abril de 1852.

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sñr. D. Manuel de Portugal e Castro D.^{mo} Vedor da Casa Real.

a) *A. Herculano* (2).

DOCUMENTO N.º 31

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^a

Comunicando-me a resolução tomada por V. Ex.^a de occupar o official da Real Bibliotheca das Necessidades F. [*José Eusébio de Seixas*] em serviço estranho ao seu cargo dispensando-o da mesma Bibliotheca, ordena-me V. Ex.^a proponha as providencias convenientes para ser supprida a sua falta. Nenhuma outra a tomar senão a transferencia de um dos dous empregados bibliographos desta Bibliotheca da Ajuda para aquella. Na escolha entre elles não é possível o arbitrio. O official F., alem de não estar no caso de dirigir a conclusão do arranjo dessa Bibliotheca depois da sua ultima remoção, em que com tanto zelo e actividade tem trabalhado o official F., acha-se alem disso, em circumstancias assaz attendiveis para ser obrigado a sahir de Belem para Lisboa por considerações de familia, e pelo seu estado valetudinario, o qual se manifesta em graves e frequentes ataques de peito que não raro o impossibilitariam para um serviço aturado. Resta o P.^o Vicente Ferreira, com menos deteriorada saúde e que pelos seus conhecimentos especiaes é propiissimo, para a direcção e

(1) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 266, Proc. 74, doc. 1.*

(2) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 311, Proc. 97, doc. 1.*

arranjo defenitivo dessa Bibliotheca. Ha porem a circumstancia da sua idade avançada e da sua residencia na Ajuda. Seria contra as intenções benevolas de Sua Magestade e de Vossa E.^a obriga-lo a percorrer diariamente duas vezes a distancia de meia legua entre a Ajuda e as Necessidades o que teria graves consequencias na sua idade Removido este embaraço, seria a transferência delle para serviço nessa Bibliotheca a unica medida objectavel. Na verdade elle poderia procurar residencia á sua custa nas immediações do Real Palacio, abandonando a Ajuda. Mas tambem reputo impossivel, attendendo aos sentimentos de Sua Magestade e de V. E.^a que se possa approvar semelhante arbitrio. A este empregado foi concedida residencia em predio da coroa desde que entrou no Real Serviço e seria uma injustiça priva-lo dessa vantagem no momento em que se lhe impõem maior responsabilidade e trabalho. Esta difficuldade, facil é de destruir ou dando-lhe habitação em alguã casa da coroa nas immediações das Necessidades, ou arbitrando-lhe alguã quantia para renda de casa, ou finalmente estabelecendo-lhe alguma melhoria no seu vencimento para o dito fim. Sem algũa destas providencias não me atrevo a propor definitivamente a transferencia: com qualquer dellas não há o menor inconveniente em ordena-lo. Deus Guarde (¹).

DOCUMENTO N.º 32

Declaração

Este Livro de Registo foi feito para apontarem nelle o seu nome os Padres ou Irmãos da Congregaçãõ, que se quizerem servir dos livros, da Livraria commum por algum tempo em seus cubiculos, devendo em frente do seu, nome, lançar o numero dos livros que levaraõ, e a caixa, a que pertenciaõ; a fim de se saber em que mãos paravaõ; devendo alem disso riscar a memoria logo que restituirem os livros.

Nunca foi possivel dar-se plena execuçãõ a esta determinaçãõ da Junta do Governo da Congregaçãõ eraõ os Padres Velhos os mais relaxados neste ponto; que quase nunca apontavaõ o seu nome, ou se o apontavaõ não se descarregavaõ, sendo as mais das vezes a causa o mandarem os livros por algum moço ou leigo: huma prova do que levõ dito está nos livros que se carregaõ aos Padres Foyos, e Balthazar, tendo aquelle morrido em 1808; e este sahido da Congregaçãõ em 1815, não sendo possivel nem que os herdeiros de Foyos levassem na herança os livros da Casa, porquanto nos cubiculos não entrava gente de fora nem o P.^o Balthazar podia retirar-se com o alheio; porque a sua mobilia era entregue aos galegos pelos Congregados depois da sahida do

(¹) Cópia pelo rascunho. *Este officio veio publicado no «Arq.^o Hist.^o Portuguez», Vol. VIII, 1910, p. 106-107, com data de 20-V-1851 que não corresponde à verdade, porque ele constitue resposata ao officio de D. Manuel de Portugal e Castro de 9-V-1854.*

ex congregado, além disso a Congregação tinha gente seria, não aninhava ladrões, e pessoas de mau comportamento.

Determinando Sua Magestade Imperial o Duque de Bragança em 28 de Julho de 1833 (ainda a bordo no Tejo) que os Padres desta Casa a despejassem 2 horas! não houve tempo para separações de livros, tudo era barulho, e todas as atenções se dirigiaõ a despejar as officinas, e a fazer cada hum pôr em salvo o que tinha em seu cubiculo, e deste modo foraõ parar á Casa do Espirito Santo muitos livros da Livraria desta Casa; mas saindo em 6 de Agosto de 1834 a declaração do Governo sobre a Lei da extinsão geral das Ordens Regulares, em cuja letra não entravaõ os Congregados do Oratorio por ser um Collegio ou Corporação de Clerigos, rigorosamente Seculares na plenitude do goso de todos os direitos de qualquer cidadão, só com as restricções impostas pelas leis ao Clero secular; declarando pois o Governo que triccees impostas pelas leis ao clero secular; declarando pois o governo que abrangia na Lei geral os Congregados (querendo o Ministro Aguiar que fossem frades, sem o serem) determinou a Junta, que todos os Congregados lançassem na Livraria os livros, que lhe pertenciaõ, e que estavaõ em uso particular; mas, como a Casa das Necessidades com todas as suas pertenças foi entregue a Suas Magestades a Real Familia, determinou-se que quem tivesse livros pertencentes a esta Real Casa os lançasse em hum cubiculo, cuja chave se havia de entregar ao Ministro inventariante, com declaração; e assim se praticou; mas esta chave, sendo pelo dito Ministro entregue ao D.^{or} Antonio Nunes de Carvalho, encarregado da arrecadação das Livrarias dos Conventos, este não quiz respeitar a propriedade Real, e mandou tudo para a arrecadação tanto os desta Casa, como da Livraria do Espirito Santo: montariaõ talvez a 300 ou 400 volumes, ou pouco mais. Havia tambem outra separação em outro cubiculo, no qual se guardava o espolio do Padre Fernando, cujo Testamenteiro, que era o P.e Francisco Jose, não tivera tempo para separar o que pertencia á Casa; e o que era propriamente do dito Padre para o entregar a seus herdeiros: a maior parte dos livros deveriaõ ser da Casa; porque este Padre era o Bibliothecario, e tinha comprado obras modernas para a Livraria, que eu lhas vi em seu cubiculo, sendo huma dellas huma Biographia universal em muitos volumes 8.^o francez, e tinha tambem hum bahul de manuscritos não encadernados: o dito Padre Francisco Jose foi hospedar-se em casa de pessoa, que lhe fez essa caridade, entregou a chave do cubiculo com a declaração conveniente; pouco depois foi este cubiculo arrombado (diz-se que pelos cornetas dos Batalhões que ali estavaõ) por cujo motivo, desaparecendo o Bahul dos manuscritos o Ministro Bramão entregou logo a chave ao Doutor Nunes, e tudo foi parar a São Francisco e ficaraõ os herdeiros perdendo tudo, ate a mobilia: estes livros estavaõ montados em estantes, não posso calcular o numero, occupavaõ huma parede do cubiculo.

O Sñr. A. Herculano recebendo do Sñr. Seixas, huma relação dos livros faltos officiou para a Publica, julgo que mais de huma vez; mas sem resultado satisfactorio; e com definitiva negação relativa aos volumes Manuscritos

que cotinhaõ as respostas dos Parochos aos quesitos propostos para o arranjo de hum Diccionario Geographico pelo P.^o Luiz Cardozo; o D.^{or} Nunes os sepultou na Torre do Tombo, onde naõ servem para ninguem ou para mui pouca gente.

Sendo a Livraria, em parte propriedade dos Padres porque nella gastaraõ muito do seu dinheiro, maxime durante os muitos annos em que esteve suspenso o pagamento dos Juros Reaes, e tambem porque muitos livros foraõ deixados em testamento pelos seus companheiros, sendo hum delles o Ex.^{mo} D. Jose Maria de Melo, Bispo Inquisidor, naõ era censuravel que os Padres se aproveitassem de alguns livros; assim mesmo quando morreu o P.^o Francisco Jose, tendo eu a certesa de que seus herdeiros os poriaõ logo á venda, o que poderia comprometter os empregados desta Casa; authorisado pelo Sñr. A. Herculano fui requisitar os livros que tivessem o rotulo da Casa; talvez naõ chegassem a 12 vol.: elles vieraõ pois e na Casa estaõ, huns aqui, outros na Ajuda. Portanto devem considerar-se os Congregados vivos e defuntos, antigos e modernos quites, e desembaraçados para com a Livraria Real.

Lisboa, Real Bibliotheca 11 de Julho de 1854.

a) *Vicente Ferreira de Sousa Brandão* (¹).

DOCUMENTO N.^o 33

Ill.^{mo} Senhor.

Commetendo-se-me o cuidado desta Real Bibliotheca, naõ devo por mais tempo permanecer silencioso, sem expôr o estado deste Real Estabelecimento, e o programma dos trabalhos, que julgo conveniente, e que já tenho encetado, e continuarei, se outra cousa me naõ fôr determinada.

§ 1.^o Os Livros, de que se compõe a Officina a meu cargo, dividem-se em 3 grupos, ou porções: a primeira, que he a maior, he formada dos livros, que ate 1820 estavaõ montados nas Estantes do Salão, e nos archibancos. Estes livros naõ estavaõ classificados segundo a sciencia, ou systemas bibliographicos conhecidos; tinhaõ huma classificação muito em grosso, e essa mesma muito imprefeita: causas houve e para isso, que justificaõ os Padres; causas porem, que seria mui longo referirem-se aqui.

A segunda porção compõe-se dos livros, que os Padres iaõ comprando, depois do Salão cheio, e que arrecadavaõ nos cubiculos, em que está a sentinella. Estes livros se achavaõ em total anarchia e confusão; posto que todos se acusavaõ nos Catalogos para se acharem com facilidade.

A terceira porção compõe-se de livros, que se achavaõ dispersos por diversos cubiculos do corredor, em que hoje está o Thesouro. Estes livros eraõ de Padres antigos, que em seus testamentos os deixaraõ á Casa do Espirito Santo, que então se reedificava, ou se havia de reedificar sobre as ruinas da

(¹) *Pelo rascunho existente na Bibl. da Ajuda.*

antiga Caza, que o terremoto de 1755 destruiu. Estes livros nem estavam classificados, nem lançados em Catalogo; por isso que não pertenciam aos Padres desta Caza, e nunca foram restituídos, senão em porção mui deminuta no principio do anno de 1853, ficando a maior parte para se restituir quando a epidemia do cholera desse lugar: as razões desta falta de restituição também não vem a proposito referirem-se.

§ 2.º Quando em 1820 se removeu a Livraria para a Casa dos Actos (aquella em que esteve o Montepio) collocaram-se ahi os livros em pilhas por sua ordem; e as Estantes descoladas se arrecadaram na caza immediata (onde estiveram as preciosidades da Caza Real); aguardando-se o tempo da sahida das Cortes para outro local, como declarára o General Azedo (então membro da Regente, digo, da Regencia): e os livros do Supplemento se collocaram á parte, por isso que não tinham classificação alguma; e como os ditos livros da Casa do Espirito Santo estavam no Corredor para onde se removeram os Padres, não foi preciso passal-os para outro local por serem de sobejo os cubículos.

§ 3.º Em 1821 conheceram as Cortes a necessidade de huma Livraria para seu estudo, e se ordenou então no Parlamento, que se organisasse quanto antes a Livraria nas Aulas, e se deu logo começo á obra por hum partido que veio das Obras publicas; e fui eu nomeado para dirigir a obra, por isso que se me commettera a arrecadação da madeira das Estantes; mas quando vim já estava a obra em andamento e ás avessas do que devêra ser; por quanto a frente do painel e primeiras Estantes deveriam ficar na 1.ª Sala (onde se armou o Museu dos Principes) porque desta sorte corresponderiam mais facilmente em baixo, os vãos das janellas aos vãos das do Salão; e a parede corrida deste á parede do corredor nas Aulas: como se não deu esta organização, vieram as difficuldades, e a necessidade de caixas e Estantes subsidiarias, marcadas com as letras do alphabeto: assim mesmo tive cuidado em determinar a collocação de 2 pilastras para separar os livros do Salão, dos livros do Supplemento, que já disse estarem em confusão. He bem de vêr, que se a Livraria antes estava em desarranjo, segundo a sciencia bibliographica, em maior desarranjo ficou com as ditas caixas subsidiarias, e ainda mais com as Estantes que foi necessario interpôr, cujos livros ahi collocados não foram muito bem escolhidos.

§ 4.º A mudança apressada da 1.ª sala para o corredor ainda confundio mais, pois desapareceu a marca das pilastras; e a mudança rapida para o Salão ainda veio complicar mais; principalmente tendo-se perdido hum Mappa comparativo que eu fizera em 1821, para servir quando a Livraria houvesse de reverter para o local em que hoje se acha, e estivera ate 1820: este Mappa mostrava a relação entre hum e outro local; continha os numeros das Caixas no Salão, e aquelles que lhes correspondiam nas Aulas. O Sr. Seixas com quanto intelligente, e activo não podia estar ao facto destas relações; e por isso as difficuldades se augmentaram, e com ellas a confusão, que torna a Bibliotheca mais Armazem de Mercador de livros do que huma Livraria, cuja belleza e utilidade está na boa organização, e em se collocarem em seu lugar não só

os 5 ramos de toda a sciencia; mas cada hum destes ramos dividirem-se, e subdividirem-se nas muitas e diversissimas partes, de que se compõe. Esta organização systematica facilita o trabalho do Director em ministrar a maior parte dos livros, mesmo sem o socorro dos Catalogos, o que sempre serve de retardação e embaraço; facilita o estudo para quem não busca determinado Author, mas o ramo em que se quer instruir; e descobre mais rapidamente as faltas; porque se tem em vista, e maior attenção as classes e ramos mais procurados.

§ 5.º No *statu quo* para se poder chegar a este *desideratum* he preciso muito trabalho e muito tempo, e estabilidade (aliás não vale a pena). Eu comecei reorganizando o Mappa, de que fallo (4.º) feito em 1821 por causa das emendas dos catalogos: vou ao mesmo tempo restituindo a Livraria á sua primitiva organização ate 1820: vou retirando os duplicados; porque he hum contra-senso pejar as Estantes com obras, que já lá existem, quando tais obras podem servir para se haverem outras que faltaõ: e vou tambem tomando nota dos livros que faltaõ, e se podem julgar perdidos.

Depois desta corrida (que julgo importante, posto que laboriosa) então consultarei sobre o resto do trabalho, não menos importante do que trabalhoso; restando depois ainda outro igualmente util e enfadonho, que he a reducção do Catalogo aos bilhetes com margens, methodo adoptado hoje como mais commodo, e claro; por que hum *Catalogo-Livro* accusa *in aeternum* obras, que já não existem, ou por se desencaminharem os livros, ou por se trocarem, ou por qualquer outro motivo que occasiona o seu desaparecimento o que não acontece aos bilhetes, que se retiraõ quando se retiraõ as obras, e que dão lugar a outras, que se queiraõ accrescentar, sempre na ordem alphabetica, quando em *Catalogo-Livro* se precisaõ continuos supplementos.

Eis aqui o que se me offerece diser a V. Senhoria cujas ordens fielmente executarei se o meu programma lhe não agradar.

Sua Casa, em 25 de Julho de 1854.

De V. S.ª Subdito muito attento Venerador e Obrigadº

a) *Vicente Ferreira de Sousa Brandão* (¹).

DOCUMENTO N.º 34

Ell.º e Ex.º Snr.

Em cumprimento ás Ordens de V. Ex.ª fui á Livraria d'Ajuda, e fallei com o meu Digno Chefe o Ill.º Sñr. A. Herculano relativamente aos arranjos da Bibliotheca: exporei succintamente o Seu Systema, e modo de pensar a tal respeito; e peço licença para fazezr algumas reflexões, que de maneira alguma se dirigem a contrariar os pensamentos de huma pessoa de tanta consideração, e saber; mas tão somente para suscitar ideas; pois he bem certo

(¹) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 362, doc. 326.*

que o homem sabio, qual he o Sr. Herculano, não rejeita, antes estima a discussão.

§ 1.º He he (*sic*) bem certo, que Sua Magestade mandando remover para a Ajuda a Livraria deste Real Palacio, não tivera o pensamento de crear naquelle Real Palacio duas Bibliothecas independentes; mas sim fazer huma fusão das duas em huma só, separando-se nessa reunião o que se achasse duplicado; para se converter, por troca, ou producto de venda, em obras que faltaõ.

§ 2.º Não menos certo he, que o pensamento de Sua Magestade he, crear naquelle local hum Estabelecimento litterario não provisorio; mas sim fixo, estavel, nobre, rico, e qual convem á Sua Real Grandeza, e digno de ser visitado por caracteres Nacionaes e Estrangeiros capazes de avaliarem as riquezas litterarias, que alli se vão depositar: e que este seja o pensamento do Soberano, se deixa vêr das perguntas, que fisera ao mesmo Sñr Herculano sobre os fundos, que se achavaõ destinados para o costeamto e augmento da Real Bibliotheca, quando se Dignou vizitar o Estabelecimento.

§ 3.º A fusão dita pode fazer-se ou nas Salas do Palacio, ou na contiguidade da Livraria alli existente: nas Salas do Palacio podia, na verdade fazer-se hum lindo Estabelecimento litterario do genero em questão: ellas tem bom pé direito, bonitos tectos, portas e janellas magestosas; mas era preciso fazer-se todo o arranjo de estantes e varandas de novo, para o que não serviaõ nem as taboas velhas, que de cá foraõ, nem as de lá se poderiaõ descozer de forma que podessem servir, sem se perder muita madeira, e as varandas deveriaõ ser todas novas: isto digo, se ella se houvesse de armar em as salas que V. Ex.ª vio, as quaes, alem disso offerecem a despeza do solho, tendo tambem contra si a falta de huma entrada publica, que me parece não dever convir para isso a Sala dos Archeiros, por não ficar devassada tanto esta Sala, como a escada principal do Palacio: a isto se pode objectar com a reserva do Estabelecimento mas esta reserva de que se não pode admittir em Estabelecimentos desta natureza, que quanto mais rico e abundantes, mais se costumaõ facilitar aos estudiosos em todos os países; e não he de crer, que Sua Magestade tão amante da litteratura, e tão amigo de a generalisar, quisesse esconde-la neste Seu estabelecimento, e do qual se pode chamar, senão o fundador, pelo menos o Reformador e Ampliador, se se progredir na execução do seu pensamento.

§ 4.º Estas, são, talvez, as principais razões que levaõ o Sñr Herculano a rejeitar o arbitrio, ou antes, lembrança do arranjo da nova Livraria nas Salas do Palacio da parte do Norte. Não se considerou a conveniencia deste arranjo nas Salas, que occupa o Archivo Militar, as quaes, a meu ver seriaõ optimas para o intento, porque tem a mesma nobreza e magestade, bons tectos, bem assoalhadas, boas janellas, largueza conveniente, e porta de entrada independente; mas estão occupadas com o dito Archivo; não podem admittir varandas, porque não tem altura para isso (posto que a tenhaõ para Estantes talvez de 14 Caixas regulares); e além disso pode dar-se o caso de se tornarem a annexar ao Palacio,

§ 5.º Considerando pois o quase inexequível arranjo da nova Livraria nas ditas Salas do Palacio, voltou o Sñr. Herculano a sua consideração para a Livraria alli existente, e suas contiguidades: 3 Salas se achão guarnecidas de Estantes, e varandas, ao gosto antigo sim, porem bem arranjas, e bem pintadas e invernisadas, e por isso decentes e aproveitaveis: hum facilimo arranjo dava a toda a Livraria mais 2 Caixas em altura; por quanto por máo calculo se deu á 1.ª Caixa huma dimensão tal que só convem a hum ou 2 volumes, de formato extraordinario, que existem em toda a Livraria, quando para taes formatos, sempre raros, se pode arranjar hum curto Archibanco ou pequena Estante, sem sacrificar em toda a extensão da Livraria hum vão aproveitavel: com este arranjo contava o Sñr. Herculano accomodar 4 a 5000 vol.: seguem-se os Gabinetes igualmente aproveitaveis para Manuscritos, e Livros raros, mudando-se-lhes as janellas, que por muito máo gosto se fiseraõ de abrir para fõra.

§ 6.º Considerando o Sñr. Herculano, que as 3 Salas e Gabinetes com o dito arranjo só poderiaõ dar entrada a 4 ou 5000 volumes, e que se carecia de muito maior espaço para se recolherem mais 15 ou 20.000 vol., e alem disso os que se houvessem pelos duplicados, deitou suas vistas, para as Salas do Gabinete da Fisica, e ahi vio hum arranjo optimo, e que por certo enobrece este Estabelecimento, e sobre o qual formou o seu plano de arranjo.

§ 7.º He certo que a Livraria actual não tem entrada decente, como V. Ex.ª ha de ter observado: hum estreito e sujo corredor (de inverno sempre alagado) conduz á porta principal, aberta a qual, huns pouco de degraos conduzem a hum pequeno patamar com o tecto sobre a cabeça de quem entra na Livraria; e desta mesma dimensão he a porta principal, que dá entrada para a 1.ª Sala, que he algum tanto escura, e he a mais pequena das tres: este defeito remediava o Sñr. Herculano, constituindo a entrada principal da Livraria no Pateo da Física, que tem hum portão capaz de dar entrada a huma carroagem: segue-se hum pateo, que podia ser embelezado com arvores, ou arbutos vistosos, e mesmo ajardinar-se com flores: para esse pateo tem a 1.ª Sala, chamada da Muzica, huma boa porta: esta Sala tem lindo tecto, he magestosa, bem pintada, e com o chão de embutidos (o que convinha tirar, por não ser fixo). Nesta 1.ª Sala se podia collocar aquelle ramo das sciencias, que de ordinario tem as encadernações mais apparatusas. Seguem-se 2 Salas, que se podiaõ fazer de equal grandesa, e elevar os tectos para condiserem, pelo menos na altura, com a 1.ª: Pela parte do Nascente ha duas casinholas, que se podiaõ demolir; e ao Poente ha hum extenso corredor, que podia accomodar huma boa porção de livros de menos interesse, e menos vistosos. No fim destas 3 Salas ha huma pequena Casa, que dá sahida para o quintal, e fica frenteira ao Gabinete da antiga Livraria, que tambem dá sahida para o quintal. Entre esta dita Casa e o Gabinete formava o Sñr. Herculano hum paçadisso coberto, e claro para servir de communicação entre a parte nova da Livraria, e a parte antiga, que he a actualmente existente: devendo por baixo deste paçadisso dar-se sahida para as duas partes do seu Quintal.

§ 8.º A este respeito nada posso diser, se não que me parece bem deli-

nada a obra: aproveitava-se o que está: dava-se á Livraria entrada nobre: offerecia-se logo huma sala de lindo aspecto: não eraõ más as que se lhe seguiaõ; e por fim vinha-se aos Gabinetes, que interessavaõ pelo conteudo, e afinal dava-se com as 3 que hoje existem, que tambem não envergonhaõ. Agora em quanto a orçamento de despeza, ou sobre a execução artistica deste plano, nada sei diser.

2.ª PARTE

Até aqui tenho fallado só sobre o local, e planos de arranjo a tal respeito; mas não foi isso o que V. Ex.ª me incumbio; pois me disse e ordenou, que tractasse com o Sñr. Herculano sobre o que desde ja se poderia ir fazendo relativamente ao arranjo dos Livros, e he sobre isto que eu me desvio algum tanto do pensar do meu Chefe: entendo porem, que sendo este hum objecto secundario, elle lhe prestou pouca attenção.

§ 1.º He certo que nenhum arranjo definitivo se pode fazer em quanto aos Livros, sem haver Estantes, e destas se não pode tractar, sem que primeiro se defina o local, e se ponha este em estado de se começarem os arranjos das ditas Estantes, varandas &c. Mas Ex.ª Sñr. se se espera o termo das obras do Palacio das Necessidades *quando haec erunt?* tarde se começaraõ os arranjos da Livraria! Opina pois o Sñr. Herculano, que entre tanto nada se pode faser.

§ 2.º Eu digo, que deste abandono resultaõ graves prejuizos: 1.º os livros, passa de anno, que se não batem; empilhados pois e refrescados com novas camadas de poeira, correm o risco de se perderem de todo. 2.º O inverno chama para dentro de casa os ratos, se por infelicidade para alli se encaminharem, que estragos não farão! 3.º Não se advertio, que o pavimento em que se pôz aquelle enorme pêso, he falso, e ja o Sñr. Alexandre vio que o chão tinha dado de si, e se tinha alcobrado (*sic*), ficando talvez no ar as paredes falsas, que formaõ os quartos, em que as grandes Salas se dividiaõ para commodo das Pessoas Reaes, que alli habitaraõ. Tudo isto persuade a que nos não demoremos em mecher nos livros, e levanta-los a pouco e pouco do local em que estão, ainda que outra vez, e de nova forma se venhaõ a collocar quase no mesmo sitio.

§ 3.º Em 1820 quando a Livraria se removeu para a Casa dos Actos, foraõ-se desmontando por ordem, e collocando nas padiollas, das quaes, eraõ tirados, e empilhados na mesma ordem: esta ordem da numeração convinha; porque os Padres não tinhaõ tenção (nem podiaõ) classifica-los convenientemente, e ainda que tivessem tenção disso, a preça do Corpo Legislativo não lhes permittia delongas: agora o caso era diverso; era huma livraria em desordem, que se hia unir a outra em ordem: está claro, que antes disso se havia de pôr em ordem, e para esse fim a numeração de nada pode servir; cada livro tem de vir à mão humas poucas de vezes: 1.º para se classificar em grupo; 2.º para a divisão; 3.º para a suddivisão; 4.º para o lugar que deve occupar entre os existentes na Livraria da Ajuda &ª parece-me pois que ha

algumas apprehensões falsas a tal respeito. Dada a pressa que se deu, e a quantidade de gente que para tal trabalho se metteu, o modo rapido de encher os bahu, os locaes em que isso se praticou, o não se numerarem os bahu, o carregarem indistinctamente, e o modo por que se descarregaraõ, e foraõ, conduzidos ao seu ultimo destino; dado tudo isto, a confusão em era huma consequencia; mas não he ella tão grande como parece.

§ 4.º A livraria foi-se arregaçando, e por isso devem estar juntos muitos livros pertencentes a hum mesmo ramo: entre os pequenos he que deve apparecer maior confusão; porque no arregaçado se foraõ mettendo livros dos Archibancos, os quaes estavaõ em total anarchia, e nessa mesma anarchia estavaõ os livros das Estantes suplementares, e dos dous cubiculos. Por tanto digo, que se agora se fôr desmanchando a grande pilha em tantas outras quantos os ramos da sciencia, os polygraphos, as edições do seculo 15, e os marcados por mim como duplicados, muito haverá ja que separar, e muitas obras se hão de reunir: este trabalho parece-me convir por varias razões: 1.º meche-se nos livros, o que lhes serve mais de vida, do que de prejuizo: 2.º he hum trabalho que se adianta: 3.º podem desde logo ser batidos por hum moço para isso nomeado, o que muito convem: 4.º podem logo a pouco e pouco ser concertados, os que disso carecerem: 5.º alivia-se o chão, e se retiraõ donde convenha: 6.º Inspecciona-se se ja ha algum buraco de ratos ou baratas: Feita esta 1.ª separação pode proceder-se á 2.ª e ja nesta se inteiraõ mais as obras, e se examina se por ventura são duplicados, e qual deva ficar: entre tanto vai-se cuidando no local, e nunca se descursa inteiramente dos Livros. O que he de absoluta necessidade he quem cuidadosamente trate do asseio tanto destes, como dos da Livraria existente; todo o descuido a tal respeito he prejudicialissimo, e pode ate ser irreparavel, porque há muitas obras que ja se não imprimem.

Tal he o pensamento do Sñr. Herculano, e taes são as minhas reflexões:
V. Ex.ª mandará o que for servido.

Sua Casa em 30 de Setembro de 1857.

a) *Vicente Ferreira de Sousa Brandão* (¹).

DOCUMENTO N.º 35

Ill.º e Ex.º Snr.

A remoção de huma numerosa Livraria para hum local proximo sempre he prejudicial pelo perigo quase inevitavel de extravios, e damnificação das encadernações: a remoção porem de uma importantissima e numerosa Livraria para hum local muito remoto, e feita precipitadissima e tumultuariamente, que sera? não a posso designar, se não como huma calamidade Litteraria!

(¹) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 425, doc. 252.*

Tal foi a sorte da Livraria das Necessidades; parece que algum genio máo a mal fadou desde o seu principio! Quando os Padres se dispuñaõ para lhe arranjar as Estantes e Varandas, e depois a classificarem, o Marquez do [*sic*] Pombal lhes apprehendeu as madeiras para o Arsenal da Marinha: quando pela morte d'El-Rei D. Jose os Padres poderiaõ provêr-se de novas madeiras, e levar ao fim o seu arranjo, lá se retiraraõ para o Espirito Santo com as suas rendas os Padres que dalli tinhaõ vindo por occasião do Terremoto; e a obra não teve andamento por falta de meios: quando em 1820 se procura uma casa por interina para funcionarem as Côrtes, nenhuma [*sic*] agrada se não a Sala da Livraria, e lá vai esta empilhar-se precipitadamente na Casa dos Actos: quando as Côrtes exigem huma Livraria para estudo, e consulta; la se arranja ella precipitadamente nas Aulas em 1821; e tão precipitadamente que se colloca às avessas; com o que quase que se inutilisaõ os Catalogos: quando a Rainha, que Deus tem que dar salas para os productos Naturaes do Principe, hoje Rei, o Sñr D. Pedro V., la se remove precipitadamente a maior parte da Livraria para o Corredor, donde pouco depois se passa acceleradamente para a sua primitiva Casa: e quando tenho concluido o meu penoso trabalho de a chamar ao seu estado primitivo de antes de 1820, desfazendo as alterações provenientes da mudança, que tivera tido pela differença de localidade, he então, que se lhe dá o último golpe, e com tal pressa, que parecia desejar-se que as Estantes se animassem, e à voz dada caminhassem para o novo local! da parte do Ex.^{mo} Conselheiro o Sñr Aldim não se omittiraõ esforços, e diligencias para a operação se fazer com todo o cuidado, e vigilancia; mas a Livraria era muito grande, e muito distante o local.

Lá se empilhou em 3 Salas e 2 quartos do Palacio, e como o local não tem a necessaria capacidade, ella se collocou em massiços de 2 ou 3 varas de grossura! arranjo necessario, mas o menos apto para serem os Livros beneficiados, se se iulhasse conveniente nomear-se hum homem capaz e fiel, que os batesse e limpasse.

Em quanto se não destinava hum local, e se não levantavaõ as Estantes, pareceu bem ao Ex.^{mo} Sñr Conselheiro Aldim, que eu fosse desfazendo aquella anarchia litteraria, classificando-os em grosso; e he esse o trabalho, a que me tenho dedicado, batendo, limpando, e arrumando no conveniente grupo cada hum dos Livros, que se bem que fiquem ainda em anarchia, ficaõ com tudo no ramo da sciencia a que pertencem. Os grupos que tenho formado são 10, a saber: Theologia, Jurisprudencia, Sciencias e Artes, Bellas Lettras, Polygraphos, Historia Litteraria, Historia profana, Historia Ecclesiastica, Edições do seculo XV, e Manuscriptos. Só me falta huma Sala: he visivel que tenho desmanchado os massiços, e que tenho espalhado os ditos grupos, collocando-os de modo que possaõ ser beneficiados, quando V. Ex.^a aprôver nomear hum homem para constantemente os bater e limpar.

Não devo occultar que tenho tido embaraços por falta de casa para a divisão dos grupos, e que em muitos mais embaraços me hei de ver, quando proceder ás subdivisões, que são muitas em cada ramo: v. gr. o da Theologia

contem Biblias e seus Expositores, &c^a, Liturgia, Concilios, P^{es} da Igreja, Scholasticos, Tractados de Theologia dogmatica, ditos de Theologia Moral, Catechese, Parenetica, Ascetica, Theologia heterodoxa, Opiniões singulares, Polemica &c^a.

O maior obstaculo ainda está no meu receio sobre o local, pois o vejo sujeito a ratos, e insectos damninhos, e a humidade mesmo em sitios onde se não presumia.

Encontrei já alguns livros em estilhas pelos ratos: outros muito destruidos pelas baratas, outros muito estragados pela traça, muitos e muitos estragados na encadernação pelos máos tratos nas mudanças, com capas partidas, e outras arrancadas, e outras desformemente roçadas: encontrei alguns pegados ao chão, cheios de bolor, e caminhando para a prodição, e ha pouco em hum canto interior de huma Sala, em parede intermedia e divisoria de quartos encontrei huns poucos totalmente podres e cheios de bichos! ficaraõ por tanto perdidas as obras de Bordalua, Massillon, Fenelon, as interessantissimas Cartas Edificantes, e a Collecção de Documentos que se seguiraõ ao Tratado d'Utrecht: já noutro lugar encontrei vestígios de humidade, de sorte que são 4 os locais em que tenho achado esses vestígios: ora se assim acontece em Inverno tão secco: que fará sendo elle riguroso? lenbro-me de forrar com taboas todo o local em que se collocarem, ou estejaõ collocados os grupos: sendo de absoluta necessidade hum homem sempre fixo e constante em os levantar, bater e limpar; porque o meu trabalho de classificação he, e não pode deixar de ser muito moroso, pois he preciso ler o rosto, e muitas vezes ate o texto, e folhear para se conhecer o ramo, e divisão a que pertence. Tenho sido bastante diffuso, mas devo dar conta de mim.

De V. Ex.^a Subdito muito att.^o V.^{or} e obrig.^{do}

a) *Vicente Ferreira de Sousa Brandão* (1).

DOCUMENTO N.^o 36

O official da Real Bibliotheca Manuel Vicente de Almeida é encarregado de receber, por si ou por delegado seu, os livros pertencentes á mesma R. Bibliotheca, que se achavam em poder de José Eusebio de Seixas* na epocha do seu falecimento e se conservam na mão de seus herdeiros, dos quaes livros passará recibo e que depositará na R. Bibliotheca.

O Director
A. Herculano (2)

(1) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 555, doc. 242.*

* Seixas faleceu a 27-VII-1867.

(2) *Autógrafo da Bibl. da Ajuda.*

DOCUMENTO N.º 37

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Haverá quatro meses que, estando na Ajuda, recebi um officio de pessoa que se dizia encarregado da organização do Monetario d'ElRei o Senhor D. Luiz, no qual me communicava que Sua Magestade queria fossem postos á sua disposição os armarios que na Real Bibliotheca da Ajuda tinham sido destinados para se collocarem as collecções numismaticas da Casa Real. Respondi que as ordens de Sua Magestade seriam cumpridas logo que elle assim o houvesse por bem, e que, no presuppuesto de eu estar ausente quando essa circumstancia se desse, ficava encarregado o official da Bibliotheca, Manuel Vicente d'Almeida de facilitar na parte que fosse necessario, o cumprimento das mesmas ordens. Prevenia-o finalmente, de que me parecia estarem aquelles armarios adherentes ás paredes dos gabinetes onde se haviam collocado, e que por isso seria prudente fazer intervir na remoção um artifice habil, de modo que não se arruinassem, na hypotese de ser preciso arrancá-los das paredes.

Desta narrativa verá V. Ex.^a que está tudo prevenido para se verificar a intentada remoção, fazendo, aliás, occorrer da maneira que julgar opportuna ao inconveniente que se pode apresentar.

Deus guarde a V. Ex.^a

Santarem 23 de abril de 1869.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Conde da Ponte Védor da Casa Real.

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 38

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Recebi do livreiro Guillaumin de Paris a inclusa carta em que exige o pagamento de uma assignatura do Journal des Economistes.

Provavelmente houve esquecimento da parte da pessoa encarregada de fazer aquella assignatura, ou desvio do dinheiro remetido para Paris. Absolutamente estranho a este negocio, ponho a carta que recebi nas mãos de V. Ex.^a para poder tomar conhecimento do assumpto.

Deus guarde a V. Ex.^a

Santarem 15 de Maio de 1869.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Conde da Ponte Védor da Casa Real

a) *A. Herculano* (2).

(1) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 673, Proc. 64, doc. 3.*

(2) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 673, Proc. 86, doc. 1.*

DOCUMENTO N.º 39

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Lisboa 6 de novembro de 1874.

Recebi vindos de Santarem, para onde foi remetida por um engano facil de comprehender, a carta de V. Ex.^a em que me faz a honra de me consultar sobre a conveniencia da admissão de mais um servente para o serviço das collecções dos livros a que se chama Bibliotheca Real. Se algum dia se pensar em organizar essa bibliotheca, a sua primeira necessidade será ter livros, e essas collecções, como V. Ex.^a bem observa, de grande valor, sobretudo a livraria das Necessidades, é possível que tenham sido pasto da polilha e dos ratos. O servente que constitue hoje todo o pessoal d'aquelle serviço de simples conservação, de pouca utilidade lhe pode ser, attento o deploravel estado da sua saude. É obvia a conveniencia de haber quem o supra, e obste, quanto cabe, nas forças de um homem, á completa ruina de mais de sessenta mil volumes. O individuo que V. Ex.^a me indica, José Vicente de Almeida, já occasionalmente andou empregado naquelle mister, e desempenhou-o com zelo e acerto. Parece-me por isso boa a escolha. É o que sobre o assumpto se me offerece dizer a V. Ex.^a

Disponha V. Ex.^a sempre da sincera vontade que para tudo quanto lhe possa ser agradavel ha-de achar em quem se honra de ser.

De V. Ex.^a Respeitador e amigo por sympathia.

a) *A. Herculano* (¹).

DOCUMENTO N.º 40

Alexandre Herculano de Carvalho.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Recebi a sua estimadissima carta de 6 do corrente, e agradecendo as obsequiosas informações de V. Ex.^a, a respeito do serviço da Real Bibliotheca, tenho por dever o participar a V. Ex.^a, que foi nomeado José Vicente de Almeida para o lugar de moço da mesma Bibliotheca, com obrigação de se occupar também da limpeza e conservação do deposito dos livros das Necessidades.

Em outra occasião solicitarei o concurso da sua illustrada opinião, para um projecto que me parece ser conveniente para o definitivo arranjo d'estas collecções de livros.

Administração da Fazenda da Casa Real 13 de Novembro de 1874 (²).

(¹) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 768, Proc. 300, doc. 3.*

(²) *Idem n.º 4. Pela minuta.*

DOCUMENTO N.º 41

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Alexandre Herculano de Carvalho.

Achando-me convalescente, e por isso na impossibilidade de procurar a V. Ex.^a para ouvir a sua ilustrada opinião acerca das providencias que urge adoptar no intuito da conservação e melhor destino do valioso deposito de livros que outrora constituirão a bibliotheca do Convento das Necessidades, peço licença a V. Ex.^a para me servir deste meio, sollicitando o concurso da sua vontade e parecer, afim de me desempenhar deste serviço.

Como V. S.^a sabe, as differentes remoções da sobredita livraria, a falta de casas proprias para a sua collocação, conduzirão as cousas por modo, que esta importante bibliotheca está a arruinar-se e n'um estado a que he absolutamente necessario pôr termo, dando-lhe applicação útil e proveitosa.

N'este presupposto, lembro-me de propor a Sua Magestade El-Rey, que feita a escolha das obras que faltarem na Real Bibliotheca d'Ajuda, as restantes sejaõ offerecidas ao Governo, para as distribuir como entender.

Parece-me ser este o modo mais condigno de resolver o caso sujeito, e se V. Ex.^a se conformar com esta indicação, receberia mui gostosamente os preceitos da sua opinião, sobre a maneira de levar a effeito esta medida com ordem e regularidade.

Egualmente receberei qualquer outro alvitre que a V. Ex.^a ocorra para a solução proposta.

Sou com a maior consideração.

Lisboa 2 de Outubro de 1875.

Feita.....

Assina: Regia Administração (¹).

DOCUMENTO N.º 42

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Lisboa 7 de 8.bro 1875.

Retido ha alguns dias em casa por incommodo de saude, por causa desse incommodo, não pude responder logo ao favor de V. Ex.^a de 2 do corrente.

Entendo que sobre o assumpto, acerca do qual V. Ex.^a me faz a honra de consultar-me, é por muitas razões preferivel a discripção oral á opinião escripta, sendo o principal motivo de preferencia a maior rapidez com que se pode chegar uma conclusão defenitiva.

Queira V. Ex.^a indicar-me em que dias da semana, em que logar e a que hora poderei encontrar a V. Ex.^a com menos incommodo seu. Logo que me

(¹) *Minuta do A. H. M. F. Caixa 790, Proc. 317, doc. 1.*

seja possível, n'um dos dias e no logar e á hora que me forem indicados procurarei satisfazer, quanto em mim cabe, aos desejos de V. Ex.^a

Sou de V. Ex.^a

Servidor e am.^o

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 43

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr. Fez-me V. Ex.^{cia} a honra de me pedir a minha opinião sobre o modo de occorrer ao estado de abandono e ruina em que se acham as livrarias da coroa. Dá-la-hei nas mais breves palavras possíveis. Essa opinião é ainda a mesma que, em tempos passados dei, e não foi só uma vez, a quem devia dá-la.

Além da livraria de Mafra, que imperfeitamente conheço e que supponho em soffrivel estado de conservação, possui a Casa Real duas collecções de livros: a chamada Bibliotheca da Ajuda e a livraria que pertenceu á extinta congregação do Ooratório da Casa das Necessidades.

A Bibliotheca Real, que se conservava em completa desordem, e as suas collecções manuscriptas a ponto de se arruinaem, foi nos annos de 1840 a 1850 ordenada e collocada methodicamente. Existe. Existe o seu catalogo em bilhetes, não se tendo reduzido a catalogo definitivo por falta de recursos materiais e pessoases necessarios para se obter esse fim.

A Livraria das Necessidades, a melhor das que pertenciam ás corporações religiosas de Lisboa, depois de varias vicissitudes, foi transportada em completa desordem para o palacio da Ajuda, e d'alli para os aposentos chamados Casa da Physica e Casa da Musica, onde jazeu empilhada no chão, durante annos. Por sollicitações repetidas mandou-se enfim collocar em estantes provisórias nos mesmos aposentos onde jazia empilhada e no andar alto da minha residência que para isso ofereci. Esta collocação, destinada apenas a perservar aquelle acervo de livros da ultima ruina, deixou tudo na mesma confusão em que estava, se é que não a augmentou.

Escuso de ponderar a V. Ex.^a o estado em que estes livros se acham. Inteiramente abandonados, o pó, a polilha, as variações atmosphericas e o decurso do tempo vão exercendo nelles a sua acção deleteria.

Providenciou V. Ex.^a a respeito da antiga livraria da Ajuda, nomeando para ella um servente que destruísse a traça e sacudisse o pó dos livros. Era urgente. O unico que alli havia, valetudinario em excesso, parece ter sido encarregado daquelle serviço só para se lhe darem alguns meios de subsistencia. Como acto de caridade, era optimo; como acto de administração, pessimo. A livraria entregue ao trabalho da poeira e dos vermes, caminhava, como a das Necessidades, á ultima ruina.

(1) *Pelo autógrafo. Existe cópia na Biblioteca da Ajuda.*

O que me parece que V. Ex.^{aaa} tem a fazer em relação à segunda é o mesmo que fez em relação à primeira. Mandar outro servente tractar dos livros e incumbir algum indivíduo da sua confiança, que até pode ser qualquer empregado do paço, que, frequentes vezes e a horas incertas, vá verificar se os dous serventes trabalham. Talvez conviesse ao mesmo tempo dispensar o antigo de fingir que serve na livraria, dando ao acto de munificencia regia o seu verdadeiro character.

Calculo em 60.000 volumes as duas collecções. Dous homens activos, trabalhando sèriamente, podem obstar a destruição delles, até que se tracte de formar com esses elementos uma couza que mereça qualificação de Bibliotheca, ou que se lhes dê outro qualquer destino.

A fim de obter o espaço sufficiente para conter em certa ordem quarenta a cincoenta mil volumes, que ainda ficarão subsistindo, separando-se os duplicados que resultarem da reunião das duas collecções, o arbitrio que me parece de mais facil execução a de menor dispendio é ligar por uma comunicação qualquer, mas que sirva para ahi mesmo se collocarem estantes, o edificio da actual bibliotheca e as casas chamadas da Physica e da Musica, adaptando estas à collocação regular de livros, e desembaraçando-lhes a periferia de certas edificações mal construidas, inuteis e arruinadas, que não tardarão a cair, se antes disso não as derribarem.

Não tomarei tempo a V. Ex.^a nem a mim com inopportunas considerações de uma ordem mais elevada sobre o modo como, com os elementos que ha, se pode constituir uma livraria, que não seja indigna da denominação de Bibliotheca Real. A primeira cousa que urge é esquivar a ruina completa dos livros: cumpre depois ter edificio que os contenha de modo conveniente: depois é que se deve pensar em fazer selecção delles e ordena-los. Antes de prover às duas primeiras operações, é extemporaneo discutir os meios de realizar a terceira. A todo o tempo V. Ex.^a pode contar com a minha pouca importante opinião, se desejar conhecê-la, àcerca da maneira de se levarem a effeito os nobres e esclarecidos intuitos que me manifesta na sua carta.

Sou de V. Excía Am^o e Criado obrig^{mo}

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 44

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr.

Dignou-se V. Ex.^a da maneira a mais prompta e obsequiosa, em acceder ao pedido que eu tive a honra de lhe dirigir, solicitando da sua competen-

(1) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 790, Proc. 317, doc. 2.*

À margem, noutra letra: «Respondeu-se em 27 do corrente [1875]». É anterior a 27-X-1875. Veio publicada no Vol. II, das «Cartas de A. Herculano», 4.º ed. Lisboa; Bertrand, p. 276-279, sem vir datada.

tíssima e tão respeitavel opinião as indicações que me habilitaram a tomar as providencias, que o estado actual das collecções de livros pertencentes á Casa Real urgentemente esta reclamando.

Summamente reconhecido agradeço coadjuvação de tanta e tão subida valia, resolvendo desde já pôr em pratica os preceitos de V. Ex.^a começando por aquelles a que sem detença urge attender.

Tornando-se necessario tomar um outro servente, e tendo-me sido indicado para tal fim — Manoel da Cruz Silva — de quem tenho boas informações, eu não o admittirei comtudo, sem que tal nomeação obtenha a plena approvação de V. Ex.^a

Recomenda V. Ex.^a na sua carta que seja incumbido a individuo de toda a confiança a superintendencia do trabalho dos serventes, e eu peço licença de indicar para tal fim a Rodrigo Vicente de Almeida antigo empregado da Bibliotheca d'Ajuda, em quem concorrem as qualidades requeridas, para o bom desempenho d'este lugar.

Finalmente pelo que respeita á definitiva collocação da Bibliotheca Real nas Salas denominadas da Physica e da Musica, vão ser expedidas as competentes ordens, em conformidade das prescrições de V. Ex.^a

Sou com a maior estima de V. Ex.^a

Lx.^a 27 de Outubro de 1875 (1).

DOCUMENTO N.º 45

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr

Na carta de V. Ex.^a de 27 do passado relativa á conservação, e não sei se diga á redempção dos infelizes livros das livrarias reaes, quiz V. Ex.^a dar-me mais uma prova da sua benevolencia, ou antes de certa parcialidade para commigo. Quanto aos factos, ao verdadeiro estado das cousas, podia eu elucidar a V. Ex.^a porque tinha obrigação de os conhecer melhor. Sabidos estes, os primeiros arbitrios para obstar ao mal são tão obvios e simples, que teriam facilmente occorrido a uma intelligencia inferior á minha, quanto mais á de V. Ex.^a Pelo que toca ás pessoas que V. Ex.^a se propõe escolher para o trabalho material da conservação dos livros, pelo conhecimento de muitos annos que d'ellas tenho, parece-me a escolha inteiramente acertada.

Annuncia-me V. Ex.^a a sua intenção de mandar proceder aos trabalhos necessarios para serem collocados conveniente e utilmente, em harmonia com as ideas que a tal respeito submetti á apreciação de V. Ex.^a, os milhares de livros desordenados da livraria das Necessidades. Conto em sair de Lisboa dentro de 10 ou 12 dias, mas antes disso estarei dous ou tres na minha antiga residencia da Ajuda para examinar varios papeis meus que alli conservo. Se V. Ex.^a entender que tirará alguma vantagem de me ouvir a pessoa encarre-

(1) *Minuta do A. H. M. F. Caixa 790, Proc. 317, doc. 3.*

gada de deduzir a effeito os intuitos de V. Ex.^a em relação aos reparos e ligação dos edificios, logo que alli chegue prevenirei Rodrigo Vicente de Almeida para que sobre isso vá receber as ordens de V. Ex.^a se antes da minha chegada, elle não tiver recebido aviso e instrucções a semelhante respeito.

Concluirei por sollicitar de V. Ex.^a um favor; porque me temo do excesso da sua delicadeza. Consiste o favor em não responder a esta carta. Concebo os cuidados e o trabalho que opprimem a V. Ex.^a duplicadamente graves depois de uma larga enfermidade. Pesava-me na consciencia, se V. Ex.^a, por um acto de pura urbanidade para commigo, tivesse de gastar dez minutos em dictar ou escrever uma carta.

Sou de V. Ex.^a

Am.^o. e respeitador sincero.

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 46

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Escrevo esta ao sahir da Ajuda para Lisboa donde, logo que um estado de saude pouco satisfatorio m'o permitta, voltarei á minha tranquilla solidão de Val-de-Lobos.

Tres dias esperei que alguém habilitado para tractar do assumpto, viesse examinar que construcção era necessario emprehender para se realisarem os intuitos de V. Ex.^a em relação á collecção dos livros da Corôa, e a quem eu podesse expôr as proprias ideas a este respeito, de modo que se conciliasse no plano da edificação o bom resultado com a economia.

O encarregado de dirigir o trabalho dos serventes da Livraria, Almeida (*), apresentando-se ao Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Aldim (**), deu-lhe parte de que eu estava na Ajuda. S. Ex.^a o Sr. Conselheiro disse-lhe que me entendesse com elle porque S. Ex.^a não tinha tempo para vir aqui.

Nem eu o pretendia. Deus me livre de perturbar o Ex.^{mo} Sr. Conselheiro no exercicio das suas altas funcções. Um architecto, um mestre de obras eram mais úteis, e até eu me entendia melhor com elles por ser gente da minha esteira.

Não por obtemperar ao recado do Ex.^{mo} Sr. Conselheiro, mas pelo desejo que tenho de ser agradavel a V. Ex.^a, cuja delicadeza e benevolencia não posso esquecer, expliquei a Almeida, o melhor que soube, o que me parece

(1) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 790, Proc. 317, doc. 12.*

Veio publicado o começo desta Carta no Vol. II, das «Cartas de A. Herculano» Lisboa, Bertrand, 4.ª ed., p. 282-283, mas sem ser datada.

(*) *Fora nomeado Rodrigo Vicente de Almeida em 4-XI-1875.*

(**) *Era Gonçalo Jaime Aldim, Comendador da Ordem de Cristo, Contador e Vêdor da Casa Real.*

dever-se fazer. A obra é menos importante do que se supposera a principio, e o edificio ficaria com amplidão sobeja para conter mais de 60.000 volumes.

Naquillo em que V. Ex.^a entender que pode utilizar os meus modestos recursos no serviço particular de V. Ex.^a (e eu considero como serviço particular de V. Ex.^a tudo quanto dê realce aos actos da sua administração) disponha V. Ex.^a desses recursos. É um testemunho que dou do meu respeito pelo seu integro e nobre character.

O portador desta é o indivíduo que ha muito tempo o meu amigo Duque de Palmela tinha recommendado a V. Ex.^a e que V. Ex.^a collocou agora como servente da Livraria Real (1). Deseja agradecer a V. Ex.^a e sollicitar que se lhe passe uma copia official da sua nomeação, como se passou ao encarregado Almeida, o que me parece justo e regular.

Sou de V. Ex.^a

Am^o e Criado obrig^{mo}

a) *Alexandre Herculano* (2).

DOCUMENTO N.º 47

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Tendo Sua Magestade El-Rey ordenado seja demolido o passadiço que liga o Real Palacio d'Ajuda com a casa da Bibliotheca, bem como o corredor que fica contiguo, no intuito de ser desobstruida uma parte da fachada do lado do nascente do mesmo Palacio: tenho a honra de me dirigir a V. Ex.^a, afim de lhe rogar queira dar as ordens precisas, para que sejam removidos alguns objectos que se acham n'aquellas localidades, na certeza que se tomarão as providencias p^a serem fechadas as serventias, bem como tomadas quaisquer outras disposições p^a. segurança do edificio.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Administração da Fazenda da Casa Real em 21 de Julho de 1877.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr Alexandre Herculano de Carvalho, Bibliothecario da Real Bibliotheca d'Ajuda.

a) *António José Duarte Nasareth* (3).

DOCUMENTO N.º 48

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr.

Accuso a recepção do officio de V. Ex.^a de 21 do corrente mez.

Vão ser dadas as providencias para que a intentada demolição do pas-

(1) *Devia ser Manuel da Cruz Silva, nomeado por Portaria de 4-XI-1875.*

(2) *Já publicada in «Cartas de A. Herculano», Tomo II, 4.ª edição, Lisboa; Bertrand, p. 280-281.*

(3) *Copiado do original existente na Bibliotheca da Ajuda.*

sadiço e mais appendices arruinados, que comunicam o palacio da Ajuda com a bibliotheca real, não encontre obstaculo nos interesses da conservação e reparo da mesma bibliotheca.

Não me sendo possível acompanhar com a minha presença o processo da demolição, encarrego de me representar o Sñr Rodrigo Vicente de Almeida, que receberá as ordens de V. Ex.^a a este respeito e sollicitará dessa Administração quanto seja necessario para se faser convenientemente a remoção indicada por V. Ex.^a

Deus guarde a V. Ex.^a Val-de-Lobos 25 de Julho de 1877.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr Antonio José Duarte Nazareth

Administrador da Casa Real.

O bibliothecario de S. M. ElRei D. Fernando

Encarregado da bibliotheca da Ajuda

a) *A. Herculano* (1).

DOCUMENTO N.º 49

«Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sñr.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que já se achão promptas duas sallas no Real Palacio d'Ajuda para ali se estabelecer a nova Bibliotheca ao digno cargo de V. Ex.^a e afim de ter lugar a sua inauguração no dia 10 do presente mez de Junho conforme as ordens de S. M. El Rey á proporção que as outras Sallas estejaõ promptas, irão sendo postas á disposição de V. Ex.^a

Deus Guarde a V. Ex.^a Administração da Fazenda da Casa Real em 18 de Maio de 1880.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conselheiro José Eduardo de Magalhães Coutinho (2).

(1) *Autógrafo do A. H. M. F. Caixa 831, Proc. 272, doc. 1.*
Vai, à parte, em fac-símile.

(2) *Pelo rascunho do A. H. M. F. Caixa 891, Proc. 699.*

A VIAGEM DE VASCO DA GAMA E O IDEAL DA EXPANSÃO

Pela obra do Infante D. Henrique, que a viagem de Vasco da Gama coroou, alargou-se o nosso globo com mais do dobro dos seus valores conhecidos. A África, as Américas, os povos do Oriente, todo o Pacífico, vieram ao convívio fraterno do Ocidente, quando não foi muita da sua gente puramente tirada da barbária ou das trevas em que vivia.

Terras descobertas e povoadas, povos civilizados, culturas entrelaçadas — assim se engrandeceu a humanidade. E, contudo, a viagem de Vasco da Gama, examinada só por si, pouco acrescentaria, na escala a que se estava habituado, aos feitos dos portugueses.

Vasco da Gama partiu da praia do Restelo, junto à torre de Belém, em Lisboa, em 8 de Março de 1497. A sua armada, a primeira desse nome, compunha-se das naus *S. Gabriel*, *S. Rafael* e *Bérrio* e de um caravelão auxiliar.

Ia bem apetrechada com homens, mantimentos e armas para chegar à Índia e regressar. As naus tinham sido construídas por mestres que recolheram todos os ensinamentos de viagens de explorações anteriores.

Os homens eram marinheiros já experimentados pelas contínuas viagens de descoberta de ventos e mares, de costas desertas ou povoadas. Eles tinham ultrapassado os limites do chamado Mar Tenebroso, acabado com as lendas do mar fervente, dos monstros marinhos, das correntes fatais.

Os navios tinham descido a costa de África, palmo a palmo, descobrindo baixos e correntes, baptizando e apadroando as terras; foram, com Nuno Tristão e Diogo Gomes,

até à costa da Guiné; com Diogo Cão até Angola, subindo o Zaire; e com Bartolomeu Dias chegaram a dobrar o próprio Cabo Tormentório, ou, como logo foi chamado por inspiração genial, o Cabo da Boa Esperança.

O mundo estava meio descoberto.

Lá estavam agora, nesta nova empresa confiada a Vasco da Gama, os famosos pilotos e navegadores endurecidos das lides ásperas do mar, encanecidos a prescrutar o regime dos ventos nas imensas bordadas entre as costas africanas e as do Novo Mundo.

Lá iam o célebre Pêro de Alenquer e até o próprio Bartolomeu Dias, o descobridor do Cabo da Boa Esperança.

A viagem não era, portanto, uma viagem de descoberta. Os grandes preparativos significavam mais alguma coisa. Vasco da Gama era o Capitão-Mor afortunado, chamado simplesmente para coroar uma empresa, das maiores que a Humanidade até hoje realizou.

Navega nas suas naus pela volta do largo, trazendo-as perto da costa NE do Brasil, como as instruções prescreviam. Inflecte depois para leste a contornar o grande golfo da Guiné e demandar a terra ao norte do Cabo, segundo o caminho recomendado por Bartolomeu Dias; penetra no Índico, descobre a parte SE da África do Sul e entra na costa de Moçambique.

Ali encontra os primeiros árabes, como já esperava. As naus vão subindo a costa. Chegam a Moçambique e a Mombaça. Daqui já os pangaios iam e vinham à Índia. Toma pilotos árabes que pretendem enganá-lo e fazer encastrar as suas naus.

Por fim ruma à Índia, no dia 23 de Abril de 1498, justamente no começo da Monção do SW. Em 20 de Maio avista a terra da Índia, terra de Calicut. Aparecia-lhes, esse continente de sonho, pelo lado esquerdo, pelo bordo por que tinham sido avistadas todas ou quase todas as terras descobertas na África Ocidental ou Oriental. Por isso lhe chamavam o Bombordo, o bordo de honra, como ainda é hoje considerado na nossa Marinha.

Foi a viagem do Gama feita assim sem dificuldades ou incidentes? De modo nenhum! O Capitão-Mor tem que impor a sua férrea vontade durante a tempestuosa travessia do Cabo; houve que dominar pequenas revoltas da marinhagem; e depois que destruir os ardis dos inimigos. Por fim, à sua grande cultura e valor foi cometida a resolução dos primeiros graves problemas diplomáticos entre o Oriente e o Ocidente. As entrevistas com o sultão, as declarações oficiais, as trocas de mensagens e presentes e as resoluções de conflitos, tudo o grande Capitão conduziu de forma magistral. Mas tudo isso seria bastante para que o Mundo o tivesse como uma das maiores figuras e Camões cantasse o seu feito no poema imortal «Os Lusíadas», como o maior da História Portuguesa?

A resposta não se pode encontrar no que nessa viagem tinha de novo, mas no significado de toda ela. Quando Vasco da Gama foi chamado aos Paços da Ribeira e o rei Manuel lhe entregou o comando da primeira grande armada dos mares do Oriente, indo depois em pessoa acompanhá-lo e despedir-se na praia do Restelo, celebrava-se, na verdade, um acontecimento. A viagem gloriosa era a apoteose de um longo período de esforços e sacrifícios geniais e era ao mesmo tempo a aurora de uma nova era que despontava.

Em Sagres se fixara o ideal dum povo. O pequeno povo português, pouco mais de um milhão, não podia ser independente na Europa se não alargasse as suas fronteiras geográficas e humanas. E o único caminho era o mar.

Quase sempre são razões assim tão simples que determinam grandes acontecimentos.

Porque aqueles homens austeros, conduzidos e animados pela vontade firme do Infante D. Henrique, acabaram por fazer mais do que consolidar ou mesmo engrandecer uma pequena Pátria, porque dilataram até aos últimos extremos os limites do globo.

Em 1418 as pequenas caravelas realizam o primeiro feito: descobrem no mar as primeiras ilhas; e, por benção de Deus, as mais belas que o mar banha: Porto Santo

e Madeira. Depois vêm os Açores, as costas de África. Trazem amostras preciosas das gentes e desenhos das costas.

Sondam-se os mares. Mas a mais apreciada ciência, o mais inestimável tesouro poucos em terra o viam ou dele sabiam: o que os mareantes procuravam investigar era o regime dos ventos nesse imenso Mar Oceano. Os caravelistas do Infante não conhecem repouso. Trabalho heróico, abnegado, silencioso, que tem menos de aventura do que de verdadeira missão científica e patriótica.

Reconhecem o Mar do Sargaço e com ele a célebre volta. Os navios já não precisam de ser pequenos nem de bolinar contra os ventos ponteiros do Norte, no regresso da Guiné e da Costa da Mina.

Já sabem que a volta do Sargaço lhes permitirá ventos largos. Ciência tão conhecida entre eles — e contudo tão secreta — que o próprio moço Aires Tinoco, dos poucos sobreviventes da caravela de Nuno Tristão, em 1446, já o sabia, tanto que, vendo-se sozinho com mais quatro companheiros tão ignorantes como ele, pode vir no mesmo bordo da Guiné a Lisboa.

Os grandes navios, chamados redondos, já poderiam meter-se ao mar. Essa era a grande ciência. Por ela iam os navios em exploração para o Ocidente e certamente muitos teriam avistado as terras da América do Sul, nomeadamente o Brasil, muito antes do seu descobrimento oficial, em 1500. Pouco interessavam descobertas para Ocidente, naquele momento, porque a obra era outra. Havia uma ideia, um plano e um chefe. D. Henrique fora um grande chefe e deixara uma escola. O rei D. João II era o seu tenaz continuador.

Qualquer que fosse a ideia mestra, para nós hoje desconhecida, o certo é que o plano continha sempre a intenção firme de dobrar o Cabo e chegar à Índia.

Esse plano contagia a Europa, especialmente a Espanha. Colombo não procura outra coisa, senão a Índia. Simplesmente o seu caminho era outro, errado para esse fim, como se viu. Contudo, uma ilusão genial. Mas o rei de Portugal

não quer que o desviem dos seus trabalhos, que já duravam 80 anos, levados com persistência de pasmar. Vão navios pelo mar e mensageiros por terra.

E assim, quando Vasco da Gama partiu para a Índia, a Pátria Portuguesa, na pessoa de seu rei, vestia as suas melhores galas para solenizar uma obra. Ela consagrava quase um século de lutas tenazes; por sua vez abria os horizontes às novas expansões.

A Índia seria a sua nova base. Depois Malaca, as Molucas, a China, o Japão, a Austrália. Abriu-se o mundo. Tudo pela graça da passagem do Cabo, em 1498.

Bem lhe importou ao Rei que Colombo descobrisse uma terra nova que os seus navegadores, porventura, já sabiam existir. O primeiro objectivo a alcançar era a Índia e esse caminho tinha-o bem seguro na proa das suas naus.

Sagres fora o centro; a viagem de Vasco da Gama a expressão mais alta e simbólica: a ponte entre o sacrifício e a glória.

Eis o significado desta viagem. Esse mundo todo esquadrinhado de ponta a ponta; essa nova gente trazida para a nova luz; os milhões de seres cristianizados, civilizados; as novas terras, as novas almas.

Vasco da Gama não é só ele próprio porque tudo representa: os que com a bandeira portuguesa das Quinas cruzaram os mares e atravessaram os continentes; os que ainda foram servir outros reis levando consigo a ciência e o fervor, a obsessão de Sagres. É o que se descortina num Magalhães, num Solis, num Cabrilho, num Queiroz, num Torres e tantos mais que, sob o pendão glorioso da Espanha, projectaram pela eternidade a pequena luz que logo nos primeiros anos do século xv se acendeu no obscuro e sagrado promontório de Sagres.

*

As consequências dos descobrimentos iniciados pelos Portugueses logo no alvorecer do século xv não se podem medir. É verdadeiramente toda a História do mundo

moderno no qual se englobam os dois grandes blocos, o americano e o oriental.

A política que se seguiu, e na qual participaram quase todas as nações europeias, foi caracterizada pelas condições peculiares a cada povo, influenciadas principalmente pela índole e pelos meios de que dispunham.

O caso português é, quanto a mim, o mais dramático de todos.

Dispondo de fracos recursos materiais e sobretudo demográficos, Portugal, para poder realizar a espantosa expansão que se estendeu da América do Sul ao Extremo Oriente, envolvendo toda a África e os mares da Índia, Insulândia, da China e do Japão, foi levado a adoptar uma política que não foi simplesmente de amizade para com os povos nativos que encontrou, porque teve desde o início marcada característica de fraternidade. Só assim era possível sobreviver.

O seu braço foi duro para com todos os inimigos que não quiseram admitir a sua presença amorosa e fraternal.

Mas não se escravizou povo algum, nem qualquer imposição lhe foi feita. A própria cultura, a própria religião, foram defendidas, pregadas, pela persuasão, pelo exemplo.

Simultaneamente os portugueses assimilaram à sua vida, aos seus costumes, nova riqueza de costumes e modos de vida que o calor dos trópicos e as tradições das novas gentes traziam consigo.

Dentro de pouco tempo havia, desde o Brasil, a Angola à Índia e à Malásia, novas famílias de Portugueses entrelaçados no sangue, nos costumes, e inteiramente despidos de preconceitos raciais ou de qualquer natureza. E isto foi obra das qualidades do povo e ao mesmo tempo das instruções dos Reis.

Assim se formou o povo português. Assim se formou uma Nação que, se teve origem numa ponta Ocidental da Europa, tem os seus maiores interesses e grande parte do seu povo além do mar. Uma nação marítima e missionária. Nada nos divide e separa porque o próprio mar, o mar que descobrimos, nos liga.

Na América floresce, pujante e soberana, a grande Nação Irmã, o Brasil, integrada na Comunidade Luso-Brasileira.

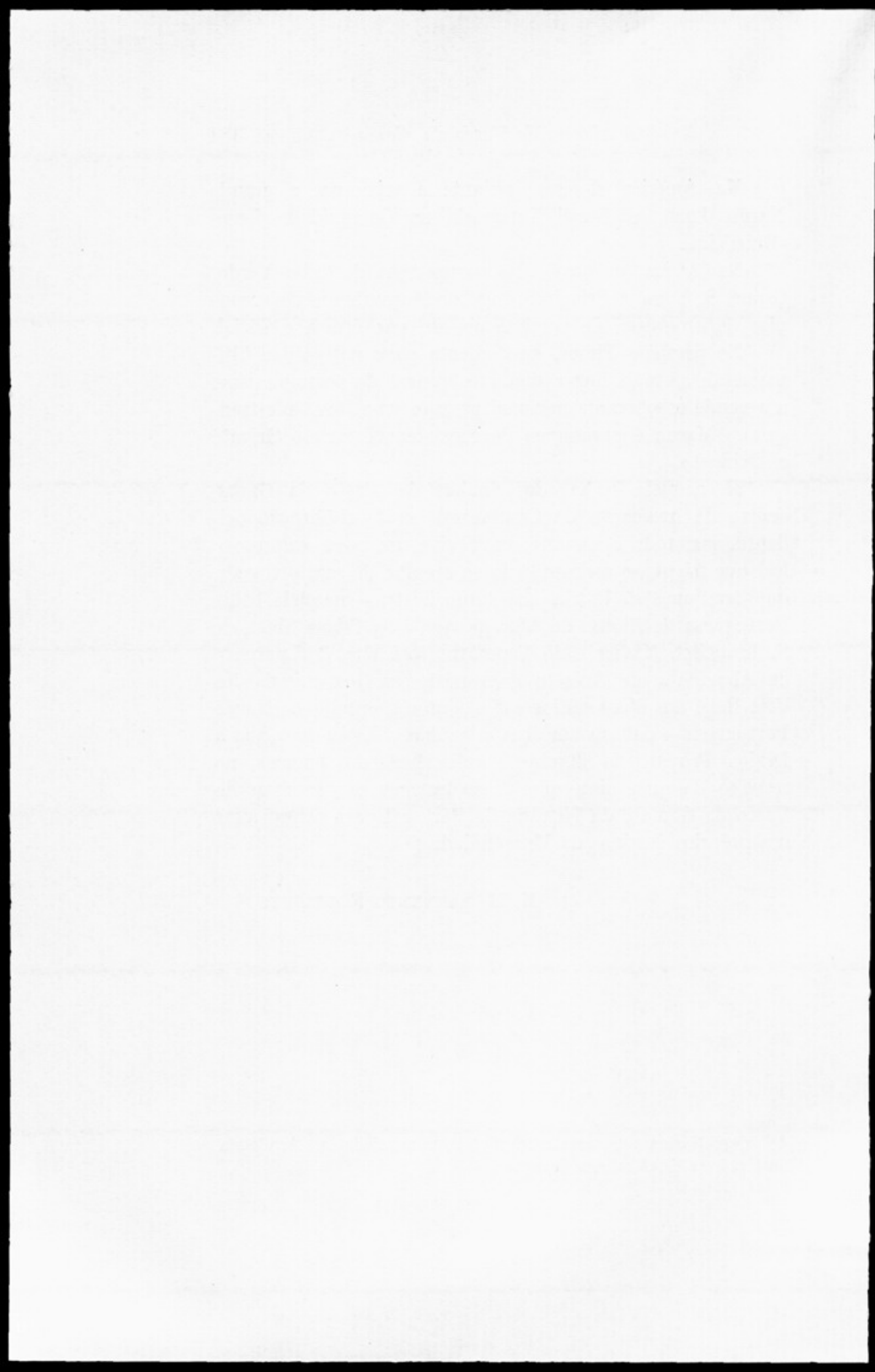
Na África, as províncias portuguesas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique são exemplos de progresso, de patriotismo, de paz étnica e social.

No pequeno Timor, esse valente povo nativo deu ultimamente as mais impressionantes provas de portuguesismo afirmando a soberania nacional perante uma invasão estrangeira. Macau é paradigma de coexistência entre o Oriente e Ocidente.

Só naquela Índia, dos Sonhos de Vasco da Gama, centro de irradiação de Cristianismo e de civilização ocidental por todo o Oriente, onde vive um povo valoroso e leal que há quase meio milénio se orgulha de ser português, que tem uma só Pátria que tanto ilustra — naquela Índia Portuguesa de Afonso de Albuquerque e de Crisna Sinai, de S. Francisco Xavier e do Venerável José Vaz, de Lourenço de Almeida e de Aniceto do Rosário, na Goa doirada dos Vice-Reis, dos Missionários e dos doutores, orgulho da Nação Portuguesa — pairam ameaças estranhas. Esperemos que a Divina Providência ilumine a consciência dos homens, no respeito de uma obra que já se destacou das sombras de Vasco da Gama e da História de Portugal para se projectar nos próprios destinos da Humanidade (1).

M. M. SARMENTO RODRIGUES

(1) Excerto de uma conferência pronunciada na Academia Nacional de História, em Caracas.



DOIS EPIGRAMAS DE ANTÓNIO FERREIRA

Quando, em 1960, estudámos «Alguns Aspectos do Clasicismo de António Ferreira»⁽¹⁾, tomámos como objecto principal da nossa investigação as odes, elegias e éclogas. De passagem, porém, e a propósito de se encontrar na Elegia VIII uma versão livre da *Anacreontea XXXIII*, observámos que o pseudo-Anacreonte também fornecera o tema de alguns epigramas⁽²⁾, entre os quais apontámos e analisámos o que tem precisamente a epígrafe «De Anacreonte», e que é uma tradução quase literal da *Anacreontea XIX*, o que se intitula «Fermosura», versão livre na *Anacreontea XXIV*, e ainda «Marte Namorado», equivalência muito próxima da *Anacreontea XXVIII*. Também referimos, em nota, que o modelo de «A um Retrato de Dido» fora o n.º 151 da *Appendix Planudea* da *Anthologia Palatina*. Agora é nosso propósito acrescentar a esta pequena lista de identificações dos originais dos epigramas mais dois exemplos de aproveitamento das mesmas fontes gregas tardias.

Em primeiro lugar, o quarto epigrama⁽³⁾, que se segue imediatamente à versão da *Anacreontea XIX*:

Cante quem quer do furioso Marte
As armas, cante Troia já abrasada:
A minha cruel guerra, a força, e arte,
Que me venceo, será de mim cantada.

(1) Publicado no volume XI-XII (1960-1961) de *Humanitas*, pp. 80-111.

(2) Pp. 93-95.

(3) Os textos de António Ferreira são citados pela edição de Marques Braga, na Colecção de Clássicos Sá da Costa (Lisboa, 1939, 2 vols.). Os das *Anacreontea* pela de Preisendanz (Leipzig, Teubner, 1912).

Nem arma, nem soldado teve parte
 No vencimento meu, nem frota armada,
 Mas um belo esquadrão, que d'improviso
 Sahio d'uns olhos, e d'um brando riso.

Quais as razões por que à elucidativa epígrafe «De Anacreonte», da composição anterior, se substituiu aqui uma tão genérica — «De Grego» — não sabemos. O que sabemos é que teria sido muito mais esclarecedor escrever «Do mesmo», porquanto é efectivamente de uma versão da *Anacreontea XXVI* que nós estamos em presença (4).

Trata-se, contudo, de uma versão livre, que glosa com arte os dados da pequena ode grega:

Σὺ μὲν λέγεις τὰ Θήβης,
 ὁ δ'αὖ Φρυγῶν αὐτάς,
 ἐγὼ δ'ἐμὰς ἀλώσεις.
 οὐχ ἵππος ὄλεσέν με,
 οὐ πεζός, οὐχὶ νῆες,
 στρατὸς δὲ καινὸς ἄλλος
 ἀπ' ὀμμάτων με βάλλον.

Nesta, os dois versos iniciais referem dois temas bélicos — do ciclo tebano e do troiano — de que Ferreira apenas menciona concretamente o segundo, substituindo, aliás, o «alarido frígio» pelo incêndio que acabou de destruir a cidadela de Príamo («abrasada»). A expressão sintética do terceiro verso grego, que opõe a estes prélios as derrotas do poeta, que vão ser cantadas, expande-se em português em duas linhas (3 e 4). Mas em breve se aproxima de novo da letra do original, ao fazer a enumeração negativa das causas da sua perdição, para assim criar a expectativa ante a verdadeira razão do facto: quem o derruba é um novo tipo de

(4) Evidentemente que este «Do mesmo» só implica uma identidade de autoria para os antigos. A crítica moderna não só nega ao poeta de Teos a paternidade de qualquer uma das sessenta *Anacreontea*, como as atribui a escritores que vão desde a época helenística à bizantina.

exército, é um olhar. A concisão dos dois versos finais gregos não deixa de ser expressiva, ao reservar para o último lugar a metáfora de que as setas que o atingem partem de uns olhos. Mas o acrescento de mais um motivo de belo sabor camoniano («um brando riso») às causas da rendição, aliada a um feliz contraste de rima (que das tónicas em *a* muda para *i*) conferem maior poder de sugestão ao epigrama lusitano:

Mas um belo esquadrão, que d'improviso
Sahio d'uns olhos, e d'um brando riso.

O outro poemeto de que vamos ocupar-nos é o epigrama dedicado «A Vénus, e Cupido», que deve ter sido inspirado pelo n.º 214 da *Appendix Planudea* da *Anthologia Palatina*. Nesta última composição, descreve-se o gáudio dos Amores, por trazerem aos ombros as diversas insígnias de que despojaram os deuses: os tamboris e tirso de Baco, o corisco de Zeus, o escudo e o capacete de Ares, a aljava recheada de setas de Febo, o tridente de Poséidon, a clava de Hércules⁽⁵⁾. E o autor termina por uma pergunta retórica: Que mais querem os homens, se Eros arrebatou o pólo celeste e Cípria saqueou as armas dos imortais?

O epigrama português situa-se no prélio que antecedeu esta parada de troféus olímpicos dos Eroles:

Dizem que antigamente o Ceo caía
Com cruel guerra armada entre sua gente,
Marte d'espada armado embravecia,
Neptuno armado de seu grã Tridente.
Co'o corisco de Jove o Ceo tremia.
Todos s'ameaçavam cruelmente;

Dentre as divindades em luta, só três (metade, portanto) são especificadas com os respectivos atributos. Os

(⁵) A n.º 215, que é muito semelhante a esta, acrescenta a esta série de despojos as sandálias aladas de Hermes e os fachos de Ártemis.

dois versos finais descrevem o súbito triunfo de Amor e de Vénus, que todos domina:

Tanto qu'Amor com a mãe foi visto armado,
Cad'um dá as armas, tudo é pasiguado.

A pequena cena bélica decorre toda no céu e termina numas tréguas gerais, em que o paralelo humano é negligenciado. Mas fica igualmente demonstrada a onnipotência do Amor.

Estes dois exemplos comprovam o que, no artigo citado no começo destas breves considerações, pudemos observar: ao verter Teócrito ou Mosco, as *Anacreontea* ou epigramas da *Anthologia Palatina*, o nosso poeta alterna entre a versão literal e a glosa livre de um tema, explorando com recursos diversos os modelos fornecidos pelos antigos. E nesta dupla medida bem merece que lhe apliquemos de novo as palavras com que Pedro de Andrade Caminha o definiu e honrou na sua Elegia (6) a Diogo Bernardes:

Este retrato só da Idade Antiga.

MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA

(6) Elegia IV, p. 127 da edição das *Poesias* pela Academia Real das Ciências, Lisboa, 1791.

S. BENTO, PAI DA EUROPA

No dia 24 de Outubro de 1964, S. S. Paulo VI, depois de ter consagrado a basílica abacial do Monte Cassino, proclamou solenemente, por meio do breve *Pacis nuntius*, S. Bento como padroeiro da Europa.

A proclamação surpreendeu um pouco certos meios, e até alguns monges. Não se esperava que Paulo VI, aparentemente tão preocupado com a espantosa evolução que a Igreja atravessa desde o começo do Concílio, pudesse lembrar-se de uma proclamação que recorda sobretudo o passado. A ideia de que se deve aos monges a cultura ocidental não é uma ideia romântica? Que pode esperar ainda dos monges a unidade europeia? Para quê, nestes nossos dias, em que o Ocidente sai de si mesmo para procurar compreender as outras civilizações, este acto que parece consagrar uma divisão entre a Europa e o resto do mundo?

Se Paulo VI, neste momento da vida da Igreja, em que toda ela se estende para o futuro, proclama S. Bento pai da Europa, é porque espera ainda alguma coisa da protecção do Glorioso Patriarca para este Ocidente que parece estar em vias de se unir novamente. Eis o que o Papa explica: «Não que se deva pensar numa nova Idade Média, caracterizada pela actividade dominante da abadia beneditina (...); mas por dois motivos que fazem ainda desejar a austera e doce presença de S. Bento entre nós: a fé que ele e a sua Ordem prepararam na família dos povos, especialmente na família da Europa, a fé cristã, a religião da nossa civilização, a da Santa Igreja, mãe e educadora das nações; — e a unidade pela qual o grande monge solitário e social nos ensinou a ser irmãos, e pela qual a Europa se tornou a Cristandade. Fé e unidade, que poderíamos desejar de melhor para o mundo inteiro, e especialmente para esta

porção escolhida, que é a Europa? Que há de mais moderno e mais urgente, mais difícil e mais contrariado, mais necessário e mais útil para a paz?» — O Papa volta-se, portanto, também aqui, para o futuro, e não para o passado.

Mas o conceito de que a unidade do Ocidente se deve aos monges beneditinos, e, através deles, a S. Bento, não é, como dizia há pouco, uma ideia romântica, sem fundamento na realidade histórica? Os próprios monges, que se dizem terem construído tal unidade, que sabiam eles da Europa? Se lhes falassem em tal não compreenderiam; diriam que nunca tinham pensado noutra coisa senão em salvar as suas almas no seio da comunidade, pela oração e pelo trabalho.

Todas estas perguntas assaltaram, de certo, quem procurou reflectir sobre o breve «*Pacis nuntius*». Gostaríamos de aprofundar melhor estas reflexões e verificar, não para pôr em dúvida a palavra do Papa, mas para lhe compreender melhor o sentido e o alcance, se de facto se pode com alguma razão considerar S. Bento como o pai espiritual da Europa e da unidade europeia. E depois de procurarmos o fundamento real desta proclamação e o seu sentido genuíno, não poderemos deixar de pensar um pouco sobre o papel que S. Bento e os seus filhos desempenharam neste extremo ocidental da Europa, Portugal. Estes os dois pontos que vamos examinar, sem querer, de modo nenhum, esgotar o assunto, que é vastíssimo.

I

A afirmação de que S. Bento é o «Pai da Europa» não aparece agora a primeira vez na boca de um Papa: Já Pio XII o tinha declarado expressamente no 14.º centenário da morte de S. Bento, em 1947, apelando sobretudo para a obra civilizadora dos monges beneditinos. E repetiu a mesma ideia numa alocução que fez em S. Paulo-extra-Muros no mesmo ano, e ainda quando se restaurou a basílica erigida em Núrsia, em 1958. Ao fazê-lo, Pio XII repe-

tia uma ideia que vinha a ser expressa de há muito pelos historiadores do Ocidente, sobretudo desde Montalembert.

Com efeito, Montalembert, na sua monumental obra «*Les moines d'Occident*» expõe, talvez pela primeira vez, a ideia de que a unidade do Ocidente medieval se deveu sobretudo aos monges beneditinos.

Não admira. Montalembert estava bem dentro da corrente dos historiadores românticos, que procuravam exaltar o espírito misterioso da solidariedade, do senso comum do povo, do génio nacional, da tradição. Como os historiadores do seu tempo, preocupa-se mais com os conceitos do que com os indivíduos. Mas vai além dos românticos alemães, que só pensam na sua raça, com um espírito de reivindicação nacionalista, para mostrar, pelo contrário, uma enorme admiração pela comunidade espiritual realizada durante a Idade Média.

A ideia fica, e durante o resto do século XIX é repetida de vários modos por Rohrbacher (1789-1857) ⁽¹⁾, pelo card. Newman (1801-1890) ⁽²⁾, por dom Guéranger (1804-1875) ⁽³⁾. Mas, a partir da guerra de 1870, sofre um retrocesso.

A época é dos nacionalismos exacerbados, produtos tardios de uma fragmentação da Europa em nações antagónicas, que vinha de longe, mas parece ter hoje, os seus dias contados.

As mais sólidas das obras históricas sobre o Ocidente aparecem já nos nossos dias. Uma das melhores e mais conhecidas é *A formação da Europa* de Christopher Dawson, 1932. ⁽⁴⁾; aqui, também este grande historiador atribui aos monges o papel mais importante. Hoje a ideia tornou-se comum e é geralmente aceite. Está subjacente, por exem-

⁽¹⁾ *Histoire Universelle de l'Église Catholique*, v (Paris, 1872), p. 119.

⁽²⁾ *The Mission of Saint Benedict* (1858), in *Historical Sketches*, London, 1899, p. 370.

⁽³⁾ *L'Année Liturgique. Le Carême*, Paris, 1899, p. 536.

⁽⁴⁾ Trad. portuguesa, Braga, 1957.

plo, a tudo o que Toynbee escreve, entre 1929 e 1956, sobre as origens da civilização ocidental ⁽⁵⁾.

Em que se baseiam estes autores para fazerem afirmações tão categóricas? Se a sua interpretação se pode considerar verdadeira, como explicar esta consequência da vida monástica no Ocidente?

Montalembert exagera, sem vúvida, como muitas vezes faz, ao dizer que «a Europa cristã formava então um único estado, ou melhor uma única associação submetida, sem dúvida, a senhores distintos, mas sujeita às mesmas leis e a usos quase idênticos, aos quais nenhum cristão era completamente estrangeiro» ⁽⁶⁾. Por este mesmo motivo, não considera os monges os únicos obreiros da unidade ocidental, mas apenas um dos elementos que a criaram, entre as várias instituições da Igreja. Não passa muito além da superfície, ao mostrar, com a sua vasta erudição, que os monges oriundos de várias regiões da Europa professavam frequentemente em mosteiros longínquos, que observavam a mesma regra por toda a parte, que percorriam os diversos reinos como missionários sem qualquer preocupação de fronteiras, que os soberanos de um país não tinham a mínima relutância em cumular de dons as abadias estrangeiras, que os mosteiros serviam de hospedagem aos peregrinos e formavam entre si associações internacionais, que os seus obituários mencionavam nomes de todas as regiões e os seus *rotuli mortuorum* eram levados às casas mais distantes.

Mas em todos estes factos, que são inegáveis, Montalembert mostra a unidade do Ocidente já mais em acto do que *in fieri*; e se exceptuarmos a unidade da Regra e as associações de mosteiros, tudo o resto poderia ser devido antes ao espírito um tanto nómada herdado dos bárbaros, do que pròpriamente às instituições monásticas.

⁽⁵⁾ *A Study on History*; cf. condensação, por D. C. Sommer-
vel, trad. portuguesa: *Um Estudo de História*, Lisboa, 1964.

⁽⁶⁾ *Les moines d'Occident*, VI (Paris, 1882), pp. 117-118.

Os monges foram os obreiros da unidade ocidental de um modo muito mais profundo e por isso mesmo tão duradouro. Não só se lhes deve o terem sido os portadores, através das violências e desordens da barbárie, do fundo cultural greco-romano, mas ainda a própria atitude perante a vida e perante Deus que caracterizou uniformemente a Idade Média Ocidental. Mais ainda: os monges foram aqueles que, desprezando-se a si mesmos e às suas possibilidades humanas, procurando unicamente o Reino de Deus, deram, pela sua fé imperecível e prática, a razão de crer que arrastou as massas e lhes deu um sentido para a vida. S. Bento, S. Gregório Magno, S. Columbano, S. Agostinho de Cantuária, S. Beda Venerável, S. Bonifácio, S. Bento de Aniano, os Santos Odo, Odilão, Máio e Hugo de Cluny, S. Gregório VII, S. Bruno e S. Bernardo, não fizeram mais do que isto. Toynbee exprimiu com exatidão esta verdade, ao dizer, a respeito da utilidade dos santos para o mundo (independentemente da sua obra social ou caritativa), e em particular dos anacoretas, como S. Antão: «Separados dos outros homens, esses santos entravam em relação mais activa com um círculo muito mais vasto do que se tivessem ficado no mundo e levado a vida em qualquer ocupação secular. Dos seus retiros, dirigiam o mundo mais eficazmente do que o imperador na sua capital, porque o seu esforço pessoal de santidade, buscando a comunhão com Deus, foi uma força de acção social que moveu os homens mais poderosamente do que qualquer serviço social secular no plano político» (?). O que Toynbee diz destes anacoretas do século IV e V no Oriente, pode dizer-se, sem qualquer restrição, dos monges que povoaram a Europa desde o século V, entre os quais os santos são legião infindável.

Este ponto de vista está bem longe do dos eruditos do século XVIII, cépticos e racionalistas, impressionados apenas pelos resultados materiais e palpáveis da vida monástica, que exaltavam os monges medievais apenas por causa do

(?) A. TOYNBEE, *Um Estudo de História*, Lisboa, 1964, p. 533.

seu contributo para as artes, a ciência e a economia. A definição do mosteiro como uma «academia» cabe aos monges da Congregação francesa de S. Mauro, e em particular a Mabillon, e, por outro lado, ao beneditino austríaco Ziegelbauer (8). Dos benefícios que os monges prestaram à civilização, e estes autores enumeram, uns são bem reais, embora não fossem por eles procurados, longe disso, outros menos exactos. Exactamente porque nem os monges pretendiam formar academias, nem o seu benefício para a formação do Ocidente esteve propriamente na obra cultural, é que não há nada a perder, nem a tese sofre coisa alguma, quando a investigação histórica mais recente vem a provar que os desbravamentos de terras e secagens de pântanos não se devem mais aos monges do que aos outros proprietários leigos (9), que a cópia de manuscritos não se fazia exclusivamente nas abadias, que um ou outro dos santos ou escritores tidos até agora como monges afinal o não foram (10).

Mas mesmo no plano da cultura se vem a provar, por vezes, ainda mais do que supunham os Mauristas franceses e Ziegelbauer: P. Riché acaba de demonstrar que o ensino medieval provém inteiramente dos mosteiros, substitutos das escolas públicas imperiais (11); Léon Moulin é de opinião que as instituições políticas europeias se inspiraram nas estruturas beneditinas (12); Toynbee afirma que é nas abadias onde se transforma a noção de trabalho físico, tido como humilhante na antiguidade pagã e dignificado pelos

(8) J. TABILLON, *Traité des Études Monastiques*, Paris, 1691; *Réflexions sur la réponse de M. l'Abbé de la Trappe*, Paris, 1693; ZIEGELBAUER, *Observationes litterariae Ordinis Sancti Benedicti*, 1784 (4 vols.); cf. MONTALEMBERT, *Les moines d'Occident*, VI (Paris, 1882), e mais recentemente, com outro espírito, J. DECARREAUX, *Les moines et la civilisation. Des invasions à Charlemagne*. Paris, 1962.

(9) G. DUBY, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*, I (Paris, 1962), pp. 146-147.

(10) Por exemplo, S. Ludgero, Scoto Erígena, etc.

(11) *Éducation et culture dans l'Occident médiéval*, Paris, 1962.

(12) *Le monde vivant des religieux*, Paris, 1959.

monges ⁽¹³⁾; e a tese, já tão velha, de que foi nas bibliotecas monásticas que se guardaram e copiaram todas as obras literárias da Antiguidade, recebe cada dia mais provas.

Portanto, se procurarmos ir até ao fundo das coisas teremos de reconhecer que os monges foram os obreiros da civilização ocidental, não tanto por causa da sua contribuição material, directa e mensurável para a cultura e o progresso, mas em virtude da sua própria fidelidade à vocação monástica. Chega-se à conclusão paradoxal, de que os monges, que pretendiam retirar-se do mundo, e construir apenas para a vida eterna, edificaram uma civilização terrena cuja solidez desafiou os séculos e não tem paralelo com as outras civilizações conhecidas.

Merece a pena procurar, através das leis e categorias criadas por Toynbee na sua monumental análise ao processo de dissolução e construção das civilizações, como é que o monaquismo pôde contribuir para obra tão grandiosa. A análise não é por ele desenvolvida expressamente, em relação aos monges da Alta Idade Média. Mas encontra-se na sua obra material suficiente para fazer as aplicações necessárias.

Com efeito, a teoria de Toynbee pode ser resumida, muito *grosso modo* da maneira seguinte: quando uma *minoría criadora* conseguiu comunicar a sua energia à massa, depressa se torna, normalmente, em virtude do seu próprio sucesso, numa *minoría dominadora*, ditatorial, que, vivendo da exploração da sua vitória, deixa de exercer o papel de motor, para encarnar o de freio ou de agente de dissolução. A civilização fica então ameaçada, sobretudo quando a este peso morto se junta o dos *proletariados internos* — i. é, dos grupos sociais não integrados no complexo humano a que pertencem —, e o dos *proletariados externos* — i. é, dos grupos sociais que vivem fora do grupo em questão, mas tentam

(13) *Um Estudo de História*, p. 536.

explorá-lo de fora ou penetrar nele através das suas fronteiras, muitas vezes, por meios violentos.

Toynbee não classifica expressamente o monacato ocidental dos princípios da Idade Média como um proletariado interno — mas bem se pode incluir nesta categoria. De facto, mais do que qualquer outro grupo social, os monges estão na sociedade sem lhe pertencerem, antes se segregam voluntariamente do convívio dos homens por uma diferente maneira de viver. No entanto, este proletariado não constitui um peso morto, como sucede, até certo ponto, com as formas de vida monástica, pagãs, porque os monges aceitam, tal como Cristo incarnava, a sua condição humana na mesma atitude de *kénose*, e portanto todas as suas consequências: o trabalho penhoso e servil, a abjecção das tarefas humildes, a renúncia à própria vontade. Estão, por isso mesmo, dispostos a trabalhar na cidade terrestre, mas como quem lhe não pertence. Os monges de S. Bento, particularmente, têm o sentimento profundo de que a obra a realizar os ultrapassa, e será continuada perpétuamente pelos vindouros. O tempo não conta, porque vivem para a eternidade. Os valores humanos não os desprezam, porque a sua condição de homens os obriga, para imitarem a Cristo, a aceitá-los humildemente.

O monacato não constitui, portanto, ao contrário dos outros proletariados, uma ameaça constante para o equilíbrio da sociedade. Sem deixar de ser proletariado, torna-se o meio ideal para nele gerar uma minoria criadora. As massas são inevitavelmente arrastadas pelo exemplo do seu desinteresse, do seu labor paciente e humilde, pelo testemunho inexplicável da sua fé nas realidades escondidas. A presença dos monges é pacificadora e dá confiança aos homens bárbaros violentos, rudes trabalhadores dos campos, e até aos cépticos e cada vez mais raros descendentes dos funcionários imperiais.

Ao mesmo tempo, os monges constituem também, naquele período de transição do mundo antigo para o medieval, o que Toynbee chama uma *intelligentsia*, i. é, aquele

grupo social que assegura, numa civilização em devir, o sector terciário: o funcionalismo, o ensino ao nível inferior, as funções técnicas. Mas, caso único na história, esta *intelligentsia* monacal, não se torna um grupo votado à desconfiança e ao desprezo (um mal necessário); e o pretenciosismo primário que normalmente a caracteriza, é superado pela sua orientação sobrenatural e escatológica. As massas não são vexadas pelos seus serviços; por sua vez, os monges não os prestam para ganhar a vida, nem para melhorarem a sua condição material.

Facto não menos extraordinário, é o modo como este proletariado, que é o monacato, consegue absorver e assimilar o proletariado externo que destruiu o mundo antigo. Os bárbaros, que, perante as riquezas romanas, só sentiam cobiça, são também pacificados pelos monges. De guerreiros destruidores, tornam-se laboriosos edificadores da cidade terrestre, dóceis alunos das ciências divinas, místicos absorvidos na contemplação de Deus. E não apenas os bárbaros que penetram as fronteiras do Império: depois de estes terem sido pacificados, os monges vão levar também aos bárbaros de além-fronteiras a mensagem evangélica, e com ela os germens de uma nova civilização. Não é dos mosteiros que saem esses peregrinos da fé que foram S. Columbano, S. Agostinho de Cantuária, S. Amândio, S. Wilibrordo, S. Bonifácio, S. Wilfrido, S. Bonifácio, e tantos outros?

O segredo da conversão dos bárbaros, no entanto, não esteve propriamente na pregação missionária, mas na presença continuada de mosteiros com uma vida regular no meio dos pagãos, fermento na massa.

Foi assim que os monges, e sobretudo os monges negros, se tornaram, sem querer, os criadores da nossa civilização ocidental e da unidade europeia. Digo sobretudo os monges negros, mas não apenas eles. Antes deles desbravaram o campo, na Gália, os discípulos de S. Martinho de Tours, de Cassiano e de S. Cesário de Arles; na Espanha, os seguidores de S. Martinho de Dume, S. Isidoro, S. Leandro e

S. Frutuoso; um pouco por toda a parte, os enviados de S. Columbano, e os celtas transportados pelo desejo da *peregrinatio pro Christo*. S. Bento, na sua humildade, com certeza convidaria antes o olhar para S. Columbano, como pretendente ao título de patrono da Europa, já que ele nunca tinha saído da Itália, ao passo que S. Columbano passou a sua vida a fundar mosteiros na Escócia, na Austrásia, na Germânia, na Borgonha, na Bretanha, na Normandia, na Suíça e na Lombardia. De facto, os monges construíram a Europa não tanto por serem beneditinos, como por serem monges.

Mas S. Bento é como que um símbolo: o Santo Patriarca resume em si o espírito de todos os patriarcas: *Vir Dei Benedictus, omnium iustorum spiritu plenus fuit: ipse intercedat pro cunctis monasticae professionis*, diz a última antífona de Laudes e de Vésperas da sua festa. De facto, S. Bento reivindicaria para si com mais interesse a profissão monástica, do que a categoria de fundador de uma Ordem.

A justiça manda, todavia, que não se reconheça o direito de S. Bento ao patronato da Europa, apenas como representante de outros santos monges que o poderiam reivindicar igualmente. De facto, não foi por acaso que a Regra de S. Bento superou todas as outras, a pouco e pouco, até ficar como a única regra monástica praticada dentro do império carolíngio no princípio do século IX. O carácter fundamentalmente comunitário, o sentido da paternidade, o voto de estabilidade, o não distinguir raças nem povos, a igualdade de tratamento para os monges de todas as classes sociais, a discreção, o equilíbrio entre a vida de oração e de trabalho, a simplicidade e o poder de adaptação das prescrições — tais são as qualidades básicas e distintivas da Regra de S. Bento. Não se encontrando reunidas em nenhum outro código monástico, impõem espontaneamente a todos os monges do Ocidente um teor de vida, que é considerado como ideal indiscutível até ao século XIII. Mais ainda: aquilo que dá aos monges do Ocidente uma potencialidade construtiva tão grande, são precisamente estas

características da Regra de S. Bento, que a distinguem de todas as outras redigidas no seu tempo.

Parece, portanto, que a atribuição aos monges de S. Bento da principal responsabilidade na construção da civilização ocidental e da unidade europeia não é uma ideia romântica, mas uma interpretação com base histórica bem real. S. S. Paulo VI não fez mais do que um acto de justiça e de lucidez, ao proclamar S. Bento patrono da Europa, e ao esperar da sua protecção os melhores efeitos para o futuro deste Ocidente tão ameaçado, e cuja reconstrução se faz tão penosamente.

II

Se a afirmação de que foram os monges que construíram a Europa é geralmente aceite sem discussão, e conhecida de toda a gente, já não se pode dizer o mesmo de outra asserção, até certo ponto correlativa, de que foram também os monges que construíram o nosso País. Poucos ousaram defendê-la expressamente, além de L. Vieira de Castro em 1938 e de Pierre David em 1957⁽¹⁴⁾.

A hipótese de Vieira de Castro atribuía a Cluny a iniciativa das negociações que terminaram com a nossa independência política, e era apresentada com as suas provas documentais. Mas o que dissémos acerca da contribuição dos monges para a unidade europeia, e o seu modo de proceder, leva a desconfiar *a priori*, de qualquer interpretação que atribua aos monges uma responsabilidade separatista e exclusivamente política. De facto parece-me que a tese deste autor, embora apresentada com muita probidade científica, é insustentável. Mas não é aqui o lugar para examinar o problema de perto; baste uma referência a ele, para explicar em que sentido se pode atribuir aos monges alguma responsabilidade na formação da nossa nacionalidade.

(14) L. VIEIRA DE CASTRO, *A Formação de Portugal*, Lisboa, 1938; P. DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa, 1947, pp. XI-XII.

Pierre David apresenta a sua tese de maneira diferente: «Uma nacionalidade é primariamente um facto humano e social; nem uma contestável hereditariedade racial, nem uma fatalidade geográfica, nem a decisão ocasional de tal ou tal chefe bastam para o explicar adequadamente; estes elementos devem entrar em consideração, mas seriam ineficazes sem a constituição de um grupo humano que toma pouco a pouco a consciência de si mesmo, se define por oposição a grupos vizinhos, e se encontra um dia apto a aproveitar das circunstâncias históricas para tomar corpo... Para encontrar a primeira e obscura expressão desta consciência de grupo, não se deve buscá-la nem na chancelaria de Leão, nem entre os grandes barões e prelados do reino, nem, evidentemente, no meio da população local, que, mesmo participando nos mesmos sentimentos, não tem nenhuma possibilidade duradoura de os exprimir. Tem de se buscar entre os senhores, e sobretudo *no mundo monástico* e eclesiástico do próprio território em que esta consciência se elabora e se chega a formular.» (p. XI-XII). Mas em seguida P. David não desenvolve expressamente a sua tese: fala apenas de uma pista, os *Annales Portucalenses Veteres*, cujo primeiro núcleo parece ter sido redigido no mosteiro de Guimarães. Restaria mostrar numa perspectiva mais vasta como é que se pode atribuir ao mundo eclesiástico, e sobretudo ao monástico, este papel de agente formador da consciência de grupo, e ainda antes disso, o papel de estímulo criador na aquisição da maturidade social, económica, cultural e espiritual que lhe permitiu subsistir por si mesmo. Nestas condições, o problema parece apresentar-se como um tanto inédito. Trataremos, portanto, de o desenvolver e não de provar, mas de o ilustrar com alguns exemplos. Porque para o examinar a fundo não bastaria um só volume.

Veremos, portanto, novamente segundo o esquema de Toynbee que o monacato portucalense foi também um proletariado interno, uma *intelligentsia* e uma minoria criadora. Se esta minoria criadora foi mais precoce, mais activa, mais vasta e com influência em campos mais numerosos do que

outras porventura existentes no Condado, não será preciso mais para admitir o que pretendemos. Interessa-nos portanto, sobretudo, mostrar a obra dos monges nos seus múltiplos aspectos — económico, social, cultural e religioso —, como actividade de uma minoria criadora.

Antes de abordar a matéria, será bom advertir que, também aqui, se não podem estabelecer diferenças nítidas entre as diversas famílias monásticas. A regra de S. Bento só começa a ser adoptada com exclusão de outras no fim do século XI. Antes disso, já a obra dos monges peninsulares era enorme. E pouco depois de os Cluniacenses lhes terem insuflado nova vida, aparecem, ao lado dos Beneditinos, os monges brancos de Cister e os Cónegos Regrantes de Santa Cruz, que exercem uma influência espectacular no Centro e Sul do País. Ao dizer que os monges construíram Portugal, queria-me referir a todas estas famílias, sem distinção. Mas citarei de preferência os monges anteriores ao século XI e os Beneditinos, porque a sua acção é menos conhecida, embora não menos importante.

Como dizia, portanto, o monacato é, no Condado Portucalense, um proletariado interno: grupo social vasto, diferenciado, com centros de interesse e modo de vida peculiar, oposto, até certo ponto, ao conjunto. Se isto é verdade para todas as espécies de monacato do mundo, é-o mais para o peninsular do Noroeste, onde são frequentes os mosteiros familiares ou as rudes comunidades que praticam a Regra de S. Frutuoso. Em mais sítio nenhum da Europa os mosteiros são tão numerosos e tão ligados à terra. Qualquer proprietário rural funda um mosteiro para nele praticar as regras monásticas, com mulher, filhos e servos de ambos os sexos. Há apenas o cuidado de separar os homens das mulheres e de construir uma igreja. De resto a vida continua, quase igual à dos outros homens, apenas mais orientada para a eternidade. Por vezes o propósito do fundador é sobretudo escapar ao fisco, visto que os mosteiros estão isentos, e não tanto inaugurar uma nova comunidade; mas se a intenção era essa, em breve o mosteirinho se descon-

junta, ou então aparece um familiar mais consciencioso que põe a ordem entre os seus parentes.

Proletariado interno, portanto, mais numeroso do que noutros lugares, mas mais próximo do povo pelo seu modo de viver, sem com ele se confundir.

Em segundo lugar, *intelligentsia*. É uma verificação banal. Aqui, como em toda a Europa post-carolíngia, é ao meio dos monges que se vão buscar os escribas, os juristas, os construtores e os técnicos um pouco acima do nível artesanal. Os monges escrevem para o rei e para os nobres os contratos de compra, venda e doação. Servem muitas vezes de peritos conhecedores da lei visigótica nos julgamentos civis, como os abades Gomes de Rio Tinto e Pedro de Vairão. Copiam a maior parte dos livros que nessa época se têm, como a Bíblia que o mosteiro de Pendorada vende a Châmoa Gomes em 1091 (DC 764). Constroem canais de rega como os que tinha o mosteiro de Lorvão. Por vezes edificam pontes e são por eles organizadas a maior parte das estalagens da época. É nos mosteiros que aprendem os poucos leigos instruídos, apesar de provavelmente nenhum deles ter aberto propriamente uma escola pública.

Claro que havia também juristas, escribas, médicos, professores e técnicos que não pertenciam à ordem monástica. Mas eram sem dúvida monges, a maior parte dos escribas, esses intermediários indispensáveis para a imensidade de coisas que estavam dependentes da palavra escrita.

Além de proletariado e de *intelligentsia*, os monges foram também a principal força assimiladora dos proletariados externos, que na sociedade de fronteira, como era o reino das Astúrias, e mais tarde o de Portugal, desempenhavam papel importantíssimo. Nesta época em que os Almorávidas e Almôades faziam as vezes de minoria dominadora e rival do outro lado da fronteira, o mais numeroso dos proletariados externos era constituído pelos moçárabes, querendo nós aqui designar por este mesmo nome os autóctones, tanto os convertidos a Mafoma, como os fiéis ao catolicismo. No caso português, os moçárabes podiam ter vindo a constituir mino-

ria perigosa, se não tivessem sido absorvidos ou integrados. Os monges desempenharam, neste trabalho, papel de relevo. Absorveram-nos, em primeiro lugar, como membros da comunidade monástica: isto sucedeu sobretudo durante o período mais perturbado da Reconquista, na segunda metade do século x, altura em que vários monges vindos do Sul deram entrada em mosteiros ao norte do Douro, como o abade Randulfo em Paço de Sousa em 994 (DC 169). Mas sobretudo, absorveram-nos como membros de alguma das numerosas categorias de familiares que gravitavam sempre à volta de todos os mosteiros. Com efeito, deviam, pelos nomes, ser moçárabes, p. ex. os fundadores de Cete em 882 (DC 9); Salomão Abaiub, Rodrigo Abulmundar e tantos outros benfeitores de Lorvão (DC 52,68...); e muitos dos servos pessoais do mosteiro de Sobrado e de outros, que aí trabalhavam em ofícios artesanais⁽¹⁵⁾.

Os monges vindos do Sul traziam, às vezes, livros e uma cultura mais profunda que os seus rudes confrades do Norte; os moçárabes caídos na servidão eram, depois de algumas gerações, colocados nos casais do domínio abacial e aí se emancipavam, a pouco e pouco, até se tornarem colonos de condição social idêntica à de tantos outros; os moçárabes mais ricos, entravam a fazer parte da sociedade cristã pelo facto de se tornarem protectores e benfeitores de mosteiros também protegidos e dotados por barões de origem suévica ou ibero-romana: de uma maneira ou de outra, todos eram absorvidos, com a ajuda dos monges⁽¹⁶⁾.

(15) Documento publicado por T. de Sousa SOARES, in H. de Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal* 2 IV, pp. 438-441.

(16) O panorama apresentado no tempo das Inquirições mostra já uma perfeita integração, embora subsistam designativos pessoais que recordam a antiga origem de muitas famílias. Os nomes só não permitem averiguar se se trata de mouros ou moçárabes; pode-se supor que os chamados *mauri* tivessem ambas as origens. Cf. A. LOSA, *Os «mouros» de Entre-Douro e Minho no Século XIII*, *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, II (Braga, 1964), pp. 224-238.

Estes os moçárabes emigrados para o Norte, ou os feitos prisioneiros pelos cristãos, quando não tinham a sorte de encontrar uma alma caritativa que os libertasse, como S. Teotónio fez, já em tempo de D. Afonso Henriques (17). Porque os que habitavam em território reconquistado, ao Sul do Douro, permaneceram nas terras que sempre tinham cultivado, e que não poucas vezes eram entregues a algum mosteiro, ou então pediam a *benefactoria* monástica, para não caírem em condição social mais baixa. Foi o que sucedeu provavelmente nos vastos domínios de Lorvão, de Alcobaça e das outras abadias meridionais.

Menos numerosos, mas nem por isso de desprezar, eram os mouros escravizados. Também eles, sobretudo quando aceitavam o baptismo, seguiam a mesma sorte que os moçárabes reduzidos à servidão: de artesãos, trabalhando junto ao mosteiro, passavam a receber uma terra para cultivar, e aí viriam a conseguir uma sorte semelhante à dos outros colonos.

Um dos grandes benefícios prestados pelos monges na formação da sociedade portugalense foi, portanto, a assimilação das minorias desenraizadas pela Reconquista. Mas o principal foi terem-se tornado desde os primeiros anos da Reconquista a mais dinâmica minoria criadora nesta parte ocidental da Península. Não eram a única: ao seu lado havia a nobreza, que não perdera nada da sua vitalidade, embora, desde o tempo suévico, não tivesse ganho muito em cultura nem em subtileza. Estas faltas só podiam ser supridas pelos monges, com quem estiveram sempre intimamente unidos, de modo que uns eram o estímulo e o sustentáculo dos outros, e vice-versa. Porque os patronos dos mosteiros mais poderosos pertenciam à nobreza rural, e eram as suas ricas dotações que permitiam aos monges cumprir a sua vocação espiritual, sem serem esmagados pelas dificuldades da subsistência material. Se alguns destes nobres tinham um pouco mais de instrução, era quase sempre por-

(17) *Vita*, n. 17, in *PMH*, SS, p. 85.

que, tendo sido oferecidos em crianças ao mosteiro patrocinado pela sua família, deixaram depois o claustro por falta de vocação: não se tornavam abades, como era muitas vezes o destino destes monges-patronos, mas vinham a ser homens de acção um pouco mais subtis ou um pouco mais cultos do que os seus iguais.

Foram também os monges que estabeleceram a ligação entre as classes pobres e os grandes proprietários, e assim contribuíram para evitar os choques entre uns e outros: os primeiros seriam esmagados pelos segundos e talvez até se revoltassem, como sucedeu em algumas cidades do fim do século XI e princípios do seguinte, se não fosse a maneira como transformaram as grandes doações de terras dos magnates em benefício de todos. Eram eles, também, que pela *benefactoria* protegiam viúvas ou famílias inteiras, ameaçadas de cair em condição social mais baixa por falta de bens materiais.

Minoria criadora, portanto, ao lado de outra minoria criadora que eram os nobres. O seu campo de acção é a cultura do espírito, a organização da sociedade, da economia, a procura apaixonada de Deus.

A procura de Deus, em primeiro lugar. São os monges que, pelo simples facto de passarem intermináveis horas a orar em comum, dão aos cristãos desta civilização de fronteira, o sentimento de segurança e de continuidade, que lhes sustentam o esforço e os não deixam esmorecer nem na defeza nem no ataque. Se esta sociedade de militares não encontrasse sempre, ao regressar dos fossados estafantes, os monges rezando no coro, como teriam eles coragem para sustentar a luta durante quinhentos anos? Se no campo de batalha não sentissem que as suas violências eram redimidas pela intercessão dos monges, como guardariam o seu ideal, sem pactuarem como o inimigo? Mas além de lhes sustentarem o esforço e o ideal, os monges ensinam-lhes também, pelo seu desinteresse, a defenderem o comum e não apenas o individual. E se fôssemos a pormenorizar a acção dos monges na organização eclesiástica, não mais

acabariamos de fazer a resenha dos benefícios que prestaram no campo mais estritamente religioso, antes de terem começado a reorganizar-se definitivamente as dioceses portuguesas, a partir de 1070.

Minoria criadora, em segundo lugar, porque organizam a sociedade e a economia. Mesmo sem trabalharem de mãos, ao menos desde que os costumes cluniacenses se propagam entre nós, no fim do século XI, organizam a produção, estimulam as trocas, são a única base sólida desta sociedade de fronteira, extremamente instável. Eles os que fixam a propriedade rural e a estruturam, nos vai-vens das conquistas e presúrias, sem a fazerem improdutivo apesar de se tornarem latifundiários. Porque promovem, tanto como os nobres, a compra dos pequenos campos alodiais que os seus proprietários abandonam ao irem tentar a sorte no repovoamento ou ao acolherem-se à *benefactoria*, mas promovem mais do que eles a sua valorização produtiva: há sempre viúvas com encargos de família, lares pouco favorecidos pela sorte, trabalhadores sem mais nada para vender, e homens livres pouco dispostos a emigrar para o Sul, que se acolhem à protecção do mosteiro, mais benigna que a dos senhores leigos, para escaparem à miséria total. Trazem geralmente consigo um casal insuficiente para os sustentar e recebem outro do mosteiro, ou trocam-no por um maior. E assim as classes pobres, em risco de se tornarem um peso social, encontram meio de ocupar um lugar útil e digno na comunidade, as terras abandonadas não ficam sem cultivadores e há sempre uma instituição estável que organiza e distribui o trabalho.

Os monges não se contentam com cultivar as suas terras e produzir: também estimulam as trocas de produtos. Porque têm mais necessidades do que os simples camponeses: gastam mais lã e mais linho do que eles, precisam de pergaminho e tintas para os livros, não podem passar sem vinho para as missas e azeite e cera para a iluminação dos altares, compram objectos de ouro e prata para as alfaias sagradas, constroem igrejas de pedra trabalhada, têm uma alimenta-

ção mais variada. Por isso, se no domínio do mosteiro se não produz tudo quanto lhes é necessário, têm de organizar transportes para adquirir os produtos de outros lugares, têm, por vezes, até, de organizar mercados. Não é a abadia de Santo Tirso que tem um monge em S. João da Foz para tomar conta de um barco de pesca que lhe garante o fornecimento de peixe ⁽¹⁸⁾? Não é a de Lorvão que em poucos anos vários benfeitores oferecem três portos de passagem de cursos de água, com seus barcos e barqueiros (DC 100, 101, 107, 139)? Se o próprio mosteiro não precisa de produtos fabricados e de matérias primas, os fiéis que se juntam nas grandes festas religiosas — magnates que vêm de longe e de perto com o seu séquito e pobres cultivadores da região, peregrinos sempre instáveis e clérigos das igrejas mais próximas —, aproveitam a ocasião para fazerem as suas trocas. Tanto mais que uma boa parte dos mosteiros estão situados perto das antigas vias romanas, e era por aí que se fazia ainda todo o tráfico, por aí que passavam os viajantes, sem outros lugares para se abrigarem além das hospedarias monásticas. Era esta a situação do mosteiro de Pedroso junto à estrada de Coimbra ao Porto; de Pendorada, no lugar em que a estrada de Vizeu-Penafiel atravessava o Douro; de Santo Tirso, perto da ponte que servia as vias procedentes do Porto e de Penafiel em direcção a Braga; de Tuías ao pé do caminho que levava de Entre-os-Rios a Amarante; e de tantos outros mosteiros a que os fiéis davam esmolas «ut habeant adiutorium qui ibi habitauerint, monacis, fratres, peregrinos, degentes, ospites pauperes et diuites» ⁽¹⁹⁾.

Minoria criadora, os monges, finalmente, porque cultivavam as coisas do espírito. Neste ponto detêm mesmo uma espécie de monopólio: não porque façam qualquer esforço para isso, mas porque são os únicos que sentem necessida-

⁽¹⁸⁾ PMH, *Inquisitiones*, p. 459.

⁽¹⁹⁾ TT, CR, Pedroso, maço III, n.º 15, de 1150.

des neste campo e os únicos que estão em condições de o cultivarem, ao menos até à restauração definitiva das dioceses portugalenses, depois da de Braga, em 1070. Com efeito são os monges que compram e copiam manuscritos, os que dão trabalho aos ourives e escultores, os que precisam de iluministas e pintores, os que sabem escrever e redigir, eles os que são capazes de compor vidas de santos, anais, crônicas e homilias. Claro que não sobem muito alto no nível da produção literária ou artística: as suas igrejas são humildes e rudes, as suas bibliotecas pobres, a não ser em livros litúrgicos, as obras que compõem sem grande originalidade e redigidas num latim semi-bárbaro. Mas se não fossem eles a nossa língua seria decerto muito mais pobre, não saberíamos nada da nossa história e não haveria outros vestígios monumentais, além dos castros com as suas casas de pedra solta. De resto as bibliotecas dos mosteiros não eram, talvez, tão pobres como por vezes se supõe. Não falemos já nos exemplos excepcionais de Alcobaça e Santa Cruz. Mas nos mosteiros beneditinos do Norte, mais ligados à terra, mais pobres, com menos monges, também se lia alguma coisa; se não restam obras intactas ficaram-nos pelo menos alguns fragmentos, ou referências a livros perdidos; fragmentos do comentário de S. Agostinho ao Ev. de S. João no mosteiro de Pedroso, das *Vitae Sanctorum Patrum Emeritensium* no de Pendorada, e homilias e escritos filosóficos ainda não identificados nos de Paço de Sousa e de Cete; e referências às *Consolationes* de Cassiano e aos *Moralia* de S. Gregório no mosteiro de Santo Tirso, dos mesmos livros e ainda dos *Dialogi* de S. Gregório, das *Vitae Patrum*, das Etimologias de S. Isidoro, de escritos de S. Efrém, do *De virginitate B. M. V.* de S. Ildefonso, e vários outros no mosteiro de Guimarães (DC 76 de 959). Isto sem falar nos casos mais conhecidos de Lorvão e Arouca. Daqui se pode legitimamente supor que as bibliotecas das abadias do Norte não eram tão pobres como muitas vezes se supõe.

Além disso os monges escrevem obras originais. Deixando de lado as produções literárias dos Cónegos Regran-

tes de Santa Cruz e dos Cistercienses de Alcobaça, que já atingem um nível muito honroso, podem-se citar os exemplos do primeiro núcleo dos *Anales Portucalenses Veteres*, que parece provir de Guimarães ⁽²⁰⁾; a vida de S. Geraldo pelo monge Bernardo, provavelmente o que viria a ser bispo de Coimbra; e a vida de S. Senhorinha que, com o seu elogio da Regra de S. Bento não pode deixar de ser redigida por um monge.

Passando ao campo artístico, são também os monges que suscitam uma temática ornamental muito característica no primeiro românico português. Eles os que ensaiam as primeiras construções abobadadas e as igrejas em três naves, com as de Travanca, Rates, Pombeiro e, mais tarde Paço de Sousa. E não era ao mosteiro de Refojos de Basto que pertencia o cálice oferecido por Gueda Mendes, hoje no Museu Machado de Castro ⁽²¹⁾? Não foram desenhadas e pintadas no mosteiro de Lorvão as célebres iluminuras do Apocalipse, talvez as mais antigas que hoje nos restam, feitas em Portugal? Isto sem falar no túmulo de Egas Moniz em Paço de Sousa, nas estátuas jacentes de Pombeiro, no claustro de Santo Tirso na ábside de Castro de Avelãs, nos capitéis de Rates, no pórtico de Vilar de Frades, na galilé de S. Fins de Friestas.

Quem poderia duvidar, depois destas enumerações, feitas ao acaso, que os monges foram uma minoria criadora no campo das artes, das letras, da economia e das relações sociais, além de o serem também no da prática religiosa? E ainda que foram, ao lado das outras minorias criadoras, na sociedade portucalense dos séculos IX a XII, a mais precoce, a mais activa, com influência em campos mais variados e com alcance maior? Não é, portanto creio eu, produto da obcecação, afirmar que o grupo humano de que

⁽²⁰⁾ P. DAVID, *Études historiques*, p. 340.

⁽²¹⁾ Cf. A. M. GONÇALVES, *Da Ourivesaria Medieval em Portugal*, in *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, II (Braga, 1964), p. 134.

provém a nossa nacionalidade, adquiriu a sua consistência, a sua maturidade e a possibilidade de subsistir como um todo, graças à presença dos monges no seu seio, sem que eles tivessem feito qualquer esforço separatista no campo político, antes sentindo-se intimamente ligados aos seus confrades da Galiza, de Castela e da Borgonha.

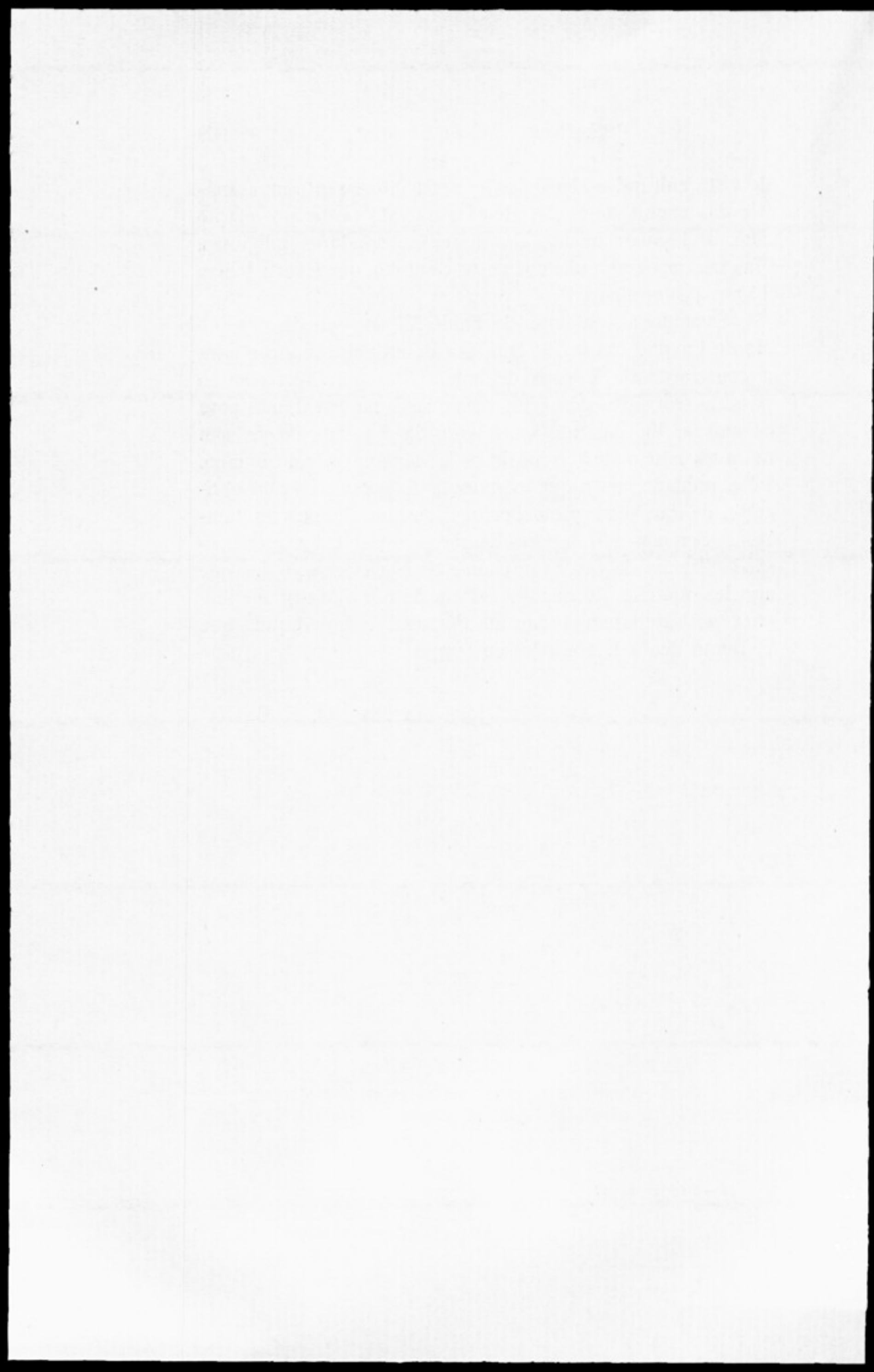
Apenas uma pequena indicação sobre esta solidariedade dos monges portucalenses com os do resto da Península e da Cristandade, para terminar. Antes de 1140, as tendências separatistas dos barões portucalenses, dos quais os mais activos são patronos dos mosteiros de Paço de Sousa, Pendorada, Santo Tirso e Pedroso, não impedem os monges de receberem frequentes visitas de confrades vindos de Celanova, Sahagún, San Zoilo de Carrión, Cluny e La Charité-sur-Loire, de copiarem livros vindos de além-Pirinéus e de adoptarem, com uma fidelidade impressionante os costumes cluniacenses, mesmo quando juridicamente independentes da abadia borgonhesa.

É a este sentido de solidariedade com os seus confrades de toda a Europa, da parte dos monges a que Portugal deve a sua consciência nacional e a sua possibilidade de reger os próprios destinos, que se deve atribuir, creio eu, o nosso sentimento, ainda hoje tão forte, de pertencermos ao Ocidente e à Cristandade. Poderíamos facilmente tê-lo perdido nos nossos contactos com os outros continentes, no momento em que vivíamos mais voltados para o Ultramar do que para a Europa. Em vez disso, sentimo-nos sempre como que os representantes da Cristandade perante todas as outras civilizações. Ainda hoje pretendemos continuar a desempenhar o mesmo papel, apesar de as circunstâncias e as correntes ideológicas nos serem tão adversas, apesar de vivermos sempre um pouco atrasados em relação à grande Europa. Atrasados, à margem, e sem convicções próprias, pelo menos desde que os monges, com todos os outros religiosos foram expulsos dos seus claustros. Não foi a partir do princípio do século passado que o nosso país passou a ser uma espécie de colónia da Europa, do ponto

de vista cultural e ideológico? Seria interessante uma análise das causas desta decadência, quando posta em relação com o desaparecimento das minorias criadoras religiosas. Mas não nos embrenhemos neste caminho, que levaria longe. Temos de terminar.

Segundo as palavras de Paulo VI, no seu discurso no Monte Cassino, muito há ainda a esperar dos monges para a construção da Europa de hoje. Não para regressar ao passado teocrático dominado pela abadia medieval, mas para os monges lhe darem o sentimento da *fé* e da *unidade*, sem as quais não pode ter consistência nenhum grupo humano. Fé e unidade, eis o que os monges do nosso país têm obrigação de dar, para que o Portugal de hoje se construa também. Seremos nós capazes de corresponder a tão alta missão? Temos de fazer um exame de consciência. Mas que aqueles que não são monges exijam de nós este testemunho, para nos ajudarem a dar ao Portugal de hoje aquilo que S. Bento deu à Europa de seu tempo.

FR. JOSÉ MATTOSO, O. S. B.



A OBRA DO BARÃO DE RIO BRANCO NA DEMARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS MERIDIONAIS DO BRASIL

1 — JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JUNIOR, Barão do Rio Branco, ao nascer, em 20 de Abril de 1845, tinha, sobre o berço, as insígnias heráldicas de seu pai, Visconde do Rio Branco, eminente estadista do Império.

Ao contrário do que costuma acontecer com os filhos de varões ilustres, o Barão — fiel ao exemplo paterno de amor à Pátria — elevaria aquelas insígnias ao pináculo da glorificação nacional.

Sua formação jurídica dividiu-se entre a Faculdade de Direito de São Paulo e a Faculdade de Direito do Recife, que constituíam, na época, os dois polos universitários da vida brasileira, entre eles traçando-se a grande recta da unidade espiritual do nosso país.

Inclinado, visivelmente, para os estudos históricos, cujos temas versou em livro, quando ainda frequentava as aulas da Faculdade, Rio Branco, ao findar seu curso de bacharel, por motivo de moléstia, viajou à Europa e abriu, assim, diante de si, o panorama de um mundo inteiramente diverso, com ricos mananciais de cultura ao alcance de sua mão, a aguçar-lhe as vocações e a incitar-lhe o génio.

Regressando ao Brasil, foi, sucessivamente, professor de História, promotor público e deputado. A vida lhe pedia, sempre, o exercício da palavra, falada e escrita, através das funções que o Brasil lhe confiava, como se, por predestinação, já se soubesse que a palavra de Rio Branco, escrita e falada, mais do que a espada de nossos generais, se haveria de transformar, pela magia da História, no instrumento de precisão que delineou as linhas definitivas de nossas fronteiras contestadas.

Não lhe faltaram, ao mesmo tempo, as experiências diplomáticas, que seriam, no futuro, o suporte de toda a sua actuação: ele foi secretário do Visconde, em 1870, quando, às margens do Prata, se esboçou o acordo da paz com o Paraguai. Mais tarde, cônsul do Brasil em Liverpool e nosso representante na Exposição de S. Petersburgo, Rio Branco não só se familiarizou com a realidade integral do mundo de sua época, como encontrou meios e formas práticas para desenvolver — como antes não se fizera, no terreno da pesquisa directa e da investigação exaustiva — os seus estudos americanistas, que seriam, em breve, a chave do seu êxito pessoal e o segredo das imarcessíveis vitórias do Brasil, no cenário político da América, como mensageiro das soluções pacíficas, jurídicas e legais, numa época em que campeavam, pelos outros quadrantes do século, a intransigência prepotente e a lei de guerra do mais forte.

Vinculado, pelos laços de família e de toda a sua formação, ao regime imperial, seria durante a República que Rio Branco, atingindo a naturidade, ultrapassaria os limites de uma vida, para se transformar no símbolo do destino heróico de nosso povo.

Nomeado, no dealbar da República, superintendente dos serviços brasileiros de imigração, em Paris, o futuro chanceler — permanecendo na Europa — entrevia, porém, através das brumas da distância e do oceano, os litorais de sua Pátria e amava-a na mais pura forma de amor, que é o estudo de suas raízes, de sua origem, de sua realidade, de seus problemas e de seus êxitos.

2— Ao discursar na sessão inaugural do Congresso Científico Latino-americano, reunido no Rio de Janeiro, em 1905, Rio Branco antecipou, assim, o julgamento que sobre o Brasil e os brasileiros, levariam os congressistas, de regresso a seus países.

«Eles dirão, sem dúvida, que viram uma bela terra, habitada por um povo bom: terra generosa e farta, povo laborioso e manso, como as colmeias em que sobra o mel.

Não há, aqui, quem alimente inveja contra os povos vizinhos, porque tudo esperamos no futuro; nem ódios, porque nada sofremos deles no passado. Um grande sentimento nos anima: o de progredir rapidamente, sem quebra das nossas tradições de liberalismo e sem ofensa dos direitos alheios».

Aí está a descrição de um povo. Mas, ao mesmo tempo, aí se encontra a confissão dos ideais de quem proferia aquelas palavras: Rio Branco sempre sonhou com a convivência pacífica de todos os homens e de todos os países.

Nessa identidade entre o Homem e a Pátria, entre os ideais do cidadão e os ideais do povo, reside a explicação da glória ímpar que até hoje cerca a memória do grande brasileiro.

Como justificar a popularidade de uma figura tão aristocrática, tão vinculada ao Império, em pleno período de consolidação da República?

Como compreender o prestígio invulgar de uma actividade despida de matizes demagógicas e, ao contrário, marcada, de modo indelével, pela reserva e pela discrição da boa diplomacia?

Como interpretar a simpatia e a admiração que ele despertou, não, apenas, nas esferas intelectuais, que estavam em contacto com suas obras altamente especializadas, como, também, no espírito do homem comum, que só o conhecia à distância, como consolidador de nossos lindes territoriais e enamorado perpétuo das soluções pacíficas para as divergências internacionais?

Esse paradoxo aparente, que Álvaro Lins acentuou, tem sua explicação no juízo do próprio historiador: «A grandeza humana é um fenómeno misterioso. Não vem só dos actos e feitos, mas de um julgamento, de uma eleição do povo».

O povo elege seus símbolos somente quando entre ambos se estabelece o liame da identificação.

Rio Branco, de facto, encontrou as constantes que presidiram sua acção e seu pensamento na própria índole do povo brasileiro.

Nossas tendências pacifistas, nossa oposição aos predomínios políticos e económicos, nosso anseio de relações vastas e amistosas com os demais países, nosso carácter infenso à conquista e à opressão, em síntese, aquilo que pinta, a largos traços, o carácter nacional, desenha, também, o retrato de Rio Branco, na sua íntima substância, isto é, como ele ressurge, do fundo do tempo, sobre a pedra dos séculos, aos olhos de seus contemporâneos e das novas gerações.

Usando, como armas, a autenticidade, comprovada através da pesquisa objectiva, e o ímpeto comedido da paixão patriótica, Rio Branco construiu, quase sozinho, a gigantesca obra diplomática que, até hoje, é a maior contribuição do Brasil à América e ao Mundo: o exemplo positivo de que os meios pacíficos são suficientes para a solução dos litígios entre os Estados, e de que todas as reivindicações se podem entrelaçar sob essa bandeira de mútua compreensão.

Para se ver, com nitidez, a extensão do papel de Rio Branco na vida nacional, é preciso imaginar o mapa do Brasil.

A ele se deve a fixação definitiva de nossas fronteiras com a Argentina, a Bolívia, a Colômbia, o Perú, a Guiana Francesa e a Guiana Holandesa. Poucas vezes, na crónica universal, um país terá recebido, das mãos de um só homem, pelo uso de meios jurídicos, tamanha extensão territorial. Ele acresceu o território nacional como ninguém antes o fizera, nem ninguém depois dele o fez. Mas, assim fazendo, ao mesmo tempo, acresceu a fama de seu nome, multiplicando o agradecimento que, sob a forma de consagração, cai, hoje, de nossos corações, sobre sua lápide e sobre sua memória.

A par disso, ele foi o vigilante defensor do prestígio internacional do nosso país. Entre suas vitórias, apontamos a criação do primeiro cardinalato em terras brasileiras, a escolha do Rio de Janeiro para sede do III Congresso Pan-Americano e o incidente da canhoneira Panther, que — segundo o depoimento do Barão de Richtofen — levou o Kaiser a apresentar ao Governo Brasileiro excusas tão amplas,

como jamais a Alemanha o fizera, até então, perante outro qualquer Estado.

Não é, igualmente, possível obscurecer que quando Rui Barbosa, em 1907, reivindicou e conquistou, na II Conferência da Paz, de Haia, o respeito das nações do Velho Mundo, por detrás do talento excepcional do orador baiano se delineava e perfil de Rio Branco, garantindo o êxito da participação do Brasil naquele conclave, pelo apoio meditado às atitudes da nossa representação, pois se ligavam ao recesso tranquilo de seu gabinete, tão distante do cenário agitado dos debates, os novos rumos que Rui se esforçava por imprimir à organização do mundo contemporâneo.

Tantos foram, na realidade, e tão importantes, os serviços que o Barão de Rio Branco prestou à nossa Pátria, que seria impossível fazer, nos limites restritos de um pequeno registro, a sua análise integral.

Levados, assim, por um critério particularista, mas justificável, nós nos iremos deter, apenas, em dois dos seus trabalhos que, pela situação geográfica dos territórios controvertidos, mais de perto atingem e interessam ao Rio Grande do Sul: *a questão das Missões e o condomínio da Lagoa Mirim*.

Há, nessa escolha não, apenas, um critério geográfico, mas, também, uma coincidência cronológica: A primeira grande questão de limites confiada à argúcia do Barão no ano de 1895, referia-se a território gaúcho e envolvia a zona das Missões. O epílogo de sua actividade diplomática, no terreno das causas maiúsculas, se verificaria em 1909, com o estabelecimento do condomínio sobre a Lagoa Mirim.

A obra espetacular do Barão, pois, começou no Rio Grande do Sul e nele terminou.

3 — A imprecisão dos limites entre as possessões americanas de Portugal e da Espanha data da bula *Inter Cætera*, promulgada, em 1493, pelo Papa Alexandre VI, e do *Tratado de Tordesilhas*, através do qual, um ano mais tarde, aqueles dois países, praticamente, dividiram entre si as terras do mundo americano.

Os conhecimentos geográficos e técnicos da época não permitiam a fixação perfeita das fronteiras artificiais, de modo que as dúvidas persistiam e as questões se multiplicavam, à sombra dos textos em vigor. Sucediavam-se as violações das cláusulas convencionais, de parte de ambos os Estados, sobrepondo-se a força dos factos à validade dos acordos jurídicos.

Tal situação perdurou até 1705, quando Portugal e Espanha celebraram o *Tratado de Madri*, que tentava estabelecer, definitivamente, os limites entre as duas nações, no continente americano, utilizando, sempre que possível, os acidentes naturais.

Nesse acto internacional — em que se prescrevia, de modo expresso, que «cada parte há de ficar com o que actualmente possui» — se encontra o germe da doutrina do *uti possidetis*, que o Brasil defenderia em todas as suas controvérsias de fronteiras.

Apesar, entretanto, do espírito de tolerância que presidiu, de ambos os lados, à sua celebração, ainda estava longe a paz que com ele se pretendia estabilizar.

Depois da morte de D. João V, surgiu, em 1777, um novo tratado de limites — o *Tratado de Santo Ildefonso* — que não logrou execução devido à guerra que se desencadeou, logo depois, entre os dois países ibéricos.

Quando, em 1822, o Brasil passou a integrar o concerto das nações independentes, nosso governo não encontrou, portanto, uma base sólida e precisa para resolver as questões fronteiriças que começavam a surgir, relativamente às antigas colónias espanholas, que também haviam conquistado sua autonomia.

As divergências, as lutas, as discórdias prosseguiram, sem que se pudesse chegar a uma solução final. Tanto assim que, ao ser proclamada a República, só dois limites do Brasil haviam sido, definitivamente, demarcados: os que o separavam do Paraguai e da Venezuela. Éramos, pois, na verdade, «uma nação quase sem fronteiras fixadas».

Desse litígio secular, nasceria, entre o Brasil e a Argen-

tina, grave questão diplomática, que se conhece como o *Caso das Missões*.

É preciso, ao analisá-la, contudo, desde logo, frisar, com apoio na lição de Rio Branco, a impropriedade dessa denominação, já que, ao contrário do que vulgarmente se pensa, o território reclamado pela nação vizinha nunca fez parte das antigas missões jesuíticas, achando-se, isso sim, compreendido na *Comarca de Palmas*.

Seria melhor, portanto, falar-se em *Questão do Território de Palmas*. O uso, porém, generalizou, sobretudo, a primeira das designações citadas.

A raiz do problema era muito antiga: prendia-se à posição de dois rios, o Pepirí-Guaçú e o Santo António, que, juntamente com o Uruguai e o Iguazú, formavam as três secções de nossos limites com a Argentina, aos quais os Tratados de 1750 e 1777 faziam expressa referência.

As pretensões argentinas sobre a área contestada, porém, eram relativamente recentes, pois cerca de quarenta anos já haviam decorrido, desde a independência das Províncias do Rio da Prata, antes que aquele país — visando ao considerável aumento de seu território — reclamasse, como suas, as terras ocupadas pelos brasileiros.

A base de sua reivindicação, apresentada em 1881 e renovada em 1888, era a afirmativa de que os rios mencionados nos textos internacionais de 1750 e 1777 não eram, como o Brasil sustentava, o Pepirí-Guaçú e o Santo António, mas, sim, o Chapecó e o Chopin, situados mais a leste.

Para resolver o impasse, firmou-se, às vésperas da República, um convénio em que se decidia solucionar a questão por arbitramento, se, dentro de um ano, não o conseguissem fazer, através de entendimento directo, os dois países nela interessados.

Esse tratado, com data de 7 de Setembro de 1889, excluía a hipótese de partilha do território contestado, indicando que a fronteira devia ser constituída pelos rios que o Brasil ou a República Argentina haviam designado e que o árbitro se deveria pronunciar por uma das partes, conforme

lhe parecesse mais justo, em face das razões e dos documentos que apresentassem (art. 5.º).

Era essa, aliás, a orientação desejada pelo Império e que levara D. Pedro II a declarar: «Nessa questão não transijo: ou o território é nosso, e não devemos alienar uma polegada dele, ou pertence a nossos vizinhos, e então é justo não querermos uma polegada do que não nos pertence».

O primeiro governo republicano, entretanto, decidiu-se pela partilha da área litigiosa e, através de Quintino Bocaiuva, negociou e assinou, no dealbar do ano de 1890, em Montevideu, o tratado que a dividia entre nosso país e a Argentina.

O Brasil, porém, não poderia renunciar àquelas terras, imprescindíveis à segurança nacional, pela sua enorme importância estratégica. Levantaram-se protestos contra a convenção firmada em Montevideu e, por aquelas razões de segurança do país, como acentua Luís Viana Filho, o Congresso, finalmente, a repudiou, por imensa maioria.

A solução, portanto, voltava a ser o arbitramento, confiado, nos termos do tratado de 1889, ao presidente dos Estados Unidos da América do Norte.

A defesa dos interesses brasileiros foi entregue ao Barão Aguiar de Andrade, sendo Nicolau Calvo o patrono da Argentina.

A morte de ambos, no entanto, com um pequeno intervalo de tempo, deveria fazer com que se defrontassem, em Washington, como representantes dos dois países, o Barão do Rio Branco e Estanislau Zeballos.

O trabalho do nosso advogado, na defesa dos direitos brasileiros, apresentou dois aspectos, ou melhor, baseou-se em dois elementos: *a)* — O primeiro era um elemento histórico-geográfico, representado pelos tratados de 1750 e 1777, pelo mapa de 1749 (comumente chamado Mapa das Cortes) e pela instrução particular expedida, em 1758, aos Comissários Demarcadores. *b)* — O segundo era um elemento doutrinário, a teoria do *uti possidetis*, já anteriormente sustentada por seu ilustre pai, o Visconde de Rio Branco.

Os textos acima referidos, que constituíram a base

material para a construção da defesa brasileira, eram os mesmos sobre os quais Zeballos architectara a argumentação argentina. Rio Branco os aceitou, patenteando, desde logo, dessa forma, a sua habilidade diplomática, pois evitavam que se tivesse de desviar a atenção do árbitro do problema principal, o que ocorreria se fosse ele compelido, preliminarmente, a resolver sobre a legitimidade ou ilegitimidade dos documentos que a Argentina apresentava.

A habilidade do advogado do Brasil se evidenciaria, contudo, ainda melhor, quando, ao finalizar sua exposição, num autêntico lance de grande envergadura diplomática e profissional, Rio Branco demonstrou e provou, sem margem a dúvidas, que os dois documentos principais em que a Argentina apoiara sua reclamação — o Mapa de 1749 e as Instruções aos Demarcadores, de 1758 — eram cópias adulteradas de documentos originais, embora o país vizinho os houvesse utilizado de boa fé, plenamente convicto de sua autenticidade.

O fundamento doutrinário de Rio Branco, por outro lado, era a chamada teoria do *uti possidetis*, nascida e desenvolvida na América e esposada pelo Brasil, como já frisámos acima, em todas as suas questões de limites.

As origens dessa concepção remontam ao Direito Romano, onde se encontra a frase: «*uti possidetis, quominus ita possideatis vim fieri veto*», que daria, em sua fórmula resumida, o princípio: *uti possidetis, ita possideatis*, isto é, *como possuís, continuai possuindo*.

Em face da ausência de convenções válidas que possibilitassem a solução precisa das questões territoriais, afirmava o Brasil que cada Estado americano continuaria possuindo território que era seu quando se tornara independente.

Hildebrando Accioly denominava esse princípio *uti possidetis de facto* ou *uti possidetis colonial*, distinguindo-o, ao mesmo tempo, da *ocupação* e da *prescrição*.

O elemento básico da ocupação — afirmava ele em sua monografia *Le Brésil et la Doctrine de l'Uti Possidetis*, publicada em Paris, em 1935 — é um território considerado *res*

nullius. A prescrição, por sua vez, pressupõe um proprietário ou soberano anterior. No *uti possidetis*, ao contrário, o único fundamento é o traçado das linhas demarcatórias entre dois países, quando seus limites não se acham expressos em nenhum documento válido. O factor a considerar, conclui o citado autor, é o elemento material da posse comprovada por marcas de domínio e por actos de jurisdição.

Esse princípio foi aplicado, por duas vezes, durante o Império, através dos tratados de limites que o Brasil celebrou (em 1851 e 1867, respectivamente) com o Perú e com a Bolívia.

Não era, porém, interpretado do mesmo modo por todas as repúblicas americanas. Entre as antigas colónias espanholas, sobretudo, levantava-se, em oposição ao conceito brasileiro do *uti possidetis de facto*, a ideia do *uti possidetis juris*, que excluía o requisito da ocupação efectiva e da posse, exigindo que as linhas demarcatórias se estabelecessem segundo as divisões administrativas da Espanha, fixadas na fase colonial.

Como bem acentua Álvaro Lins, no estudo biográfico do Barão do Rio Branco, essa interpretação do *uti possidetis* encerrava, no entanto, uma contradição essencial: se o *uti possidetis*, como vimos anteriormente, por origem e definição, exprime o direito de posse, através da ocupação pacífica e efectiva de uma área geográfica sobre a qual não existem títulos legais válidos e vigentes, não há como pretender biparti-lo em *uti possidetis de facto e de direito*. Existe, apenas, o *uti possidetis*, «tout court».

Tal ponto — importantíssimo para a posição assumida pelo Brasil relativamente às questões de fronteiras — foi assinalado, ainda durante o governo imperial, pelo Visconde do Rio Branco, que se tornou, então, o principal intérprete e o principal doutrinador do *uti possidetis*.

Retomando a obra jurídica do pai eminente, caberia ao Barão do Rio Branco fazer, na República, a aplicação prática desses princípios teóricos, em todas as controvérsias em que teve de intervir, em nome do nosso país, a respeito dos

marcos divisórios do Brasil com as demais nações da América do Sul.

Na questão com a Argentina, que vimos analisando, Zeballos tentou restabelecer a exegese segundo a qual o *uti possidetis* só era válido para os países que, antigamente, foram colónias espanholas. Rio Branco, ao contrário, valendo-se das lições do Visconde, nelas se apoiou, afirmando o valor do *uti possidetis* como meio de suprimir a falta de direito escrito na demarcação das linhas de fronteiras, traduzido na ocupação efectiva ou em monumentos comprobatórios de posse.

«O Brasil — escreveu Rio Branco, na *Memória*, apresentada ao presidente Grover Cleveland, árbitro da questão — funda o seu direito no *uti possidetis* da época da Independência, que era o mesmo, reconhecido pelos missionários espanhóis quando, desde o século XVII até meados do século XVIII, mantinham a oeste do Pequirí brasileiro um posto de observação para dar notícia dos movimentos dos Paulistas; posse igualmente reconhecida por Espanha no Tratado de 1750 e admitida pelo próprio governo argentino, porquanto no largo período de setenta anos, decorridos desde 1810 até 1881, não manifestou pretensão alguma a fronteira mais oriental do que essa, e no período de quarenta anos, decorridos desde a ocupação efectiva e permanente desse território por cidadãos e autoridades do Brasil, em 1838 e em 1840, até 1881, não reclamou ou protestou contra essa ocupação brasileira. Funda ainda o seu direito na posição especial desse território, que lhe é indispensável para a sua segurança e defesa, e para a conservação das comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros Estados da União Brasileira».

A defesa de Rio Branco — com esse ponto central da argumentação — alcançou cerca de trezentas páginas.

Escritas num estilo conciso, sem pecar por digressões inúteis ou desnecessárias, desprovidas de efeito meramente retórico, expurgadas de documentos supérfluos, apresentavam elas ao julgamento arbitral um problema formulado mate-

màticamente, notável pela simplicidade com que foi equacionado e pela lógica dos seus argumentos.

Quase um ano, no entanto Rio Branco esperou, em Washington, a decisão final.

Quando ela foi proferida, em 5 de Fevereiro de 1895, concluindo por aceitar, *in totum*, as pretensões do Brasil, o Barão a recebeu com serena elegância, como se jamais houvesse temido outra solução. Ao receber os cumprimentos que lhe foram apresentados pelo seu ilustre adversário Estanislau Zeballos, respondeu-lhe, com modéstia: «Tive uma causa fácil de defender, enquanto a sua era extremamente difícil».

Tal resposta definia o homem que a pronunciava, naquele momento. Mas, igualmente, nela transparecia a arraigada convicção de que a causa sustentada pelo Brasil era uma causa justa.

Não é demais recordar que Rio Branco — por seguro que estivesse da procedência da tese do Brasil — ao aceitar o patrocínio da demanda, arriscava uma carreira que recém se iniciava, pois, naquele momento, segundo a voz geral, a questão das Missões era uma *causa perdida*.

Rio Branco, por arte própria, graças, sobretudo, aos seus profundos estudos americanistas, ultrapassou as sombrias expectativas dos meios diplomáticos nacionais e resolveu uma contenda secular que representava, para o nosso país, a perda irremediável ou a incorporação definitiva de ampla área territorial, de reconhecido valor estratégico.

Entrando, assim, quase de inopino, para a galeria dos grandes estadistas brasileiros, Rio Branco não teve momentos de orgulho ou de vaidade. Sua actuação, ao longo do penoso trabalho diplomático e jurídico em que se empenhou, e seu comportamento na hora do triunfo, em relação ao seu eminente opositor, mostraram que nele existiam os ingredientes que compõem as personalidades de escol: «a compreensão da verdadeira sabedoria, a tolerância da verdadeira força e a humildade da verdadeira grandeza».

4 — A questão das Missões, tão importante para nosso Estado, foi vencida, para o Brasil, por Rio Branco, através de uma intensa controvérsia doutrinária.

O destino lhe reservava, porém, ainda nas planícies do pampa gaúcho, a missão de encerrar outra contenda de fronteiras, relativa ao tráfego da Lagoa Mirim, entre o Brasil e o Uruguai.

Agora, porém, ao contrário, não se pediria que a força dialética de Rio Branco pleiteasse o reconhecimento de um direito legítimo do nosso país. Sua posição não foi a de quem estende a mão para exigir o que é seu; foi, ao contrário, a posição de quem abre a dextra no gesto de quem oferece aquilo que a consciência nacional considera de justiça, embora contra os textos internacionais que sustentariam, normalmente, os amplos direitos do Brasil.

Para melhor compreender o papel de Rio Branco na questão da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, é preciso partir dos factos remotos que lhe deram origem.

O problema nasceu no dia em que o *Tratado de Badajós*, entre Portugal e Espanha, anulando o *Tratado de Santo Ildefonso*, reconheceu o direito do governo português a todas as suas conquistas em solo americano.

Em consequência, desde a época colonial, pelo estabelecimento das fronteiras entre Brasil e Uruguai, nos rios Uruguai e Quaraim, Portugal tinha o domínio exclusivo da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão.

Após a independência dos dois países sul-americanos, o Uruguai tentou obter um regime de liberdade de trânsito, quanto à navegação da Lagoa Mirim e de seus rios, sem nada obter, porém, de positivo, do governo imperial brasileiro.

Em 1851, foi subscrito um tratado de limites entre as duas jovens nações, reconhecendo-se nele, ao Brasil, com base no princípio do *uti possidetis*, a posse exclusiva da Lagoa Mirim. Mas, como bem acentua Delgado de Carvalho, na sua *História Diplomática do Brasil*, embora a República

Oriental não tivesse direito à navegação naquelas águas, podia praticá-la, mediante concessão voluntária do Brasil.

O Uruguai não fora, é certo, obrigado a aceitar essa situação. Fora levado a ela, entretanto, pela instabilidade e perturbação de sua ordem interna, que não aconselhava ofensas ou desagradados ao Brasil Imperial. Apaziguadas, contudo, as suas lutas intestinas, robustecida sua autonomia política, era natural que o país vizinho formulasse suas reivindicações no sentido de se revisar a solução anterior, reivindicações, aliás, encaradas com simpatia por vários estadistas brasileiros, que bem compreendiam a íntima solidariedade espiritual que deveria unir os dois povos.

Diversas tentativas diplomáticas foram feitas, sem resultado, durante o Império e nos primeiros anos da República. O governo imperial — é justo confessá-lo — se inclinara a fazer concessões, em torno do problema da Lagoa Mirim, à República Oriental. Mas o governo uruguaio não considerara aceitáveis as condições estabelecidas pelo Brasil para a efectivação daquelas medidas.

Assim, até 1895, a anomalia perdurava: na fronteira do Quaraim, o rio mantinha-se aberto à livre navegação; na fronteira da Lagoa Mirim, porém, as águas eram de propriedade exclusiva do Brasil.

Rio Branco considerou oportuna, ao encarregar-se do problema, a ampla reformulação das soluções anteriores, consubstanciadas nos actos internacionais celebrados pelos dois Estados. O Barão teve a cautela de frisar que, na época, existiam razões políticas e jurídicas que fundamentavam as precauções do governo do Império no trato da controvérsia. A evolução natural do tempo e das circunstâncias históricas, contudo, permitia, agora, o seu julgamento, e, até mesmo, aconselhavam a celebração de novo tratado de limites entre o Brasil e o Uruguai, sem exigências de parte do primeiro e sem necessidade de compensações por parte do segundo.

Impunha-se, entretanto, preparar o espírito nacional para esse acto, já que, na vida dos povos, como na vida dos indivíduos, é sempre mais fácil receber do que dar, é mais agradável impor do que ceder.

Rio Branco encontrou, assim, entre nossos homens públicos, vários opositores a suas intenções, mas, felizmente para a História do Brasil, manteve-se firme em seus propósitos.

O projecto de convenção por ele elaborado era quase surpreendente: não se limitava a conceder ao Uruguai a livre navegação na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão, mas atribuía ao país amigo, também, jurisdição e condomínio sobre aquelas águas, rectificando, ainda, algumas fronteiras, o que representava, para o Uruguai, a aquisição do direito de propriedade sobre ilhas aí situadas.

Num gesto sem precedentes na vida internacional da América e do mundo, dava-se mais, muito mais, do que fora pedido. O próprio Uruguai o reconheceu e declarou, formalmente, quando, em mensagem ao Congresso, o Presidente Cláudio Williman e o Ministro António Bachini assim se expressaram:

«O Ex.^{mo} Sr. Barão do Rio Branco encarou e resolveu nossas antigas e constantes aspirações com um critério que supera, por sua amplitude e elevação, esses legítimos anelos de nosso patriotismo, e que se pode exactamente traduzir nesta fórmula sintética: A Chancelaria Brasileira, ao combinar as cláusulas do Tratado, concedeu ao Uruguai muito mais do que a nossa diplomacia lhe ofereceu como compensação, em suas incessantes negociações.»

Rio Branco, convicto do acerto de sua orientação, não desejou, um só momento, exigir ou, sequer, aceitar compensações do Uruguai. Ele disse, claramente, que o Brasil, por seu intermédio, praticava um acto de justiça internacional e esse acto, em toda a sua magnitude, em todo o seu esplendor, em todo o seu conteúdo, não poderia aparecer aos olhos do mundo como o simples resultado de uma eventual combinação de interesses.

Os esforços de Rio Branco, que cimentaram em definitivo as relações amistosas entre o Brasil e o Uruguai, se encerraram em 30 de Outubro de 1909, quando as duas potências subscreveram, no Rio de Janeiro, o Tratado que encerrou a secular questão. O representante do Brasil, naquele acto solene, era o próprio Rio Branco.

Estava concluída a obra diplomática do Chanceler, que se iniciara no sul do Brasil e que, aqui, também deveria findar, ao menos no que concerne às grandes causas e às grandes soluções.

Pouco depois, em 1912, encerrar-se-ia a sua própria existência, de modo que o *Tratado de 1909* simboliza a culminação de uma vida dedicada à compreensão entre os povos e à solidariedade entre as nações.

Foram essas, na verdade, as iluminadas e constantes directrizes de sua actuação diplomática. A prova disso nos é dada pelo próprio Uruguai, que substituiu o nome de Artigas — o herói nacional — pelo de Rio Branco, para designar a pequena cidade fronteira que se debruça numa das margens do Rio Jaguarão, e que é um sinal branco, no meio dos campos verdes, marcando, no espaço, a posição que o Chanceler brasileiro ocupa no tempo e no coração dos povos americanos.

As terras que Rio Branco conquistou para o nosso país não representam a força das armas ou a imposição do predomínio. São o resultado feliz de reivindicações legítimas, apoiadas por um trabalho cotidiano, ingente e cheio de amor patriótico.

O caso da Lagoa Mirim, com o Uruguai, todavia, teve significação maior do que todos os demais: pela primeira vez, quiçá, na história do mundo, um país, voluntariamente, despojou-se do que era seu, com base no direito positivo, para entregá-lo a outra nação, levado, apenas, por um sentimento arraigado de equidade. Podemos repetir, pois, as palavras de Álvaro Lins, o principal biógrafo de Rio Branco: «O que era do Brasil ele reivindicara e salvara; o que não nos pertencia fôra, agora, restituído. Saímos quites

desse longo processo de fixação de fronteiras, que outros países só realizam por meio de guerras. Depois de ter reivindicado tantos territórios, Rio Branco encerrava sua obra com um gesto de oferecimento e doação».

5 — Rio Branco colocou-se, durante sua existência, acima dos juízos falazes e das paixões tormentosas da política brasileira.

Dois factos o comprovam.

Vivendo, trabalhando e morrendo na República, Rio Branco não abdicou de seu nome heráldico. Queria ser e foi, assim, o último sinal do Império na História da nossa Pátria. De certa forma, nele, a República prestou a homenagem que devia à serenidade e ao alto corte moral do Imperador.

Além disso, à frente do Ministério das Relações Exteriores, Rio Branco se manteve como ministro de três presidentes sucessivos, nas administrações de Rodrigues Alves, Afonso Penna e Hermes da Fonseca.

A determinada altura do processo político nacional, não se podia admitir o desligamento entre a pessoa de Rio Branco e a diplomacia americana, pois nele encontrávamos o artífice principal das tradições do Itamarati, que é, até hoje, a «Casa de Rio Branco».

Ele demonstrou que a civilização é uma conquista da liberdade humana, e que a História é obra do homem.

Indivíduos e nações — armados da força suprema da deliberação — oscilam entre o bem e o mal. Sempre existem, no entanto, no fundo deles mesmos, forças inesgotáveis que os sustentam nas quedas e os impelem nas ascensões.

Os Estados fazem a escalada do seu progresso através de momentos estelares.

Essas horas quase divinas da crónica histórica — exactamente porque a História é obra do homem — se materializam nos indivíduos que as fizeram soar, no grande relógio do povo, através da imensa parábola do tempo.

Momentos estelares e homens imortais: é esse o binómio da grandeza de uma nação.

Rio Branco, para o Brasil e para a América, é um desses homens, e sua vida pública é uma sucessão daqueles momentos.

GILDA M. CORREIA MEYER RUSSOMANO

O PENSAMENTO POLÍTICO DE EL-REI D. DINIZ

«*Non est regnum propter regem, sed rex propter regnum*». Isto é — para me reportar ao expressivo comentário do nosso grande mestre Paulo Merêa, que tão bem soube aplicar este belo aforismo à realidade política portuguesa, glossando-o com irrepreensível fidelidade — «a ideia de função andava no conceito de soberania, e o poder de governo só se concebia em relação íntima com os interesses gerais e permanentes do reino» (1).

Na verdade, logo ao dealbar do Estado português, a Nação apresenta-se à consciência dos nossos reis como uma realidade tangível. E é o seu serviço, isto é, o bem comum — a que eles se entregam por dever de ofício — que, acima de quaisquer outras considerações, norteia a sua acção de governo.

Não era, pois, — no próprio consenso dos reis de Portugal — o reino que existia para seu gozo, mas sim o rei que tinha de viver — e vivia — para a Nação, como seu primeiro servidor.

Esta noção fundamental, que caracteriza, no nosso país, de maneira impressionantemente viva, o conceito de realeza, não lhe consentia, naturalmente, a ideia de se restringir ao papel de mera fonte de direito e de poder, de que dimanariam todas as normas de administração e de convívio; imprimia-lhe, sim, muito principalmente, o sentido de verdadeira magistratura sobre a qual impendia, como primeiro dever,

(1) *Organização social e administração pública*, in «História de Portugal» dirigida por Damião Peres, vol. II, pág. 461.

o respeito e a defesa dos foros e costumes dos povos confiados à sua guarda e protecção.

E daí a feição tão acentuadamente paternal que, desde o princípio da monarquia, assume a nossa realeza, com base numa tradição de irrecusável autenticidade histórica.

É certo que a Terra Portugalense, constituída por D. Afonso VI, o imperador das duas Espanhas, e por ele entregue a sua filha, a pequenina infanta Teresa, por ocasião do seu casamento com o conde D. Henrique, como dádiva magnífica, é realidade que parece ter surgido, por razões de ordem meramente militar, à margem de quaisquer imperativos de natureza étnica ou de convívio tradicional.

Quando muito, as fronteiras do novo condado representariam a transposição para o plano político dos limites do antigo sínodo bracarense, que, sob o domínio dos suevos, se constituiu com as dioceses meridionais da metrópole galaica e as setentrionais da Lusitânia (2).

Mas, quando o problema sucessório da monarquia leonesa-castelhana esteve em causa, a posição do nosso Condado em relação a ela foi, certamente, posta em novos termos. E, quando, morto já o conde D. Henrique, D. Teresa assumiu o título de rainha e estendeu a sua autoridade aos distritos de Toronho e Límia, talvez quisesse exprimir que não considerava mais a Terra Portugalense como simples dádiva generosa do Imperador seu pai, ou como o resultado de simples conveniência política e militar, mas sim como a reviviscência de uma tradição assente em base ainda mais remota do que o domínio dos suevos.

Teria sido, assim, por imperativo de uma consciência ainda não totalmente obliterada, que Portugal surgiu no tablado histórico das nações hispânicas como a ressurreição de uma ordem que talvez já se impusera aos próprios dominadores romanos.

(2) Vide o que a este respeito dissemos in *Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, tomo I, págs. 170-171.

Esta concepção da nossa origem, como agregado nacional autónomo, poderá parecer demasiadamente atrevida: mas não nos parece possível explicar de outro modo o propósito obstinado dos nossos primeiros reis de fazerem coincidir as fronteiras de Portugal com as dos três conventos jurídicos romanos reunidos: o Bracarense, o Escalabatino e o Pacense (3).

É certo que, à parte restrições na fronteira setentrional, contra as quais, aliás, lutámos tenazmente, há a considerar adjunções posteriores do lado oriental, ao norte do Tejo. Mas estas — que parece terem resultado de uma expansão populacional levada a efeito sob o domínio dos suevos, de que resultaria a incorporação dos territórios de Bragança, Lampaças e Numão (com o distrito de Riba-Côa) — sendo, como são de âmbito relativamente restrito, não alteram, de modo nenhum, a feição primitiva do território nacional no seu conjunto.

Por outro lado, os movimentos resultantes da conquista sarracena e da reconquista cristã, longe de desfigurarem a sua população, contribuíram, certamente, para a tornar mais coesa e mais vivas as suas características ancestrais.

Assim considerado, Portugal toma a feição de uma verdadeira comunidade humana de velha estirpe, a cujo serviço foi chamado um príncipe, sobre o qual passa, desde logo, a pesar o precípua dever de a reintegrar na sua autêntica feição tradicional, perpetuando-a, como legado histórico incorruptível, por meio do princípio dinástico que, desde a origem, norteou o Estado português.

E assim é que pôde ser consumada a obra da reconquista através de dificuldades tanto maiores quanto é certo terem sido por vezes acrescidas com a mobilização contra nós do poder de Castela, como aconteceu já depois de recon-

(3) Sobre esta coincidência, já notada por Jaime Cortesão (*Os Descobrimentos Portugueses*, I, págs. 134-135), vejam-se as *Reflexões* cit., nomeadamente o mapa que figura entre as págs. 140 e 141.

quistado o Algarve, isto é, de termos chegado ao termo da luta contra os muçulmanos. E tantas foram as dificuldades que D. Afonso III teve de enfrentar, que mais de trinta anos de governo extraordinariamente activo não foram bastantes para as dominar por completo.

Realmente, apesar dos instrumentos diplomáticos então firmados — instrumentos esses que deviam ser permanentemente válidos — o longo dissídio não foi encerrado de vez.

A D. Diniz caberia a glória de obter a sua solução definitiva.

Dotado de fino tacto político, apurado até ao requinte por uma educação apropriada, desde muito novo que o nosso Príncipe começaria a sentir o peso das responsabilidades que sobre ele haviam de impender.

Além disso, a circunstância de ter sido chamado, criança ainda, a desempenhar na corte de seu avô Afonso, o Sábio, o papel de instrumento político das negociações então em curso entre Portugal e Castela, constituiu lição que não mais deixaria de estar presente no seu espírito, muito contribuindo, por certo, para radicar nele o firme propósito de reafirmar a paz — uma paz construtiva à maneira octaviana — que fora sempre o escopo da política de el-rei seu pai.

Mas uma paz assim, para ser viável, tinha de ser vigilante, isto é, tinha de estar vinculada a uma acção governativa sempre pronta a impedir qualquer tentativa de intromissão castelhana nos nossos negócios internos, fossem quais fossem os pretextos ou as razões com que pretendesse justificar-se.

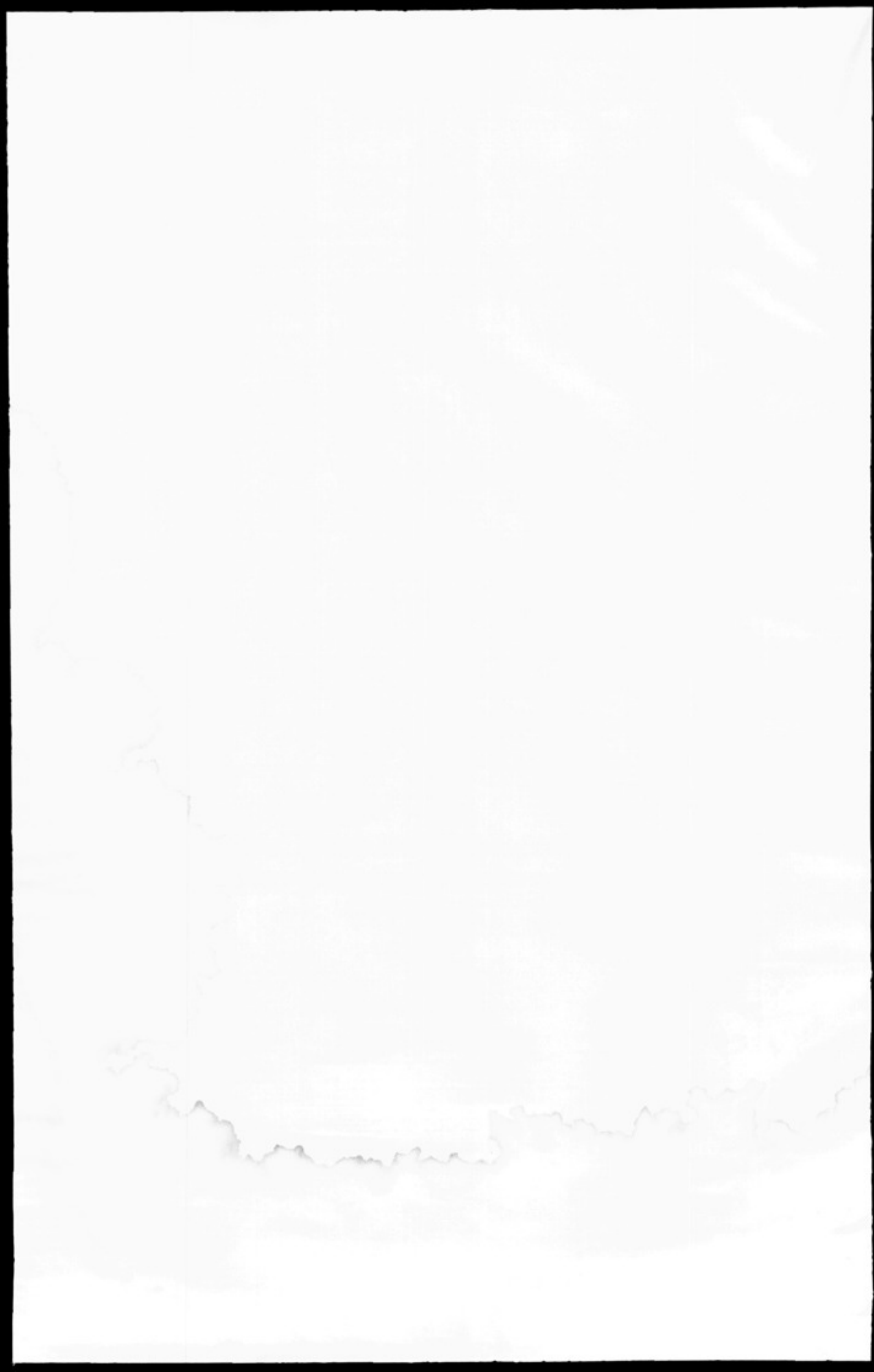
É que só assim poderíamos evitar atitudes que, por serem inconsequentes, eram ainda mais inquietantes. E daí, em grande parte, as dificuldades que, várias vezes, desafiariam a sagacidade política do nosso rei — dificuldades essas que, no entanto, se mostrou capaz de enfrentar e superar.

Não foi, porém, apenas em virtude de uma longa apren-



Estátua de El-Rei D. Dinis

(Escultura de Francisco Franco)



dizagem política, que D. Diniz conseguiu dominar uma tão delicada conjuntura histórica.

Realmente, se não fosse o espírito de continuidade que a acção do nosso monarca havia de garantir, tudo quanto conseguiu alcançar a sua devoção pelo bem público correria o risco de sossobrar, arrastando, quiçá, na derrocada a própria comunidade nacional.

É certo que poderiam tentar-se outras soluções aparentemente satisfatórias, obter até, talvez, êxitos espectaculares; mas nem por isso o resultado deixaria de ser a ruína da Nação, presa inerme da aventura e conseqüentemente da desordem, que a precaridade da sua estrutura económica e social tornaria talvez irremediável.

Por isso D. Diniz, perfeitamente cõscio das suas responsabilidades e dos seus deveres perante a comunidade nacional, procura integrar a sua acção administrativa numa tradição de governo que o transcendia, e que, portanto, não lhe era lícito quebrar.

Esta fidelidade a princípios sólidamente estabelecidos seria, para assim me exprimir, a ideia mestra que durante quase meio século de governo havia de nortear o pensamento político do nosso monarca, permitindo-lhe encarar os problemas na plenitude da sua projecção histórica e, portanto, resolvê-los em função do verdadeiro interesse nacional, que, evidentemente, excluía soluções meramente oportunistas.

A Nação conseguira sair vitoriosa de uma guerra sem quartel. Mas o termo da luta, só por si, não podia, com certeza, resolver dificuldades em grande parte resultantes da própria adaptação a novas condições de vida.

De facto, mais do que nunca se impunha a mobilização de todos os recursos para a consecussão do bem comum, de que o rei era, por direito próprio, o supremo árbitro. E assim é que todos os valores representativos da comunidade nacional haviam de ser chamados a intervir nas disposições queurgia tomar para enfrentar a crise.

Este é o sentido da entrada em cortes dos procuradores

dos concelhos. E, por isso, constitue — como já tivemos ocasião de afirmar — um verdadeiro triunfo da realeza, que não podia, de modo nenhum, dispensar a colaboração da classe mercantil, cuja actividade abria à economia nacional mais amplas perspectivas.

Eram múltiplos os problemas em causa: problemas de administração e de justiça; problemas respeitantes ao equilíbrio político e económico da Nação. Em suma: problemas de ordem interna e de ordem externa, que só um poder perfeitamente identificado com os interesses materiais e morais da *res publica*, como era o poder real, seu natural representante e defensor, poderia resolver satisfatoriamente, isto é, em plano verdadeiramente nacional.

Problemas de administração e de justiça:

Não bastava, com efeito, um sistema hierarquizado, que, aliás, o rei procurou equilibrar e robustecer. Era necessário fiscalizar o seu funcionamento.

Por isso se vai estendendo a todas as províncias, primeiro o cargo de meirinho-mor, depois o de corregedor — representantes directos do poder real. E são ainda tomadas várias medidas tendentes a tornar mais eficaz a administração local, como seja a que cria as vereações municipais.

Sente-se, no turbilhão de actividades em constante desenvolvimento, a ânsia de equilíbrio a solicitar a acção vigilante da justiça — daquela justiça que, no dizer tão expressivo do nosso velho cronista, é virtude «que é chamada toda virtude». Virtude tão grande e tão necessária que foi para ela «que o real poderio foi estabelecido» (4).

De facto, manter o reino em justiça é preocupação a bem dizer constante do nosso Rei.

(4) *Crónica de D. Pedro*, Prólogo.

Problemas respeitantes ao equilíbrio político e económico da Nação, que estavam na base não só da sua prosperidade, mas da sua sobrevivência:

Vinha já de longe o propósito — que para nós era imperativo de vida — de haurir de um solo pobre — por vezes mesmo extremamente pobre — produtos de qualidade que nos permitissem adquirir os que nos escasseavam, e que uma população crescente não podia dispensar.

Daí, não só a ampliação das áreas da exploração agrícola em que tanto se empenhou D. Diniz, mas também a cultura intensiva da terra que, por sua vez, punha problemas novos, não apenas de ordem económica, mas também de ordem social. De facto, reclamando a mobilização de esforços que não podiam receber uma compensação imediata, o seu incremento dependia da concessão de garantias, de que, por vezes, resultavam situações verdadeiramente privilegiadas, como eram, em regra, as que provinham dos aforamentos perpétuos ou em vidas.

Mas uma actividade agrícola com estas características só era viável mediante a intensificação de uma actividade comercial dirigida a mercados distantes, estabelecidos em países onde escasseavam os produtos que lhes podíamos oferecer, e que, por sua vez, estavam em condições de nos dar, em troca, não só os que nos minguavam, como trigo, mas ainda artigos manufacturados, como eram entre outros, os tecidos finos de lã.

E foi então o desenvolvimento célere do comércio marítimo, cujas dificuldades e riscos eram naturalmente superados por lucros cada vez mais vultuosos.

Deles resultaria o rápido crescimento das nossas cidades, especialmente daquelas que, por serem portos fluviais ou marítimos, se tinham constituído como entrepostos das mercadorias levadas e trazidas por mercadores que, como então se dizia, trafegavam por mar.

D. Diniz — como os reis que o antecederam, nomeadamente seu pai — não podia ficar indiferente a este surto

de actividades tão promissoras. De facto, procura melhorar o seu condicionalismo, favorecendo a construção naval e concedendo créditos, que muito haviam de contribuir para incrementar o volume das transacções. É o que, na sua pitoresca linguagem, refere Fernão Lopes, ao dizer que os nossos reis «tinham tal geito com o povo, sentindo-o por seu serviço e proveito, que era por força serem todos ricos e os reis haverem grandes e grossas rendas. Cá eles — continua o nosso cronista — emprestavam sobre fianças dinheiros aos que carregar queriam, e haviam dízima duas vezes no ano do retorno que lhe vinha. E visto o que cada um ganhava, do ganho leixava logo a dízima em começo de pago; e assi — conclui — nom sentindo, pagavom pouco e pouco. e eles ficavom ricos, e el-rei havia todo o seu» (5).

Por isso, o acréscimo da nossa riqueza mobiliária, em virtude do desenvolvimento das actividades agrícolas e mercantis conjugadas, havia de trazer à Nação, com o equilíbrio da sua economia, uma considerável melhoria das condições de vida. Mas não era apenas isso: havia de constituir também poderoso estímulo para a execução de um vasto plano de engrandecimento nacional que, devendo transcender o seu solar hispânico, não podia ser, sequer, intentado, sem que todos os problemas que o afectavam estivessem definitivamente resolvidos. E daí a necessidade imperiosa — que o rei havia de sentir de um modo cada vez mais agudo — de resolver de vez o problema das nossas fronteiras, de que, naturalmente, havia de depender o estabelecimento de uma paz definitiva com Castela.

Mas não se antolhava fácil a sua solução.

É certo que o Rei Sábio sempre se manteve fiel aos pactos firmados com D. Afonso III relativamente à soberania do Algarve. Mas tinham, certamente, surgido dúvidas na sua aplicação. E, além disso, a revolta do infante D. Sancho não podia deixar de inquietar o nosso rei — já então

(5) *Crónica de D. Fernando*, Prólogo.

D. Diniz — que, embora se mantivesse neutral, não procurou impedir que a Rainha-Mãe se dirigisse então a Sevilha a socorrer seu pai com numerosos cavaleiros.

Não nos é possível seguir *pari passu* — nem é este o nosso propósito — a longa série de eventos em que foi fértil a vida política de Castela durante o reinado de Sancho IV. Estuda-os, com irrepreensível clareza e objectividade, a erudita historiadora D. Mercedes de Ballesteros, de que nos socorremos ao tentar fixar os que mais contribuem para esclarecer o pensamento político de D. Diniz (6).

Pressente-se, na trama confusa desses acontecimentos, a inquietação com que o nosso rei os acompanhava, tanto mais que, logo que assumiu o poder, D. Sancho passa a intitular-se rei do Algarve, mantendo na sua corte o bispo de Silves (que, como tal, firma alguns dos seus diplomas), e apoia a rebelião do infante D Afonso, irmão do nosso rei.

Socorrer-se-ia D. Diniz, como represália do Infante D. João, favorecendo as suas pretensões com o propósito de enfraquecer a posição do rei de Castela?

É perfeitamente admissível.

Não obstante, três anos depois, talvez a rogo da rainha D. Maria de Molina, o nosso rei parece desempenhar o papel de conselheiro de Sancho — e o seu conselho é seguido por ele.

Prestando-se a isso, talvez D. Diniz tivesse em vista a intervenção de D. Maria junto do rei, seu marido, na esperança de obter, finalmente, a demarcação dos pontos litigiosos da fronteira, o que parece ter começado a fazer-se, pelo menos entre Arronches e Badajoz (7). E esta política de

(6) *Historia del Reinado Sancho VI de Castilla*, 3 tomos, Madrid, 1922-1928. (O tomo III, contém uma colecção diplomática constituída por 608 documentos).

(7) De facto, segundo um documento de 20 de Março de 1290 arquivado na Torre do Tombo (Gav. 15, m. 23, n.º 4), Juan Rodriguez de la Rocha, representante do rei de Castela e Vasco Pires, delegado de D. Dinis, estavam então ocupados na demarcação da fronteira nessa região. (Vide M. Ballesteros, *op. cit.*, II, págs. 68-69).

bom entendimento não podia deixar de se robustecer com o empenho com que, especialmente a partir de 1291, D. Sancho promove a guerra contra o infiel.

De facto, envia à corte portuguesa emissários para combinarem uma entrevista, que realmente se realiza em seguida, em Cidade-Rodrigo (8).

Desconhecemos o real objectivo das negociações: mas é perfeitamente admissível que, além do problema das fronteiras, se tratasse do plano que o pacto firmado logo em seguida, com o novo rei de Aragão, Jaime II, parece sancionar (9).

Queremos referir-nos à disposição, para nós particularmente interessante, que fixava as zonas de influência na costa africana entre Ceuta e Tunes, que caberiam a cada um dos dois monarcas (10).

Era, assim, ao que parece, excluída da divisão toda a costa marroquina voltada para o Atlântico, isto é, a ocidente de Ceuta.

— Por ter sido atribuída ou se querer atribuir ao rei de Portugal?

A hipótese, tendo em vista os acontecimentos posteriores, afigura-se-nos perfeitamente admissível; mas, que saibamos, nenhum texto a autoriza.

Não obstante, as relações entre os dois monarcas são de novo perturbadas por intrigas que eliminam os resultados obtidos em 1291; e, para cúmulo de confusão, o próprio infante castelhano D. João, tendo-se revoltado contra o rei seu irmão, refugia-se na corte de D. Diniz, de onde só sai depois de reiteradas reclamações de D. Sancho.

De facto, o infante D. João segue então para Marro-

(8) Mercedes Ballesteros, *op. cit.*, tomo II, págs. 124 a 128 e tomo III, pág. CCXXXIV, doc. 369.

(9) *Ibidem*, tomo II, págs. 142 a 145 e tomo III, pág. CCL, doc. 384; e *Memorial Histórico Español*, tomo III, pág. 456.

(10) Vide o que a este respeito dissemos in *Algumas observações sobre a política marroquina da Monarquia Portuguesa* («Revista Portuguesa de História», tomo X, pág. 553, n.º 86).

cos, aonde. no ano anterior, chegara uma embaixada portuguesa.

— Com o fim de lhe obter bom acolhimento na corte merínida?

— É de crer.

Mas repugna acreditar que D. Diniz tivesse sequer pensado propiciar o ataque de Aben-Iacub a Tarifa, em que o próprio Infante havia de intervir ao lado dos sarracenos.

O que se nos afigura provável é que o nosso Rei, ao procurar conseguir um ambiente favorável a D. João, pretendesse apenas pô-lo em condições de apoiar alguma acção que ele próprio projectaria levar até aí.

Fosse, porém, como fosse, o que não nos parece, de modo nenhum, admissível é que D. Diniz tenha tido responsabilidade directa na miserável traição do infante castelhano.

Realmente, tudo quanto podemos presumir sobre o seu carácter; tudo quanto se passou antes e depois desse evento é de molde a repelir nma tal suspeição.

A versatilidade de D. João basta para explicar a sua estranha atitude.

Certo é, porém, que o pacto de 1291 foi logo em seguida roto por Sancho IV, que não mais perdoou ao nosso rei o acolhimento que dera, na sua corte, ao infante rebelde.

Assim, quando, logo em seguida, o rei de Castela morre, D. Diniz estava livre para actuar, tendo apenas em conta o interesse nacional. E foi, por isso, que não hesitou em aproveitar o momento favorável que as circunstâncias em que se processou a sucessão de Sancho IV lhe ofereciam para resolver, finalmente, o tão debatido problema das nossas fronteiras.

Mas nem por isso o Tratado assinado na pequena vila leonesa de Alcanices, a 12 de Setembro de 1297 — que confere a Portugal o glorioso título de ser, entre todas as nações europeias e talvez do mundo inteiro, a que primeiro conseguiu definir as suas fronteiras — deixa de constituir um assinalado triunfo.

É que, a-par da admirável tenacidade com que o nosso Rei soube defender os direitos da Nação confiados à sua

guarda, não pode deixar de nos impressionar o facto de não ter querido aproveitar-se da oportunidade que, certamente, se lhe oferecia para levar mais longe as suas pretensões.

De facto, cedemos definitivamente a Castela Aroche e Aracena, limitando-nos, ao que parece, a seguir a linha divisória entre os dois conventos jurídicos — o Pacense de um lado, e o Hispalense e o Emeritense do outro — salvo, talvez, em Olivença. E, por outro lado, não exigimos, sequer, a devolução de todo o território numantino ⁽¹¹⁾.

Realmente, o limite oriental aí estabelecido ao sul do rio Águeda, era o rio das Duas Casas, e não a ribeira de Tourões, mais a oeste, que passou a demarcar o nosso território.

Além disso, o limite setentrional do país ficou como estava, apesar de aí, a nossa fronteira ter atingido no tempo de D. Afonso Henriques, o rio Lérez, de acordo com o limite do convento bracarense, e termos ainda reivindicado o território limiense, que, ao que parece, fizera também parte desse convento jurídico ⁽¹²⁾.

Porém, a D. Diniz, não animava senão o propósito de servir o interesse nacional, que então, como hoje, só se coadunava com o direito firmemente estabelecido. E é justamente por isso que a linha de fronteira então fixada permanece ainda hoje sem qualquer alteração ⁽¹³⁾.

⁽¹¹⁾ Devemos esta informação ao Dr. Joaquim da Silveira, que teve a gentileza de nos chamar a atenção para os limites do alfoz de Numão, expressos no foral de 1130. Relativamente aos direitos de Portugal sobre este território, deve ver-se o excelente trabalho do Doutor Rui de Azevedo: *Riba Coa sob o Dominio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques*, in «Anais» da Academia Portuguesa da História, II Série, vol. 12.

⁽¹²⁾ É esta a conclusão a que chegámos in *Reflexões, cit.*, págs. 120 a 128.

⁽¹³⁾ O lamentável caso de Olivença não invalida, de modo nenhum, esta afirmação, pois a própria Espanha reconheceu, no Congresso de Viena de 1817, e no Tratado Suplementar de 10 de Junho seguinte, que a ocupava indevidamente.

É evidente que o nosso monarca tinha a consciência muito nítida de que, procedendo assim, servia melhor a Nação. E serviu.

Não sei de maior título de glória do que esta singela afirmação feita sete séculos após o nascimento do grande Rei, nesta casa que foi a sua casa, no seio do Estudo Geral que ele próprio fundou!

Mas a consecussão deste objectivo seria apenas o ponto de partida do pensamento político de D. Diniz. E é especialmente para o mar que, como vimos, passa a voltar a sua atenção.

As suas relações com o Aragão e, por sua vez, as relações deste país com os marinheiros genoveses levaram certamente o nosso Rei a procurar, na sua experiência de guerra naval, o apoio de que carecemos para dar à nossa actividade marítima um maior desenvolvimento.

É que — bem o sabia El-Rei — era do tráfego marítimo que cada vez mais dependia o equilíbrio económico do País, — a possibilidade de garantir as condições de vida indispensáveis à consolidação da sua independência. E foi justamente essa convicção que o levou a promover, no seguimento da política a que já seu pai dera tão forte impulso, o desenvolvimento da nossa actividade mercantil marítima, protegendo-a contra os ataques de corsários ou simples piratas, especialmente mouros vindos da Espanha muçulmana e do norte de África.

Daí o contrato que, em 1317, firmou com Micer Manuel Peçanha, para que o servisse como almirante da sua armada, tendo sempre às suas ordens vinte genoveses «sabedores de mar» para alcaides de galés e arrais.

Realmente, nele se prevê a possibilidade de acções contra os «inimigos da nossa fé»; e na carta de «feu do castelo e vila de Odemira», que o completa, aparece ainda uma referência a «naves ou barcas com coisas que os nossos merca-

dores tragem de França, ou de Além-mar, ou de outras partes» (14).

Tratava-se, portanto, de proteger actividades mercantis não só com os portos setentrionais da Europa, mas também com os de além-mar, ou sejam os da África ocidental — actividades essas com que parece relacionar-se a notícia já assinalada pelo Prof. Verlinden, de que, em 1321, Peçanha fez cativos em Salé (15).

É mesmo provável que acções como essa resultassem do pacto a que atrás nos referimos, pacto esse que nos obrigaria a assumir a responsabilidade de vigiar e enfrentar as actividades marítimas inimigas ao longo da costa africana, para oeste de Ceuta.

Mas o conhecimento que D. Diniz não podia deixar de ter da obra intitulada *Recreações de todo aquele que desejar conhecer profundamente as diferentes regiões do Mundo*, escrita em 1154 pelo célebre geógrafo marroquino Edrisi, onde figura o Nilo com dois braços — um dos quais, que segue do oriente «para a extremidade mais recuada do ocidente», banha «todas ou pelo menos a maior parte das cidades do Sudão», fabulosamente ricas (16) — levar-nos-á mesmo a admitir a hipótese de que pretenderia penetrar nesse mundo.

Realmente, o facto de participarmos, ao lado de Castela, pelo menos a partir de 1299, na apresentação do bispo de Marrocos (17), não pode deixar de ser significativo.

(14) Vide Martins Marques: *Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, págs. 27 a 30. Vide também o que a este respeito dissemos no artigo *O Infante D. Henrique, arauto da Idade-Nova*, publicado no número especial de «O Instituto» dedicado às Comemorações Henriquinas.

(15) Vide o estudo desse autor intitulado *Lanzorotto Malocello et la decouverte portugaise des Canaries* («Revue Belge de Philologie et d'Histoire», tomo XXXVI, pág. 1185).

(16) Vide a *Géographie d'Édrisi. traduite de l'arabe en français*, par P. Amédé Jaubert, tomo 1, pág. 27.

(17) Vide o nosso artigo sobre a *Política marroquina da Monarquia Portuguesa*, atrás cit. («Rev. Port. de Hist.», tomo X, pág. 512, nota 15).

É certo que as circunstâncias não permitiriam ao nosso Rei, nem a seu filho, D. Afonso IV — cujo pensamento parece ter seguido a mesma trajectória — levar a bom termo uma iniciativa assim, a que, um século depois, havia de se dedicar, com admirável persistência, o Infante D. Henrique. Mas nem por isso o seu pensamento político é menos fecundo e actual, podendo, ainda hoje, constituir tema de meditação.

É que devemos ao grande rei que foi D. Diniz a reconfortante certeza de que, em momento confuso, em que se sentia o mundo a demoronar-se à nossa volta, soubemos cumprir o nosso dever de povo hispânico e cristão—e cumpri-mo-lo galhardamente ⁽¹⁸⁾.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

⁽¹⁸⁾ Discurso pronunciado na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra na sessão comemorativa do sétimo centenário do nascimento de El-Rei D. Diniz, ocorrido no dia 9 de Outubro de 1261.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF CHEMISTRY
5800 S. UNIVERSITY AVENUE
CHICAGO, ILLINOIS 60637
TEL: 773-936-3700
FAX: 773-936-3701
WWW: WWW.CHEM.UCHICAGO.EDU

CHICAGO, ILLINOIS 60637

UNIVERSITY OF CHICAGO

CHICAGO, ILLINOIS 60637

